



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**

TRABALHO DE DISSERTAÇÃO

**DIALOGANDO COM OS TESTEMUNHOS DO PASSADO LOCAL ATRAVÉS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: UM ESTUDO DO MEIO NO CENTRO DE
JOÃO PESSOA**

MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA

**João Pessoa-PB
Maio, 2024**

MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA

**DIALOGANDO COM OS TESTEMUNHOS DO PASSADO LOCAL ATRAVÉS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: UM ESTUDO DO MEIO NO CENTRO DE
JOÃO PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHistória, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória.

João Pessoa - PB

Maio, 2024

Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação

F814d França, Maria do Socorro Félix Pereira de.

Dialogando com os testemunhos do passado local
através do patrimônio cultural edificado : um estudo do
meio no centro de João Pessoa / Maria do Socorro Félix
Pereira de França. - João Pessoa, 2024.

214 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU 94:37.015(043)

MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA

O ENSINO DE HISTÓRIA DA PARAÍBA ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO DO MEIO NO CENTRO DE JOÃO PESSOA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHistória, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Ensino de História.

Aprovado em _____

MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO:

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Universidade Federal da Paraíba (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Roberto Souto Maior Júnior
Universidade Federal da Paraíba (Avaliador Interno)

Prof. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Avaliadora Externa)

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Universidade Federal da Paraíba (Avaliador Interno Suplente)

Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Avaliador Externo Suplente)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA Nº 18

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, através da Plataforma Google Meet (meet.google.com/yzf-nmdv-ter), instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA, UFRN, examinadora externa à instituição, Dr. PAULO ROBERTO SOUTO MAIOR JUNIOR, UFPB, examinador interno, Dr. ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte da professora Dra. NAYANA RODRIGUES CORDEIRO MARIANO, vice-coordenadora do Programa, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a presidência dos trabalhos ao professor Dr. ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA, que de imediato solicitou à candidata que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “DIALOGANDO COM OS TESTEMUNHOS DO PASSADO LOCAL ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: UM ESTUDO DO MEIO NO CENTRO DE JOÃO PESSOA”, marcando um tempo de vinte minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Dr. ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA, presidente, passou a palavra à professora Dra. MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA, para arguir a candidata, e, em seguida, ao professor Dr. PAULO ROBERTO SOUTO MAIOR JUNIOR para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido **APROVADA** a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. A candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Documento assinado digitalmente
 ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA
Data: 03/06/2024 20:16:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA, UFPB, Presidente

Documento assinado digitalmente
 MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA
Data: 03/06/2024 18:10:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA, UFRN, Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
 PAULO ROBERTO SOUTO MAIOR JUNIOR
Data: 03/06/2024 18:29:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. PAULO ROBERTO SOUTO MAIOR JUNIOR, UFPB, Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA
Data: 03/06/2024 20:17:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA, Mestranda

*Para minhas Marias, Sophia e Clarice. O amor por vocês é a força que me
move!*

AGRADECIMENTOS

Quando ainda estava na licenciatura, passei a sonhar com o ingresso em um programa de pós-graduação. Devido uma série de fatores, tive que adiar esse desejo, mas nunca deixei de nutri-lo em meus pensamentos e coração. Agradeço a Deus que me permitiu seguir sonhando, mas principalmente, por ter me dado forças e sabedoria para seguir e tornar o sonho possível. Posso afirmar, com a certeza e tranquilidade que estou concluindo o curso no momento certo, nem cedo, nem tarde; no momento que Deus projetou para mim!

E esta afirmação se deve, sobretudo, ao fato de estar concluindo um mestrado voltado para minha atuação profissional. Vivenciar um curso que agrega valor ao que fazemos cotidianamente não tem preço, mas tem muito valor! Agradeço a todos os meus professores, pela partilha de conhecimento, paciência, generosidade e principalmente, pelo respeito de olhar para cada estudante da turma como um colega de profissão. Cada disciplina paga, cada troca de experiências foram preciosas nessa jornada de pouco mais de dois anos. Em especial, agradeço aos professores Martinho Guedes, Priscilla Gontijo e Fernando Pureza.

Na “lista” de professores importantes faltam dois nomes, que devo agradecer não apenas pelas disciplinas ministradas, mas também pela presença ativa no meu processo de conclusão de curso, como membros da minha banca: professor Ângelo Emílio Pessoa, meu orientador e Paulo Souto Maior, examinador interno. Vocês foram imprescindíveis para cada linha escrita desse texto, tanto pelo apoio como pelo direcionamento. Aproveito e agradeço à professora Margarida Dias, examinadora externa, pela disponibilidade e preciosos conselhos. Este trabalho tem muito do que ouvi de vocês.

Não posso esquecer de Anne Ludmilla, secretária do curso, sempre disposta a nos auxiliar no que fosse necessário. Falando em auxílios necessários, não posso deixar de agradecer aos meus incríveis colegas de turma! Gente de toda a Paraíba reunida com objetivo de promover uma educação melhor. Pode existir turma tão boa quanto a nossa, mas melhor, é praticamente impossível. Agradeço, em especial, aos colegas Thiago, Emílio, Alisson, João Pedro e Monique. Sem vocês, a jornada teria sido inviável. Obrigada pelas escutas, conselhos, balinhas e cafés.

Aproveitando que estou falando a respeito de vínculos afetivos criados, preciso agradecer a meia dúzia de amigos que levo desta vida. Não muitos, pois tenho ciência que nem todos que estão perto, realmente “estão juntos”, porém, os melhores possíveis: Laciene Karoline e Adeni Clementino, sem a leitura e generosa visão de vocês, certamente teria desistido; Morgana Maria, que desde a graduação tem seguido ao meu lado, em todas as conquistas acadêmicas; Marianne Lima e Luiz Augusto, pelos incentivos, palavras de apoio e momentos de escape nessa loucura que é a vida. Vocês moram no meu coração!

Agradeço ao meu local de trabalho, o Colégio da Polícia Militar da Paraíba. Um estudo do meio, em escola da rede pública, é um trabalho feito com muitas mãos que se unem e se enlaçam para transformar o projeto em realidade. Obrigada aos diretores, Antônio Josias e Pâmera Soraya, por todo suporte logístico; à minha coordenadora, Cinthia Maria, que sempre abraça nossos projetos e acredita na potencialidade de cada um deles; e aos meus colegas - que se tornaram amigos no ambiente de trabalho - que estiveram comigo, ombro a ombro, contribuindo com ideias, incentivo, apoio e execução das atividades: Wanderlan Lira, Riquelson Mangureira, Scheila Diniz, Magali Soares e Marcos César.

Por último e talvez o mais difícil agradecimento a ser escrito (as lágrimas nunca são contidas), vai para minha família. Sophia, Clarice e Nelson, obrigada por todo apoio e compreensão! Houve muito choro e incertezas no processo, mas vocês estiveram lá, me aparando e fortalecendo. Sei que este sonho teve que ser comprado por vocês. Ele significou ausências, quebras de rotina, abdições e correrias infundáveis. Parece ter sido apenas por mim, mas acreditem, foi por todos nós. O “muito obrigada” se estende a todos os meus familiares – há um medo imenso de digitar e esquecer o nome de alguém, por isso, falo nominalmente apenas dos “de casa”. Meu painho, Loester Figueirôa, que andou muitas léguas embaixo do sol (carteiro) para que eu pudesse trabalhar com um teto sob minha cabeça; minha mainha, Janice Félix, que, ao reconhecer minhas fraquezas, sempre apontava minhas forças, impulsionado o prosseguir; aos meus irmãos, Maria Carolina e Loester Filho, pela parceria, companheirismo e apoio incondicionais.

Venho de uma família de lavradores analfabetos – Antônio e Maria Eunice, que vieram morar em Mangabeira buscando uma vida melhor. Um trabalho executado

neste bairro, um título de Mestre, o primeiro título de pós-graduação da família, são resposta a todos os esforços de vocês! De onde estiverem, se puderem me ver e ouvir, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente texto dissertativo aponta os resultados de um estudo do meio que teve como área analisada, o Centro histórico de João Pessoa, promovido no mês de setembro do ano de 2022, entre estudantes do Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões. Consideramos que aplicação da metodologia seja capaz de proporcionar aos alunos participantes um diálogo entre os vestígios do passado colonial e que perduram no tempo presente, oferecendo a eles uma visão das perspectivas de rupturas, permanências, temporalidades históricas e múltiplos usos que os espaços geográficos podem assumir ao longo do tempo. As turmas convidadas a participar do projeto pertenciam, à época de sua execução, ao 9º Ano do Ensino Fundamental e, por quase dois anos letivos – devido à Pandemia da Covid-19 -, assistiram aulas no formato remoto, de forma que, seu envolvimento em uma atividade desta natureza, permitiu que reforçassem o conhecimento acerca da História Colonial, além de estudar os diferentes processos, conflitos e temporalidades históricas presentes na região. Para análise da atividade, houve a aplicação de dois questionários: o primeiro deles, realizado imediatamente após a saída de campo, ainda no ano de 2022, semiestruturado, cujos objetivos foram detectar um perfil socioeconômico e cultural dos estudantes envolvidos; compreender o processo de ensino-aprendizagem da História Local e propor um balanço do estudo do meio. O segundo, realizado um ano depois, no mês de outubro de 2023, também semiestruturado, proporcionou uma visão mais ampla dos resultados da atividade, permitindo a análise dos conceitos conhecidos pelos alunos e necessários para compreensão da propositura da atividade. Para estabelecer um diálogo entre as problemáticas apresentadas ao longo do texto, utilizamos textos de Gonçalves (2007), Bittencourt (2008), Honor (2006), Assad (2017), Dias (1996), Pacheco (2017) entre outros, além de fontes primárias, a exemplo do relatório do engenheiro de minas Francisco Retumba. Além do estudo do meio, temos como fruto do trabalho realizado o roteiro utilizado na saída de campo, que poderá ser adotado durante atividades semelhantes, voltados ao ensino da História de João Pessoa.

Palavras Chave: Ensino de História, História Local, Estudo do Meio.

ABSTRACT

This dissertation text highlights the results of a study of the environment whose proven area was the Historic Center of João Pessoa, promoted in the month of September 2022, among students from the Military Police College Student Rebeca Cristina Alves Simões. We consider that the application of the methodology is capable of providing participating students with a dialogue between the vestiges of the colonial past that persist in the present time, offering them a vision of the perspectives of ruptures, permanences, historical temporalities and multiple uses that geographic spaces can assume over time. The classes invited to participate in the project belonged, at the time of its execution, to the 9th Year of Elementary School and, for almost two academic years - due to the Covid-19 Pandemic -, they attended classes in a remote format, so that their involvement in an activity of this nature, it allowed them to reinforce their knowledge about Colonial History, in addition to studying the different processes, conflicts and historical temporalities present in the region. To analyze the activity, two questionnaires were applied: the first, carried out immediately after the field trip, still in 2022, semi-structured, whose objectives were to detect a socioeconomic and cultural profile of the students involved; understand the teaching-learning process of Local History and propose an assessment of the study of the environment. The second, carried out a year later, in October 2023, also semi-structured, provided a broader view of the results of the activity, allowing the analysis of concepts known by students and necessary to understand the purpose of the activity. To establish a dialogue between the issues presented throughout the text, we used texts by Gonçalves (2007), Bittencourt (2008), Honor (2006), Assad (2017), Dias (1996), Pacheco (2017) among others, in addition to primary sources, such as the report by mining engineer Francisco Retumba. In addition to the study of the environment, the result of the work carried out is the script used in the field trip, which can be adopted during similar activities, aimed at teaching the History of João Pessoa.

Keywords: History Teaching, Local History, Middle Study.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular;

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba;

CPM – Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões

DOU – Diário Oficial da União;

FESDAC – Festival de Desporto, Arte e Cultura;

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba;

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

MEC – Ministério da Educação;

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais;

PM-PB – Polícia Militar do Estado da Paraíba;

SEECT-PB – Secretaria do Estado de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

UFPB – Universidade Federal da Paraíba;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura;

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS e TABELAS

Gráfico 01	Relação Bairro onde mora x Idas ao Centro	162
Gráfico 02	Pontos do Roteiro que mais atraíram atenção dos estudantes;	163
Gráfico 03	Quais aspectos do itinerário mais chamaram a atenção do alunado.....	164
Gráfico 04	Bens patrimoniais visitados durante o percurso.....	175
Gráfico 05	O espaço passou por mudanças? (do Período Colonial aos dias atuais).....	179
Quadro 01	Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas 9º ano B.....	151
Quadro 02	Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas 9º ano A.....	157
Tabela 01	Alunos matriculados no Colégio da Polícia Militar – Ano 2022	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Demarcação da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves;	61
Mapa 02	Mapa da Parahyba por Alfredo Barros e Vasconcellos, 1855;	65
Mapa 03	Bairros de João Pessoa, 2016;	102
Mapa 04	Percurso Aula extraclasse realizada dia 20/09/22 (9ºAno B);	150
Mapa 05	Percurso Aula extraclasse realizada dia 22/09/22 (9ºAno A);	156

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Figura 01	Cidade e Forte de Frederik na Paraíba, Frans Post, 1638.....	59
Figura 02	Detalhe do mapa de Johannes Vingboons, 1640.....	59
Figura 03	Rua da Imperatriz, 1904.....	68
Figura 04	Antiga Rua da Imperatriz, atual Rua da República. 2020.....	68
Figura 05	Apresentação de turma CPM.....	78
Figura 06	Exemplar do Jornal A União, 22/07/1993.....	80
Figura 07	Visita de Ronaldo Cunha Lima às obras da Escola Estadual Fernando Moura Cunha Lima.....	81
Figura 08	Exemplar do Jornal A União, 08/02/1994.....	85
Figura 09	Fachada interna do CPM, no dia da inauguração.....	86
Figura 10	Modificação de nomenclatura.....	90
Figura 11	Modificação de nomenclatura.....	91
Figura 12	Fachada interna do CPM- Ano 2022.....	94
Figura 13	Biblioteca Cel. Clodoaldo Alves de Lira.....	96
Figura 14	Sala de Aula nº 9.....	97
Figura 15	Auditório do Colégio da Polícia Militar da Paraíba.....	98
Figura 16	Fachada da Colônia de Readaptação Agrícola de Mangabeira.....	103
Figura 17	Torre da Igreja do Almagre, 2017.....	107
Figura 18	Estudantes nas dependências do Forte de Santa Catarina 2017;	107
Figura 19	Estudantes 9ºB em frente ao Centro Cultural São Francisco, 2022.....	144
Figura 20	Estudante do 9º B, parte interior do Centro Cultural São Francisco, 2022.....	144
Figura 21	Estudantes recebendo explicações sobre os Ex-votos, 2022.....	145
Figura 22	Instruções no Hotel Globo, 2022.....	148
Figura 23	Estudantes “marcham” na comunidade do Porto, 2022.....	149
Figura 24	Estudantes do 9ºA assistindo aula de Língua Portuguesa, 2022.....	153
Figura 25	Estudantes observando a Bica dos Milagres, 2022.....	155
Figura 26	Jardim São Francisco e rio Sanhauá, 2022.....	170
Figura 27	A Barca, de Adriano Jordão de Sousa, 2022.....	172
Figura 28	Estudante relembrando o Estudo do Meio, 2023.....	173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 01	HISTÓRIA LOCAL, IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E ESTUDO DO MEIO	28
1.1.	Ensino de História, História Local e construção de identidades.....	30
1.2.	Educação Patrimonial como metodologia no processo de ensino-aprendizagem da História Local	41
1.3.	Estudo do Meio como estratégia de educação patrimonial.....	50
1.4.	Interagindo com um Centro urbano tombado.....	55
Capítulo 02	ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL	76
2.1.	O Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina A. Simões	79
2.1.1.	Descrição da estrutura física e curricular da instituição	93
2.2.	A escola e o bairro: vivências e memórias	101
2.3.	Um balanço das práticas na Escola.....	105
Capítulo 03	ESTUDO DO MEIO NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA	110
3.1.	Planejando o Estudo do Meio.....	111
3.2.	Aulas preparatórias para o Estudo do Meio.....	113
3.3.	Selecionando os lugares a serem visitados na cidade.....	132
3.4.	Os estudantes investigando sua cidade.....	142
3.5.	Os resultados esperados e obtidos.....	158
3.6.	Relembrando o Estudo do Meio.....	167
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	185
	ANEXOS	190
	PRODUTO: Conhecendo o Centro Histórico de João Pessoa	196

INTRODUÇÃO:

Todos os trabalhos acadêmicos surgem de um problema. No meu caso, o problema investigado teve origem um pouco antes de eu ter noção de que se tratava de uma inquietação que poderia ser passível de estudo e análise. Mesmo sem concluir o curso de Licenciatura em História (Universidade Federal da Paraíba -2011), eu já era professora. Tornei-me professora através de um longo e complexo processo, que envolvia o avanço das disciplinas, experiências e vivências em sala de aula. Houve, verdadeiramente, uma fusão entre teoria e prática, resultando em minha formação profissional.

Iniciei minha prática profissional no ano de 2007, em uma escola da rede particular de João Pessoa, ministrando aulas para turmas do Ensino Fundamental, o que me permitiu vislumbrar alguns gargalos existentes entre os discursos que permeavam a academia e a práxis escolar. Dentre todas as discrepâncias que percebi, algumas se sobressaíam, a exemplo da inexistência, nos materiais didáticos, de conteúdos voltados ao estudo do passado local ou descompasso entre os conteúdos acadêmicos e escolares – discussão feita adiante. Imaginava que parte de minhas inquietações desapareceriam quando concluísse as disciplinas da licenciatura, mas a verdade é que, não obtive explicações satisfatórias para tais problemas.

Os Currículos Escolares de História, na minha concepção, pouco ou nada se assemelhavam a produção historiográfica que tínhamos contato no Ensino Superior. Os conteúdos selecionados para compor a disciplina de História enquanto saber escolar evidenciavam o descompasso entre os debates promovidos durante a graduação e o cotidiano de sala de aula. Percebi que havia (e ainda há) um projeto político-social, que visava a institucionalização dos fatos e eventos históricos ocorridos na região Centro Sul, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como eixo orientador das narrativas presentes, sobretudo, nos livros didáticos e nos currículos escolares do ensino básico. Os programas escolares eram (e são) poderosos instrumentos de controle e manutenção do poder político e social, sendo um dos palcos de disputas de caráter político, econômico e social, perceptíveis, por exemplo, na pouca representatividade dada a grupos historicamente marginalizados, como negros e mulheres.

Tal ensino de História, até a década de 1970, foi idealizado para construir uma noção sólida do que é ser brasileiro, através da idealização de um projeto educacional para a nação, a partir dos centros de poder sociopolítico e econômico; diante do contexto educacional contemporâneo, também há uma preocupação em inserir os discentes no sistema Capitalista, como seres produtivos e atuantes em um mundo globalizado. Todavia, não há uma preocupação com a formação de uma identidade que valorize o local, ser pessoense e paraibano. Ao contrário, há uma preocupação nos currículos em dirimir a regionalização, o enaltecimento das características locais (ABUD, 2021).

A problemática de esquecimento/apagamento de alguns conteúdos no processo de confecção dos Currículos se tornava mais complexa quando se tratava do Ensino de História Local: essas discussões, de fato, ficavam restritas aos primeiros anos do segmento de Ensino Fundamental. Desaparecendo, em seguida, do ambiente escolar¹. A meu ver, a ausência da História Local, nas escolas onde atuo e, até onde sei, na rede escolar da Paraíba, pública e privada, com poucas exceções, era uma realidade a ser encarada e enfrentada.

A ausência, em grande medida, da História Local, bem como de segmentos sociais historicamente silenciados (indígenas, negros e mulheres), nos projetos pedagógicos dos últimos anos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e nas coleções de livros didáticos, gera um desconhecimento da História do nosso estado (Paraíba) e da cidade de João Pessoa (que é o enfoque deste trabalho), constatado quando se estabelecia um diálogo com os estudantes acerca dos temas citados. Eles entram e saem das instituições de ensino básico sem conhecer a história dos municípios/estado em que vivem. Crescem alheios à importância da História local, que tanto pode enriquecer suas identidades, à medida em que permite a inserção de personagens, fatos e espaços próximos à sua realidade nas narrativas históricas, além de desenvolverem uma visão “apaziguadora” de História, que elimina ou apaga conflitos tão presentes e vivos em nossa sociedade. Como dito pela professora Margarida Maria Santos Dias: “É esse

¹ Na coletânea *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas* (2007), organizada por Ana Maria Monteiro, Arlette Gasparello e Marcelo Magalhães, encontramos uma gama de artigos que endossam esta percepção, a exemplo dos textos de Ismênia de Lima Martins “*História e Ensino de História: Memórias e Identidades Sociais*” e de Márcia de Almeida Gonçalves “*História Local: reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*”. Em ambos, aparece a problemática da criação de narrativas que não contemplam a História das Localidades.

povo, mitificado por essa história, que ainda reclama não conhecer sua História.” (1996, p. 17).

Durante os anos de atuação na Rede Privada, existiram muitos entraves que impediam discussões efetivas em relação à História Local em sala de aula, a exemplo da obrigatoriedade do término de todos os conteúdos presentes nos livros didáticos, restando pouca margem para inserção de novos temas. Foram anos onde a inquietação persistia, mas com pouca possibilidade de intervenção. Quando fui admitida como professora da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB) (2013), onde, se comparado com a rede particular, se tinha maior liberdade de atuação, pude traçar estratégias efetivas de enfrentamento ao problema, atrelando aos conteúdos curriculares a inserção da História do estado da Paraíba, de João Pessoa ou de municípios vizinhos. Na primeira escola em que atuei, a Escola Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (EMOAP), localizada no município de Sapé (biênio 2013-2014), foram realizadas atividades relacionadas à concentração de terras – latifúndio – característica historicamente construída e presente em todo território nacional, combatida pelo campesinato sapeense, às vésperas da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), através da atuação das Ligas Camponesas².

No ano de 2015, fui transferida para uma nova unidade de ensino, na cidade de João Pessoa, o Colégio de Polícia Militar da Paraíba. Esta escola está situada no bairro de Mangabeira, zona urbana do município. Surgida na década de 1990, ofertou, inicialmente, todas as séries do Ensino Fundamental (1^a à 8^a Série) e Médio (1^o à 3^o Ano). Diante das modificações propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), publicada no ano de 1996, a escola passou a ofertar apenas os últimos anos do segmento Fundamental (6^o ao 9^o Ano) e o Médio Integrado ao Técnico (1^o ano 3^o Ano), com os cursos de Informática para Internet e Jogos Digitais. O maior diferencial da escola é, certamente, sua vinculação com à Polícia Militar da Paraíba, que assume a responsabilidade administrativa da instituição. A presença militar resulta na criação de

² Na Zona Rural do município de Sapé localiza-se o Memorial das Ligas Camponesas, que funciona na antiga residência de um dos principais líderes do movimento camponesino paraibano, João Pedro Teixeira. Com a deflagração do Golpe Militar de 1964, João foi assassinado, enquanto sua mulher - Elizabeth Texeira - e filhos, tiveram que fugir e tentar sobreviver na clandestinidade. Além do museu, a história do casal e das ligas foi partilhada através do documentário *Cabra marcado para morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho e lançado no ano de 1984, quando o Brasil vivia o processo de abertura democrática.

espaço dotado de uma cultura escolar única, da qual falaremos detalhadamente ao longo do texto.

No CPM, a experiência de maior destaque, em relação ao estudo da História Local, ocorreu no ano de 2016, com estudantes de 9º Ano. Tratou-se de um estudo do meio promovido em Cabedelo – PB, para a organização de uma mostra de conhecimento, que tinha como tema geral Paraíba. Em parceria com os professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Geografia, as turmas foram convidadas a conhecer dois bens patrimoniais da cidade, a Fortaleza de Santa Catarina e as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, para refletir acerca do que seria Patrimônio, os critérios de preservação e abandono, os conflitos e interesses envolvidos no processo de efetivação das políticas de preservação. Poderiam ter sido escolhidos outros pontos durante a visitação, como o Porto de Cabedelo, porém, foram selecionados espaços de temporalidade recuada, para que, através deles, os estudantes pudessem perceber os processos de transformação do espaço geográfico, os múltiplos usos que um bem patrimonial pode assumir no decorrer do tempo e analisar o processo de patrimonialização promovido pelo Iphan. O mesmo raciocínio foi adotado durante a realização deste projeto, resultando na construção de um roteiro pelo Centro de João Pessoa que privilegiasse as mais antigas edificações da cidade, o que será discutido ao longo de todo o texto. Ao fim da prática, reafirmou-se, para mim, a pouca relação entre o Ensino de História e à História Local.

Todavia, a comprovação empírica que suscitou a problemática como um possível tema dissertativo ocorreu durante o mais recente período pandêmico enfrentado pela humanidade – da COVID-19. Diante da inconstância do calendário escolar da rede estadual de ensino da Paraíba, no biênio 2020/2021 passamos a ministrar aulas em datas que, corriqueiramente, não teríamos que trabalhar, tal como alguns feriados existentes no calendário escolar presencial. Um dos feriados em questão foi o dia 05/08, em que comemoramos o aniversário de fundação da cidade de João Pessoa e início de ocupação do território que atualmente compreende o estado da Paraíba.

Para que os estudantes, matriculados em turmas do 6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental (com idades entre 10 e 15 anos) não perdessem a noção de que aquele dia era uma data comemorativa – inclusive, não é possível ignorar o fato de que a escola, enquanto instituição social, é veículo de construção e difusão dos momentos de

rememoração nacional (FRONZA, 2022, p. 122-123) (DIAS, 1996, p. 50), chamados por Hobsbawm, no livro *Invenção das Tradições* (2021) de “tradições inventadas”, cuja existência atende a objetivos Nacionais ou “localistas” (neste, caso, aos objetivos locais) – planejei uma aula, para todas as turmas, sobre a Fundação da Paraíba.

Assim como nas semanas anteriores, foi idealizada uma atividade, um questionário com questões objetivas, voltadas para o contexto da ocupação portuguesa do território que atualmente denominamos Paraíba. Entretanto, neste caso, decidi aplicá-lo antes da explanação. Embora não fosse o ideal, meu objetivo era verificar empiricamente o que já imaginava: o alunado não conhece a História da fundação e processo de ocupação da cidade onde eles vivem, ou a conhecem de forma muito escassa e indireta. Dessa maneira, saliento que, num universo de cento e oitenta e sete estudantes, quando perguntado oralmente, no início da aula, poucos responderam qual o motivo do feriado. Além disso, não podemos perder de vista o fato de que o local de aplicação se trata de uma instituição que valoriza a lembrança de datas cívicas.

Não foi solicitada identificação dos indivíduos, nem nominal, nem com e-mail, nem por série. Desta forma, não é possível identificar a qual turma os participantes fazem parte. Contudo, os resultados da atividade/pesquisa apresentaram um panorama geral acerca do conhecimento dos meus alunos acerca do surgimento da cidade. Nos 187 questionários respondidos, encontramos algumas respostas que chamam atenção, a exemplo de 104 estudantes terem apontado os Tabajara como a principal tribo indígena ocupante da região, durante a chegada dos portugueses; 87 participantes afirmarem que não houve tentativas de ocupação dos franceses e holandeses (sendo a terceira e última alternativa ingleses); e 75 indicarem a Basília de Nossa Senhora das Neves como um prédio criado para proteger a cidade (estando o Forte de Santa Catarina entre as alternativas).

As demais indagações do questionário, que ao total, continha nove questões, faziam menção a questões abrangentes, como qual o primeiro nome dado à cidade de João Pessoa, qual fortaleza foi construída na entrada do rio Paraíba, a idade que a cidade estava completando ou quais tribos indígenas ocupavam o território. Na resolução das questões, percebemos uma repetição da tendência, pouco conhecimento acerca do nosso passado. Diante dessa experiência e do ingresso em um programa de Pós-Graduação no qual a prática docente estaria no centro das preocupações, no ano de 2022, tomei esses

dados como um ponto de partida para pensar na minha proposta de pesquisa, buscando apresentar, senão a todos, ao menos uma parte dos estudantes, conhecimento acerca do Período Colonial da cidade em que vivem, fazendo uso dos vestígios materiais ainda presentes no local, que evidenciam, também, imaterialidades, como relações de poder, modos de produção, rupturas e permanências.

De acordo com texto redigido por Ismênia de Lima Martins, intitulado *História e Ensino de História: memória e identidades sociais*, “no Brasil, a memória nacional e a identidade uniformizadora tiveram seus artífices na construção de uma História oficial que preponderou até a primeira metade do século XX, sem qualquer brecha para as disputas de memória ou afirmação de diversidade” (2007, p. 18 grifos nossos).

Através do discurso da autora, percebemos que houve, em nosso país, a construção de uma História, que, à medida em que foi adotada pelas instituições estatais, propagou-se entre todos os membros da nação - especialmente por intermédio das instituições de ensino - tornando-se a única narrativa oficialmente aceita na sociedade, não oferecendo margem para a valorização das memórias pertencentes aos grupos que não compõem tal narrativa, muito menos para a diversidade existente nas esferas local e regional. Em se tratando do município de João Pessoa, é perceptível um segundo processo de apagamento, resultado do processo de expansão da cidade, do qual falaremos adiante.

Ignorar uma data comemorativa, embora seja uma disposição das sociedades globalizadas, como afirma François Hartog em *Regimes de Historicidade* (2003), que vivem aprisionadas numa perspectiva eterna de tempo presente³, revela muito mais do que um imediatismo: demonstra, sobretudo, que não há uma identificação com o passado, isto é, podemos verificar uma ampla tendência no mundo contemporâneo, na qual se inserem os estudantes do ensino básico pertencentes ao Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões (instituição onde se desenvolveu toda minha pesquisa), que trazem consigo poucos referenciais de sentimento de

³ A professora Ismênia de Lima Martins, evoca o historiador Eric Hobsbawm para sinalizar que “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.” (2007, p. 14-15). A fala de Hobsbawm tem mais de trinta anos, mas permanece “atual”, uma vez que a tendência do presente contínuo é um fenômeno da contemporaneidade.

pertencimento aos lugares que ocupam, à cidade onde vivem ou uma percepção de profundidade do tempo. Falo da realidade que me cerca e dos elementos que possuo para gerenciar uma pesquisa. Entretanto, acredito que o desconhecimento não se restringe apenas ao espaço escolar, fazendo parte da realidade da maioria da população pessoense e paraibana.

Debruçando-nos na realidade das instituições de ensino – meu espaço de fala, percebemos que, as propostas apresentadas pela legislação educacional, subestimam a importância da História Local para a formação cidadã⁴ e identitária dos estudantes, afinal, o sentimento de pertença liga-se ao conhecimento, restringindo-o aos primeiros anos do nível Fundamental. Nos identificamos com o que conhecemos. No livro *História Local: a cidade na tessitura da pesquisa acadêmica*, vemos que:

“Pelo menos desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, a *História Local* tem sido considerada como conteúdo da disciplina de História para os anos iniciais do ensino fundamental. Certamente essa orientação continuou com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017”. (ASSIS, PINTO, REIS, 2020, p. 16 *grifos nossos*).⁵

O ensino da História Local é apresentado como conteúdo a ser estudado apenas nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Geralmente, nesta fase, os estudantes são acompanhados por professores polivalentes, e não por professores com formação mais aprofundada na área. Diante do contexto, podemos imaginar que há uma possibilidade de o tema estar sendo debatido sem aprofundamento. Além disso, o material didático adotado pelas escolas é produzido na região Centro-Sul, implicando na inexistência de narrativas históricas que contemplem a realidade local.

⁴ No texto de Ana Paula Squinelo e Roberta Antonello, presente na coletânea *Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória: experimentos e reflexões sobre a prática do Ensino de História* (2022), encontramos uma interessante citação de Selva Guimarães, onde se fala que: “Ensinar e aprender história local/regional faz parte de um processo de *(re)construção das identidades individuais e coletivas*, fundamental para que os sujeitos possam se *situar, compreender e intervir* no meio em que vivem como *cidadãos críticos* (GUIMARÃES, 2012, p. 240 *apud* SQUINELO e ANTONELLO, 2022, p. 21 *grifos nossos*). Reforçando o que foi apresentado no corpo do texto, as autoras apresentadas defendem que o ensino de História Local corrobora para formação das identidades, bem como na criticidade dos indivíduos.

⁵ Maria Auxiliadora Schmidt apresenta discussão semelhante. Em seu texto *O Ensino de História Local e os desafios na formação da Consciência Histórica*, ela afirma que “Na segunda metade de 1990, com a publicação, pelo Ministério da Educação brasileiro, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (...) a História Local foi tomada como um dos eixos temáticos dos conteúdos de todas as séries iniciais da escola fundamental e como perspectiva metodológica em todas as séries da educação básica”. (2007, p. 189).

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), criados para orientar os professores, apresentem a possibilidade de inserção da História Local como tema transversal da Cultura e Meio Ambiente, a proposta sucumbe na prática diante dos Currículos Escolares, tanto o oficial quanto o real, onde os profissionais da educação se veem presos, dentre tantas questões, à imposição dos conteúdos presentes no livro didático, os projetos pedagógicos elaborados em âmbito escolar, o cumprimento dos temas vigentes para o ano letivo, longas jornadas de trabalho e inúmeras questões burocráticas, como preenchimento de formulários e participação de planejamentos semanais. Em poucos momentos as brechas permitem o diálogo com a história, geografia ou literatura locais, ou isso acontece apenas quando um grupo de professores, de forma mais voluntária, consegue trazer essa dimensão local à prática do ensino.

Mesmo quando há, de fato, possíveis tentativas de inserção de materiais didáticos voltados à História Local, na perspectiva da transversalidade, nos ambientes escolares paraibanos, é necessário que faça uma reflexão. A dissertação de Jéssica Hellen dos Santos Araújo (2022) apresenta uma análise dos materiais produzidos com tal finalidade. Conforme sua pesquisa, os manuais produzidos ao longo do século XX, que chegam, inclusive a ser adotados nas escolas de ensino básico, apresentam versões que variam entre, descolamento da História Local das demais escalas de conhecimento - criando-se, assim, uma espécie de passado paraibano semelhante a um “elo perdido” (p. 32), sem nenhuma relação com a História Nacional - até livros em que havia um enaltecimento de grandes personagens ligados à trama política e a diminuição de movimentos de cunho popular, considerados frutos da “ignorância das massas populares” (p. 42). Corroboram, assim, com a ideia defendida nas páginas anteriores, de que se constroem narrativas ligadas aos grandes personagens históricos, com o apagamento de minorias (seguindo os parâmetros presentes aos livros didáticos tradicionais) ou com uma narrativa incapaz de promover um efetivo processo de aprendizagem.

O cenário acima descrito suscita algumas questões, que deverão ser respondidas ao longo deste trabalho. A primeira delas, de caráter conceitual e imprescindível para compreensão do problema apresentado é, *o que seria História Local?* E dela derivada, *o que é Local? Uma história local seria a de um Estado, de um município ou de um bairro, por exemplo?* Elucidar essas questões permite que seja estabelecida uma análise atenta a como se organizam os projetos pedagógicos e o que é

ofertado pelo mercado editorial para o Ensino de História Escolar, principalmente através do livro didático⁶. Percebendo as prioridades de discurso e das relações de poder⁷ presentes nos manuais escolares, compreendemos as respostas dadas durante a aplicação do questionário, onde é demonstrado praticamente um total desconhecimento do passado local.

Constatada a problemática, a questão passa a ser: *como isso atinge – ou não atinge – aos estudantes?* Creio eu que uma das consequências imediatas são as questões relacionadas à memória e à identidade. O desconhecimento resulta em uma falta de familiaridade com as origens da cidade onde se vive, limitando o sentimento de pertença. Desta forma, parte da identidade, da construção do que é ser pessoense (ou do que pensamos que poderia ser) não se constitui como característica pertencente ao conjunto de características de cada indivíduo, à sua múltipla identidade. Ao mesmo tempo, as memórias coletivas, responsáveis pela construção de uma narrativa de um passado coletivo comum, enfraquecem e são esquecidas, se não forem inexistentes.

Em seu cotidiano, os estudantes estabelecem vínculos efetivos com seus espaços de vivência, geralmente situados nos bairros em que vivem. As ruas, parques, jardins, estabelecimentos comerciais, igrejas, cinemas, shoppings e tantos outros pontos que eles são capazes de identificar e que fazem parte de sua realidade, estão geograficamente e imaginariamente distantes dos espaços onde nasceu o município em que eles vivem. É preciso estimular uma perspectiva histórica capaz de integrar os ambientes em que os discentes se inserem – espaços de ocupação mais recente, com os bairros oriundos do processo de ocupação que remonta o período colonial, capaz de construir um senso comum de cidadania, no sentido de pertença e fruição da cidade.

Uma última questão a ser pensada ao longo do trabalho é como podemos criar estratégias capazes de auxiliar ou suplantar as demandas acima citadas, qual seja, a de

⁶ Mesmo ciente de que os livros didáticos não são a única parte da equação relacionada ao problema do Ensino de História Local, é preciso ressaltar que seu processo de produção é permeado de dilemas, apresentados no texto de Circe Bittencourt, intitulado “*Livros didáticos entre textos e imagens*” (2002). Com enfoque voltado ao uso de imagens, a autora constrói seu texto apontando as dificuldades inerentes à construção de um livro escolar, que abrangem bem mais que o desejo dos autores em fazer um bom material, como por exemplo, as questões mercadológicas.

⁷ Os textos de Kátia Maria Abud “*Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária*”, de Libânia Xavier “*História da História não ensinada na escola: a História da Educação*” e de Kazumi Munakata “*O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação*” apresentam as disputas de poder na construção dos currículos escolares.

estabelecer um diálogo entre suas vivências e os espaços demarcados como de origem da cidade. Em outras palavras: como promover o ensino de História Local, especialmente considerando a presença de um conjunto de bens patrimoniais existentes no Centro da cidade, incentivando os alunos a estabelecer vínculos com essa área urbana mais antiga da cidade e, conseqüentemente, a criação do sentimento de pertença para além do que lhe é mais imediato? Para cumprimento do intento, escolhi como recurso metodológico o Estudo do Meio em torno dos Patrimônios Culturais. Através de dessa atividade, realizada sob bases críticas, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar uma parte da cidade por eles desconhecida, sua população e conhecer sobre o passado do território em que vivem.

Antes do desfecho desta introdução, faz-se necessário um esclarecimento: em alguns momentos do texto dissertativo, como aconteceu nas páginas anteriores, quando falo da História Local, me refiro à História de João Pessoa e da Paraíba. Considerando o fato de o processo de ocupação territorial paraibana, empreendido pelos portugueses, ter tido início pela zona litorânea, às margens do rio Sanhauá, quando falamos da fundação da cidade que atualmente denominamos de João Pessoa, também nos remetemos ao surgimento da Paraíba⁸. Entretanto, considerando o vertiginoso crescimento urbano dessa cidade nas últimas décadas do século XX e início do XXI, os novos bairros e suas populações (entre as quais podemos situar a ampla maioria dos nossos alunos), não mantêm necessariamente uma articulação com esse espaço de origem urbana do Município.

O texto dissertativo está organizado em quatro momentos, sendo três deles ligados ao processo de pesquisa e revisão bibliográfica, e o quarto e último o produto criado, resultado da prática realizada e das reflexões por ela suscitadas. O primeiro capítulo, intitulado *História Local, Identidade, Patrimônio e Estudo do Meio*, é destinado às discussões dos conceitos de História Local e a adoção do Patrimônio Cultural para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, utilizando como ferramenta metodológica o Estudo do Meio. Mediante as conceituações, também é necessário explicar acerca do espaço onde tal estratégia será aplicada, a região central tombada pelos órgãos patrimoniais no município de João Pessoa-Paraíba.

⁸ Corroborar com esta associação, fundação de João Pessoa, sinônimo de fundação da Paraíba, a professora Margarida Maria Santos Dias, ao escrever que “da capital parte a *conquista*, a *interiorização* e a explicação da História [da Paraíba]” (1996, p. 17 *grifos nossos*).

No capítulo seguinte, *Análise do Projeto Pedagógico e possibilidade de inserção da História Local* são realizadas reflexões sobre as possibilidades de integração de História Local aos conteúdos presentes na coleção de livros didáticos do Ensino Fundamental, *História: Sociedade e Cidadania*, do autor Alfredo Boulos, adotada pela rede estadual paraibana durante quatro anos (2020 a 2023), além de um texto sobre a formação da instituição e sua trajetória histórica desde então, o Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, e de um resgate da história do bairro onde a escola está situada, o bairro Tarcísio de Miranda Burity, popularmente conhecido como bairro de Mangabeira.

O terceiro capítulo, *Estudo do Meio no Centro de João Pessoa*, destina-se à apresentação das decisões tomadas para condução da atividade, que envolve processo de elaboração, planejamento e execução do estudo do meio. As impressões e reflexões dos discentes acerca do processo de produção do estudo do meio, foram captadas através da aplicação de um questionário semiestruturado, respondido por eles após a visita ao Centro. Todos os dados extraídos das questões são apresentados ao longo dessa parte do texto.

Teremos, ainda, um quarto e último capítulo, voltado ao produto, especificidade das dissertações produzidas dentro do Programa ProfHistória. Após pensar em várias possibilidades de produção, ficou decidida a apresentação de uma cartilha, com o roteiro criado a partir da aplicação da metodologia do estudo do meio. Mais do que a síntese do que foi vivenciado pela prática, o material busca apresentar novas estratégias para realização do estudo do meio, especialmente no que diz respeito ao processo de preparação prévia das turmas participantes e das atividades que poderão ser desenvolvidas durante e após a realização do roteiro.

1. HISTÓRIA LOCAL, IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E ESTUDO DO MEIO

No último quartel do século, tem sido comum, entre as produções historiográficas, trabalhos voltados ao estudo da realidade local ou com enfoque em temáticas específicas (Patrimônio, Movimentos Trabalhistas, História Social do Trabalho, História Cultural etc.), envolvendo algum espaço geográfico. Uma rápida olhada no banco de dissertações do ProfHistoria aponta tal tendência: entre os anos de 2016 e 2022, foram escritos 140 trabalhos relacionados à História Local⁹. Para os historiadores contemporâneos, tais pesquisas fazem parte de sua realidade e cotidiano. Entretanto, quando nos debruçamos na Historiografia de contextos anteriores, logo se percebe que o conhecimento histórico nem sempre se ocupou de analisar fenômenos ocorridos em âmbito local, ou, quando se ocupava demonstrava

“está arraigada uma certa concepção do processo histórico, que não é só oficial, factual, de heróis, mas sobretudo mitificada e sem sujeito (a não ser os “grandes sujeitos” nos “grandes monumentos”) uma história dos monumentos, pensada e escrita para contemplação, não para o engajamento e a inserção dos sujeitos históricos.” (DIAS, 1996, p. 24)

O trecho indica que as produções históricas se preocupavam em construir uma narrativa baseada em fatos descritos nos documentos oficiais, atrelada aos grandes personagens citados nos mesmos. Uma História Positivista¹⁰, cuja finalidade era a criação de um passado enaltecido de grandes personagens e grandes feitos, formador de mitos. Neste capítulo, faremos um resgate do caminho percorrido pelos historiadores até chegar à possibilidade de estudo da História Local, atentando para os avanços na Historiografia, que além dos personagens ligados à vida político-institucional, passa a trazer aos enredos indivíduos silenciados e espaços esquecidos ao longo dos séculos. O

⁹ <https://www.profhistoria.com.br/articles?page=8&sort=title%3AASC&terms=hist%C3%B3ria+local>. Acesso em: 12/09/2023.

¹⁰ A Escola Positivista tinha em sua propositura a propagação de grandes nomes, o uso de documentos oficiais como aporte para construção textual e produção de um conhecimento histórico de caráter essencialmente político administrativo. As informações coletadas acerca da corrente histórica conhecida como Positivismo estão presentes no livro “*História entre a Filosofia e a Ciência*”, de José Carlos Reis. A professora Vilma de Lourdes Barbosa e Melo, em seu livro *História Local: contribuições para fazer, pensar e ensinar* (2015), apresenta discussões relacionadas às mudanças ocorridas no campo da Historiografia, apontando a trajetória do conhecimento histórico, desde os seus primórdios, até chegar na perspectiva de produções voltadas para realidade local.

aparecimento dos invisibilizados, corrobora não apenas para o aparecimento de novas narrativas, mas sobretudo, no fortalecimento das memórias coletivas e criação de novas identidades.

Outra questão que será apresentada nas próximas páginas, e que possivelmente está na mente dos leitores é: como tal mudança de perspectiva na História afeta o Ensino de História? Afinal, este trabalho é voltado ao ensino. Uma das estratégias que pode ser adotada pelos professores, para a viabilização do estudo da História Local e dos indivíduos invisibilizados ao longo do tempo, é a realização de um estudo do meio. Analisar criticamente o espaço geográfico, observando atentamente a paisagem, os bens considerados patrimônios culturais existentes e refletindo acerca da atuação dos personagens que o construíram, os que atualmente o frequentam e que resistem às tentativas de esquecimento, permite a articulação entre o passado local e contextos sócio-históricos mais amplos, capazes de repercutir no tempo atual.

Sendo os bens patrimoniais apontados como objetos selecionados para reflexão durante o estudo do meio, portadores de lembranças da passagem do tempo (espaços de memória) em determinados espaços da cidade, precisamos, mesmo que de forma sucinta, discorrer a respeito do processo de implantação das políticas patrimoniais no Brasil e das questões inerentes à patrimonialização, especialmente no tocante às mudanças ocorridas nas últimas décadas, quando houve uma ampliação da categorização dos bens considerados patrimônios, englobando manifestações de cunho cultural.

O espaço escolhido para realização deste projeto de pesquisa está inserido nesse processo de patrimonialização. O Centro de João Pessoa foi tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 2009, quando houve a demarcação de vários espaços como patrimônio histórico nacional, desde então classificados como Centro Histórico. As áreas de visitação, em nosso roteiro, compõem parte dos bens imóveis tombados por esse órgão de preservação governamental. Ao longo do texto, apresentaremos com detalhes os espaços selecionados.

1.1. Ensino de História, História Local e construção de identidades

Desde a implantação da disciplina de História nos currículos escolares (que remonta ao século XIX)¹¹, os professores geralmente tiveram que lidar com narrativas criadas para atender aos anseios do Estado em formação, bem como para manutenção do status quo dos grupos políticos dominantes¹², tornando-se alvos de algum tipo de restrição às suas propostas de inovação¹³. Tais processos andam de mãos dadas, e provocam tentativas de novidade, que resultam, como no caso de anos mais recentes, em uma História que, embora tenha avançado ao longo dos anos (apresentando, como exemplos de avanço a aprovação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08), ainda apresentam como protagonistas de sua tessitura segmentos da sociedade e territórios que dominaram o cenário político e econômico nacional.

Um dos fatores que deve ser considerado como causador da morosidade nas transformações são as diferenças existentes entre a natureza e objetivos dos saberes históricos acadêmico e escolar. Durante um longo período, defendia-se a ideia de que o ambiente escolar, na disciplina de História – que atuava de mãos dadas com os

¹¹ A criação do Colégio Dom Pedro II, em dezembro de 1837, pode ser considerada um marco na implantação de um ensino de História sistematizado no Brasil. Voltada inicialmente ao Ensino Secundário, a instituição passou a criar programas e currículos que serviam de modelo para os demais colégios no país, além de fornecer curso preparatório para o Ensino Superior. A obra *“História da Educação Brasileira”*, de Paulo Ghiraldelli Júnior, apresenta de forma sucinta as contribuições da escola. A professora Kátia Maria Abud, em seu texto *“Formação da Alma e do caráter nacional: Ensino de História na Era Vargas”* apresenta como a dinâmica de criação dos currículos escolares durante o Império e primeiros anos da República era conduzida pelo Colégio Pedro II, e as alterações sofridas a partir do surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública, retirando da instituição que remonta o período imperial as atribuições de idealização das propostas educacionais no Brasil.

¹² Sobre o Colégio Dom Pedro II, encontramos diversos textos de Beatriz Boclin Marques dos Santos, dentre eles sua tese de pós-doutorado, intitulada *“O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais”*, apresentada no ano de 2009. Nele, é perceptível a relação entre o funcionamento da instituição atrelada aos interesses do Estado e da emergente elite imperial brasileira, visando garantir a preservação da ordem vigente, pautada nos personagens e valores das elites brancas. Também podemos incluir o artigo do professor Carlos Leonardo Kelmer Mathias, *“O ensino de História do Brasil: contextualização e abordagem historiográfica”*, publicado no ano de 2011, que recapitula a lógica de funcionamento das instituições básicas em diversos contextos históricos vividos pela população brasileira.

¹³ Comentamos, de passagem, as informações presentes no texto de Eliane Lourenço *“História do Brasil: revisitando uma obra polêmica”*, sobre o movimento da “História Nova do Brasil”, no começo da década de 1960, que chegou a publicar livros didáticos, prontamente proibidos depois do golpe militar de 1964, sendo vários professores presos e/ou perseguidos. Mesmo considerando as polêmicas em torno da proposta, é possível afirmar que nem sempre os professores de História aceitaram passivamente os modelos impostos.

interesses dos que chegavam ao poder - deveria apenas reproduzir os conhecimentos criados nas universidades, através da chamada transposição didática. De acordo com tal princípio, um conjunto de agentes, como os autores dos livros didáticos, se responsabiliza por transpor o saber científico para o ambiente escolar.

Desta forma, o professor atua como uma espécie de mediador no processo de transferência do conhecimento científico em ambiente escolar. Conforme é apontado no livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*, temos que:

“Essa abordagem considera a disciplina escolar dependente do conhecimento erudito ou científico, o qual, para chegar à escola e vulgarizar-se, necessita-se da *didática*, encarregada de realizar a “transposição”. Consequentemente, uma “boa” didática tem por objetivo fundamental evitar o distanciamento entre a produção científica e o que deve ser ensinado, além de criar *instrumentos metodológicos* para transpor o conteúdo científico para a escola de forma mais adequada possível.” (BITTENCOURT, 2018, p. 29, *grifos nossos*)

A citação reforça a discussão iniciada, apontando a História, enquanto disciplina ministrada em âmbito escolar, como reprodutora do que é produzido cientificamente, sendo este saber propagado através da didática adotada pelos docentes da Educação Básica. Considera-se uma didática adequada, aquela capaz de evitar o distanciamento entre as descobertas acadêmicas e o que se discute em sala de aula. Para viabilização do processo, são criados instrumentos metodológicos para transmitir os conhecimentos oriundos do Ensino Superior. Em resumo, temos que: “a didática da História (...) estaria mais voltada para as especificidades de ensinar e aprender História” (SILVA, 2019, p. 51).

Todavia, não se pode perder de vista o fato de que a propositura da escola, enquanto instituição social, se difere significativamente do que é proposto pelas instituições universitárias, inclusive, no concernente ao conhecimento histórico escolar. Holien Gonçalves Bezerra, no livro *História na sala de aula*, nos lembra um dos objetivos propostos pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que visa “desenvolver o educando, assegurar-lhe a educação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (2020, p. 37).

Pensando a respeito do que propõe a legislação educacional voltada ao Ensino Básico, percebemos que as preocupações da escola estão voltadas ao preparo dos

indivíduos para o pleno exercício da cidadania e de competências que os permitam prosseguir com seus estudos, conduzindo-os para a sequencialidade da vida escolar e, quiçá, acadêmica. Ou seja, por mais que se acredite que a História, ou qualquer disciplina ministrada, se aproxime do que é produzido cientificamente, a escola se ocupa em selecionar os aspectos da produção que atendam aos interesses de formação de cidadãos, de maneira que, ao pensarmos na História Escolar, devemos nos atentar à:

“(...) a História Escolar é uma *construção social* produzida por elaboração e reelaboração constantes de conhecimentos produzidos a partir das *relações e interações entre culturas escolar, política e histórica*; com os livros didáticos; com outros saberes que não apenas os históricos e muito menos circunscritos aos formais; com as ideias de história que circulam em novelas, filmes, jogos etc; e, não menos importante, com a história pública (história de grande circulação ou de massa).” (SILVA, 2020, p. 52, *grifos nossos*)

Cristiane Bereta da Silva, autora do trecho citado, aponta a História propagada em ambiente escolar como uma construção social, resultante da interação entre as culturas existentes nas instituições de ensino (desde já, é possível adiantar que a cultura escolar de onde se desenvolveu o projeto de pesquisa, conforme dissemos antes, se difere substancialmente de outros ambientes escolares) e no contexto histórico e político vivido por determinada sociedade, que é responsável pela produção de informações históricas que, embora nem sempre estejam preocupadas com a veracidade dos fatos ou com o rigor metodológico adotado pelos produtores da História científica, acabam repercutindo e influenciando o imaginário popular, criando narrativas que alcançam as salas de aula.

Tais narrativas circulam entre os membros das instituições de ensino, especialmente entre os frequentadores das salas de aula (professores e estudantes), proporcionando uma dinâmica própria de produção de conhecimento, que embora não seja superior nem inferior ao conhecimento acadêmico com segurança, se distingue dele. Nesta perspectiva, a didática adotada pelos docentes é encarada como resultado da união de saberes provenientes de vários espaços, condensadas através de estratégias de ensino que permitam o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Percebe-se, portanto, que há diferenças entre os objetivos propostos e metodologias aplicadas nos espaços acadêmico e escolar, a ponto de podermos afirmar que abraçar a ideia de transposição didática resulta em um descompasso entre o que, por muitos, é encarado como saber histórico a ser transmitido aos estudantes e as

transformações necessárias ao saber histórico produzido em ambiente escolar. Contudo, também é visível uma aproximação entre os dois conhecimentos, explicável pela natureza dupla da História presente em ambiente escolar. Nas palavras de Ana Maria Monteiro,

“Na história escolar, percebe-se, assim, que a estrutura narrativa pode ser reconhecida numa *dupla dimensão*: como *estrutura discursiva de expressão do conhecimento histórico* e como estrutura de sustentação da *construção didática que tem finalidade própria*”. (MONTEIRO, 2007, p. 130 *grifos nossos*)

De acordo com a autora, além da dimensão didática da História Escolar, há uma outra dimensão, a que discute o conhecimento histórico produzido cientificamente, socializado mediante as produções historiográficas. Em outras palavras, é preciso que se tenha a percepção de que as Histórias Escolar e Científica se encontram, no tocante aos conteúdos estudados, analisados e socializados nos dois espaços.

A anteriormente citada, Cristiana B. da Silva, aponta que “o conhecimento histórico escolar não abdica das *aproximações, diálogos e tensões com a historiografia, teoria da história etc.*” (SILVA, 2020, p. 52 *grifos nossos*). Mesmo não se configurando como um saber verossimilhante ao produzido em âmbito acadêmico, os conteúdos ministrados em ambiente escolar sofrem influência das correntes historiográficas que estão vigor.

Se em seus início, inspirava-se na Escola Positivista, a partir do surgimento da Escola dos Annales, novas fontes e abordagens passam a ser utilizadas para construção do conhecimento histórico escolar. O anseio por novas abordagens, cujo enfoque não se restringisse ao viés político-administrativo, e por novos métodos de análise, unindo a História com outros campos de conhecimento – a exemplo da Geografia e Sociologia¹⁴, trouxe aos historiadores (atuantes na Academia e na sala de aula) a perspectiva de incorporação de novas fontes de pesquisa: Diários, fotografias, relatórios fabris, cartas e uma gama de produções cotidianas que são incorporadas como instrumentos passíveis de análise histórica, fomentando novas metodologias no processo de produção do

¹⁴ Consultar o livro “*A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa na Historiografia*”, de Peter Burke.

conhecimento sobre o passado¹⁵. Conforme a professora Vilma de Lourdes Barbosa e Melo:

“(…) nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, observamos o que podemos chamar de revisão nas concepções do que são as histórias regionais e histórias locais, quando são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos.” (2015, p. 29-30)

Houve uma revisão das histórias praticadas em âmbitos regional e local. Arrisco dizer que ocorreu, na verdade, uma reestruturação no próprio conceito de História, agora voltada para novos objetos de estudo, que permitem a emergência de segmentos sociais outrora esquecidos. Desta forma, grupos sociais sequer citados nos documentos estatais, passam a ser objetos dos estudos históricos. O “silêncio ensurdecedor” sobre as minorias (que na verdade, são a maioria da população) é quebrado, surgindo pesquisas voltadas aos trabalhadores, mulheres, indígenas, negros, pobres etc.

Acompanhando o processo de inserção dos novos personagens históricos, surge a perspectiva de estudos do cotidiano das sociedades, seus espaços de sociabilidade e de novos espaços geográficos, que durante muito tempo foram ignorados pelas produções historiográficas. O lugar dos estudantes também foi revisto, tendo deixado uma posição na qual eram vistos como meros receptores de informações fornecidas pelos professores e sendo considerados coparticipes do processo de construção do conhecimento¹⁶.

Foi exatamente neste contexto da Historiografia, citado pela professora Vilma L. B. Melo, que surgiu a nova abordagem da História Local. É importante ressaltar que desde a História Positivista, houve produções voltadas ao passado local. As obras ligadas à esta corrente historiográfica eram criadas por escritores denominados

¹⁵ O historiador inglês Raphael Samuel, em seu texto “*Documentação: História Local e História Oral*” apresenta as dificuldades enfrentadas para incorporar como fontes históricas produções pertencentes ao cotidiano da população. Muitos documentos, como fotografias e diários, são descartados pelos herdeiros de quem os produziu, pois não os veem como valiosos para posteridade. O comportamento se estende aos ambientes fabris e industriais, que se livram do “excesso de papelório velho”.

¹⁶ Em relação à participação dos discentes no processo de produção do conhecimento histórico escolar, Ana Paula Squinelo e Roberta Antonello, no artigo *Uma proposta de aula oficina para abordagem da História do município de Guarantã no Norte: o caso do Sítio Arqueológico de São João*, chegam a afirmar que “passou a [se] valorizar a identidade individual, o senso do que é ser cidadão (ã), por meio do envolvimento dos (as) estudantes nas questões coletivas nos grupos em que estão inseridos” (2022, p. 20).

memorialistas (MELO, 2015) (ASSIS, PINTO e REIS, 2020), compiladores das memórias dos grandes personagens políticos, muitas vezes à serviço do aparelho administrativo ou de famílias influentes. Jornalistas, advogados, médicos ou com alguma outra formação acadêmica, os memorialistas eram alheios até mesmo às metodologias adotadas pelos historiadores positivistas, produzindo textos parciais, que atendiam aos interesses dos grupos dominantes locais e acompanhavam as tendências de construção da identidade nacional, de caráter elitista e excludente.

Em se tratando da História Local do estado da Paraíba, foram produzidos textos que enalteciam o passado heroico dos paraibanos, super valorizadores de fatos que nem sempre condiziam com a realidade. Encabeçada pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) – e conseqüentemente, atrelada aos interesses do aparato governamental, estas narrativas foram denominadas de paraibanidade:

“A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como ideia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano, algo que chamaremos neste trabalho de paraibanidade. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo o pensamento criado pelo Instituto Histórico”. (DIAS, 1996, p. 50)

O livro *Intrepida Ab Origene*, do qual foi extraído o extrato citado, faz uma análise do papel desempenhado pelo Estado, através do IHGP, na formação de uma imagem ideal do povo paraibano. Conforme sua autora, os memorialistas do Instituto tecem uma narrativa onde os portugueses são tidos como os civilizadores da região, criando uma cidade pautada em acordos de paz com os nativos e de grande prosperidade econômica. Os nomes dos fundadores são citados, em tom de heroísmo, criando um povo que é “heroico desde a origem”.

Por sua vez, em estudo mais recente sobre a produção didática paraibana, Jéssica Araújo, acompanhou distintos contextos de produção, nos quais buscavam-se novas formas de registrar no plano didático a história local. Ela percebe que nas primeiras décadas de século XX elaboram-se livros que seguem de perto esse perfil apontado por DIAS. Até os anos 1980 há poucas inovações, mas a partir dos anos 1990 e em diante são desenvolvidas novas propostas de história local paraibana.

O estudo do local não pode ficar preso ao “localismo”, uma espécie de “patriotismo local”, no qual a história se torna a narrativa dos feitos dos grandes homens

e das famílias mais opulentas do local. O já citado Raphael Samuel nos alerta para não apenas passarmos a olhar o local, mas também termos um olhar renovado para esse local, de forma a não repetir esse tipo de narrativa. Jean-Nöel Luc, em outro momento, nos alerta em relação ao que denomina “tentação do local”, ou seja, fica preso à cronologia e à espacialidade definidas pelo “localismo”, sem conseguir dialogar com outras dimensões espaciais e temporais. Desta maneira, a análise local “serve para questionar a ideia de que somente os grandes centros culturais, econômicos ou políticos são capazes de produzir os acontecimentos da história” (VIANA, 2016, p. 23).

Para prosseguirmos, é necessário percebermos quais foram as inovações introduzidas no método de estudo do passado local, a fim de superar as narrativas localistas. De acordo com Tauã Assis e Suely Pinto, devem ser considerados “três elementos básicos para pensarmos o trabalho com história local: *um lugar*; as *experiências dos sujeitos* do lugar; o *conhecimento construído sobre as experiências* nesse lugar” (2019, p. 8 *grifos nossos*). Sem dúvidas, a nova História Local sintetiza todos os avanços obtidos nas metodologias aplicadas à realização da pesquisa histórica e, por conseguinte, na produção historiográfica. Através dela, foi permitido aos historiadores unir o uso de novas fontes e a presença de novos personagens ao espaço geográfico no qual eles se inserem.

Os grupos outrora eclipsados – seja nos escritos localistas, engrandecedores das elites ou nos enredos nacionalistas, que privilegiam personagens e acontecimentos ligados aos estados que dominam o cenário socioeconômico nacional – surgem nas narrativas. Esta multidão de pessoas, evocadas anteriormente como invisibilizados e marginalizados, passa a ser vista, e quem os estuda sente que existe algo em comum entre eles, a ocupação de um mesmo espaço, o espaço local. Suas experiências abordam situações e vivências próximas da realidade.

O texto *História Local: contribuições para pensar, saber e ensinar*, conclui que os segmentos sociais estudados através desta perspectiva representam “a força popular, pois as pessoas estão continuamente colocando para si mesmas questões relacionadas ao local onde moram e mantêm relações sociais e de trabalho e, sobre como viveram seus antepassados” (MELO, 2015, p. 46). Os invisíveis aos acontecimentos oficiais, passam a ter nome, participação ativa no cotidiano e atuação como agentes históricos.

Estudar o local permite percebê-los, bem como as suas experiências. Em síntese: “o local se constitui como espaço organizador das experiências vividas por meio de suas redes de significado pessoais e coletivas” (ASSIS, PINTO e REIS, 2020, p. 21). Cai por terra a imagem do distante herói nacional, substituído por um novo tipo de “herói”: o personagem real e local, apontado como viveram as gerações anteriores.

Esta percepção da presença das massas e dos sujeitos singulares, mas não integrantes de grupos poderosos, nos acontecimentos históricos é possível graças ao uso de novas fontes. Como falado anteriormente, nos confins do século XX, especialmente com o surgimento da Escola dos Annales, documentos produzidos no cotidiano são considerados instrumentos para compreensão da sociedade. A este respeito, versa José Ítalo Bezerra Viana, falando que:

Esses arquivos “da vida diária” (...), guardam experiências individuais e coletivas que constroem um determinado tipo de conhecimento capaz de dar sentido às experiências individuais e coletivas de uma dada comunidade, relacionando-as com histórias mais amplas. Desse modo, os arquivos pessoais passam a ser entendidos como fontes documentais relacionadas à memória social, política e cultural de uma dada localidade. (2016, p. 21)

Os documentos cotidianos, pertencentes aos antigos invisíveis, carregam consigo suas percepções, visões de mundo, experiências e vivências. Mais que isso, eles apresentam a possibilidade de confronto entre as produções atreladas aos discursos oficiais e a forma que o povo vive e percebe os mesmos acontecimentos. O resultado é uma visão histórica mais ampla e plural dos contextos históricos.

Para a construção de novas narrativas, a principal modificação é a redução, da escala de observação dos acontecimentos¹⁷, permitindo um processo de ensino-aprendizagem marcado pela proximidade espacial e social entre os sujeitos envolvidos no estudo e objeto do conhecimento, o local em que vivem. Observar e compreender a realidade em que os indivíduos habitam proporciona um melhor entendimento e análise dos fatos ocorridos em espaços mais longínquos.¹⁸

¹⁷ O texto *História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*, cuja autoria pertence à Márcia de Almeida Gonçalves, apresenta uma interessante discussão acerca da conceituação e problematização da escala de observação. Conforme está escrito, a autora afirma que a escala de observação é o “alicerce que fundamenta grande parte das operações cognitivas associadas à produção do conhecimento histórico”. (2007, p. 178-179)

¹⁸ No próximo capítulo, será discutido como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a inserção do ensino de História Local. De antemão, é preciso dizer que o estudo das temáticas locais para

Contudo, a viabilidade deste processo ocorre mediante a inserção da realidade local nos contextos nacional e internacional. As esferas regional, nacional e até mesmo mundial influenciam e sofrem influência dos acontecimentos locais, numa relação dialética, de forma que se torna impossível desvincular os fatos de um contexto sociopolítico mais amplo. Assim sendo, abordar, questionar e criticar o entorno amplia, conseqüentemente, toda a realidade onde nos inserimos. Recorremos à afirmativa de Neves que “o local fora do contexto geral, é apenas um fragmento, e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração, e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”¹⁹. (NEVES, 1997, p. 22).

Estudarmos a localidade em que vivemos, possibilita que pensemos a respeito das memórias e das identidades²⁰ que se constituem entre os grupos sociais, justamente o terceiro aspecto que será abordado neste momento. Para entendermos o processo que envolve a produção das identidades e como elas sofrem influência das lembranças que circundam determinadas sociedades – memória coletiva, começemos com a noção de que a construção das memórias sociais é um palco de disputas de poder. É nele que se revelam todas as tensões oriundas da sociedade - a exemplo da marginalização de grupos minoritários - já anteriormente citadas. Para Jacques Le Goff (2013, p. 426)

"A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é *uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas*. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de *manipulação da memória coletiva*." (grifos nossos)

Em uma sociedade, os grupos que dominam o cenário político e econômico, preocupam-se com a manutenção de seus privilégios, portanto, buscam perpetuar suas memórias, propondo-as como um passado em comum, alinhado com as instituições estatais. A História gerada por intermédio da memória dos detentores do poder, tida

disciplina de História está contemplado apenas nas primeiras séries do Ensino Fundamental, desaparecendo dos currículos nas últimas séries do segmento e trazendo como implicações o total desconhecimento dos estudantes acerca do passado de onde vivem. Consultar texto de Tauã Assis, Suely Pinto e Márcia Reis (2020) e Ana Maria Monteiro (2007), presentes nas referências deste trabalho e anteriormente citados, no capítulo introdutório.

¹⁹ Circe Bittencout (2004, p. 166) também nos alerta sobre “os cuidados de não situar os temas da vida cotidiana de forma isolada dos contextos históricos dos temas tradicionais”, fortalecendo ainda mais a noção de que o local não pode ser estudado desvinculando-se do nacional e global.

²⁰ De antemão, advirto que o substantivo identidade será utilizado no plural, uma vez que um mesmo indivíduo pode estar alinhado com mais de uma identidade social. Podemos acrescentar, ainda, que a identidade está em constante processo de transformação, mais um indicativo de pluralização da palavra.

como coletiva, é utilizada para justificar a permanência de um grupo de atores à frente da trama política e social. Os demais segmentos sociais, excluídos da trama, disputam espaços nessa memória oficial. O que é lembrado ou relegado ao esquecimento não deixa de estar relacionado às lutas dos grupos sociais e aos jogos de poder presentes em cada contexto.

Portanto, a memória coletiva é uma representação que se tem a respeito das lembranças, onde parte dos membros de uma sociedade vão apresentá-la como supostamente comum a todos os seus segmentos. Por se tratar de uma representação, uma descrição de lembranças que, hipoteticamente, são compartilhadas entre os grupos sociais, logo concluímos que a memória coletiva é uma construção, e, por isso, um campo de elaboração e disputa social, na qual os jogos de poder não deixam de influir. Não existe uma memória, existem várias memórias que se enfrentam e buscam a hegemonia diante da sociedade. Há, portanto, uma relação dialética entre ele e a própria memória dos indivíduos, uma vez que esta depende, de forma direta, das relações estabelecidas entre os sujeitos e os grupos sociais em que se inserem.

Por fim, nos voltemos às identidades. É consenso entre os autores apontados que memória e identidade são indissociáveis. Tomando como referência Joel Candau, cujo título do livro é um indicativo desta ligação, *Memória e Identidade*, consideramos que as memórias são o ponto chave para formação das identidades, em especial a memória individual. Este tipo de memória é caracterizada por uma série de peculiaridades, dentre elas o fato de ser percebida e sentida de maneira única para cada indivíduo. Mesmo formada a partir da dialética estabelecida entre indivíduo-sociedade, se revela singular. A cada nova experiência vivida, a cada contato com a cultura, produzida como resultado direto do compartilhamento das memórias coletivas, as identidades são moldadas e atualizadas, estabelecendo-se, assim, uma relação de constante mutabilidade. (CANDAU, 2021, p. 15-53)

Assim como fizemos com as memórias coletivas, faremos uma tentativa de explicar como funciona a dinâmica dialética das identidades. O texto *História Local*, de José Ítalo Viana, aponta as identidades como

Identidade é uma *construção social e simbólica* dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as *identidades mostram-se móveis* porque são contingentes. Constata-se que *a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas* por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer

outra natureza. *Ela é construída em função de acontecimentos* que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma (GONÇALVES 2009, p. 43 *apud* VIANA, 2016, p. 37 *grifos nossos*).

As identidades são construídas a partir do contexto social em que vivem os indivíduos. Suas modificações estão condicionadas ao nível de envolvimento que cada membro da sociedade tem com os contextos históricos vividos. Quanto maior o envolvimento, maiores as transformações sofridas no campo identitário. Elas se constroem a cada experiência, a cada contato com o novo/outro. Conforme já apontado acima, elas estão em constante mudança, e por isso, são múltiplas, plurais.

A vivência dos acontecimentos muda as identidades, moldando cada um às circunstâncias locais em que vivem, de maneira que “a constituição da identidade social se entrelaça a noção de pertencimento” (ASSIS, PINTO e REIS, 2019, p. 25). Portanto, é preciso estudar uma História Local que apresente os espaços patrimonializados e que ao mesmo tempo seja capaz de revelar e contemplar a multiplicidade de grupos sociais que compuseram esse passado, os quais as produções historiográficas ligadas ao positivismo insistem em apagar, a fim de fortalecer os vínculos entre os indivíduos e a origem do local onde vivem, isto é, fortalecer o pertencimento ao local para fomentar novas vinculações identitárias nos indivíduos.

A questão do estudo da História Local, com uso dos bens patrimonializados, para o fomento de uma memória coletiva é, certamente, uma das premissas desta pesquisa. O desconhecimento dos estudantes, como apresentado na introdução, acerca do processo de ocupação da cidade em que vivem, bem como dos grupos sociais que historicamente a erigiram e formaram, era atribuído apenas às falhas no processo de ensino aprendizagem.

Contudo, à medida em que nos debruçamos no problema estudado, são perceptíveis a existência de questões subjacentes, que dificultam a vivência de situações e acesso a informações que fortaleçam o contato com as múltiplas memórias e o surgimento de novas características que se agreguem às identidades, como por exemplo, a constante perspectiva de viver o tempo presente, o *presentismo* estudado por François Hartog ou a desvinculação das tradições, abordada por autores como Eric Hobsbawm. Diante da incapacidade social de retenção de novas memórias, da dificuldade de apreensão dos acontecimentos ligados à multiplicidade de sujeitos ligados à História

Local, decorre a necessidade da preservação de ambientes que provoquem a invocação do passado e das memórias de uma sociedade, os patrimônios.

Os estudantes envolvidos no trabalho que apresentamos, em sua maioria, são habitantes da Zona Sul de João Pessoa, jovens entre 13 e 15 anos de idade, com hábitos e visões de mundo muito próprias de sua geração e do seu lugar. Conforme veremos nas próximas páginas e posteriormente, neste capítulo, o crescimento da cidade ocorreu ao longo do século XX, atrelado a uma série de fatores, tais como êxodo rural e surgimento de políticas habitacionais. Observando, especificamente, o bairro em que a escola se localiza – Mangabeira, vemos que sua criação foi destinada ao acolhimento de retirantes, provenientes de diversos pontos do estado. Nossos jovens estudantes estão relacionados em larga medida a essas transformações mais gerais.

A migração indica que a grande maioria dos membros da pesquisa foi criada por pessoas que vivem, em sua grande parte em grupos sem um vínculo de mais longo prazo com o município. A história da antiga cidade não está no âmbito de suas memórias familiares, afetivas e de vivência cotidiana. Porém, isto não significa que tal proximidade não possa ser criada. A identidade está em constante formação, além de sua notável multiplicidade. A promoção de um estudo do meio, com as diretrizes críticas necessárias, permite reflexões que poderão suscitar a incorporação do sentimento de pertença que não se restrinja apenas ao bairro, mas que incorpore num plano de maior amplitude temporal e espacial a cidade em que vivem, bem como promova um ativo diálogo entre as questões do presente e as leituras do passado.

1.2. Educação Patrimonial como metodologia no processo de ensino-aprendizagem da História Local

A necessidade de eleição de patrimônios deve-se, sobremaneira, as características das memórias e identidades. Foi discutido, nas linhas anteriores, que a memória individual é marcada por especificidades; desta forma, mesmo dentro de um

mesmo grupo, cada pessoa percebe as lembranças de acordo com suas próprias perspectivas. No tocante à memória coletiva, vimos que é categorizada como uma representação, e por isso, transmitida e impregnada na sociedade através de relatos. As experiências sociais, os contatos e vivências com aspectos culturais moldam as identidades, em constante movimento. Ora, se a figura dos narradores, conforme a concepção de Walter Benjamim, está em declínio; se as culturais locais se vêem ameaçadas pelos processos de globalização e massificação das formas de se vestir, se portar e de pensar; se existe uma dificuldade em superar o imediatismo, é preciso buscar espaços, impregnados de significados sociais, capazes de resgatar e preservar as memórias e as identidades que valorizam a História Local.

A educação patrimonial, ocupa, assim, um espaço de oportunidade, capaz proporcionar aos estudantes, através dos espaços eleitos como patrimônios, experiências e vivências que suscitem reflexões relacionadas aos múltiplos usos dos espaços ao longo do tempo, grupos sociais que os construíram e o frequentaram, ou seja, permitem a apresentação de memórias constitutivas das identidades. Neste sentido, agrego ao texto uma discussão do *Guia Prático de Educação Patrimonial*, mostrando que, ao longo do tempo, as sociedades tendem deixar marcas da cultura e costumes nos espaços físicos por elas ocupados:

“Nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 7)

Correndo o risco de cair numa redundância, prossigo a discussão adotando as palavras das autoras, “nada substitui o objeto real como fonte de informação”. O objeto real, do qual elas se referem, na verdade, objetos reais, que podem ser sintetizados nas categorias de espaços, objetos e manifestações culturais, e são frutos da ação humana direta, de todo processo de obtenção e propagação do conhecimento, contidos nas memórias sociais, carregando consigo todo o conhecimento de uma sociedade, seus

avanços tecnológicos e uma gama de relações complexas estabelecidas a partir deles. A adoção destas fontes é imprescindível, para se aprender sobre patrimônio. Os espaços físicos, elencados no grupo dos objetos reais, são os patrimônios materiais.

Longe de exaurirmos todas as discussões adjacentes das memórias e identidades, pois sabemos que elas englobam mais questões do que discutimos, voltemos nossos olhares ao processo que resultou na criação dos lugares de memória no Brasil, o surgimento do conceito das políticas patrimonialistas. Antes de prosseguirmos, trago um texto de Nara Marley Jonh, contido no livro *Identificação, valorização e preservação: do patrimônio histórico e cultural*, onde ela nos apresenta a necessidade transformação dos lugares de memória em patrimônio cultural,

“quanto mais distante do fato, da época e do contexto tomado como objeto de pesquisa, mais desgastada a memória está. A memória vai “perdendo a força, capacidade explicativa, capacidade de informar, torna-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções” (DIEHL, 2002b, p. 118) (...) a necessidade dela ser “refrescada constantemente” e *sugere como alternativa que a memória seja grafada, narrada, tornada uma fonte histórica ou, também, que seja identificada, reconhecida e transformada em patrimônio histórico e cultural da coletividade* (2002b, p. 119)” (JOHN, 2021, p. 19 grifos nossos).

Por mais propagada que seja uma memória, ao longo do tempo, ela sofre com o seu desgaste entre os membros da sociedade. O resultado é o enfraquecimento da lembrança e de toda sua rede de significados, que pode incluir, inclusive, costumes e crenças. Uma estratégia para constantemente ativarmos nossas memórias, e talvez, a mais eficaz, é a patrimonialização dos espaços importantes para perpetuação das memórias, dos espaços de memória.

Dito isto, voltemos ao processo de criação de políticas patrimonialistas no Brasil. Influenciado por medidas adotadas por países como a França²¹, nosso país

²¹ Sandra Pelegrini, em seu livro *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*, coloca que “os motins e destruições ocorridos no decorrer do processo revolucionário francês de 1789 comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Tal fato suscitou a necessidade de os revolucionários conservarem os “testemunhos” da história francesa, julgados referências da história nacional e do interesse público. De todo modo, ao repelir a pilhagem e a destruição dos imóveis e das obras pertencentes ao clero e à nobreza, o Estado os tomou como bens elevados à condição de propriedade pública.” (2009, p. 19). É este tipo de visão de patrimônio, ligado às elites, que é introjetado no Brasil, resultando em processos de preservação desvinculados da maioria da população. Encontramos, de forma detalhada, as origens das políticas de preservação francesa no texto de Mariana Vieira de Brito, *A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente*, também presente nas referências bibliográficas desta dissertação.

lançou as suas primeiras políticas efetivas em relação ao patrimônio nacional²². Durante a ditadura varguista, conhecida como Estado Novo (1937-1945), o governo buscou regulamentar o funcionamento de uma instituição voltada à preservação patrimonial. Sob a liderança do ministro da Educação e Saúde Pública - Gustavo Capanema, criou-se, através do Decreto Lei nº 378/1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), “com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Rezende *et al*, 2015. P. 01). Neste momento, houve a preocupação de salvaguardar bens materiais – os chamados patrimônio de pedra e cal - oriundos das elites nacionais e das instituições estatais, selecionados pelos membros deste órgão governamental. Edificações, espaços geográficos e manifestações culturais pertencentes às massas foram invisibilizadas e abandonadas²³. A ação do SPHAN é endossada pela autora Nara Marley John, quando nos diz que:

“(...) os tombamentos realizados pelo IPHAN, nas primeiras décadas do século XX, privilegiam os monumentos representativos da arte e arquitetura colonial da camada mais rica da sociedade, como fortificações militares igrejas e conjuntos arquitetônicos (...) Assim, “esqueceu-se” dos artefatos do povo e foram selecionadas as coisas importantes para camada social detentora das terras, da política, da cultura erudita. Segundo Ribeiro, essa política de proteção aos monumentos, por meio de tombamento do bem isolado de excepcional valor, chamado de “pedra e cal”, perdurou até 1970 (...)” (JOHN, 2021, p. 23)

As primeiras leis brasileiras, que versam a respeito do patrimônio histórico e artístico nacional, embora temporalmente distantes, estão ideologicamente alinhadas

²² Apesar do primeiro órgão de preservação do patrimônio ter sido criado em 1937, desde o século XVIII se discutia no Brasil questões relacionadas à preservação. De acordo com Sérgio Lopes e Saul Eduardo Milder, o Conde de Galveias (André de Melo e Castro), escreve para o governador de Pernambuco, reclamando do estado de conservação do Palácio das Duas Torres. Houve, no início do século XX, tentativas estaduais de implantar políticas patrimoniais, começando por Minas Gerais, seguida da Bahia e Pernambuco. Em 1930, o deputado José Wanderley de Araújo apresentou ao Congresso Nacional um projeto relacionado ao patrimônio (LOPES e MILDER, 2012, p. 166-169).

²³ Na verdade, não podemos atribuir o descaso aos espaços populares apenas às políticas patrimonialistas do país. Esse desprezo remonta períodos anteriores. A fins de exemplificação, trazemos dois casos ocorridos na Parahyba do Norte (atual João Pessoa). Conforme o historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa, no ano de 1855 houve tentativas de fechamento de um beco, situado entre as atuais ruas Duque de Caxias e General Osório. Na referida ruela eram comercializadas mercadorias, o que era considerado inadequado para o local, denominado Beco do Inferno. A geógrafa Doralice Sátyro apresenta situação semelhante, senão pior, ocorrida no ano de 1859: a proibição da edificação de casas feitas em taipa, bem como a destruição das existentes, pois representavam insalubridade e antimodernismo. Percebem que, em ambas as situações, buscou-se destruir espaços pertencentes aos despossuídos da cidade.

com o projeto de História Nacional, em curso durante o Período Imperial e consolidado na República, conforme vimos anteriormente. Um órgão estatal foi criado para determinar o que seria (ou não) considerado patrimônio. O resultado, como bem aponta Nara John, é a seleção de bens alinhados aos interesses do Estado, priorizando prédios e espaços ligados ao passado das elites. O patrimônio, bem como a História, se liga às memórias consideradas oficiais, ao passo que se distanciam das memórias populares, sociais. Embora o Brasil tenha avançado, criando o SPHAN, ainda seria necessário avançar na perspectiva dos projetos patrimonialistas, evidenciando, até mesmo nos espaços ditos oficiais, a presença das massas nele contidas: as mãos que os ergueram; os indesejados que, timidamente, ocupavam suas áreas subalternas; a presença dos pobres no cotidiano. Em outras palavras, os espaços de memória precisam fazer emergir outras lembranças, outras narrativas.

Conforme a citação, as políticas de tombamento permaneceram até ano de 1970, quando houve uma mudança de nomenclatura, e o antigo SPHAN passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nome que carrega até os dias atuais. Além da mudança nominal, houve significativas modificações sociais que repercutiram na visão que se tinha a respeito do que seria patrimônio²⁴, canalizadas no Artigo Nº 216 da Constituição Federal de 1988. Assim como a História adquiriu novos sentidos, permitindo o aparecimento de nos grupos e os estudos da esfera local, as políticas patrimoniais também foram modificadas. A nova legislação categoriza patrimônio como

“I – Formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações artísticas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arquitetônico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL. Constituição, 1988)

O patrimônio histórico e artístico passa a se chamar patrimônio cultural brasileiro. Além do conjunto de bens móveis e imóveis, alvo de preservação desde a lei publicada em 1937, há a incorporação das formas de expressão, festividades, dos modos

²⁴ No livro *Patrimônio Histórico e Cultural* (2009), de Sandra Pelegrini e Pedro Paulo Funari, vemos que ao longo do tempo, o termo patrimônio assumiu diferentes significados. Inicialmente ligado aos bens materiais herdados dos ancestrais, isto é, à propriedade privada de determinadas famílias, passa por várias apropriações até chegar às manifestações culturais, modos de fazer e saberes pertencentes a uma sociedade.

de criar, de viver, dos saberes popularmente instituídos e das manifestações culturais e obras artísticas. Ocorreu a ampliação do conceito de patrimônio, passando a envolver os bens culturais do país, não apenas os ligados aos espaços oficiais, mas o saber e os costumes que emanam do povo. A partir de 1988, tais bens passam a ser protegidos pelas políticas preservacionistas. Todavia, mesmo com a mudança na legislação, apenas no ano 2000 foi instituído o Registro dos bens culturais de natureza imaterial, através do Decreto Lei Nº 3.551 (OLIVEIRA, 2019, p.99). Este documento definiu os passos que deveriam ser dados para que os bens culturais pudessem passar pelo processo de patrimonialização.

Antes mesmo das modificações promovidas no campo da seleção do que seria considerado patrimônio, que acabamos de discutir, surgiram preocupações em relação as possíveis medidas adotadas para promoção da preservação do patrimônio e cidadania. Essas reflexões suscitadas envolvem, dentre outros aspectos, a questão da educação voltada ao patrimônio. As primeiras discussões levantadas ocorreram em âmbito internacional, lideradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Sandra Pelegrini apresenta que:

“A proposição voltada à difusão dos conhecimentos e obras representativas da genialidade humana passou a ser incentivada na década de 1930 carta de Atenas -1931- que restritivamente recomendava aos educadores a habituarem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, de modo a aumentar o interesse deles “pela proteção dos testemunhos de toda a civilização”. Nessa linha interpretativa, a *Declaração de Amsterdã* (1975) sugeria a “educação de jovens e seu envolvimento nas tarefas” relacionadas à defesa do patrimônio. Contudo, a proposição da educação nesse campo foi defendida na “Carta Internacional para salvaguarda das cidades históricas”, formulada em Icomos, em 1987. Esta aconselhava a adoção de programas de informação divulgados “desde a idade escolar”.” (PELEGRINI, 2009, p. 21)

De acordo com o extrato acima, houve três iniciativas para se chegar à ideia de uma Educação para o Patrimônio. A primeira iniciativa, datada dos primeiros anos do século XX e ainda atrelada ao conceito de patrimônio histórico e artístico, previa o conhecimento, por parte dos estudantes, com intuito de proteger os testemunhos civilizacionais; no segundo momento, ocorrido na década de 1970, e por conseguinte, coincidindo com a fase de maiores modificações no campo do conhecimento histórico, os jovens passam de meros expectadores ao papel de ajudantes na defesa do patrimônio; finalmente, no final dos anos 1980, os programas passam a ser divulgados desde a idade escolar, passando, então, a compor os currículos escolares.

No Brasil, podemos indicar alguns momentos importantes para os avanços das discussões sobre patrimônio e educação, sendo alguns deles, se comparados às discussões mundiais, bastante avançados, a exemplo do que leremos a seguir. No ano de 1983 ocorreu o *1º Seminário de Educação Patrimonial*, no Museu Imperial de Petrópolis – RJ. Neste momento, houve, pela primeira vez, a aplicação de uma metodologia inspirada na *heritage education*, uma organização inglesa cujo objetivo é desenvolver ações que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem no campo da educação patrimonial²⁵. O projeto implantado chamou-se *Projeto Dom Ratão*, voltado ao público com idade pré-escolar, preparando-os para futuras experiências com patrimônio. Os resultados das atividades foram reunidos no *Guia Básico de Educação Patrimonial*²⁶, publicado pelo IPHAN, e a atividade continua sendo aplicada. Sobre as atividades desenvolvidas utilizando tal metodologia, o professor Almir Oliveira nos fala

“(…) por meio da prática de atividades de Educação Patrimonial, o patrimônio cultural pode e deve ser utilizado por todos que compõem nossa sociedade, sejam na condição de crianças, jovens ou adultos, como fonte para o conhecimento, tanto individual quanto coletivo, sobre o nosso passado, sobre nossas tradições, capacitando-nos para que sejamos capazes de usufruir e valorizar nossa herança cultural, bem como mediante processos de criação cultural, quando necessário, estejamos capacitados a atos de ressignificação, incorporando-a a nossa vida cotidiana, ao nosso dia a dia.” (OLIVEIRA, 2019, p. 98)

No trecho, encontramos o termo patrimônio cultural, que de acordo com o site do IPHAN, a partir desta atividade, é utilizado pela primeira vez no Brasil. Ainda podemos observar que o processo de ensino-aprendizagem voltado à educação patrimonial é aplicável entre as mais diversas faixas etárias da nossa sociedade, proporcionando aos seus aprendentes um amplo conhecimento sobre o passado, as memórias e tradições, levando a uma ressignificação e valorização da cultura, incorporado ao cotidiano da população. Por conseguinte, temos o fortalecimento das noções de cidadania.

²⁵ Informações disponíveis em: <https://www.heritageeducation.org/>. acesso em: 09/11/2023.

²⁶ O *Guia Básico de Educação Patrimonial*, de autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queirós Monteiro, foi publicado pela primeira vez no ano de 1999 e compila as informações relacionadas ao projeto aplicado no Museu Imperial e outras experiências com mesmo objetivo. Além dessas informações, o manual contém sugestões de atividades, ligadas ao patrimônio, conceituação de educação patrimonial e maneiras de integrar o tema no cotidiano escolar. Textos como o de Nara Marley John e Almir de Oliveira, presentes das referências deste trabalho, trazem discussões sobre o guia.

Mais de uma década depois, no ano de 1997, na cidade de Fortaleza – CE, aconteceu o seminário *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*, cujo objetivo era consolidação dos novos direcionamentos dados ao conceito de patrimônio – alterado através da Constituição de 1988. Nesta reunião, discutiram-se as estratégias para catalogação dos patrimônios culturais, porém, para este trabalho, nos interessa saber que foi ressaltada “a relevância do desenvolvimento de um Programa Nacional de Educação Patrimonial com vistas a ampliar as atenções em relação ao patrimônio cultural brasileiro” (PELEGRINI, 2009, P. 23).

A consolidação do programa nacional de educação para o patrimônio, direcionamento apresentado na reunião realizada em 1997, se deu por intermédio do I e II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, ocorridos nos anos de 2005 e 2011. O primeiro aconteceu em São Cristóvão, no estado de Sergipe, e foi responsável pela criação dos parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial. O segundo, sediado pelo município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, discutiu a implementação de uma Política Nacional de Educação Patrimonial e as possíveis estratégias de implementação (IPHAN, 2014, p. 41).

O caminho para efetivação da educação patrimonial, em ambiente escolar, perpassa pelo processo de alfabetização patrimonial (citado pelo Guia Prático de Educação Patrimonial). Tomando como referencial o processo de alfabetização vivenciado nas primeiras séries do Ensino Básico - que promove a aprendizagem da língua aliada à codificação das palavras - se tem como objetivo principal alfabetizar os estudantes no campo do patrimônio, permitindo seu contato efetivo com o seu entorno, com sua cidade, seu espaço no mundo. Nas palavras de Marcelo Fronza:

“ao considerar a alfabetização patrimonial como ferramenta teórico-prática que possibilita ao sujeito (re)fazer a leitura do mundo que o rodeia ocorre a ampliação da compreensão de mundo do estudante e da compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Passa a ser entendida, assim, como uma forma de (re)conhecimento, produção e uso social dos bens culturais vinculada à política cultural voltada para a ciência e consciência dos bens culturais materiais e imateriais de um povo, além da história e da memória social expressas pelas produções culturais da humanidade.” (FRONZA, 2022, p. 129)

Ao estabelecer contato com os lugares em que vivem, os envolvidos no processo de alfabetização patrimonial ampliam sua compreensão da produção cultural da sociedade, ao mesmo tempo que percebem as temporalidades presentes no processo

de criação, produção, reprodução da cultura, no decorrer do tempo. Conhecendo, de fato, os bens culturais do seu povo, nas esferas material e imaterial, os educandos apreendem a memória social das produções culturais e dos espaços de memória. Nara M. John reforça a importância do estudo do local quando nos fala que “o lugar seria o lócus, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiências em forma de história e de tradição, a segurança da identidade” (2021, p. 15).

A alfabetização patrimonial, elemento chave para o processo de ensino aprendizagem no campo do patrimônio, acontece mediante quatro processos: observação, registro, exploração e significação. O professor Ricardo de Aguiar Pacheco apresenta a descrição de cada um destes momentos:

“O momento de *observação* do objeto é quando se propõe que sejam feitos exercícios de percepção sensorial do objeto no qual se identifica sua função ou significado social (...) no momento de *registro*, solicita-se aos alunos que façam anotação das informações que o próprio objeto oferece (...) o interessante, neste momento, é que o aluno faça uma observação cautelosa do objeto de reconhecendo suas particularidades (...) o terceiro momento é o da *exploração*. Nele se deseja que o aluno pesquise em outras fontes para completar as informações sobre o objeto. (...) No *momento final*, o professor conduz a apropriação dos significados atribuídos aos objetos culturais. Essa tarefa demanda a releitura do objeto em diferentes linguagens, esperando que o público da ação manifeste os significados que atribuem ao objeto estudado.” (PACHECO, 2017, p. 76-77 *grifos nossos*)

Os quatro passos para a alfabetização patrimonial compõem uma sequência, aplicável para objetos, como citado, mas também para espaços históricos (abordados nesta pesquisa). Outra ressalva, talvez a mais relevante no momento, é que o processo é iniciado pela figura do professor, atuante como mediador do conhecimento. Além de tomar a iniciativa, o docente planeja e traça os objetivos e viabiliza a atividade desenvolvida. Aos estudantes, cabe o interesse em relação a atividade e assumir o papel de protagonistas no processo de investigação da pesquisa e resultados obtidos.

Após a eleição do bem patrimonial a ser estudado, ele é apresentado aos discentes selecionados como copartícipes da pesquisa. Ao observar o objeto, se apreende para que serve e sua importância na sociedade que o utiliza; o registro oferece a oportunidade de análise dos detalhes, a exemplo das técnicas usadas para sua confecção; na exploração, é possível descobrir os múltiplos usos do bem ou do espaço ao longo do tempo. Do êxito desses três movimentos depende o último, que envolve a

(re)significação do bem, sinalizada pelas múltiplas interpretações e representações a respeito do objeto de pesquisa.

Concluimos, assim, que o processo de implantação da educação patrimonial no país, que teve início no seminário de 1983, passou por um processo de melhoramento e verticalização, se disseminando em todo território, seja por intermédio de ações/projetos desenvolvidos sob orientação do IPHAN²⁷, ou por iniciativa de docentes, que abordam a temática através da transdisciplinaridade. As medidas adotadas acompanharam os avanços nas discussões a respeito do patrimônio, que envolve “(...) o reconhecimento de identidades plurais (sejam elas de gênero, religião ou etnia) pressupõe a coexistência entre características culturais distintas, que no seu conjunto contribuem para a conformação de afinidades mais amplas (...)” (PELEGRINI, 2009, p. 24).

1.3. Estudo do Meio como estratégia de educação patrimonial

Vimos que através de algumas iniciativas, foi idealizada uma metodologia para educação patrimonial no Brasil. Tal método, que resulta em uma alfabetização patrimonial, perpassa por um processo de quatro etapas, a fim de se conhecer o que, no Guia de Educação Patrimonial, é chamado de objeto real, insubstituível, quando se trata de compreensão do patrimônio cultural.

Foi dito em páginas anteriores, mas é uma informação que deve estar impregnada ao longo de todo o texto: os estudantes participantes da pesquisa são habitantes da Zona Sul, formada por um conjunto de bairros distantes do nascedouro da cidade. Seus parentes, pouco tiveram contato com as memórias sociais que falam a respeito dos tempos que os antecederam. Para conhecer os espaços, que para eles estão próximos ao abismo do esquecimento, a fim de que se identifiquem com determinadas narrativas históricas acerca do passado e desenvolvimento da cidade em que vivem, é

²⁷ No livro, *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*, publicado no ano de 2014, encontramos as iniciativas desenvolvidas pelo IPHAN, no campo da educação patrimonial. No Ensino Básico, nas escolas de período integral, se criou o *Programa Mais Educação*; no Ensino Superior, o *Programa de Extensão Universitária (ProExt)*, apresenta uma linha de pesquisa voltada a tais estudos. Há, também, o incentivo de implantação das chamadas *Casas do Patrimônio*, que estabelecem diálogos com as ações locais e incentiva medidas voltadas para valorização do patrimônio cultural. (IPHAN, 2014, p. 29)

preciso potencializar a perspectiva apresentada pela metodologia de educação patrimonial. Observar e pesquisar indiretamente sobre os espaços da cidade torna-se insuficiente, afinal, não haveria significação, uma vez que, na verdade, os alunos não os conhecem. É preciso convidá-los a uma experiência imersiva direta, nos espaços patrimoniais previamente selecionados para atividade, através da realização de um estudo do meio. Como bem colocaram Ana Paula Squinelo e Roberta Siqueira Antonello

“tanto os bens materiais – imóveis, móveis, documentais, bibliográficos, acervos museológicos, coleções de arqueológicas – quanto os bens imateriais – celebração, formas de expressão, músicas, danças, práticas culturais coletivas – *devem ser conhecidos para ser preservados* (SQUINELO e ANTONELLO, 2022, p. 25 *grifos nossos*).

O patrimônio cultural, para que seja preservado, é preciso que seja conhecido, seja ele material ou imaterial. As identidades, constantemente alteradas, conforme as experiências vividas socialmente, são capazes de comportar mais uma característica, desde que se tenha contato com as memórias sociais. Buscamos trazer alguns elementos para possível criação de uma nova característica identitária entre os estudantes: pessoenses, habitantes de uma cidade que tem um passado permeado de múltiplas histórias. Para aprendê-lo, basta apenas diminuir a escala de observação, deixando momentaneamente em segundo plano o que costuma estar escrito nos livros didáticos, e atentar para os detalhes do passado existentes no conhecimento histórico que tiveram acesso.

A atenção a esta escala de observação local, ocorrerá mediante adoção de pontos previamente selecionados. Tais escolhas, feitas pela professora-pesquisadora, permitem que os participantes da pesquisa reflitam acerca do passado colonial da cidade, direcionando o olhar dos estudantes para os primórdios da ocupação portuguesa. Estaremos com os olhares voltados aos monumentos coloniais que, ao atravessar os séculos, ainda evidenciam as relações sociais, políticas e econômicas de seu tempo, e ao mesmo tempo, demonstram todas as transformações vividas por estes espaços e pela malha urbana pessoense.

Como funciona a metodologia que nos propomos a utilizar ao longo deste projeto de pesquisa? Para compreendê-la, é preciso conceituá-la. O estudo do meio, como já adiantamos, é uma estratégia para promoção de educação patrimonial. Ele

envolve um processo que se difere um pouco do processo anteriormente apresentado. Para entendê-lo, trago um trecho presente no texto *Estudo do meio: teoria e prática*, de Claudivan Lopes e Nídia Pontushka,

“um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professores o contato direto com determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar. Esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos.” (LOPES e PONTUSCHKA, 2009, p. 173)

Um estudo do meio como metodologia no processo de realização da pesquisa precisa ser encarado como o ápice de um preparo prévio, que envolva todos os membros da instituição escolar, não apenas os docentes da disciplina de História. Nos momentos que antecedem a saída de campo, devem ser suscitadas discussões pensando nas mais diversas esferas de conhecimento, preparando o grupo envolvido para uma gama de experiências sensoriais. Acima de tudo, para que a partir da vivência com o espaço selecionado, eles possam refletir e aperfeiçoar suas práticas como agentes históricos, capazes de promover mudanças efetivas na sociedade. Por fim, a atividade tem de estar associada também ao processo avaliativo, não se esgotando apenas na realização do trabalho de campo, mas sim sistematizando seus resultados posteriormente.

Embora pareça algo inédito, a utilização do estudo do meio como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem é tão antiga quanto a criação das instituições escolares no Brasil²⁸. Diante das lacunas existentes nos próprios currículos, as escolas “viram-se obrigadas a transpor seus muros para (re)conhecerem aquilo e aqueles que se apresentavam de maneira insuficiente, aquém dos seus portões” (SANTOS e SCHINEIDER, 2022, p. 273). Entretanto, as análises que envolvem esse tipo de método são mais recentes, passando a ser abordadas com maior frequência a partir da década de 1990 (SANTOS e SCHINEIDER, 2022).

Entendido do que se trata a atividade e sua aplicação no país, vamos refletir acerca do funcionamento da metodologia. A partir dos novos estudos relacionados ao tema, indicados por Edson Santos e Júlio Schneider, podemos afirmar que tal estratégia de ensino deve obedecer a uma série de parâmetros, organizados em três etapas –

²⁸ No texto de Claudivan Lopes e Nícia Pontuschka, há registro de que estudos do meio eram realizados por grupos imigrantes europeus anarquistas, especialmente na cidade de São Paulo, suscitando o espírito crítico sobre o meio espacial e social através das observações de campo. (2009, p. 176)

preparação, vivência e sistematização, a fim alcançar os objetivos previamente propostos pelo professor executor da atividade. Utilizaremos, novamente, Ricardo Aguiar Pacheco para elucidar o passo a passo da atividade²⁹:

“A metodologia do estudo do meio, inicialmente, promove situações que conduzam os alunos a problematizar sua realidade. Notícias de jornal e situações do cotidiano podem ser utilizadas como elemento detonador de questionamentos e curiosidades. Neste momento, está se desenvolvendo a habilidade de observar o mundo de forma curiosa e desnaturalizada. (...). Num segundo momento deve-se formalizar, junto com os alunos, estratégias de pesquisa para realizar a coleta e análise dos dados desta realidade (...) O terceiro momento desta sequência metodológica é conduzir os alunos a desenvolver ações de intervenção no contexto social estudado, entendendo que não existe conhecimento abstrato sem referência ao mundo social e que não existe assimilação sem mudança de atitude.” (PACHECO, 2017, p. 72-73)

A preparação assume um duplo sentido, suscitando a curiosidade sobre a problemática proposta pelo professor e, ao mesmo tempo, convidando os estudantes a assumirem o papel de pesquisadores do tema, buscando informações que possam encorpar os dados disponíveis; imbuídos do papel de pesquisadores, que são traçadas as estratégias de pesquisa e registro. É nesta fase que as turmas são conduzidas para visitar, observar e registrar os bens patrimoniais selecionados; por último, em posse das informações teóricas e registros, os alunos poderão ser capazes de compreender o contexto e a realidade estudados, sendo capazes de intervir na realidade, apresentando mudanças de atitudes diante do lugar onde vivem.

Outro ponto que merece destaque na aplicação desta estratégia de ensino diz respeito aos resultados esperados. É importante atentar que, mais importante que o espaço geográfico em si, é como ele será observado pelos estudantes. Despertar um olhar que permita compreender aquele local como parte da memória social que também deve ser popular, e, portanto, fator constituinte de sua identidade. Nas palavras de Paoli (1992, p. 27):

Pouco importa se neles não tenha restado nem um traço das servidões que custaram, nem dos conflitos neles inscritos. Afasta-se o sentido da história da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada.

²⁹ A professora da Universidade de São Paulo (USP), Circe Bittencourt, no livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2018), também propõe a execução do estudo do meio em três passos, batizados de: preparação prévia, atividade de campo e retorno para sala de aula. No terceiro capítulo, encontraremos os passos da atividade nomeados conforme a autora.

Pouco importa se, num primeiro olhar, não tenho restado naqueles monumentos de pedra e cal, nenhum resquício da presença popular. Neste trabalho, buscaremos propor aos estudantes uma segunda observada, mais calma e atenta, capaz de tornar perceptível o que durante muito tempo, a História Positivista tentou fugir: que aquele espaço é do povo! Não foi feito para eles, mas por eles. Cada pedra, cada tijolo, cada madeira, carrega consigo a trajetória de quem os construiu. Por mais que as narrativas históricas elitistas tenham tentado esconder, é inevitável: o Centro Histórico é um patrimônio cultural, feito por populares, forjado em meio a tensões e conflitos. E é este espaço que os estudantes serão convidados a refletir e se apropriar.

Outra dimensão que não pode ser relegada, aliás, talvez seja a mais importante e significativa de todas elas, é proporcionar ao grupo participante do estudo desenvolvido a oportunidade de refletir acerca dos grupos humanos que compõem o Centro Histórico. É preciso fomentar discussões que os permitam perceber que há vida, há pessoas ocupantes daquele espaço. Moradores de rua, membros do movimento dos sem-teto, populações ribeirinhas que áreas de disputa. Todas estas minorias foram apagadas e ignoradas na historiografia positivista. É preciso inseri-los em novas narrativas, para que sejam vistos, respeitados e reconhecidos como herdeiros do Centro e da sua dinâmica de formação.

Por intermédio dos bens patrimoniais, espaços de memória, portadores não apenas da memória oficial, mas também das memórias sociais, os estudantes serão convidados a refletir acerca do Centro da cidade em que vivem, João Pessoa³⁰. De acordo com José Ítalo Bezerra Viana:

“O patrimônio incentiva a participação social e cultural como ato essencial ao processo educacional mais amplo que a escolarização, considerando que em determinados contextos a instituição escolar não é o único agente educativo. (...) o patrimônio cultural dialoga com a História a partir das referências culturais locais para compreender e refletir acerca de processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes (VIANA, 2016, p. 49)

³⁰ Ao longo dos séculos, o município de João Pessoa recebeu várias denominações. Quando fundado (1585), foi chamado de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, invocação escolhida em homenagem ao monarca Filipe II, governante português durante o período da União Ibérica (1580-1640) e à santa protetora da cidade. Os holandeses (1634-1654), ao invadir o povoamento, chamam-no de Frederikstadt (ou Frederica), fazendo referência ao rei Frederico. Após a reconquista portuguesa, a nomenclatura inicial foi retomada. Porém, havia um outro nome circulando entre os habitantes da região, o mesmo dado ao principal rio que banha o território: Paraíba. Paulatinamente, desapareceu o nome lusitano e Parahyba do Norte foi adotado, permanecendo em uso até a morte do então governador do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1930), sendo proposto o atual nome em sua homenagem.

Como é apontado pelo autor, o patrimônio é capaz de extrapolar as barreiras impostas pelos limites que são naturalmente impostos pelo espaço escolar (Currículo, Projeto Político Pedagógico, Sistema de avaliação etc.), se tornando um dos agentes ativos no processo de escolarização, e, portanto, no processo de ensino-aprendizagem. O patrimônio cultural, especificamente, conversa com os processos sociais e culturais de um determinado local.

Estabelecendo uma relação entre a metodologia do estudo do meio com o estudo da História Local, vemos que Maria Auxiliadora Schimidit nos fala que “a História Local foi valorizada também como estudo do meio, ou seja, “como recurso pedagógico privilegiado (...) que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”” (2007, p. 189). A experiência de estudar o patrimônio de forma crítica, é o caminho mais eficaz para aprender a História Local. À medida em os membros da pesquisa se debruçam sobre os objetos reais (como o Guia de Educação Patrimonial conceitua os bens patrimoniais), tem-se a oportunidade de conhecer as inúmeras narrativas presentes nestes espaços de memória.

1.4. Interagindo com um Centro urbano tombado

Nos voltando para o espaço selecionado para a realização do estudo do meio, falaremos brevemente sobre a história da atual cidade de João Pessoa, passeando por informações provenientes de fontes primárias, e que demonstram as principais modificações sofridas no decorrer dos séculos. Ao longo do texto, recursos iconográficos serão apresentados, com intuito proporcionar uma melhor compreensão das transformações vividas pela cidade.

Surgida nos primórdios do processo de ocupação portuguesa, a localidade é um dos mais antigos núcleos urbanos do país³¹. O local de ocupação do núcleo urbano foi

³¹ A cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves não passou pelos estágios de povoamento ou vila. Surgiu como uma capitania real, sob responsabilidade da Coroa Portuguesa. Conforme relatos presentes em documentos como Sumário das Armadas (Anônimo) e História do Brasil (Frei Vicente Salvador), os ataques articulados pela Nação Indígena dos Potiguara em parceria com os Franceses, ameaçavam a

critérios escolhidos por Martim Leitão. De acordo com o arquiteto José Luiz Mota Menezes, em seu livro *“Algumas notas a respeito da evolução urbana da Paraíba”*:

“A quatro de novembro chega Martin Leitão a nova terra e ao entrar pela barra do rio São Domingos ou Paraíba, ou procurando melhor lugar para plantar a cidade, escolhe o alto de uma colina, tendo o rio Sanhauá aos pés, a dezoito quilômetros da foz do rio Paraíba, defronte do sítio em que João Tavares havia anteriormente feito a paz com Piragibe.” (MENEZES, 1985, p. 03)

A primeira informação a ser discutida, a partir do trecho, diz respeito à data apontada como de fundação da cidade. No calendário cívico, o acontecimento é comemorado no dia 05/08, dia em que João Tavares e o chefe da nação Tabajara, o nativo Piragibe, selaram um acordo de ajuda mútua contra os indígenas Potiguara (acima, chamado de acordo de “paz”). Contudo, as primeiras construções tiveram início apenas no mês de novembro de 1585, como apontado pelo autor. Inspirado nas experiências das cidades de Salvador, Olinda e outras, Leitão escolheu o alto de uma colina para dar início ao povoamento.

O núcleo urbano organizou-se em torno de dois espaços geográficos distintos: a Cidade Alta, espaço voltado à moradia das elites, com residências construídas com pedra e cal; ao funcionamento dos órgãos administrativos, e das ordens religiosas; e Cidade Baixa, destinada às atividades econômicas, especialmente àquelas ligadas ao porto, área de embarque e desembarque de mercadorias que abasteciam os moradores locais; com a presença habitações mais modestas, erguidas de pau a pique e palhas ou sobrados, que abrigavam comércios em seu térreo e as famílias proprietárias no pavimento superior³². Contudo, no decorrer dos séculos, essa dialética das Cidades Alta e Baixa assumiu um certo grau de fluidez, perceptível através da ampliação do comércio e construções da Cadeia Pública e do Teatro Santa Rosa na região baixa da cidade³³.

consolidação portuguesa no atual Nordeste. Desta forma, o governo português tomou para si a responsabilidade de dominação do território.

³² Informações presentes nos textos de Doralice Sátyro Maia (2008) e na dissertação de Jéssica Assunção, *Civitas et Urbs: o projeto Neoclássico na cidade da Parahyba* (2022), ambos presentes nas referências deste texto.

³³ Informações presentes na obra de José Luiz Mota Menezes, *“Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.”*

Do período em que os holandeses se estabeleceram no Nordeste Brasileiro e permaneceram no território paraibano, temos um dos raros relatos de descrição da província no período colonial, escrito pelo neerlandês Elias Herckmans, nomeado governador da Paraíba entre os anos de 1636-1639. O autor fez a seguinte descrição:

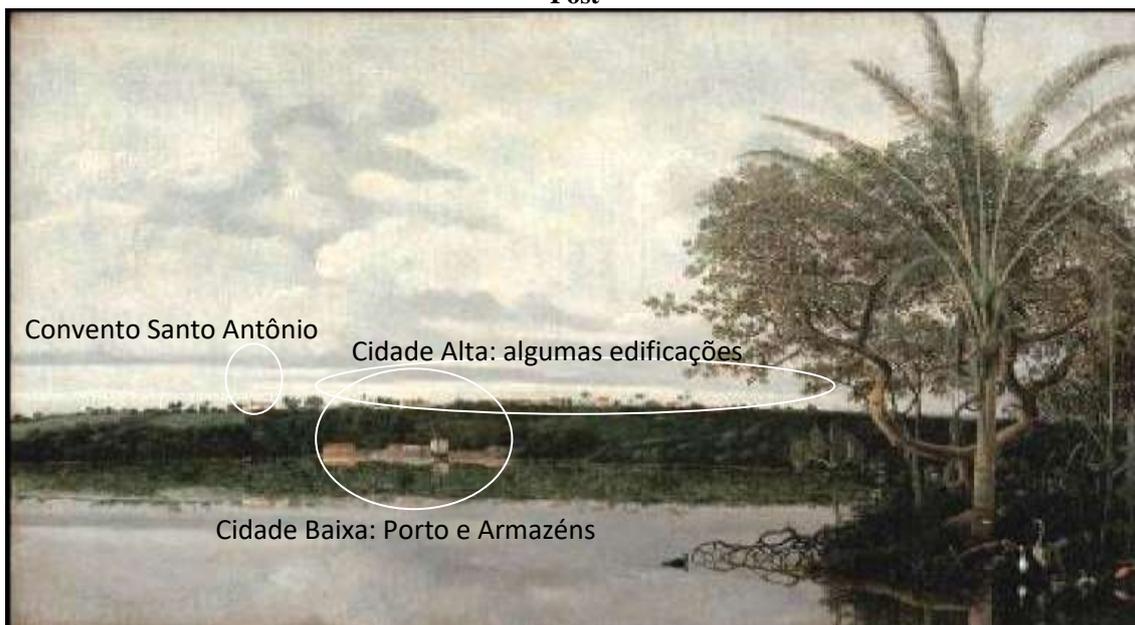
“(...) A cidade de Frederica está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica de frente da baía do Varadouro. Contam-se nela seis igrejas e conventos, que são os seguintes. O Convento de São Francisco é o maior e mais belo; está cercado de um muro, e por dentro foi construído mui regularmente. No ano de 1636, o frade e particularmente o guardião, frei Manoel de Santa Maria, tendo se metido a escrever cartas a Mathias de Albuquerque, governador do rei, aos quais caíram em poder dos neerlandeses, expeliu-se o guardião da terra; (...) os padres de São Francisco foram colocados fora do convento, em virtude da decisão tomada pelos conselheiros políticos, e o convento foi fortificado para servir de asilo ou refúgio aos neerlandeses em ocasiões de necessidade. Fez-se, pois, uma trincheira em torno dele com uma bateria, que se colocou adiante da igreja para dominar a entrada e a avenida (...) Segue-se o Convento dos Carmelitas, cujos frades se tem conservado nele até o presente. O convento não está ainda de todo acabado, porque somente há poucos anos que este lugar é cidade, e em grande parte lhe faltaram meios. O mesmo se dá com o Convento de São Bento. Quando os neerlandeses lhe ocuparam, estavam levantadas as suas paredes, mas não lhe tinha coberta, e muito menos se achava interiormente construído. Eles o teriam construído convenientemente, mas por ocasião do cerco, achou-se que este lugar estava muito bem situado para servir de fortificação diante da cidade, levantou-se uma trincheira diante do convento. Conservou-se essa trincheira até o ano de 1636, em que se dispôs o Convento de São Francisco para servir de fortificação; demoliu-se então a trincheira e entregou-se aos padres as paredes do convento, como estavam. (...) Além desses três conventos, há nesta cidade três igrejas, a principal das quais é a Matriz. E é uma obra que promete ser grandiosa, mas até o presente não foi acabada, e assim continua- arruinando-se cada vez mais de dia em dia. (...) Segue a Igreja da Misericórdia. Está quase acabada; os portugueses servem-se dela em lugar da Matriz. (...) A sexta e última igreja, que assinala o limite extremo da cidade, e é uma igrejinha, ou, por melhor dizer, uma simples capela com denominação São Gonçalo. Daí estende-se a cidade para o oriente até o Convento de São Francisco com o comprimento de quase um quarto de hora de viagem, mas escassamente edificada e com muito terreno desocupado. Desse ponto segue-se caminho através do bosque, prolongando-se geralmente ao sul e depois ao ocidente para Tibiry (...) Pouco mais ou menos no meio da cidade (...) e do lado fica a Casa do Conselheiro com a Praça do Mercado; aí está o Pelourinho, que assinala o lugar das execuções da cidade (...)” (HERCKMANS, 1886, p. 244-246)

A presença holandesa trouxe algumas alterações que marcaram não apenas o campo político, mas a dinâmica cotidiana da cidade, a começar pela sua nomenclatura. Batizada de Nossa Senhora das Neves e Filipeia de Nossa Senhora das Neves (período da União Ibérica, em homenagem ao monarca espanhol, Felipe II), passou a se chamar Frederica. hos

Os espaços entre estas construções religiosas possuíam bastante potencial para ocupação e construção, todavia, como é apresentado pelo governador, predominava na paisagem espaços vazios. Durante sua estadia, pouco melhoramentos os holandeses fizeram pela cidade de Frederica ou pela capitania da Paraíba, concentrando seus esforços em outros espaços por ele ocupados. Suas maiores contribuições, certamente, foram nos campos das artes, cartografia e da historiografia. Neste último, o relato que apresentamos; nos primeiros, podemos apresentar alguns exemplos, iniciando por uma das obras do pintor Frans Post, que vem ao Brasil com o administrador Maurício de Nassau, a fim de retratar as paisagens encontradas. O quadro a seguir, intitulado “*Cidade e Forte de Frederik na Paraíba*”, foi pintado no ano de 1638 e faz parte de um conjunto de obras que o pintor holandês confeccionou, de fato, em solo brasileiro³⁴. Sem nos ater aos detalhes artísticos que caracterizam o quadro como uma obra associada ao pintor neerlandês, podemos utilizá-la como um documento iconográfico histórico, que nos apresenta uma visão panorâmica, a partir do bairro do Varadouro. Produzida a partir de uma visão do rio Sanhauá, o pintor nos apresenta a divisão da cidade, anteriormente comentada, em Cidades Alta e Baixa, perceptível graças às construções retratadas nos dois espaços. No primeiro plano territorial, são sinalizados o porto e os armazéns utilizados para carga e descarga de mercadorias; na parte superior, as principais edificações existentes quando foram feitos os primeiros traços da pintura, merecendo destaque o Convento de Santo Antônio.

³⁴ A professora e historiadora da arte, Carla Mary S. Oliveira, no texto *Frans Post e as imagens do Brasil Holandês: o olhar que registra ou o traço que interpreta?* (2005), nos apresenta o objetivo dos holandeses, ao trazer para o solo brasileiro uma missão artística: “Artistas e cientistas foram trazidos às ruas lamacentas e mal-ajambradas de um porto distante da costa brasileira, pelo simples capricho de um nobre ilustrado que pretendia mostrar aos investidores conterrâneos a viabilidade de um empreendimento tão arriscado e, também, segundo o espírito da época, trazer a civilização àquelas terras ainda praticamente incógnitas” (p. 1), os resultados dos trabalhos realizados, mesmo que impensados pela Holanda “o primeiro conjunto uniforme de informações geográficas, botânicas, zoológicas e étnicas sobre a América que mereciam certa credibilidade na Europa” (p. 1), mas principalmente, dados acerca da obra de Frans Post. Apesar das obras de maior relevância do artista terem como temática principal as terras brasileiras, apenas dezoito obras foram pintadas no território americano. As demais telas foram confeccionadas a partir de anotações e rascunhos que Post levou para Europa, após seu retorno, com o Conde Maurício de Nassau (p. 6-8).

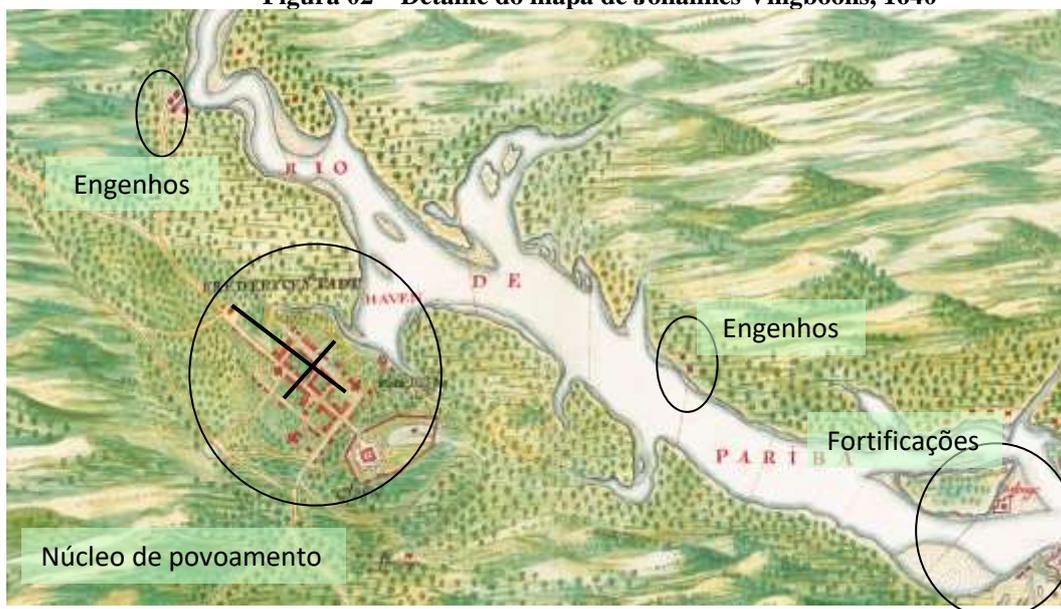
Figura 01 - Cidade e Forte de Frederik na Paraíba, Frans Post



Fonte: OLIVEIRA, Carla Mary, 2005, p.11

O segundo exemplo, agora de contribuição no campo da cartografia, é o detalhe de um dos mapas produzidos durante o Período Holandês, de autoria de Johannes Vingboons, que assim como Frans Post, também era membro da missão artística trazida por Maurício de Nassau. Produzido no ano de 1640, o cartógrafo apresentou uma visão aérea do povoamento, onde é perceptível a organização ortogonal da cidade, com a demarcação das ruas e os limites de ocupação, corroborando com a descrição feita pelo documento de Elias Herckmans.

Figura 02 – Detalhe do mapa de Johannes Vingboons, 1640



Fonte: MARTINS, Daisy Lucku, 2011, p.10

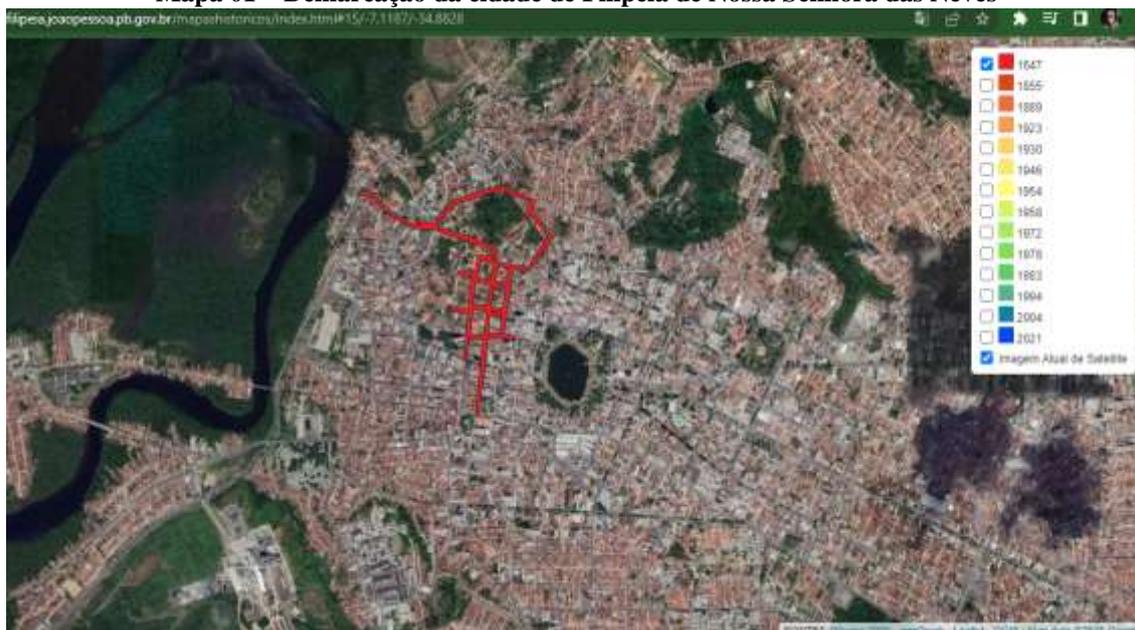
Na mesma representação cartográfica, vemos todo o baixo curso do rio Paraíba, onde foram implantadas as lavouras canavieiras, sendo possível observar alguns engenhos e propriedades agrícolas. As fortalezas que defendiam a entrada da capitania, das quais, resta apenas a Fortaleza de Santa Catarina, situada no atual município de Cabedelo, na margem esquerda do rio. No núcleo urbano, identificamos o Complexo Franciscano, cercado por muralhas, os Conventos Carmelita e de São Bento e a Igreja de São Gonçalo. Após esta capela, que assinala a saída do povoamento, temos um conjunto de estradas, que levariam a alguns pontos da capitania ou até Pernambuco. Do lado esquerdo do núcleo de povoamento, a Lagoa; no lado oposto, às margens do rio Sanhauá, armazéns. No mapa, estão grifadas de preto as ligações entre os templos religiosos, ilustrando a cruz que formavam.

Palco de eventos de suma importância para a história do país, como as lutas travadas entre os nativos e europeus e as invasões holandesas, ao mesmo tempo detentora de características geográficas peculiares, como um porto incapaz de receber embarcações de grande porte³⁵, a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves teve seu crescimento restrito, ao longo dos três primeiros séculos de ocupação.

A cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa e municípios vizinhos) se restringia a um traçado limitado de ruas, que, como já discutimos anteriormente, distribuídas entre as Cidades Alta e Baixa. Os mapas acima, confeccionados durante a presença holandesa, atestam sua pequena dimensão. Todavia, para uma melhor percepção do fato, apresentamos um novo mapa, presente no site gerido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Filipeia. Através da página, criada com ferramentas de Geoprocessamento, é possível observar a evolução do processo de ocupação urbana do município. Como vemos na imagem abaixo, no século XVII (1647) a cidade estava restrita ao que atualmente conhecemos como o bairro do Varadouro e umas poucas ruas da antiga Cidade Alta, onde hoje é o bairro do Centro.

³⁵ No livro de Wellington Aguiar e José Otávio, *Uma cidade de quatro séculos*, encontramos um relato de Henry Koster, que aponta: “o comércio da Paraíba é pouco considerável, não obstante o rio permitir que os navios de 150 toneladas transponham a barra.” (1985, p. 75). Embora o viajante não esteja se referindo ao período citado, as dificuldades de atracar transportes de grande porte deve ter sido uma constante na realidade do porto paraibano.

Mapa 01 – Demarcação da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves



. Disponível em: filipeia.joaopessoa.pb.gov.br. Acesso em: 24/10/2022

Para explicar esse restrito crescimento urbano, devemos considerar a finalidade econômica do empreendimento colonizador. Diante da ausência de metais preciosos a serem explorados pelos lusitanos, a Coroa de Portugal voltou-se para atividades agrícolas. Aproveitando a experiência na Ilha Madeira, os portugueses implantam a atividade açucareira na região litorânea do atual território brasileiro. As cidades assumem papel específico nesta iniciativa. Em artigo presente no livro *A questão urbana na Paraíba*, a professora Regina Célia Gonçalves afirma que

Foram as ligações que viria estabelecer com o campo que explicam, no Brasil, a origem do urbano. E, nesta origem, estava presente uma *contradição singular*, como aponta Francisco de Oliveira (1978, p. 68): enquanto o *locus* da *produção* colonial era *rural*, agrário, o controle da produção era *urbano*. (1999, p. 18 *grifos nossos*)

De acordo com a autora, enquanto as atividades econômicas voltavam-se para as áreas rurais, as instituições administrativas foram fundadas nas zonas urbanas, o que resulta, como destacado no trecho, em uma articulação contraditória, onde se apresenta os espaços geográficos sendo formados por centros urbanos, concebidos como avançados, ao passo que as regiões de interior são tidas como retrógradas. Sendo assim, podemos presumir que houve uma maior concentração populacional no âmbito rural.

No que diz respeito ao número da população europeia, é preciso mencionar um apontamento presente na obra *Cidade de João Pessoa: A memória do Tempo*, de Wellington Hermes de Aguiar. O autor que revela que no ano de 1601, período que antecede a presença holandesa na Paraíba, a população era formada por cerca de 800 portugueses, distribuídos entre engenhos, roçados e cidade, ao passo que havia 14.000 nativos ocupando o território, sobretudo da nação Potiguara. Nas palavras do autor:

Em seu distrito habitam mais de oitocentos portugueses em que se haverão quatorze ou quinze engenhos de açúcar e grandes roçarias de mantimentos, tem em redor quatorze mil Potiguaras, é gentio da terra e outras nações que aqui habitam repartidos por suas Aldeias que estão a cargo dos frades menores de S. Francisco. (1992, p. 38)

A professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, no texto *Passeio "con(ver)tido": breve reflexão sobre a memória e a espacialidade do Centro Histórico Pessoense*, também aborda questões relacionadas ao quantitativo da população europeia residente no espaço atualmente denominado João Pessoa. Além de confirmar as informações trazidas pelo historiador Wellington Aguiar, acrescenta dados do século XVIII: a cidade, nesta época denominada Paraíba do Norte, abrangendo os atuais municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e partes do Conde, Pitimbu e Cruz do Espírito Santo, continha cerca de 10.500 habitantes. No mesmo período histórico, a cidade de Recife-PE contava com 25.000 habitantes³⁶, e Salvador – BA possuía 65.285 moradores, sendo 39.209 ocupantes da área urbana³⁷. Estabelecendo um comparativo com Salvador (considerada a maior cidade brasileira no século XVIII) e Recife, podemos concluir que a antiga cidade teve um processo de crescimento populacional e urbano bastante acanhado³⁸.

³⁶ Informações disponíveis no site: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap5/textos.html#:~:text=A%20economia%20passava%20por%20uma,Olinda%2C%20com%204%20mil%20habitantes>. Acesso em: 07/07/2023

³⁷ Dados disponíveis em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-18.htm#:~:text=Um%20senso%20datado%20de%205,no%20final%20do%20s%C3%A9culo%2018..> Acesso em 07/07/2023.

³⁸ O texto “*Além da Dicotomia Cidade Alta e Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa*” (2005), dos autores Nelci Tinem, Juliano de Carvalho e Carla Gisele Martins também aponta para o lento desenvolvimento urbano do território pessoense, considerando-o periférico, na lógica urbana do período colonial.

É pertinente pensarmos, quando falamos a respeito da população da Parahyba do Norte, na presença dos africanos escravizados no território. Adiante, teremos uma discussão sobre um dos inúmeros ofícios realizados por eles no cotidiano da cidade. Na tese de doutorado de Matheus Silveira Guimarães (2022, p. 118-122), encontramos interessantes estimativas acerca da chegada deste segmento da população colonial, que atravessa o Atlântico forçadamente e se estabelece neste território. Conforme a pesquisa, entre os anos de 1714 e 1729 – século XVIII, citado por Wellington Aguiar e Maria de Fátima F. Rodrigues - chegaram ao solo paraibano cerca de 3.430 escravizados. Tais números não estão inseridos no contingente populacional apresentado pelos autores, mas precisam ser pensado quando apresentamos o cotidiano citadino.

Ainda no que diz respeito ao contingente populacional, encontramos, no início do século XIX, o relato do inglês Henry Koster, que se estabelece na cidade de Recife. Enquanto esteve instalado no território brasileiro, realizou algumas viagens, registradas em um livro, denominado *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Sobre a Paraíba, fez o seguinte relato:

“A cidade da Paraíba (lugares de menos população nesse país gozam deste predicamento) tem aproximadamente dois a três mil habitantes, compreendendo a parte baixa. Há vários indícios de que fora mais importante que atualmente. Trabalhavam para embelezá-la mas o pouco que se realiza é a custa do Governo, ou melhor, por querer deixar o governo uma boa administração. A principal rua é pavimentada com grandes pedras, mas deveria ser reparada. As residências têm geralmente um andar, servindo o térreo para loja. Algumas possuem janelas com vidros, melhoramento há pouco introduzido em Recife. (...) A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas, e situado ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção de três rios, fazendo descarga das suas águas no mar por um longo canal (...) (1978, p. 69-70)

No trecho apresentado, o autor aponta que a população da Cidade Baixa girava em torno de três mil habitantes, com casas construídas com dupla serventia: habitação no pavimento superior e comércio de mercadorias no térreo, ornamentadas com janelas de vidro, que certamente serviam para iluminar o interior das residências. Comparando com os dados fornecidos pela professora Maria de Fátima Rodrigues, constatamos que um terço da população total residia no bairro do Varadouro, vivendo de atividades comerciais.

Prosseguindo no relato, na mesma área existiam casas de pequeno porte, próximas aos rios, despejando seus dejetos no mar, por um canal, assemelhando-se a esgotos correndo à céu aberto. Apenas a rua principal era pavimentada, mas com reparos a serem feitos. As demais avenidas e ruelas deviam ser de terra batida e esburacadas. No período de chuvas, transitar por esses espaços era dificultoso.

A Parahyba do Norte era uma capital, mas com uma estrutura urbana bastante acanhada. Em relatório redigido por Francisco Soares da Silva Retumba, no ano de 1886 (p.35-42), são apresentadas, inclusive, dificuldades em se escoar a produção canavieira pelo porto da cidade, conhecido como Porto do Capim, obrigando os produtores a embarcar sua produção no porto pernambucano. No tocante à organização da urbe, dela dependiam recursos, mas sobretudo, interesses governamentais. Diante dos relatos de Koster e Retumba, percebe-se poucas alterações desde a saída dos holandeses, situação que se altera com o incremento da produção de algodão.

A produção algodoeira paraibana destacou-se internacionalmente, sobretudo graças aos conflitos no território estadunidense, que era um dos maiores exportadores do gênero. A província da Parahyba do Norte atuou como substituta do país na exportação do algodão, resultando em um significativo crescimento econômico, urbano e populacional. Neste contexto, Beaurpaire Rohan, assumiu a presidência da província. Com experiência no processo de ordenamento do Rio de Janeiro, deu início a um processo de modernização da cidade³⁹. No relatório que entregou à Assembleia Legislativa da Província, descreveu a situação das ruas da capital:

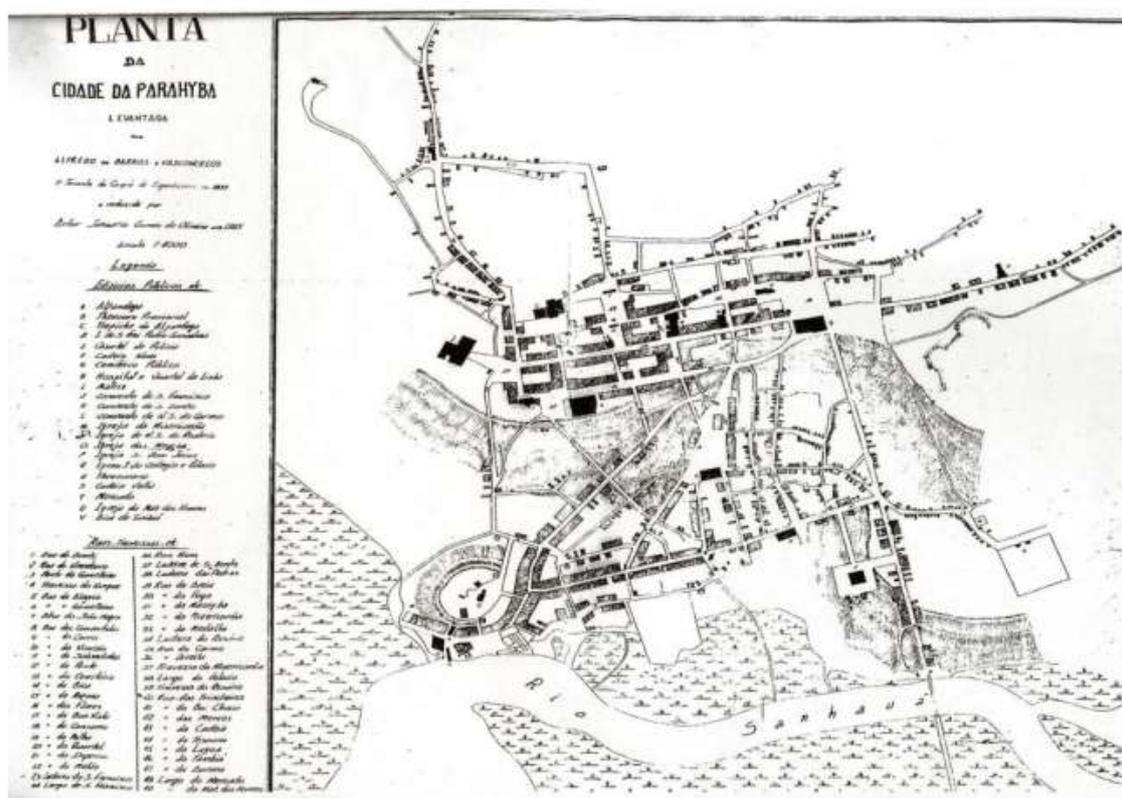
“Os arruamentos dessa cidade nunca foram, nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação aos alinhamentos. Cada um edifica a sua guisa, e dali resulta esse labirinto, em que se vai sensivelmente convertendo a cidade (...) depois de marcados os novos alinhamentos, mandarei proceder ao nivelamento geral da cidade (...) (ROHAN, 1858, p. 23-24)”

O governante aponta problemas relacionados ao crescimento desordenado da cidade, que em alguns pontos eram mais perceptíveis que os outros, com a marcante presença de casas de palha e becos. As construções não obedeciam a nenhuma padronização. O primeiro traçado urbano, presente no mapa do holandês Johannes

³⁹ Informações disponíveis em: <https://riomemorias.com.br/memoria/as-primeiras-tentativas-de-planejamento-urbano-o-relatorio-beaurepaire/>. Acesso em 10/07/2023.

Vingboons, sucumbe ao crescimento desordenado das ruas e casas. Como resultado, as novas ruas que se formavam assumiam um aspecto de labirinto. Sua proposta de reformas foi criada a partir de estudos e confecção de um mapa, desenhado pelo engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcellos, no ano de 1855. Observando o registro, foi proposto um alargamento das ruas, planificação e nivelamento, além de determinada a destruição de edificações avessas ao processo de modernização.⁴⁰

Mapa 02 – Mapa da Parahyba por Alfredo Barros e Vasconcellos, 1855



FONTE: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. 2019, p. 8

O mapa acima apresenta o desenho do traçado urbano feito por Alfredo Vasconcellos, reduzido em 1905, por Arthur Januário Gomes de Oliveira. A imagem, rica em detalhes, permite que façamos algumas considerações. A primeira delas está relacionada ao contraste na estruturação das ruas: enquanto no primeiro núcleo de

⁴⁰ Na dissertação de Jéssica Assunção (2022), são citadas as principais reformas promovidas pelo governador B. Rohan: “o presidente dá início a uma série de melhoramentos nas ruas da capital, principalmente na área do Varadouro, dos quais pode-se destacar: (1) o nivelamento da ladeira do Rosário e dos terrenos circunvizinhos; (2) a abertura e nivelamento da rua da Medalha, em continuação à rua Nova; (3) o alinhamento da rua do Império ou do Imperador; (4) o alinhamento da rua do Fogo; (5) a abertura da rua Formosa; (6) e a construção de uma estrada de rodagem, interligando a rua da Ponte ao largo da Gameleira, cuja abertura foi posteriormente aproveitada para a linha férrea.” (p. 102)

povoamento da Cidade Alta predominava a disposição das ruas nos moldes portugueses renascentistas, nas ruas de formação mais recente, especialmente àquelas pertencentes a Cidade Baixa, havia um menor rigor da organização espacial e com os usos do solo, com a marcante presença de becos. É visível a expansão da cidade, em direção aos bairros do Roger, Tambiá e Trincheiras, porém, a Lagoa não é representada, indicando que naquele período, não havia em seu entorno traços de urbanização.

A segunda diz respeito às construções da cidade. Na porção alta, predominam as maiores edificações, não apenas àquelas destinadas aos órgãos administrativos, mas também de natureza residencial. Ao mesmo tempo, é perceptível a tentativa de criação de instituições públicas administrativas na área baixa, a exemplo da Cadeia Nova, contudo, há um predomínio de pequenas construções, voltadas para fins comerciais e para a população que trabalhava em atividades desta natureza. As dimensões dos imóveis sinalizam o contraste entre eles e as moradias da Cidade Alta.

A terceira consideração, são na verdade, breves apontamentos da leitura do mapa, especialmente da Cidade Baixa, que não foi representada com tantos detalhes nos mapas expostos anteriormente. Às margens do Sanhauá, temos a representação da vegetação que protege o assoalho do rio, a Ponte do Baralho (atualmente, Ponte do Rio Sanhauá), construída na década de 1840, interligando a Rua da Imperatriz (atual Rua da República) com o território de Barreiras, situado na outra margem do rio (atualmente, município de Bayeux), uma pequena região sem vegetação, de ficava o Porto da Gameleira (atualmente, Porto do Capim, do qual falaremos adiante).

No mesmo século, outras inovações marcaram o processo de inovação do território: em 1875 teve início a construção da linha férrea, interligando a capital à várias regiões no interior; 1859 houve a visita do imperador d. Pedro II, que determinou a reconstrução da ponte de ligação entre a Parahyba do Norte e interior da província; em 1883, chegam os bondes, movidos a tração animal.

Contudo, os ventos de mudanças também trazem consigo destruição, especialmente no que diz respeito aos populares, conforme vimos, invisibilizados até mesmo das narrativas históricas. Moradias mais modestas, construídas com materiais como taipa e palha, a exemplo das residências situadas na Rua do Melão (atual Rua Beaurepaire Rohan), além de destruídas, foram proibidas de serem erguidas. A professora Doralice Sátyro Maia nos informa sobre os documentos proibitórios:

A construção característica das habitações mais populares, as casas de palha foram proibidas de serem erguidas e mesmo reparadas a partir das exigências construtivas (Artigo 53 do Código de Posturas de 20 de setembro de 1859) além de ser determinada a demolição das existentes, já que simbolizavam a insalubridade e o antimoderno. Ressalta-se que as casas de palha eram as habitações da classe trabalhadora, dos pobres da cidade e que se faziam presentes em quase todas as ruas, excetuando-se as principais ruas da Cidade Alta, onde se encontravam as melhores edificações e os melhores sobrados. (...) Nesse sentido, à proporção que a cidade da Parahyba vai se expandindo, as casas de palha vão sendo destruídas nas artérias principais e construídas nas vias consideradas periféricas ou fora da área principal da cidade. (MAIA, 2008, p. 12-13)

O documento chamado de Código de Posturas impunha regras de procedimento aos moradores de uma cidade, especialmente no que diz respeito à estrutura urbana. As leis publicadas no documento de 1859 proibiram a existência de casas de palha, construídas prioritariamente pelos trabalhadores. Como o intuito eram embelezar o Centro e os principais bairros da cidade, agora em expansão, este tipo de moradia passou a ser produzida em zonas periféricas, resultando em profundos contrastes na formação do espaço urbano e nos usos do solo, evidentes ainda mais com o passar dos anos.

As imagens a seguir retratam a atual Rua da República, anteriormente denominada Rua da Imperatriz. Na primeira imagem, é possível observar terrenos vazios e uma quantidade significativa de casas com telhados de palha, recinto dos trabalhadores da cidade. Percebe-se que o não há um nivelamento da rua nem demarcação das áreas de uso comum, em frente as residências, nos remetendo ao depoimento de Beaurepaire Rohan, presente no relatório entregue à Assembleia Provincial. A segunda imagem retrata a mesma rua, em ângulo semelhante, nos dias atuais. As modificações são notórias, a começar pelas edificações locais, das quais não sobrou nenhum vestígio das moradias de taipa e palha. Houve um nivelamento da rua, demarcação das calçadas e total ocupação dos terrenos, anteriormente vazios. Ao fundo, contrastando com o processo de urbanização, mantém-se a vegetação das margens do rio Sanhauá.

FIGURA 03 – Rua da Imperatriz, 1904



Fonte: Acervo do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Registro em: 18/10/2023.

FIGURA 04 – Atual Rua da República, antiga Rua da Imperatriz. 2020



Fonte: Google Maps. Acesso em: 16/11/2023.

O processo de urbanização e melhoramento da cidade, expresso através da derrubada das moradias mais modestas, alcançou outras esferas da vida cotidiana, chegando em espaços que, julgaríamos ser intocáveis. Acompanhando o crescimento da cidade, foram sendo construídos novos templos religiosos, para que os fiéis pudessem assistir à missa em espaços próximos de suas casas, condizentes com sua realidade social. Nas primeiras décadas do século XX, durante as gestões do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924/ 1935), quatro dessas novas igrejas foram destruídas, sob o argumento de que o uso de seus espaços contribuiria para o processo de crescimento de progresso da cidade da Parahyba do Norte. Foram as Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Igreja Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora das Mercês. Destas, falaremos brevemente das duas primeiras citadas, que atendiam à população preta e parda habitante da capital paraibana.

A antiga Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, estava situada no bairro do Tambiá (região bem próxima ao Centro e Varadouro), próxima à fonte que até os dias atuais permanece no Parque Arruda Câmara, popularmente conhecido como Bica. Foi erguida entre os séculos XVII e XVIII, e, conforme relatos de memorialistas, em um terreno cedido a um escravo devoto da santa de invocação do templo. A igreja esteve ligada à irmandade dos homens pardos, acolhendo pessoas brancas e negras. Em fevereiro de 1923, o prefeito Guedes Pereira a demoliu

(...) Com a perspectiva do progresso, o prefeito Walfredo Guedes Pereira, ajudado pelo arquiteto Clodoaldo Gouvêa e agrimensor Antônio Andrade, iniciaram reformas urbanísticas na Parahyba. Para tanto, era fundamental desobstruir os entraves construídos no passado, em favor do progresso. Por isso, começou pela periferia da cidade, no bairro Tambiá, derrubando a Igreja de N. S. Mãe dos Homens, aplainando o local para doá-lo a uma praça, a qual foi denominada de Antônio Pessoa, irmão do presidente Epitácio Pessoa, ex-presidente do estado da Parahyba. (SILVA, 2009, p. 119).

Sob o argumento de levar a cidade ao progresso, o prefeito demoliu a igreja. Posteriormente, no mesmo bairro, foi erguida uma nova igreja, com a mesma denominação. No espaço da antiga igreja, houve a construção da praça, citada pelo autor, e do Grupo Escolar Epitácio Pessoa. Nos últimos dez anos, houve reportagens divulgadas nos meios de comunicação, indicando que a população local tem se

queixado do abandono do espaço⁴¹, que tem servido para prática de crimes. Este ano (2023), no mês de abril, houve o roubo do busto de Antônio Pessoa, que adornava o espaço construído em sua homenagem⁴². O estado precário e a depredação nos levam a pensar se o novo uso de solo trouxe, de fato, o progresso, ou se o tal progresso nunca existiu.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi erigida no século XVII, no Centro da cidade, na rua que atualmente denominamos de Duque de Caxias⁴³. Ligada à população negra e escravizada, sua construção foi garantida por doações. Ao seu lado existia um pequeno riacho, aterrado durante as reformas promovidas por Beaurepaire Rohan, no ano de 1859. Ligada à grandes acontecimentos ocorridos na cidade, como a visita do imperador D. Pedro II, ou ao cotidiano da população preta, que utilizava o espaço para manifestações culturais, o prédio sucumbiu no ano de 1924, para que em seu lugar fosse construída a Praça Vidal de Negreiros.

“Para concretização da construção da praça, algumas residências foram destruídas. Em um projeto futurista, para abrigar muitos carros (...) certamente o centro da cidade não dispunha de local adequado para acomodar todos esses automóveis; para tanto, foi preciso transformar o local em uma praça onde os automóveis pudessem estacionar.” (SILVA, 2009, p. 138).

Não apenas a igreja. Algumas residências não escaparam ilesas ao projeto inovador do prefeito da capital paraibana. O local da praça, chamado de Ponto de Cem Réis – devido ao pagamento das passagens de bonde que ali circulavam – mantém seu apelido até os dias atuais. O espaço construído serviu para alocação dos veículos em circulação no centro da cidade. Um estacionamento. No mesmo terreno, na década de 1930, foi construído o Palace Hotel, prédio de luxo que servia de hospedagem para

⁴¹ Informações disponíveis em: <https://globoplay.globo.com/v/3695837/>. Acesso em: 18/11/2023.

⁴² Informações disponíveis em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/busto-desaparece-de-praca-que-homenageia-militar-em-joao-pessoa/>. Acesso em 18/11/2023.

⁴³ A professora Doralice Sátyro faz uma descrição do processo de formação da Rua Duque de Caxias: “A atual Rua Duque de Caxias dividia-se em três ruas: a Rua Direita, a Rua da Baixa e a Rua São Gonçalo. Hoje, talvez por consequência da história, essa divisão ainda é notória. No sentido norte – sul, o primeiro trecho coincide com a origem da cidade, inicia-se defronte ao largo da igreja e mosteiro de São Francisco e se estende até a igreja da Misericórdia. A partir desta, onde há um declive em função de um antigo córrego, se iniciava a Rua da Baixa e que ligava a Igreja da Misericórdia à Rua São Gonçalo e que margeava o antigo largo de São Gonçalo onde estavam a igreja, o seminário e o colégio jesuíta.” (MAIA, 2008, p.9). Pela presença do Colégio Jesuíta, o último trecho era chamado de Rua do Colégio.

membros da elite. Em 2013, o prédio é utilizado como uma espécie de shopping, onde funcionam mais de cem estabelecimentos comerciais e atualmente serve de anexo para Assembleia Legislativa⁴⁴ m dos maiores expoentes da socialização da população escravizada pessoense foi destruído, em prol de um estacionamento de veículos. Um espaço de memória popular, apagado para sempre do espaço cidadão.

As mudanças continuaram ao longo do século XX, merecendo destaque a administração do presidente do estado da Parahyba, João Lopes Machado, apontado como o primeiro a promover mudanças “tendo como ponto de apoio a ideologia do “progresso”” (SILVA, 2009, p. 52). O progresso, do qual ele era defensor, foi simbolizado pelas criações do Jornal O Norte (1908), do sistema de distribuição de água (1912) e chegada da energia elétrica (1913); também por transformações no setor de transportes, com a substituição dos bondes de burro pelos carris. Outras políticas efetivas de urbanização foram iniciadas na década de 1920. Durante o governo de Camilo de Holanda, ocorreu a abertura da Av. Presidente Epitácio Pessoa, e foi consolidado seu processo de urbanização na década de 1950, na administração de José Américo de Almeida, que ordena a pavimentação desta grande avenida. Aos poucos, a cidade abandona o Centro e a região do rio Sanhauá para voltar seus olhos ao Oceano Atlântico.

A inauguração de órgãos responsáveis por conjuntos habitacionais (destacando-se a CEHAP) e sucessivas migrações, de moradores dos interiores em direção ao litoral, foram responsáveis por um exponencial crescimento populacional na cidade, que teve seu espaço ocupacional expandido em duas direções, os eixos Leste e Sul, surgindo novos bairros. Atualmente, o município de João Pessoa conta com 59 bairros oficiais, com características expressivas, no que dizem respeito aos usos do solo e políticas de planejamento urbano, criando uma divisão entre os espaços ocupados pelas classes médias e classes de menor poder aquisitivo. Todavia, todos convergem para os primeiros núcleos urbanos, o Centro (Cidade Alta) e Varadouro (Cidade Baixa), de forma que, estes lugares, conforme Nara Marlei John “seria(m) o lócus, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiência em forma de História e Tradição, a segurança da identidade” (2021, p.15).

⁴⁴ Informações disponíveis em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/paraiba-palace-hotel/>. Acesso em: 18/11/2023.

São exatamente os pontos que, como bem colocado pela autora supracitada, detém um acúmulo de experiências e vivências da História e das tradições que iremos estudar. Os monumentos selecionados para observação – dos quais falaremos com mais detalhes ao longo do capítulo 03, durante o segmento do texto que versa sobre o planejamento do estudo do meio - resistiram aos processos de urbanização e modernização do Centro, atravessando diversos contextos políticos e econômicos e (r)existindo nos dias atuais. A permanência de determinados espaços, mesmo após todos os processos de transformação sofridos pela cidade, é justificada pelo fato deles fazerem parte do Centro Histórico da cidade, tombado pelo Iphan. O texto, produzido pelo órgão, nos informa que:

“A cidade de João Pessoa originou-se na foz do Rio Sanhauá pela posição e condições estratégicas que o estuário representava em relação à defesa da capitania hereditária de Itamaracá. *O motivo determinante do surgimento da Paraíba foi político-militar.* A necessidade de defesa e controle da região, somada às condições geográficas favoráveis, *levaram os colonizadores a estabelecerem um vínculo mais forte na cidade, construindo um porto fluvial que posteriormente serviu para o escoamento da produção açucareira.* Na fixação dos colonizadores o relevo definiu os espaços urbanos: a cidade alta, concentrando as atividades administrativas, culturais e religiosas; e a cidade baixa, voltada para o comércio, desenvolvida a partir do Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá.” (Iphan, 2002, p. 101, *grifos nossos*)

A fundação do território paraibano teve início às margens do rio Sanhauá. Distante alguns quilômetros da desembocadura do rio Paraíba no Oceano Atlântico, o citado braço direito do rio que dá nome ao nosso estado foi considerado ponto ideal para edificação do primeiro povoamento, considerando, principalmente, o contexto de hostilidade em que viviam os colonizadores portugueses. O texto elucida, ainda, importantes aspectos da natureza da ocupação territorial. Primeiramente, não podemos perder de vista a importância militar do território. A área que hoje é conhecida como Paraíba foi alvo de ataques franceses e holandeses e de intensas disputas com os nativos locais; em seguida, entendemos como as características locais foram determinantes para a definição da ocupação dos espaços urbanos, segmentados em *Cidade Alta*, voltada para as atividades administrativas e *Cidade Baixa*, destinada às atividades de natureza econômica.

Neste sentido, vemos o rio Sanhauá protagonizando como agente natural que viabiliza a realização das transações econômicas. As margens do rio são essenciais para

garantir parte o funcionamento da cidade, criada para ocupar, simultaneamente, os papéis de sede administrativa e de base econômica para alicerçar a consolidação do sistema mercantil imposto pela Coroa Portuguesa. De acordo a obra *Uma cidade de quatro séculos*, publicado em 1985:

“Após a implantação da economia canavieira, os *núcleos fundadores exerciam funções de centros administrativos e comerciais* necessários as atividades agroexportadoras cujo crescimento estava ligado à existência de um sistema produtivo, determinado pelo movimento do capital mercantil.” (Aguiar e Otávio p. 50 *grifos nossos*)

Servindo de entreposto comercial, as margens do rio recebiam mercadorias provenientes do interior, especialmente dos engenhos açucareiros criados na região da várzea garantindo o escoamento do açúcar que seguia caminho para o continente europeu. O rio Sanhauá abrigou o primeiro porto da Paraíba, que com o tempo passou a ser denominado popularmente como Porto do Capim, devido à grande quantidade de capim que desembarcava em suas margens, utilizado para alimentar os animais da região. (Aguiar e Otávio, 1985, p. 52).

Entretanto, o processo natural de assoreamento dos rios Sanhauá e Paraíba passou a ser um impasse para o desembarque de navios de grande porte, ocasionando o transporte de mercadorias através de navios de menor porte até a entrada do Oceano Atlântico. Conforme o relatório produzido pelo Engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba, no ano de 1886, a mando do presidente da província da Paraíba Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho, muitos produtores de cana de açúcar e algodão preferiam escoar suas mercadorias pelo Porto de Recife e do Rio Grande do Norte, a ponto de se tornar um empecilho para economia local (1886, p. 35 e p. 42). O texto fala que:

Essas contrariedades levam o desespero a alguns espiritos menos pacientes, e alguns senhores de engenho *empreendem a exportação de seus assucares para o Recife*. Lá, dois impostos, um para a provincia productora, outro para a provincia importadora; grandes avarias do genero nos incommodos armazons alfandegados e outras alcavalas reduzem o preço do genero, e o agricultor assim perseguido recorre a um meio de livrar-se desses prejuizos, e esse meio infelizmente é uma falta de patriotismo, é um crime: nega a patria do genero *e falo passar por filho de provincia alheia*, diminnindo assim as rendas de sua provincia, e expondo.se ao damno e ao dezar de uma impugpação. (1886, p. 34-35 *grifos nossos*)

Na citação acima, foi preservada a grafia original do documento, que não se apresenta como empecilho para compreendermos a fala do Tenente Retumba. Ele revelou que, diante das contrariedades vividas pelos produtores de açúcar, como a ausência de investimentos para subsidiar o surgimento de novas espécies, pouca assistência para controle de pragas e limitações nos transportes, devido às condições em que se encontrava o porto, os fabricantes optavam por exportar sua produção através de Recife. Em muitos casos, era preferível se identificar como produtor recifense, com intuito de diminuir a cobrança dos impostos.

A conclusão da obra do Porto de Cabedelo, nos primeiros anos do século XX, causou sérias consequências para a região do Varadouro, área onde estavam situados o Porto do Capim, o posto da Alfândega e vários armazéns destinados à carga e descarga de mercadorias transportadas pelo antigo porto. Outras vias de acesso, como a Avenida Epitácio Pessoa, passam a ser abertas, viabilizando ainda mais o contato da cidade com o oceano.

Toda a cadeia produtiva do local orbitava em torno do funcionamento do Porto do Capim, que agora estava sendo substituído por uma zona portuária mais moderna e distante. Proprietários de armazéns, estivadores e demais trabalhadores tiveram seu cotidiano duramente afetado pelas transformações. As atividades econômicas empreendidas passaram a atender apenas às demandas locais, forçando o deslocamento dos antigos depósitos para o entorno do novo porto. Conseqüentemente, ocorre um enfraquecimento econômico da região, que passou a sofrer uma nova dinâmica de ocupação espacial.

Levando em consideração a área do Centro Histórico tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), bem como questões de cunho prático, como disponibilidades de tempo (discutidas em momento oportuno), selecionamos os pontos a serem estudados, a começar pelas margens do Sanhauá e a área em seu entorno, atualmente ocupada pela comunidade Porto do Capim. O Convento Santo Antônio – que abriga uma exposição permanente de Arte Popular, a Basílica de Nossa Senhora das Neves, o Mosteiro de São Bento, a Bica dos Milagres, o Hotel Globo e a Praça dos Três Poderes também elencaram o roteiro visitado. A análise de cada um dos pontos permite a percepção da passagem do tempo, dos múltiplos usos dados a um patrimônio, dos agentes históricos responsáveis pela sua edificação e até

mesmo as disputas sociais ligadas ao processo de ocupação do espaço geográfico. Do Convento Santo Antônio ao rio Sanhauá, das margens do rio à Praça dos Três Poderes, os participantes da atividade foram convidados a refletir sobre o desenvolvimento desta cidade, João Pessoa, que acumula vestígios, histórias e narrativas com mais de quatro séculos.

Nas páginas que seguem, compondo o segundo capítulo, iremos analisar a realidade vivida pelos envolvidos na pesquisa, representadas pela escola onde o trabalho é desenvolvido, o Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões e pelo bairro onde ela se situa, o mesmo em que vivem a maioria dos estudantes, Mangabeira.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

De que é feita uma escola? Uma escola é feita de paredes, quadros, carteiras, livros, cadernos, canetas, apontadores. Mas, sobretudo, uma escola é feita de pessoas. Seres humanos animam e atribuem sentido àquele espaço, transformando-o em um espaço de vivências, experiências e aprendizagens. Podemos afirmar, sem risco de cometer um equívoco, que a dinâmica de cada instituição de ensino corresponde a um minimundo. A escola em que foi desenvolvida este trabalho dissertativo, é marcada por uma gama de peculiaridades, que chegam ao ponto da contradição: Administrada por polícias militares, mas subordinada à Secretaria de Educação; ligada a uma tradicional instituição, mas situada em um bairro popular, de formação recente (década de 1980); com um corpo docente composto por profissionais militares, mas também professores civis. Todas estas intrigantes características compõem o Colégio da Polícia Militar da Paraíba, e são expressas em seu projeto pedagógico, em seu regimento, suas normas e seu cotidiano escolar.

O objetivo principal deste capítulo é construir uma análise das propostas pedagógicas estabelecidas através dos dispositivos legais de educação, como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e dos livros didáticos – principal instrumento de trabalho para professores e estudantes, especialmente entre as instituições de ensino administradas pelos órgãos públicos – em cotejo com um espaço concreto . A partir das reflexões e constatações resultantes desta fase do projeto de pesquisa, traçar estratégias para inserção do ensino de História Local na realidade escolar.

Embora as discussões possam contemplar uma gama de entidades voltadas ao ensino, não podemos perder de vista que esta pesquisa é realizada com base em uma realidade concreta, o Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, situada no município de João Pessoa, bairro de Mangabeira VII. Mesmo que a instituição esteja vinculada à Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB), predomina, em seus processos diretivos e pedagógicos, a administração de policiais militares, trazendo implicações não apenas no concernente às deliberações da direção escolar, mas em toda a dinâmica cotidiana de funcionamento da instituição.

Desde a portaria, vigiada por um funcionário civil, vinculado à Secretaria de Educação – sempre acompanhado por um policial militar, passando pelo refeitório (cuja responsabilidade de chefia é entregue a outro policial, liderando os demais merendeiros) –, até à coordenação escolar – subdividida em Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e Comando de Corpo de Alunos, sendo este o único responsável pela aplicação de medidas disciplinares (caso algum estudante tenha tomado alguma atitude considerada cabível de repreensão) – o corpo estudantil é imerso em uma atmosfera com a marcante presença do militarismo, que envolve questões mais abrangentes que uso de uma farda, como por exemplo, o respeito à hierarquia.

As peculiaridades não se restringem às vivências nos ambientes escolares comunais, se estendendo às salas de aula, iniciando pela indumentária. O fardamento dos estudantes de Ensino Médio é semelhante ao fardamento utilizado pelos policiais militares em algum evento importante (chamado nas instituições militares de fardamento fino); já o fardamento do Ensino Fundamental – segmento onde o trabalho foi realizado – se assemelha ao uniforme adotado nas práticas de atividade física, reservando, contudo, características próprias, como a adoção de camisas tipo pólo, que conferem maior formalidade. Independente do segmento, o fato é que, se comparados aos demais estudantes da rede pública de ensino, suas vestimentas são diferentes.

A segunda ressalva diz respeito ao comportamento apresentado durante a chegada dos professores em sala de aula. Um dos estudantes da turma, selecionado semanalmente – seguindo a ordem alfabética da chamada escolar – apresenta seus colegas ao docente, informando os faltosos, possíveis ocorrências durante a troca de professores e alterações no fardamento escolar. Na imagem abaixo vemos uma apresentação de turma, realizada com os alunos que participaram deste trabalho, reunidos no auditório escolar. O estudante responsável, denominado xerife, está no centro da sala, apresentando seus colegas de turma, presentes no plano de fundo da fotografia, à professora que dará início às atividades. Podemos perceber o fardamento, citado anteriormente, e a postura dos discentes, aprendida durante aulas voltadas a esta finalidade, o preparo para se comportar em ambientes com a presença militar.

Figura 05 – Apresentação de turma CPM**Foto: Spartan Photos (Thayenny Raphaelly). Outubro 2023.**

O ritual se repete a cada novo professor e é ensinado nas aulas de Ordem Unida, nos levando à terceira dissimilitude da escola, as disciplinas militares, que criam na instituição um currículo próprio: Ordem Unida, Xadrez e Práticas Esportivas, das quais falaremos posteriormente. O somatório de todas as características acima elencadas, produz um cotidiano escolar único, que ultrapassa o dia a dia vivido pelos estudantes, resultando em uma verdadeira cultura escolar, cujo conceito é encontrado no texto de Amilton Gonçalves Santos:

“(…) o sistema escolar assume e desempenha um papel na sociedade não restrito apenas a formar indivíduos. A Cultura Escolar é essa cultura constituída de saberes, comportamentos e condutas adquiridos no interior da escola e por meio desta; que não se resume a transmissão de saberes exteriores, mas a adaptação e transformação destes criando assim um saber e cultura próprios. (SANTOS, 2018, p. 42)”

Concordamos com o autor, quando nos diz que a dinâmica incutida diariamente no ambiente escolar ultrapassa uma mera de transmissão de conteúdos curriculares, alcançando vivências que se convertem em comportamentos, condutas e formas de pensar, produzindo uma cultura exclusiva para determinado ambiente. Estamos falando de uma cultura escolar militar e, portanto, dotada de uma gama de características que

não podem ser ignoradas. Desta forma, o texto e todas as problemáticas inerentes ao objetivo são construídas tendo o CPM como ponto de partida. Através do resgate de sua história, compreendemos a realidade e as peculiaridades de uma escola administrada pela Polícia Militar e de que forma este fato interfere no processo de execução do projeto.

2.1. O Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões

No dia vinte e dois do mês de julho do ano de 1993, conforme notícia veiculada no Jornal oficial do estado, *A União*, o então governador da Paraíba – Ronaldo Cunha Lima, cumpria uma maratona de visitas às obras que estavam em execução no município de João Pessoa. Entre os canteiros vistoriados, estava a construção de mais uma escola estadual, batizada em homenagem ao seu irmão, falecido no ano de 1978, a Escola Fernando Moura Cunha Lima⁴⁵, no bairro de Mangabeira. A seguir, temos duas imagens. A primeira delas contém fragmento do jornal mencionado; a segunda é um dos registros imagéticos produzidos durante a visitação.⁴⁶

⁴⁵ Fernando Moura Cunha Lima nasceu no município de Guarabira, em 26/07/1934, filho de Demóstenes da Cunha Lima e Francisca Bandeira da Cunha. Foi um político e empresário paraibano. Conforme relatos, ingressou nos cursos de Engenharia Civil e Administração de Empresas. Não há notícias de conclusão das graduações. Membro do clã dos Cunha Lima, participou da política do estado da Paraíba, inicialmente como líder estudantil na cidade de Campina Grande e, em 1963, candidatando-se ao cargo de prefeito do município de Cabaceiras-PB, sofrendo derrota para Abdias Aires de Queiroz. No ano de 1978, apresentou candidatura pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para o cargo de Deputado Federal. Como empresário, destacou-se na presidência da ITN Trading do Brasil, terceira maior exportadora de soja do país. Meses antes das eleições, foi encontrado morto em um carro em Grumari – RJ. Conforme relatos, além dos dois tiros no peito, o empresário apresentava sinais de tortura, com queimaduras de cigarro e estrangulamento com fio de nylon. Conforme investigações avançaram, seu sócio, o empresário José Carlos Succar Farah foi considerado o autor do crime. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/09/memoria-fernando-cunha-lima.html#.ZD8PjHbMK3A>. Acesso em 18/04/2023. Disponível em: https://pt.everybodywiki.com/Fernando_Cunha_Lima. Acesso em: 18/04/2023.

⁴⁶ As fotografias foram obtidas na Fundação Casa José Américo (situada no bairro de Cabo Branco, município de João Pessoa-PB), que abriga um interessante acervo de exemplares de jornais, além de um depósito com documentos, decretos, vídeos, fotografias e até mesmo premiações, pertencentes aos governadores do estado da Paraíba e outras figuras que se destaque em nosso estado, a exemplo do escritor Virgínius da Gama e Melo.

Figura 06 - Exemplar do Jornal A União, 22/07/1993



Jornal A União, 22/07/2023, Caderno Geral, Página 05. Disponível em: Fundação Casa José Américo. Acesso em: 14/04/2023.

Conforme descrito na notícia (imagem de número 06), o governador dedicou parte de sua agenda diária à visita de obras ligadas à infraestrutura, como a duplicação da BR-230 e as obras do Acesso Oeste de João Pessoa, a construções que atendiam ao funcionamento de serviços públicos, a exemplo da Recebedoria de Rendas da Secretaria das Finanças e construções destinadas à educação e desporto, como a Escola Fernando Cunha Lima e ginásio próximo ao Estádio Almeidão.

Embora não tenha sido veiculada no jornal, a foto presente na imagem número 07 foi realizada no dia da visita às instalações da escola. Nela, podemos ver em plano central o governador Ronaldo Cunha Lima, seguido de repórteres, provavelmente responsáveis pela cobertura da notícia que seria divulgada nos meios de comunicação disponíveis na época. Além dele, é notável a presença de mais quatro personagens na imagem. Um deles é o vice-governador (e atual prefeito de João Pessoa), Cícero Lucena, o outro, o Secretário de Infraestrutura, Zenóbio Toscano, e dois militares: um de costas para câmera, dificilmente identificável e um segundo, presente em segundo plano, o então comandante da Polícia Militar da Paraíba, o Coronel João Batista de Sousa Lira.

O plano de fundo da imagem são as dependências da instituição. A imagem condiz com a descrição apresentada ao final da reportagem, apontando a existência de quatorze salas de aula (parte delas evidenciada do lado esquerdo da imagem) e um possível ambiente para professores (que estava sendo apresentado pelo militar não identificado na imagem).

Figura 07 - Visita de Ronaldo Cunha Lima às obras da Escola Estadual Fernando Moura Cunha Lima



Disponível: Fundação Casa José Américo, acervo Ronaldo Cunha Lima. Acesso em 14/04/2023.

Até o momento, nada incomum para um governo estadual, até mesmo porque, a Lei Nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que distribui as competências e responsabilidades da educação entre as várias esferas de poder público, foi publicada dois anos depois. Construção de escolas não era novidade, a não ser pelo fato de que – como podemos observar no jornal presente na Imagem 06 – a Escola Fernando Moura Cunha Lima foi construída no Centro de Ensino da Polícia Militar, no bairro de Mangabeira VII. De antemão, vale salientar que na década de 1990 o bairro era de formação recente, com apenas sete anos de existência, fazendo parte da expansão da malha urbana da cidade no sentido Sul, bem distante de seu antigo Centro.

A concessão dos terrenos é realizada mediante uma contrapartida: a assinatura de um convênio firmado entre o Governo do Estado da Paraíba e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, atribuindo a administração e os cuidados pedagógicos das instituições à Polícia Militar da Paraíba. Além disso, haveria uma reserva da maioria das

vagas para discentes com grau imediato de parentesco (filhos ou netos) com membros corporação. A implantação dos acordos é uma iniciativa pioneira na Paraíba, porém, conhecida há muito tempo entre outros estados da federação.

O convênio está circunscrito na legislação nacional que regulamenta o funcionamento dos Colégios Militares, instituições que remontam o período Imperial, sob a responsabilidade das forças armadas (especialmente o Exército Brasileiro), mas que foram regulamentadas anos depois, durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas, através da Lei Nº 3.809/1939, publicada no Diário Oficial da União do dia 17/03/1939. Em sua origem, estas instituições foram criadas para atender aos órfãos e filhos de militares, preparando-os, durante um período de cinco anos, para seguir carreira nas Forças Armadas. Assim sendo, tais escolas ofereciam disciplinas voltadas para este fim, organizadas em dois cursos simultâneos, *Curso Teórico* e *Curso Prático*. Conforme publicação⁴⁷:

“Art. 2: O curso no Colégio Militar compreende dois cursos ministrados simultaneamente:

- a) Curso Teórico – que abrange todas as disciplinas do curso secundário fundamental, encarados sob aspectos teórico, teórico-prático, e, minimamente prático para línguas vivas estrangeiras;
- b) Curso Prático – Que abrange Instrução Militar e Educação Física.” (Diário Oficial da União, 17/03/1939, p. 6029)

As disciplinas presentes no *Curso Teórico* correspondiam às mesmas disciplinas ministradas no Curso Secundário de outras instituições de ensino, durante o período⁴⁸. Nas disciplinas do *Curso Prático* os estudantes deveriam receber instruções essencialmente militares e de caráter prático, apresentadas em dois grupos: *Instrução Militar*, que se desdobraria em Instrução Pré-Militar (movimento da escola do soldado desarmado); Esgrima; Infantaria e Tiro; e *Educação Física* (DOU, 1939, p.6029-6030). É válido registrar, de antemão, que as disciplinas do Curso Prático, à medida do possível, são incorporadas aos Colégios de Polícia Militar, com a oferta da Ordem Unida, Xadrez e Modalidades Esportivas (das quais falaremos posteriormente).

⁴⁷ Diário Oficial da União, publicado no dia 17/03/1939, páginas 6029-6047. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3809-13-marco-1939-348023-anexo-pe.pdf>. Acesso em: 21/04/2023.

⁴⁸ As disciplinas ministradas no Ensino Secundário eram: Português, Histórias da Civilização e Natural, Matemática, Francês, Desenho, Música, Ciências Físicas e Naturais, Inglês, Física, Química, Latim e Alemão.

O comando destas escolas era de inteira responsabilidade de membros das Forças Armadas, que ocupavam os cargos de “comandante, sub-diretor, fiscal de pessoal, fiscal administrativo, ajudante e secretário” (DOU, 1939, p. 6034), sendo requisito para compor o quadro administrativo pertencer ao grupo de militares oficiais, isto é, com patente mínima de tenente. Um diferencial destas instituições militares seriam os professores. Classificados em *catedráticos*, *adjuntos dos catedráticos* e *contratados*. As vagas para docentes poderiam ser preenchidas por militares ou civis, nomeados por concurso de provas e títulos (DOU, 1939, p. 6037).

Outras leis e portarias foram criadas, com fins de suplementação ou alteração do dispositivo inicial. Uma das portarias foi publicada no Boletim do Exército N°033, no dia 19/08/1988. Este documento permitiu a admissão e matrícula de indivíduos do sexo feminino. Até a publicação, os Colégios Militares atendiam apenas ao público masculino.

A partir do aparato legal nacional, foram criadas na Paraíba duas legislações voltadas à implementação dos Colégios Militares no estado. A primeira delas foi a Lei n° 4.103/1979, publicada no contexto da Ditadura Militar Brasileira, durante a vigência do governo de João Batista de Figueiredo. Nela, foi facultado ao Poder Executivo Estadual a criação de Escolas Militares. Contudo, o então governador, Tarcísio de Miranda Burity, publicou a lei com um veto parcial. Conforme o documento:

“O projeto, sob exame, é *parcialmente inconstitucional* (Art. 5) e *inconveniente aos interesses da Administração*, porque se conflita com os princípios que informam nosso Sistema Estadual de Ensino. Sancionado o projeto na íntegra e, executada a lei, a unidade de ensino, uma vez criada, poderia *escapar do controle do setor oficial*, ao qual compete a gerência da ação governamental relativa às atividades educacionais, visto que prescreve o Decreto Legislativo que a escola se *subordinaria diretamente ao Comando Geral da Polícia Militar*.” (Lei N° 4.103/1979, 17/10/1979. *Grifos nossos*)⁴⁹

Conforme parecer assinado pelo representante do Executivo da Paraíba, as atribuições legais do campo educacional eram de responsabilidade do Sistema Estadual de Ensino. Desta forma, a criação de Colégios Militares, submetidos diretamente ao

⁴⁹ Disponível em:

https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1979_AUTORIZA_A_CRIAR_O_COLEGIO_DA_POLICIA_MILITAR.pdf. Acesso em: 21/04/2023

Comando Geral da Polícia Militar se caracterizaria como um escape no controle por parte do setor oficial, e por isso, considerada uma medida inconstitucional.

Após essa declaração, as discussões sobre educação militar na Paraíba são esquecidas por um período de onze anos. Em 1990 a pauta é retomada. Por coincidência, o estado vivenciava um novo mandato do jurista Tarcísio de Miranda Burity. Através da Lei nº 5.269/1990, publicada em 18/04/1990, é criado o *Sistema de Ensino da Polícia Militar da Paraíba*. A ideia de implementação de uma instituição de ensino básico sob jurisdição da Polícia Militar aparece atrelada a uma rede educacional voltada ao preparo de indivíduos para carreira militar.

O Sistema Educacional da Polícia Militar seria composto por quatro diretorias, “de finanças, de pessoal, de apoio logístico e de ensino” (Lei nº5.269/1990, p. 02). A Diretoria de Ensino, enfoque desta discussão, tinha como finalidade o “planejamento, a supervisão e avaliação de todas as atividades relacionadas com a capacitação profissional de policiais militares e civis, de interesse da corporação” (Lei nº5.269/1990, p. 03)⁵⁰. O funcionamento da diretoria educacional seria garantido pela criação de órgãos, cujo objetivo era promover o apoio ao ensino militar. Dentre os órgãos criados estava o Colégio da Polícia Militar. No documento, ficou definido que esta instituição de ensino básico e o Centro de Estudos Superiores deveriam ser progressivamente implantados, mediante disponibilidade de espaço físico e de pessoal que se adequasse ao trabalho a ser desenvolvido.

Embora se trate do mesmo governador no poder, Tarcísio de Miranda Burity, o cenário político vivido no Brasil era bastante diferente do encontrado durante a publicação da Lei nº 4.103/1979, em que a documentação foi publicada com veto parcial. No ano de 1990 já havia sido elaborada uma nova Constituição para o país e escolhido o primeiro presidente da república pós ditadura militar. Note-se que a Lei nº 5.269/1990 como apontado acima, não versa sobre uma escola, mas a regulamentação de toda preparação policial na Paraíba. O CPM aparece como parte deste contexto mais abrangente.

⁵⁰ Disponível em:

https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1990_CRIA_O_SISTEMA_DE_ENSINO_DA_POLICIA_MILITAR_E_ALTERA_DISPOSITIVOS_DA_LEI_3_907.pdf. Acesso em: 21/04/2023

Como visto nas páginas anteriores, especialmente na figura 06, a materialização do espaço físico (uma das condições ao funcionamento da escola) do Colégio da Polícia Militar estava em curso no ano de 1993. Vimos, inclusive, que as dependências desta escola foram construídas no mesmo espaço do Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba, local destinado à formação básica e superior dos policiais militares e civis. A foto apresentada atesta que em meados do ano, mês de julho, a obra já estava em estágio avançado de desenvolvimento. Desta forma, os trabalhos letivos poderiam ter início no ano subsequente, 1994.

Assim como a visitação ao processo de construção, a inauguração da escola também foi divulgada no jornal *A União*. Na edição de terça-feira (uma vez que os jornais impressos não eram veiculados na segunda-feira), dia 08/02/1994, encontramos duas reportagens relacionadas ao evento, que foi apresentado em uma manchete na primeira página dos exemplares. A primeira matéria retoma parte do que já foi divulgado na imagem 06, como o nome da escola, sua descrição física e sua localização. Trata-se de dados anteriormente discutidos, por isso optei por não trazê-la ao texto. A segunda, pelo seu caráter informativo, é apresentada na imagem que segue, de número 08.

Figura 08 – Exemplar do Jornal A União, 08/02/1994



Jornal *A União*, 08/02/1994, Caderno Geral, página 6. Disponível em: Fundação Casa José Américo. Acesso: 14/04/2023.

O recorte de jornal presente na imagem 08 relata com brevidade os dados relativos à solenidade de inauguração da escola. Nela, encontramos como imagem ilustrativa a fotografia do então comandante da Polícia Militar da Paraíba, o Coronel Lira, a quem se atribui parte da “conquista” da construção da escola. O texto também contém a quantidade de vagas ofertadas para o ano letivo de 1994 – 540 ao todo; a proposta de divisão de vagas, distribuídas entre as comunidades civil e militar e o fato de que as diretrizes de funcionamento seguiriam as determinações da Secretaria de Educação do Estado.

Todavia, o elemento que mais atrai a atenção do leitor é o título dado para reportagem: *Estado entrega à PM o primeiro Colégio Militar da Paraíba*. Para além de ofertar aos parentes de policiais militares a oportunidade de estudar em uma instituição compatível com os seus valores e visão de mundo, a manchete aponta o caráter pioneiro da iniciativa, ao mesmo tempo em que traduz a satisfação dos militares de, após anos de negociações, a polícia Paraíba estar inaugurando sua própria instituição de educação básica.

A inauguração também possui registros fotográficos que não foram divulgados pela imprensa. Um deles é apresentado na imagem 09, que segue abaixo:

Figura 09– Fachada Interna do CPM no dia da inauguração



Disponível em: Fundação Casa José Américo, acervo do governador Ronaldo Cunha Lima. Acesso em: 14/04/2023

Em primeiro plano, encontramos uma grande faixa, contendo o nome da instituição inaugurada, seguido de uma breve homenagem ao governador, onde está escrito: “*Ronaldo garante educação para todos*”. Abaixo do cartaz, vemos dois senhores, provavelmente civis, conversando despercebidos do registro. Próximo aos blocos de salas de aula, um grupo de pessoas, membros da Polícia Militar e população civil. Mais à frente, um carro de som, provavelmente destinado à divulgação da inauguração entre os membros da vizinhança local, quiçá entre as principais avenidas do bairro de Mangabeira.

Antes de prosseguirmos, chamo a atenção dos leitores para o bairro em que a escola foi edificada, Mangabeira VII. Batizado oficialmente como conjunto habitacional Tarcísio de Miranda Burity, foi idealizado e construído como parte do projeto expansionista do município de João Pessoa rumo à Zona Sul. Criado para abrigar antigos moradores de regiões interioranas que realizaram o êxodo rural, o bairro é residência da maioria dos estudantes participantes do projeto de pesquisa. Além da distância espacial – ao todo, são quase dez quilômetros entre o Centro e este espaço, também há uma ocupação de populações egressas, em sua maioria, de outras cidades, e que, portanto, não se relacionam diretamente com as áreas mais antigas de ocupação do município. Retomaremos tais discussões posteriormente.

Voltando ao nosso assunto, o documento que regularizou o acordo firmado entre governo do Estado da Paraíba e sua Polícia Militar, bem como o funcionamento da escola foi o Decreto-Lei Nº 16.094, publicado no dia 07/02/1994⁵¹. Como citado, o Colégio da Polícia Militar seria chamado *Escola Estadual Dr. Fernando Moura Cunha Lima*, que teve seu nome posteriormente modificado, como veremos adiante. Neste documento, encontramos as principais diretrizes de funcionamento da recém-criada escola e os dispositivos legais que garantem sua existência e funcionamento.

A escola seria destinada à Alfabetização e o Ensino de 1º e 2º Graus, com implantação gradativa do que atualmente denominamos Ensino Médio. Também foi apresentado, no mesmo texto, o interesse em, futuramente, ofertar o Ensino Profissionalizante. As vagas ofertadas aos estudantes deveriam ser divididas entre

⁵¹ Disponível em:

https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Decretos/1994_REGULAMENTA_A_LEI_4103_E_PAR_AGRAFO_UNICO_DO_ART_1_DA.pdf. Acesso: 21/04/2023.

indivíduos com grau imediato de parentesco com policiais militares – denominados pelo decreto como “público interno” – e indivíduos provenientes da comunidade civil, o chamado “público externo”, de forma que, 60% do corpo discente fosse formado por filhos e netos de militares e 40% fosse de membros da sociedade civil. O documento determinava, ainda, que quando a procura por vagas fosse superior ao número de vagas disponíveis, deveria ser realizado um processo seletivo. Entretanto, a forma de acesso foi modificada, e o ingresso de estudantes passou a acontecer mediante sorteio de vagas.

As instalações físicas da escola passam a integrar o conjunto de bens patrimoniais pertencentes à Polícia Militar do Estado da Paraíba. No que concerne ao corpo administrativo, seria de incumbência da mesma instituição. O Corpo Docente da instituição seria formado por praças e oficiais da Polícia Militar, legalmente habilitados nos cursos de Licenciatura. Embora não aponte como uma obrigatoriedade – sim como um caso de “real necessidade”, o colégio poderia receber professores civis, igualmente formados, admitidos por concurso público ou contratados por tempo determinado, conhecidos como pró-tempore.

Dois anos após a inauguração da instituição, o governo federal publicou a Lei nº 9394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em seu texto, foi estabelecida a distribuição da responsabilidade pela educação básica entre todas as esferas do poder executivo, atribuindo aos governos municipais os Ensinos Infantil e Fundamental e aos governos estadual e federal o Ensino Médio. Seguindo esta dinâmica, por ser tratar de um colégio ligado à rede estadual de ensino, o CPM deveria se adequar, e no tempo previsto legalmente, oferecer apenas vagas para estudantes de nível médio.

Todavia, no ano de 2009, a Secretaria do Estado de Educação, Ciência e Tecnologia (SEECT-PB), por meio da Resolução de Nº 207/2009 renovou o funcionamento do Ensino Fundamental ofertado pelo CPM por um período de seis anos. Esta renovação assegurava que a instituição pudesse continuar oferecendo vagas ao público dos últimos anos do Ensino Fundamental – que, conforme a Constituição Federal, Artigo 211, deveriam prioritariamente ser ofertadas pelos Municípios da Federação.

No ano de 2015 (quando, por determinação legal, a escola deveria encerrar as atividades do Ensino Fundamental), a Resolução Estadual de Nº 001/2015 reconheceu o

funcionamento do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico com a implantação dos Cursos de *Informática para Internet e Jogos Digitais*. A inserção de tal modalidade de ensino atendeu, mesmo que tardiamente, aos anseios do Decreto original de funcionamento da escola, que pretendia oferecer cursos de caráter profissionalizante. Ao mesmo tempo, a resolução demonstrou o indicativo de que o Colégio da Polícia Militar poderia se tornar uma Escola Técnica ou Integral, acompanhando as reformas aprovadas para o funcionamento do Ensino Médio.

Para manter o funcionamento com os mesmos segmentos de ensino aos quais a escola se propôs quando inaugurada – 1º e 2º graus, equivalentes aos Ensinos Fundamental e Médio – a gestão escolar evocou uma recém-criada lei federal: trata-se da Lei nº13.726/2018, conhecida como a *Lei da Desburocratização*. Publicada no Diário Oficial da União do dia 09/10/2018⁵², tem por objetivo principal a racionalização de alguns atos administrativos, simplificando algumas formalidades, tidas como desnecessárias⁵³. Em seu artigo nº 7, ela apresenta que se deve “estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhore o atendimento aos usuários dos serviços públicos” (DOU, 2018. p. 01).

Uma vez que o Colégio da Polícia Militar da Paraíba apresenta um serviço que beneficia um número significativo de usuários, facilitando e viabilizando o acesso aos serviços públicos, a aplicação desta lei permite que a escola mantenha as séries de Ensino Fundamental. Corroborando com a Lei da Desburocratização temos o decreto lei nº 16094/1994, criado para regulamentar a existência da instituição no estado. Nele, a escola é apresentada como uma demanda de um grupo específico, parentes dos membros das corporações militares, portanto, seus serviços não podem ser totalmente extintos.

⁵² Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=09/10/2018>.

Acesso em: 17/04/2023.

⁵³ A Lei da Desburocratização prevê a revogação da exigência das cópias autenticadas, desde que o portador das identificações apresente o documento oficial, dispensa o reconhecimento de firma em relações diretas com o Estado, dispensa o reconhecimento de firma nas autorizações de viagens nacionais e internacionais de crianças e adolescentes, principalmente se acompanhados dos pais e a possibilidade de um cidadão atestar a veracidade das informações fornecidas escrevendo uma declaração de próprio punho.

Através da Lei Nº 9.492, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 27 de outubro de 2011, durante a vigência do governo de Ricardo Vieira Coutinho, houve a modificação no nome do colégio, que deixou de ser chamado de Escola Estadual Dr. Fernando Moura Cunha Lima e passou a ser denominado de Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, em homenagem à aluna da instituição, sequestrada enquanto se dirigia à escola e, em seguida, brutalmente assassinada⁵⁴.

As imagens a seguir foram retiradas do site da Assembleia Legislativa do estado da Paraíba. Nelas podemos observar a data em que foi sancionada a lei de modificação do nome da instituição, de Dr. Fernando Moura Cunha Lima para Estudante Rebeca Cristina Alves Simões. Também identificamos o deputado responsável pela proposta de modificação, Janduhy Carneiro. É interessante observar que, embora tenha havido a alteração do nome, muitos indivíduos e até mesmo documentos produzidos pelas Secretarias do Estado, ainda mantêm a nomenclatura anterior.

Figuras 10 e 11 – Modificação de nomenclatura



⁵⁴ No dia 11/07/2011, a estudante do Colégio da Polícia Militar, Rebeca Cristina Alves Simões, saiu de sua casa, no bairro de Mangabeira, em direção à escola. Entretanto, jamais chegou a seu destino. Durante o percurso, foi interceptada e levada para a Mata de Jacarapé, onde foi assassinada com um tiro na cabeça. Durante a autópsia, foram encontrados sinais de violência sexual. O padrasto da moça, o cabo Edivaldo Soares da Silva, foi indiciado e condenado a 31 anos pelo crime. Sabe-se que o acusado contou com ajuda de um copartícipe (indivíduo que cometeu o crime de estupro), que não foi por ele denunciado. O crime ganhou grande notoriedade, especialmente no bairro onde a vítima residia. Disponível em: <https://www.mppb.mp.br/index.php/47-noticias/criminal?start=80>. Acesso em 23/04/2023. Próximo à casa onde Rebeca morava, estava a Creche Jaciara Felino, frequentada por ela durante a infância. O prédio foi reformado e, em 2014, foi reinaugurado como a Creche de Ensino Integral Rebeca Cristina Alves Simões. No ano seguinte, o Colégio da Polícia Militar também recebe seu nome. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-entrega-crei-em-mangabeira-vii-e-destaca-novo-padrao-em-educacao-infantil/>. Acesso em: 23/04/2023.

Lei nº 9.492 de 27/10/2011 ←

Publicado no Diário Oficial de 14/10/2011

Autoria: Deputado Janduhy Carneiro

Ementa: "Denomina de Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões o Colégio da Polícia Militar da Paraíba, localizado no bairro de Mangabeira, no Município de João Pessoa, neste Estado. ←

Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/5307/leis-sancionadas.html>. Acesso em 01/06/2023.

Estabelecendo um comparativo entre a Lei Nº 3.809/1939 – a primeira que regulamenta o funcionamento dos Colégios Militares no Brasil – e o Decreto-Lei Nº 16.094/1994 – criado para reger o Colégio da Polícia Militar Fernando Moura Cunha Lima, é possível constatar algumas diferenças, mas, sobretudo, similaridades. Contudo, não ignoremos o fato de que as primeiras instituições de ensino militar no Brasil estavam vinculadas ao Ministério da Guerra e voltadas ao preparo para carreira nas forças armadas, sofrendo modificações ao longo do tempo, ao passo que os Colégios da Polícia Militar, surgidos no segundo quartel do século XX, são frutos de parcerias firmadas entre as Secretarias de Educação e Segurança Pública, ofertando o ensino básico em escolas administradas pelas polícias estaduais.

Desta forma, eis a primeira diferença, a finalidade das instituições: enquanto as escolas regidas pela legislação de 1939 ofertavam um curso preparatório militar, os CPMs atendem os Ensinos Fundamental e Médio. Em relação aos estudantes que compunham as duas instituições, vemos que as primeiras atendiam aos parentes de militares, admitindo ocasionalmente a presença de civis, enquanto a segunda determina a divisão de vagas entre parentes de militares (filhos e netos) e membros da comunidade civil como uma obrigatoriedade. Falando, ainda, dos alunos das instituições, vimos que, a partir do Boletim do Exército do ano de 1988 (mencionado anteriormente), todas as escolas militares deveriam receber estudantes do sexo feminino, de forma que, o CPM paraibano, desde o início, foi composto de um corpo discente misto, enquanto as instituições mais antigas tiveram que passar por um processo de reestruturação espacial e ideológica para abrigar alunas mulheres.

Prosseguimos nos comparativos, agora no que tange aos corpos administrativo e docente. Na legislação do ano de 1939, os membros da administração escolar

deveriam obrigatoriamente, pertencer aos quadros de oficial das forças armadas, enquanto o documento estadual, datado de 1990, permite a presença de praças, que são policiais de baixa patente (soldado, cabo e sargento). Os professores das disciplinas presentes nos currículos oficiais, em ambos os casos, eram prioritariamente militares, mas diante da ausência de militares qualificados, havia a possibilidade de atuação de professores civis, admitidos por concurso público ou contratados por um determinado período. As duas legislações preveem as disciplinas ligadas ao cotidiano militar ministradas exclusivamente por membros das forças armadas/polícia.

Como vimos, o Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões (CPM), foi fundado no estado da Paraíba na década de 1990 (através de um convênio entre as Secretaria de Segurança Pública da Paraíba e a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SEECT)), embora a existência de escolas militares no Brasil tenha sido regimentada desde primórdios do século XX, e teria sido possível o seu funcionamento no estado ainda no contexto da Ditadura Militar, o que foi vetado pelo então governador, Tarcísio de Miranda Burity, dada essa instituição fugir do organograma do sistema educacional do Estado à ocasião.

A inauguração ocorreu durante a administração do governador Ronaldo Cunha Lima. Na mesma época, foi inaugurada uma creche, também sob os cuidados da polícia militar paraibana. Os prédios estavam localizados em Mangabeira e Valentina de Figueiredo,⁵⁵ respectivamente. Os bairros tinham iniciado seu processo de ocupação há pouco tempo e suas inaugurações fizeram parte do processo de expansão da cidade de João Pessoa, em direção à Zona Sul. Adiante, falaremos a respeito das principais características do conjunto habitacional Tarcísio de Miranda Burity, ou como ficou popularmente conhecido, o bairro de Mangabeira.

A união das secretarias de segurança e educação proporcionou à escola um funcionamento que a diferiu das demais escolas paraibanas, uma vez que a instituição atendeu às propostas pedagógicas e curriculares dos órgãos educacionais do estado, e ao mesmo tempo assegurou características militares, como uma administração e parte do corpo docente militares. Contudo, nem sempre o equilíbrio de forças prevaleceu. Em

⁵⁵ O conjunto Valentina de Figueiredo fará quarenta anos no mês de outubro de 2024. Considerado um dos maiores bairros da capital paraibana, recebeu este nome em homenagem à mãe do então presidente da república, João Batista de Figueiredo. Dados disponíveis em: <https://portalvalentina.com.br/site/valentina-de-figueiredo-30-anos-de-historia/>. Data de acesso: 22/04/2024

algumas circunstâncias, o corpo administrativo traçou estratégias para que prevalecessem os interesses militares no local, a exemplo da permanência das turmas de Ensino Fundamental, ao passo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) atribuiu a responsabilidade deste segmento à esfera municipal.

Compreendida a dinâmica de funcionamento da escola e as disputas de poder que a permeiam, voltemos nossa atenção à estrutura física e curricular do CPM, para que possamos compreender os processos responsáveis pela implementação da educação militar entre seu corpo discente.

2.1.1. Descrição da estrutura física e curricular da instituição:

O Colégio da Polícia Militar (CPM) Estudante Rebeca Cristina Alves Simões é uma instituição pertencente ao Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba e vinculada à Secretaria do Estado de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT-PB). Está localizada na zona urbana do município de João Pessoa – PB, na Rua Maria Alves da Silva S/N, bairro de Mangabeira VII, em um terreno que fica nos fundos do Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba. Embora tenha sido uma iniciativa pioneira no estado da Paraíba, as escolas pertencentes à Polícia Militar são uma realidade em todo o Brasil. Conforme a texto dissertativo de Amilton Gonçalves do Santos, estes colégios são:

“Estabelecimentos de ensino sob a *responsabilidade da Polícia Militar*, que são criados através de *convênios de cooperação* entre Secretarias Estaduais de Educação e Polícia Militar (vinculadas às Secretarias de Segurança Pública de cada Estado). Esta condição corroborou para uma expansão e interiorização desse modelo educacional no país, sendo que tanto sob supervisão do Exército Brasileiro quanto das Polícias Militares, os Colégios Militares têm como características *uma administração partilhada*. Essas instituições são *exclusivamente públicas*, sendo que a condição de administração ou gestão partilhada diz respeito às *funções de funcionamento que não são mais exclusivas das Secretarias de Educação*. Assim, as atividades pedagógicas, administrativas, financeiras e patrimoniais são partilhadas entre os órgãos militares e os órgãos educacionais do Estado.” (2017, p. 23-24 *grifos nossos*)

Como vimos anteriormente, os Colégios Militares surgem ainda no Período Imperial, porém, a regulamentação da existência destas instituições de ensino foi

aprovada apenas no ano de 1939, através da Lei Nº 3.809/1939. Ao longo dos anos, a incumbência sobre este tipo de escola foi ampliada, sendo firmados acordos entre as Secretarias de Segurança Pública e as Secretarias de Educação, em seus respectivos estados. Com a assinatura dos convênios, a gestão, assuntos pedagógicos e a administração dos Colégios Militares passaram a ser compartilhadas entre os órgãos diretivos da educação e as Polícias Estaduais. O resultado foi a criação de escolas onde houve a inserção de elementos militares, atrelados ao cotidiano escolar. Nas próximas linhas, discutiremos a realidade pedagógica e física da primeira escola militar da Paraíba, a Estudante Rebeca Cristina Alves Simões, que segue na imagem abaixo:

Figura 12 – Fachada interna do CPM- Ano 2022



Disponível em: <https://nicelocal.br.com/joao-pessoa/kids/cpm-estudante-rebeca-cristina-alves-simoes/photo/6241fb738dcf851fbc3171c2/>. Acesso em: 23/04/2023

Atualmente (ano de 2022) a escola possui 639 estudantes matriculados – sendo 272 no Ensino Fundamental e 367 no Ensino Médio – funcionando nos turnos Matutino e Vespertino. As turmas de Ensino Fundamental assistem aulas no turno da tarde, enquanto os discentes do Ensino Médio se revezam para que, em alguns dias da semana aconteçam aulas em tempo integral. Assim como em outras instituições que funcionam ofertando cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, os estudantes chegam à escola pela manhã, realizam as refeições (merenda e almoço) e assistem aula no turno

vespertino. Infelizmente, ainda não há estrutura adequada para que possam descansar e se banhar.

Os estudantes da instituição estão distribuídos em oito turmas de Ensino Fundamental e doze turmas de Ensino Médio Integrado ao Técnico. Como falado anteriormente, a obtenção de vagas ocorre através de sorteio, geralmente transmitido pelas Redes Sociais (Facebook e Instagram) e aberto ao público que deseje acompanhar o processo. O quadro abaixo mostra a quantidade de alunos matriculados por turma e série.

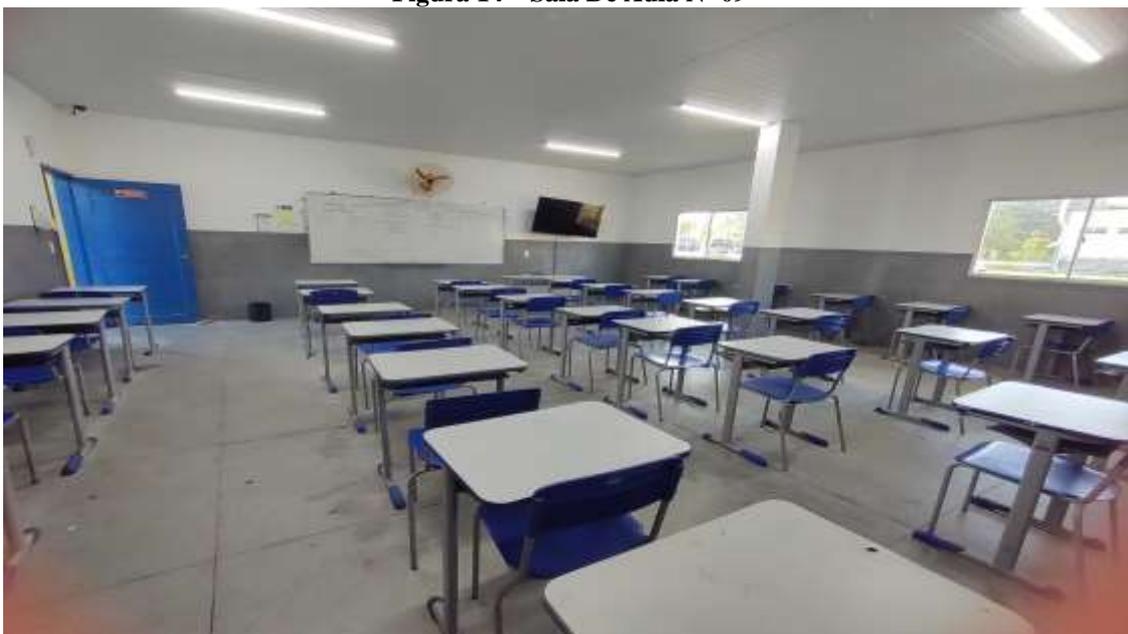
Tabela 01 – Alunos matriculados no Colégio da Polícia Militar – Ano 2022				
Ensino Fundamental				
Série	Turma A	Turma B	Turma C	Turma D
6ºAno	36	37	-	-
7ºAno	34	34	-	-
8ºAno	33	31	-	-
9ºAno	34	33	-	-
Total de matriculados: 272				
Ensino Médio				
	Informática para Internet		Jogos Digitais	
Série	Turma A	Turma B	Turma C	Turma D
1ºAno	34	32	33	34
2ºAno	30	33	27	29
3ºAno	26	28	30	31
Total de Matriculados: 367				

No que concerne à estrutura física, a escola possui em suas dependências três laboratórios de internet, um laboratório de Ciências da Natureza, uma biblioteca com acervo de livros do Ensino Básico e diversas áreas do conhecimento, um pequeno auditório, com capacidade para 100 pessoas, uma quadra poliesportiva, uma sala de coordenação pedagógica, uma sala dos professores com banheiros, uma sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), uma sala para o Corpo de Alunos, uma cantina, refeitório, pátio, doze salas de aula, almoxarifado, 04 banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos, um núcleo administrativo e banheiro exclusivo para pessoas com deficiência. As imagens 13, 14 e 15 apresentam algumas das dependências da instituição:

Figura 13 – Biblioteca Cel. Clodoaldo Alves de Lira



Biblioteca Clodoaldo Alves de Lira. Foto Maria do Socorro França. Acervo pessoal, 2023

Figura 14 – Sala De Aula N° 09**Sala de aula CPM. Foto Maria do Socorro França. Acervo pessoal, 2023****Figura 15 – Auditório****Auditório CPM. Foto Maria do Socorro França. Acervo pessoal, 2023.**

A foto de número 13 traz parte da biblioteca, que recebeu o nome Clodoaldo Alves de Lira, coronel da Polícia Militar que, ao logo de 37 anos, se destacou nos serviços prestados à instituição, conforme apontamos anteriormente. Nos balcões, vemos a parte das coleções dos livros didáticos que entregues anualmente aos

estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio. No fundo, as estantes contêm coleções de livros das mais diversas disciplinas, à disposição dos professores e estudantes. A imagem seguinte, de número 14, apresenta a visão frontal de uma das salas de aula. No corrente ano (2023), foram instalados aparelhos de TV em todas elas, facilitando sobremaneira o uso de recursos multimídia, especialmente a transmissão de vídeos, filmes, músicas e slides. Até o ano de 2023, as classes tinham um sistema de ventilação bastante incipiente, contanto apenas com dois ventiladores, o que foi melhorado com a instalação de aparelhos de ar-condicionado, dois em cada sala de aula. A terceira e última imagem, de número 15, apresenta um miniauditório, organizado durante a reforma ocorrida entre os anos de 2019 e 2020. Antes das melhorias, a sala era utilizada com depósito para instrumentos musicais e materiais ociosos, como cadeiras e quadros.

A relação que se estabelece entre o CPM, enquanto instituição, e estudantes, como falado no início deste capítulo, se difere das demais escolas devido às disciplinas acrescidas ao seu currículo, fardamento e comportamento adotados diariamente no espaço escolar e pela existência de uma coordenação disciplinar, denominada de *Comando do Corpo de Alunos*. Tais peculiaridades são incorporadas ao colégio baseadas da Lei Nº 3.809/1939, adequando-as, obviamente, ao contexto de funcionamento dos Colégios da Polícia Militar, que se difere da dinâmica e objetivos das primeiras instituições sob o comando das forças armadas.

Começamos falando a respeito do Corpo de Alunos. Trata-se de uma coordenação que atua em paralelo com a Coordenação Pedagógica, responsável pelo cumprimento da disciplina nas dependências escola. Qualquer atitude, por parte dos alunos, considerada inadequada (por exemplo, discutir com o professor em sala de aula) é encaminhada ao setor, que conversa e relembra as regras escolares em vigor. Em casos de reincidência, isto é, repetição constante do mesmo comportamento, ou estudante pode vir a ser advertido ou suspenso.

No tocante à organização curricular, o CPM – Rebeca Cristina Alves Simões acompanha a mesma dinâmica que as demais escolas militares de Ensino Básico atuantes no país. Às disciplinas pertencentes aos currículos organizados pelas Secretarias de Educação somam-se matérias voltadas ao processo de formação militar, sendo as principais delas Ordem Unida, Xadrez e Educação Física – Modalidade Esportiva.

O *Xadrez* é apresentado aos estudantes como projeto complementar da disciplina de Matemática. Desta forma, uma das aulas semanais é disponibilizada para este fim. Entretanto, o professor responsável pelo xadrez não é um professor da área de Exatas. Trata-se de um profissional militar com habilidade na arte deste jogo. O intuito de ministrar uma disciplina desta natureza é desenvolver entre os discentes algumas características vistas como importantes para sua formação, como concentração, estratégia, raciocínio lógico e tomada de decisões.⁵⁶

Além das aulas de Educação Física que estão inseridas na grade curricular das escolas regulares, há uma preocupação com a ampliação da vivência na área de esportes. A escola possui um departamento voltado para este fim, batizado de *Cefis – Centro de Educação Física*. Fazem parte desse setor profissionais militares, com expertises em diversas modalidades esportivas, como Atletismo, Voleibol, Badminton, Tae-kwon-do, Basquete e Futebol. A prática esportiva acontece duas vezes por semana, em horários que não interferem no andamento das aulas de disciplinas. Os esportes visam proporcionar aos estudantes condicionamento físico, bem-estar e saúde.

A *Ordem Unida* certamente é a disciplina que mais aproxima os discentes da realidade militar. Geralmente é ministrada antes do início das aulas (turno matutino) e no final das aulas (turno vespertino). São transmitidas instruções individuais e coletivas: enquanto indivíduo, o estudante aprende um comportamento e movimentos adequados de apresentação diante dos membros da corporação; de acordo com o entendimento vigente da corporação, à medida em que compreendem a dinâmica, são capazes de se organizar coletivamente, em movimentos rápidos e uniformes. Através da *Ordem Unida*, são incutidos valores como disciplina, unidade, uniformidade, concentração e respeito aos líderes⁵⁷.

Percebe-se que a organização curricular e a existência da coordenação disciplinar, à medida que se adequa ao contexto e realidade onde a escola se insere, também alude ao texto pétreo das escolas militares, presentes na Lei Nº 3.809/1939.

⁵⁶ Informações disponíveis em: <https://www.puc-rio.br/ferramentas/ementas/ementa.aspx?cd=IND1021> e <https://escolasexponenciais.com.br/tendencias-e-metricas/xadrez-escola/#:~:text=%E2%80%9CO%20jogo%20de%20xadrez%20na,%20e%20do%20'fazer'>. Acesso em: 23/04/2023

⁵⁷ Informações disponíveis em: <https://jornalcanal16.com.br/curiosidades/ordem-unida/>. Acesso 23/04/2023.

Conforme discutido anteriormente, nas escolas pioneiras, a legislação prevê a existência de dois cursos, o de caráter teórico e o de caráter prático. Estabelecendo o comparativo com o CPM, o primeiro equivale às disciplinas ofertadas por determinação da Secretaria de Educação, enquanto o segundo, com as devidas alterações, corresponde às disciplinas de Ordem Unida, Xadrez e Educação Física modalidade Desportiva.

A discussão realizada nas páginas anteriores permite uma melhor compreensão das peculiaridades da escola onde foi realizada a pesquisa e o estudo do meio. Trata-se de uma escola pública que, embora possua características comuns às demais existentes na Rede Estadual da Paraíba, foi criada por um decreto de lei onde se estabelece um convênio entre os campos da Educação e Segurança, abrindo alguns precedentes, como a existência de duas categorias de professores, os militares e os civis; por sua vez, a legislação estadual do CPM é regida, em partes, por uma antiga lei, idealizada durante a Era Vargas e que regulamenta o funcionamento das Escolas Militares em todo território nacional.

Também é um momento oportuno para falarmos a respeito do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes que participaram do estudo. Trata-se de turmas do último ano do Ensino Fundamental (9ºAnos), com faixa etária entre 13 e 15 anos de idade, e habitantes, em sua grande maioria, de bairros situados na Zona Sul do município de João Pessoa. Conforme previsto nos editais publicados para o preenchimento de vagas, há uma predominância de discentes filhos e netos de policiais militares, garantia de que a maioria dos envolvidos na pesquisa tem acesso a recursos básicos à sobrevivência, tais como alimentação e moradia consideradas dignas, bem como instrumentos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, a exemplo de computadores, celulares e internet.

Entretanto, é preciso destacar que, ao longo dos anos de atuação profissional na instituição, lidei com alguns alunos que viviam em uma realidade social destoante da dos demais. Indivíduos que chegavam ao ambiente escolar sem realizar sequer uma refeição; faltosos por não possuir recursos para tratar frieiras graves; pedintes, para obter as passagens de ida à escola são apenas algumas das situações conhecidas. Por tais vivências, posso afirmar que, embora a maioria tenha fontes de sustento garantidas, não escapamos da realidade enfrentada por estudantes da rede pública. Outrossim, mesmo sendo parentes de militares, a maioria desses estudantes não vive numa “bolha” à parte

do restante da sociedade civil e interage com a mesma. Nem sempre o comportamento disciplinado prevalece.

2.2. A escola e o bairro: vivências e memórias

Conforme mencionado no começo do capítulo, o texto é construído com olhos voltados à realidade onde a pesquisa se desencadeia, o Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões. Neste momento, deixaremos as questões inerentes ao surgimento e vivências pedagógicas em segundo plano, para priorizar uma discussão bastante pertinente, a do espaço geográfico e histórico onde a escola se situa, que por sinal, é o mesmo onde residem a maioria dos estudantes envolvidos na pesquisa. Compreendendo um pouco da realidade em que os alunos vivem, entenderemos a forma que se relacionam com este espaço, e, especialmente, como se relacionam e enxergam o Centro de João Pessoa, selecionado para realização do estudo do meio.

O bairro Tarcísio de Miranda Burity, mais conhecido como Mangabeira, foi inaugurado no ano de 1983⁵⁸ e está situado na Zona Sul da capital paraibana. Sua construção se insere em um contexto expansionista da cidade de João Pessoa. Ao longo do século XX, a urbe ampliou-se em duas direções: **Leste**, tendo como eixo principal a Av. Presidente Epitácio Pessoa – via que integra o Centro aos bairros da Orla Marítima – e **Sul**, com a BR-230 protagonizando o acesso ao local. Na dissertação de Antônio Willamys Fernandes das Silva encontramos uma descrição de sua localização:

“Localizada a 10 km a sudeste do Centro de João Pessoa, a área do projeto tem 426,93 há. Dividida em duas partes; a primeira, ao Norte, contendo 131,25ha, foi desmembramento da Fazenda Mangabeira, de propriedade do Governo da Paraíba; a segunda, ao Sul, denominada Fazenda Cuiá, contendo 295,68ha, foi adquirida pela Cehap ao espólio do sr. Joaquim Francisco Veloso Galvão.

A área limita-se, ao Norte, com o bairro Jardim Cidade Universitária; ao Sul, com várzeas alagadiças do rio Cuiá; a Leste, com a antiga Fazenda

⁵⁸ Há uma divergência no tocante a data de inauguração do bairro. A placa afixada na CEHAP indica foi inaugurado no dia 23/04/1983; entretanto, alguns moradores citam a data 23/07/1983 como a de início de habitação do conjunto. De acordo com os estudos desenvolvidos por Anselmo Nunes e Antônio W. Fernandes da Silva, a confusão entre as datas se deve ao fato de algumas unidades terem sido invadidas por populares, antes mesmo da conclusão das obras. Temendo a perda de controle, a entidade responsável pelas obras optou por entregar a primeira fase do conjunto ainda no mês de abril.

Mangabeira, onde estão localizados os conjuntos Mangabeira IV, Mangabeira VII e Cidade Verde; e a Oeste, com a vale do rio Laranjeiras. Os rios Cuiá e Laranjeiras formam uma barreira natural, contribuindo assim para conformação urbana do conjunto.” (2005, p. 42)

Conforme indica o geógrafo, o conjunto distava dez quilômetros do Centro de João Pessoa, afastamento considerável para o período, especialmente se pensarmos que o bairro foi idealizado para atender um grupo de pessoas com renda entre dois e cinco salários mínimos, e, conseqüentemente, com a maioria dos habitantes desprovida de meios de transportes próprios. A forma de deslocamento da população seria através do transporte público, que teria acesso ao bairro por duas vias, a BR-230 e, posteriormente, a Av. Sérgio Guerra, principal do Jardim Cidade Universitária. No interior de Mangabeira, foi idealizada uma via coletora, que cortaria todo o conjunto e por onde passariam os ônibus, a Av. Josefa Taveira. Atualmente, é um dos principais polos comerciais de João Pessoa, que se desenvolveu, ao longo dos anos, para atender a população local. O mapa abaixo apresenta os bairros da cidade de João Pessoa, com destaque o Centro e Mangabeira. É possível perceber a distância existente entre os dois.

MAPA 03 – Bairros de João Pessoa



Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Jo%C3%A3o_Pessoa. Acesso em: 11/06/2023.

As terras que atualmente são ocupadas pelo bairro pertenceram a duas grandes fazendas. A antiga Fazenda Mangabeira foi adquirida pelo Estado das mãos da senhora Maria da Conceição Coelho, por um valor substancial de trezentos contos de réis. Do nome da propriedade, produtora de mangabas, surge a designação pela qual a região é conhecida. Outra parte, não citada pelo autor- o Sítio Aratu - foi comprada, também pelo governo estadual da Paraíba de herdeiros e do procurador João Santa Cruz de Oliveira, que havia negociado anteriormente, no ano de 1934, parte da propriedade.

Antes da construção do conjunto habitacional, parte da Fazenda Mangabeira foi utilizada como uma unidade prisional. Tratava-se da *Colônia de Readaptação Agrícola de Mangabeira*, criada na tentativa de garantir o processo de ressocialização dos apenados. Abaixo, a figura traz a fachada do presídio agrícola, conservada até os dias atuais nas dependências da CEHAP, marcando o início da história da ocupação territorial⁵⁹.

Figura 16 – Colônia de Readaptação agrícola de Mangabeira



Disponível em: <https://portalmangabeira.com.br/mangabeira/historico/>. Acesso em: 11/06/2023

⁵⁹ Informações obtidas no site <https://portalmangabeira.com.br/mangabeira/historico/>. Acesso em: 11/06/2023

Outra característica, de caráter geográfico e que merece destaque são os rios que circundam o bairro, os rios Cuiá e Laranjeiras. Como apontado pelo autor, a existência dos rios desenhou, naturalmente, as zonas limítrofes do conjunto habitacional. Infelizmente, parte do rio Cuiá - principalmente o trecho que liga Mangabeira a via coletora do bairro Valentina de Figueiredo, é destinada ao tratamento do esgoto sanitário da região. O problema torna-se ainda mais alarmante pelo fato de terem construído moradias irregulares no entorno, comprometendo a saúde de seus habitantes.

Ainda de acordo com o trecho, as expansões do bairro, correspondentes ao Cidade Verde, Mangabeira IV e VII não faziam parte da proposta original para o conjunto, sendo posteriormente incorporados, durante a década de 1990. Seu projeto inicial foi idealizado pela Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba – CEHAP, uma agente do Banco Nacional de Habitação (BNH), surgido durante a Ditadura Militar, cujo objetivo principal era o financiamento da casa própria, através da edificação de habitações voltadas às necessidades da população (Nunes, 2017, p. 1027).

Nas fases iniciais dos estudos de viabilidade, que analisavam a possibilidade de execução da obra, surgiram alguns impasses, relacionados, sobretudo, ao uso do solo. Todavia, parte dos resultados foi ignorada, garantindo a construção do bairro. As aspirações eram da criação de um conjunto que concentrasse o maior número possível de habitantes por km², de forma que, para a primeira fase do conjunto, estava prevista a entrega de mais de três mil moradias. Certamente, era o maior projeto da CEHAP, uma vez que até o momento, o maior projeto realizado havia sido o conjunto Ernesto Geisel, anos antes, que contava com 1.800 unidades habitacionais.

As casas seriam entregues a segmentos populacionais que tinham vivenciado o êxodo rural ao longo dos anos, especialmente após o declínio da produção algodoeira e mecanização do campo. Também é possível elencar os fugitivos dos processos de estiagem ou de cheias do rio Paraíba. Tais grupos são incorporados à dinâmica da capital como trabalhadores do comércio, prestação de serviços, pequenas indústrias, etc⁶⁰.

⁶⁰ Os textos de Anselmo Nunes “*Memórias e Histórias dos moradores da comunidade de Mangabeira*”, de Antônio Willamys Fernandes da Silva “*Transformações Urbanísticas em um bairro planejado: o caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa-PB*” e uma matéria de Lua Lacerda “*Mangabeira*

Embora exista um espaço temporal entre o surgimento do bairro e a contemporaneidade, podemos presumir que parte dos atuais habitantes são descendentes destes primeiros ocupantes. Em outras palavras: trata-se de grupos de pessoas provenientes de outros municípios, sem relação mais constante com a cidade de João Pessoa, e que constroem sua realidade se voltando muito mais para o subúrbio, região em que vivem, do que com as áreas centrais. As relações estabelecidas com os demais bairros, especialmente com o Centro, são construídas e baseadas em relações trabalhistas e comerciais. Não há uma vivência do Centro da cidade, ele não é frequentado para fins de lazer ou de descanso, apenas para o labor ou acesso a serviços. Também não é o espaço de suas memórias, ou o é de forma muito residual.

O resgate feito ao longo deste tópico serve para que saibamos que a maioria dos discentes que participam do estudo do meio realizado, pertence ao bairro de Mangabeira ou a bairros construídos ao longo do século XX. Tal sentimento de pertença os conduz a um cotidiano em que suas experiências e vivências acontecem na Zona Sul do município, distante dez quilômetros, dos bairros mais antigos de João Pessoa. Mesmo que os estudantes tenham contato eventual com o Centro de João Pessoa, em geral esse contato não demanda maiores vivências, onde poucas vezes há afetividade ou sentimento de identidade. Prepará-los para observar e viver o Centro abre a possibilidade real de integração daquele espaço que, geograficamente é distante, mas que faz parte da realidade do município onde eles vivem.

2.3. Um balanço das práticas na escola

Antes de seguirmos adiante em relação ao estudo do meio realizado no CPM Rebeca Cristina Alves Simões após o ingresso no ProfHistória, nos deteremos nas iniciativas voltadas ao estudo da História Local, ocorridas entre os anos de 2015 (ano que passei a compor o quadro de professores da instituição) e 2020. Nesta fase da

nasceu para abrigar imigrantes da seca em João Pessoa”(<https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/2022/08/05/joao-pessoa-bairros-mangabeira-sertanejos-migrantes-da-seca#:~:text=Mangabeira%20%C3%A9%20um%20dos%20bairros%20mais%20jovens%20de%20Jo%C3%A3o%20Pessoa.&text=O%20bairro%20nasceu%20como%20um,busca%20de%20oportunidades%20de%20emprego>. Acesso em 10/06/2023), aprofundam melhor tais discussões.

pesquisa, foram colocadas em prática todas as reflexões suscitadas nos tópicos anteriores, tecidas as relações entre os conteúdos presentes no livro didático sobre as temáticas e períodos que abordamos o Brasil Colonial. Mas antes, falaremos de todas as iniciativas voltadas ao estudo da História Local, ocorridas entre os anos de 2015 (ano que passei a compor o quadro de professores da instituição) e 2020 no Colégio de Polícia Militar da Paraíba.

As iniciativas pioneiras ocorreram no ano de 2016. No mês de maio, a equipe docente passou a se reunir para planejar uma Feira de Conhecimento, entre as turmas de Ensino Fundamental. Nas discussões, foi consensual que o estado da Paraíba deveria ser o tema principal dos trabalhos. Os professores das disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e História (disciplina pela qual sou responsável desde então) se uniram para orientar trabalhos nas turmas de nono ano, voltados à Educação Patrimonial. Dois monumentos, situados no município de Cabedelo, foram selecionados para ser tema de estudos, a Fortaleza de Santa Catarina e as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, ambas construções remanescentes do Período Colonial.

A visitação de dois monumentos tomados, erguidos no mesmo período histórico e geograficamente próximos, permitiu que fizéssemos algumas reflexões acerca do funcionamento das políticas de preservação patrimonial, das dinâmicas de lembrança e esquecimento dos espaços históricos, e conseqüentemente, dos grupos sociais que os ocupavam, novos usos dos espaços coloniais e em como especulações imobiliárias e interesses econômicos acabam influenciando no processo de preservação dos bens patrimonializados. Além disso, estes espaços coloniais ligam-se diretamente aos conteúdos presentes nos livros didáticos, que aborda a construção de fortalezas, para defesa territorial e a presença de ordens religiosas para conversão dos nativos.

Os prédios foram visitados na primeira semana do mês de maio. Por coincidência, as Ruínas do Almagre estavam em processo de escoramento, indicando um possível processo de restauro. Em abril, as turmas foram previamente preparadas para compreender todas as discussões que poderiam ser promovidas em torno do patrimônio: aulas conceituais, apresentação de vídeos com os objetos e debates sobre políticas patrimoniais foram temas dos encontros. Após as visitações, os estudantes receberam as diretrizes para realização de trabalhos, expostos na feira. Maquetes,

exposição fotográfica, capas de jornais, vídeos e grafites são alguns dos produtos confeccionados entre as turmas.

Das imagens produzidas durante a visita, duas foram selecionadas para representar este momento. As figuras seguintes apresentam a visita aos dois monumentos cabedelenses, o Forte de Cabedelo e as Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Almagre. Na primeira delas vemos o escoramento da torre remanescente das Ruínas do Almagre. A iniciativa do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), trouxe ao grupo de visita uma esperança de restauro que não se concretizou. A seguinte mostra o grupo de estudantes do CPM observando o Forte de Cabedelo, a partir das antigas dependências do capitão mor.

Figura 17– Torre da Igreja do Almagre



Foto: Maria do Socorro Félix P. de França. Acervo Pessoal, 2016.

Figura 18 – Estudantes nas dependências do Forte de Santa Catarina



Foto: Maria do Socorro Félix P. de França. Acervo pessoal. 2016

Em junho, a Coordenação Pedagógica, juntamente com a equipe de professores da área de Ciências Humanas, idealizou uma aula de campo entre as turmas de sétimo ano do Ensino Fundamental para o município de Campina Grande-PB. Houve a contratação de uma empresa pessoense, especializada neste tipo de atividade. Embora tenha havido adesão de parte dos estudantes, os custos de viagem não permitiram a presença massiva. Além disso, em uma das pausas no percurso, um dos estudantes envolvidos adquiriu bebidas inadequadas para sua faixa etária, causando um pequeno transtorno. Estabelecendo um balanço desta atividade, ficou acordado que todas as atividades extraclasse organizadas pela escola não trariam custos financeiros ao alunado, nem contariam com empresas terceirizadas.

No ano de 2017, houve um retorno às Ruínas da Igreja do Almagre. O alunado estava cursando o 1ºAno do Ensino Médio e retornou ao local visitado no ano anterior, com intuito de acompanhar o processo de restauração. Infelizmente, a obra estava em total estado de abandono, com o cenário dominado pela vegetação local.

As iniciativas, mesmo que não sistematizadas, foram marcos para o estudo da História Local no CPM. Através delas, os professores da instituição e estudantes experimentaram a dinâmica da realização de iniciativas semelhantes ao estudo do meio, metodologia adotada para a execução desta pesquisa. Ao mesmo tempo, foram fomentadas discussões que aproximavam os alunos da realidade vivida em nosso estado.

O balanço das experiências, com seus ganhos e insucessos, trouxe elementos para um planejamento mais consistente de atividades similares, criando subsídios para a formulação da experiência nos anos mais recentes, que se consubstanciaram na proposta objeto de análise nesse texto dissertativo. No capítulo que segue, apresentamos o processo de planejamento, execução e análise do estudo do meio.

3. ESTUDO DO MEIO NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Conhecendo os fundamentos que norteiam a nossa prática, a cidade onde a atividade foi desenvolvida, o espaço a qual se limitou a área urbana nos primeiros séculos de formação da cidade, até as primeiras décadas do século XX, e a estruturação pedagógica que lhe dá suporte, chegamos ao cerne de nosso trabalho, que é a experiência realizada e os elementos que ela suscita para a elaboração de um futuro material de apoio didático para estudos do meio em trechos da região central de João Pessoa.

Neste capítulo, encontraremos a apresentação do caminho percorrido para a realização do estudo do meio, bem como a apresentação dos resultados obtidos. Como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, através de textos do professor Ricardo de Aguiar Pacheco (página 46) e da professora Circe Maria Bittencourt, esta metodologia é idealizada a partir de três momentos, **planejamento, aula de campo e resultados**. Todo o relato do experimento está contido nas páginas que seguem.

A preparação das turmas foi marcada por algumas estratégias de ensino, desde as mais convencionais, como aulas expositivas e dialogadas, até as mais inovadoras para sala de aula, como pesquisas em sites confiáveis, realizadas em tempo real, durante a atividade. Também citamos a promoção de debates, ligando o passado aos temas cotidianos (a exemplo do papel das mulheres ao longo da História) e a utilização de vídeos presentes em canais do Youtube.

No que diz respeito aos resultados, foram aplicados dois questionários (que seguem em Anexo a essa dissertação) entre os estudantes participantes da pesquisa, cujas questões encontram-se nos anexos, visando quantificar o processo de ensino-aprendizagem, **O questionário 01** foi aplicado pouco tempo depois da aula de campo, em formato online. Diante da proximidade do término do ano letivo de 2022, e todas as questões subjacentes ao fechamento de um ciclo escolar (aplicação de provas, recuperações, aulas de revisão, prova final, fechamento de médias, reuniões etc.), obtivemos apenas 37 respostas. Avaliamos que seria insuficiente para o trabalho, e por isso, houve a criação do **Questionário 02**, com uma estruturação diferenciada das

questões (se comparado ao anterior) e aplicação presencial no ano letivo de 2023 – quase um ano depois da prática – após uma exposição virtual das fotos do roteiro realizado.

Após o desenvolvimento desta pesquisa, outros professores da escola, dos segmentos Fundamental e Médio, realizaram atividades que envolveram o Centro de João Pessoa, socializando o trabalho realizado no Festival de Desporto, Arte e Cultura (FESDAC), ocorrido anualmente no COM.

3.1. Planejando o Estudo do Meio:

No ano de 2022, no âmbito do profHistória, mesmo com uma grade curricular que indicasse a confecção do projeto de pesquisa a ser desenvolvida apenas no terceiro semestre da Pós-Graduação, muito se falava a respeito de quais intervenções seriam realizadas em âmbito escolar – o que é denominado de *produto*. Desta forma, antes mesmo de redigir os primeiros capítulos do texto dissertativo, realizei intervenções para galgar meu resultado da pesquisa, um estudo do meio no Centro do Município de João Pessoa.

A realização aparentemente “prematura” da atividade também é explicável diante da realidade do descompasso entre os calendários escolar e acadêmico. Como sabemos, o ano letivo das escolas públicas têm início no mês de fevereiro e término entre os meses de novembro e dezembro, ao passo que, os períodos letivos dos programas de pós-graduação possuem dinâmica própria, que se difere, inclusive, do calendário oficial das universidades para a graduação. Caso a realização das intervenções acontecesse apenas após da qualificação, prevista para meados de 2023, o processo de preparação do estudo do meio (que envolve uma preparação prévia), da coleta de dados e de tabulação dos resultados contaria com um tempo exíguo, prejudicando a conclusão da pesquisa.

Embora tenham sido realizadas atividades de natureza semelhante, imprescindíveis para preparar a comunidade escolar ao desenvolvimento do estudo do meio (conforme vimos no capítulo anterior), as atividades relacionadas à realização do projeto de pesquisa, começaram a ser desenvolvidas no mês de agosto do ano de 2022,

após o término do 2º Bimestre. Na Rede Estadual de Ensino da Paraíba, o período supracitado é interrompido pelos Festejos Juninos, alterando a data de sua conclusão – se comparado à conclusão do mesmo período letivo na Rede Particular, que ocorre em confins de junho.

Inicialmente acreditei que o público potencial da pesquisa seriam os estudantes de 7ºAno, cujo conteúdo programático curricular – Brasil durante o Período Colonial – coincidia com alguns dos temas de História Local abordados nesse estudo. Entretanto, o estabelecimento das relações entre à História da Paraíba e, por exemplo, a implantação do Sistema de Capitâneas Hereditárias, torna-se inteligível após a contemplação de todo conteúdo, ou seja, é preciso que o estudante tenha concluído o ano letivo para um melhor entendimento e vivência do estudo do meio. Feita a reflexão, modifiquei para as turmas de 9ºAno (A e B), que estudaram temas ligados à História do Brasil em anos anteriores.

Não se pode perder de vista o fato de que os estudantes estavam retornando à escola após um contexto pandêmico. A decisão de aplicação da atividade com as turmas concluintes também visava a suplantação de lacunas decorrentes dos modelos remoto e híbrido de ensino, do qual muitos alunos não tinham condições de participar com assiduidade. Seria uma maneira de enviá-los ao Ensino Médio com menos deficiências no campo das Ciências Humanas.

A carga horária da disciplina de História no Ensino Fundamental são 03 horas/aula, de forma que um encontro semanal passou a ser destinado ao trabalho que seria realizado a partir do mês agosto de 2022. No 9ºAno A, as discussões ocorreram nas segundas-feiras; já no 9ºAno B, nas sextas-feiras. Com intuito de facilitar o registro do que ocorria durante as “aulas especiais”, os estudantes do 9º Ano B receberam um caderno para fazer anotações sobre as aulas, realizar pesquisas e anotar alguns aspectos durante a realização da Aula de Campo. Decidi que a turma do 9ºAno A não receberia o mesmo recurso, para que pudesse analisar como a ausência de um instrumento específico para registro das aulas poderia interferir (ou não) no processo de aprendizagem da turma.

Para a consolidação do estudo do meio, foi preciso gerenciar o processo de execução em três fases distintas: “preparação prévia, atividades de campo e retorno ao trabalho em sala de aula” (Bittencourt, 2018, p. 233). A fase inicial foi destinada à

preparação teórica das turmas. Ao todo, foram realizados três momentos em sala de aula. Também é preciso elucidar que, neste momento de fundamentação teórica, a atividade restringiu-se apenas à disciplina de História.

Mesmo com o apoio da Coordenação Escolar e dos professores de algumas disciplinas (sobretudo Ciências, Arte, Geografia e Língua Portuguesa), a atividade foi idealizada apenas na perspectiva de uma historiadora. Certamente, a centralização do planejamento prévio em torno de apenas uma professora fez diferença na criação do roteiro e na condução do percurso.

3.2. Aulas preparatórias para o estudo do meio

Nas páginas que seguem, apresentaremos um pouco do que foi discutido com os estudantes, bem como algumas problematizações que auxiliam a compreensão do processo de colonização e consolidação portuguesa no território brasileiro. Como citado nas linhas anteriores, o processo de realização do estudo do meio ocorreu em três passos. Neste momento, nos deteremos na preparação prévia, ocorrida em ambiente escolar. Durante três semanas, em uma aula semanal (durante o mês de agosto) as turmas foram convidadas a pensar a respeito de aspectos históricos, mas que repercutem na contemporaneidade, a exemplo do processo de ocupação da cidade, que resultou na inexistência de grupos indígenas nos bairros da capital, o processo de distribuição de água encanada e a comunidades que luta para garantir seu lugar no Varadouro, a Comunidade do Porto do Capim.

Na quarta semana, houve as atividades de campo, no Centro de João Pessoa (20/09/2022, com a turma do 9ºB e 22/09/2022, com a turma do 9ºA). Assim que chegamos ao colégio, fizemos a gravação de depoimentos de alguns estudantes, que falaram da importância de atividades desta natureza e de conhecer um pouco do passado e sua influência na cidade em que vivem. Os estudantes disponibilizaram os registros fotográficos por eles realizados, que serviram para uma exposição, feita para que eles recordassem da atividade empreendida. Por último, retornamos às salas de aula (duas turmas participaram do processo, os 9º Anos A e B), aplicando o questionário que serviu para refletirmos sobre o saldo da experiência.

Para realização do estudo do meio como parte do processo da pesquisa, foram adotadas algumas estratégias de trabalho em sala de aula, a fim de garantir a possibilidade de um efetivo processo de ensino-aprendizagem. As metodologias foram aulas expositivas e dialogadas, utilização de texto complementar, exibição de vídeos sobre o abastecimento de água na cidade e debates.

3.2.1. Encontro 01 – Dialogando com os vestígios da Paraíba Colonial

No encontro nº 01, foi explanado oralmente aos membros das turmas, através de uma aula expositiva e dialogada, com uso de alguns slides - para endossar as principais ideias apresentadas – todas as problemáticas acerca da origem do Estado da Paraíba. Com a explicação, buscava-se a ampliação da visão de mundo acerca do processo de ocupação do território que conhecemos como o Brasil e o estabelecimento de comparativos entre o que esteve e está presente nos livros didáticos (em especial, o livro adotado pela escola *Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos, apresentado no capítulo anterior) e o corrido no estado em que vivemos.

Como já dissemos anteriormente, pode-se justificar a solicitação desta pesquisa e apresentação de tal conteúdo – formação da Capitania Real da Paraíba (Sistema de Capitânicas Hereditárias), no primeiro momento, por uma gama de motivos. O principal deles é situar o alunado no contexto histórico que iríamos observar, os remanescentes do período Colonial no tempo presente. Foram relacionados os conteúdos que estão presentes nos Livros Didáticos, com os quais os estudantes já têm familiaridade, e narrativas referentes à História Local, sendo apresentado o Massacre de Tracunhaém como evento desencadeador do surgimento da Paraíba.

O conteúdo da aula é contemplado no material didático pertencente ao sétimo ano, e foi trazido para os estudantes do nono ano como forma de revisão dos conteúdos de História do Brasil vistos durante o Ensino Básico. Nestas turmas, especificamente, eles assumem uma importância maior do que apenas para fins de memorização. São estudantes que cursaram parte do Ensino Fundamental na modalidade remota. Vê-los é uma forma de oportunizar seu efetivo aprendizado, afetado pela dinâmica escolar adotada durante o período pandêmico.

Embora existam algumas versões sobre tal evento histórico, foi apresentado ao alunado uma narrativa baseada na obra *História da Paraíba*, do historiador e jornalista José Otávio de Arruda Melo. Como discutido no início deste texto, existem diferenças entre os conhecimentos histórico escolar e acadêmico. Conhecendo a realidade das turmas (especialmente pós contexto pandêmico), o que envolve fatores como a finalidade deste encontro, o tempo disponível para realização da atividade e a linguagem do texto, considere o texto de José Otávio mais adequado. Conforme o autor, a tragédia é resultado de uma sucessão de acontecimentos relacionados a filha do Cacique Potiguara Iniguaçu:

“(...) deu-se que, por ali, em 1574, transitaram dois guerreiros potiguaras, provenientes de Olinda, onde, por determinação do governador geral Antônio Salema, *recapturaram jovem indígena* de quinze anos, filha do cacique Iniguaçu, e que foi *arreatada por um mameluco* das aldeias de Serra do Copaoba. A beleza da índia, todavia, *tanto fascinou o proprietário* Diogo Dias que este decidiu *ficar com a moça*. O rapto irritou os indígenas que, insuflados pelos franceses, caíram sobre o engenho de Dias.” (2000, p. 26 *grifos nossos*)

Neste brevíssimo relato, que não ocupa mais que um parágrafo, temos uma síntese dos motivos que levaram ao confronto entre nativos e portugueses residentes no Engenho Tracunhaém. Após ter fugido com um rapaz mestiço, não pertencente à sua tribo, a moça foi capturada por dois guerreiros e estava sendo reconduzida para sua aldeia, quando o proprietário do Engenho Tracunhaém, Diogo Dias, resolveu sequestrar a moça. Em represália, membros de sua tribo e outros integrantes da Nação Potiguara, empreenderam forte ataque a tal área açucareira, resultando em sua total destruição.

Antes de prosseguir com as explanações, é válido tecer alguns comentários acerca da narrativa em questão, e que foram apresentadas aos estudantes, a fim de suscitar algumas reflexões. Trata-se de duas questões, talvez nunca pensada pelo alunado: a primeira delas diz respeito à preocupação dos escritores das narrativas históricas, em apresentar a versão dos dominadores em seus relatos. Neste caso, a visão dos portugueses sobre o acontecimento. A presença indígena no relato não garante uma preocupação efetiva, nem mesmo tentativa, de descrever a perspectiva dos nativos. A segunda diz respeito ao papel empreendido pelas mulheres ao longo do processo de ocupação e colonização do território brasileiro. Mesmo as mulheres que protagonizavam eventos importantes, são invisibilizadas. Neste caso, o nome do chefe

indígena, do raptor e do governante da capitania são citados (Iniguaçu, Diogo Dias e Antônio Salema), mas o da moça desaparece em meio ao relato histórico.

Após sucessivas tentativas frustradas de ocupação da área que compreende a Paraíba, marcadas por violentos enfrentamentos entre nativos, portugueses, franceses e espanhóis (uma vez que Portugal estava vivendo o período da União Ibérica), foi assinado um acordo, batizado de “tratado de paz” pelos portugueses, mas que na verdade, dá início a uma série de conflitos que findam apenas no século seguinte.

Após alinhar o processo que culminou com a presença efetiva dos portugueses no atual território da Paraíba, seguimos as explicações, inserindo as terras paraibanas no contexto do sistema de Capitânicas Hereditárias e no ciclo econômico açucareiro. Para tanto, utilizamos de referências para as turmas a obra de Wellington Aguiar e José Otávio Arruda de Melo, onde os autores falam que o projeto português para região “tinha dois objetivos, *civilizar* e *crislianizar* os selvícolas” (Aguiar e Melo 1985, p.46). Embora aparentemente distintos, os processos de conversão e civilização eram indissociáveis: para um nativo ser civilizado, precisava se tornar cristão. Para o cumprimento do intento, foram recrutados membros das ordens religiosas, sendo os padres da Companhia de Jesus os primeiros a chegarem em solo paraibano, seguidos pelos Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas. Neste sentido, foi solicitado aos discentes que realizassem, em seus aparelhos celulares, em sala de aula, uma pesquisa sobre quais grupos indígenas ocupavam a região que atualmente corresponde ao nosso estado e quais ordens religiosas se instalaram no território.

O aspecto que torna a explanação do tema e pesquisa realizados durante o primeiro encontro imprescindíveis, é justamente a importância da atuação das ordens religiosas radicadas no estado da Paraíba para a consolidação do domínio europeu. Não por acaso, os principais objetivos traçados pelos portugueses extrapolavam o âmbito estritamente religioso: era preciso civilizar os nativos, prepará-los para que fossem inseridos na lógica colonial, servindo como mão de obra ou conformando-se com a perda de seus territórios. E tal noção de civilidade seria trazida através da Catequização das tribos. Nos livros didáticos, a atuação das ordens religiosas sempre sucede (com capítulos denominados *As Missões Religiosas* e/ou o *Cotidiano Brasileiro no Período Colonial*) o tema das Capitânicas Hereditárias.

Sobre a função desempenhada pelos nativos, na sociedade colonial, deve se ressaltar as concepções presentes na obra *Guerra e Açúcares*, da historiadora Regina Célia Gonçalves. Conforme a historiadora, os grupos indígenas deveriam ser “amansados”, pois seu papel no processo de construção da capitania era muito mais abrangente que de meros coadjuvantes. Nas suas palavras

“Este índio, como afirma o cronista, é, a um só tempo, o *sangue* (soldado nas guerras de conquista e defesa) e a *substância de se povoar* (é povoador, substrato demográfico) e de *se sustentar* (é produtor de riqueza, trabalhador, mão de obra) a terra (GONÇALVES, 2007, p. 106).”

Os nativos, sobretudo os pertencentes aos Tabajara, deveriam servir de soldados para engrossar as fileiras das tropas portuguesas, uma vez que não havia homens brancos o suficiente para combater os Potiguara e os demais europeus que ameaçavam a soberania lusitana da recém fundada capitania. Contudo, seu trabalho não se restringia apenas às atividades militares. Pelo contrário, a mão de obra nativa era adotada para realização de todas as atividades econômicas empreendidas na capitania, como cultivo da terra, construções e atividades domésticas. Quem seria responsável pela água que abastecia as residências? Quem garantiria o alimento consumido? A mão de obra nativa era imprescindível para o funcionamento cotidiano da vida dos portugueses.

Se não existiam soldados para guarnecer o território, pode-se concluir que também não existiam um número substancial de indivíduos brancos para ocupar a nascente cidade. Desta forma, a presença dos nativos se tornou determinante ao processo de apropriação territorial. As tribos dominadas e que tivessem passado pelo processo de catequização, auxiliariam na ocupação do solo, sendo utilizados como mão de obra, especialmente nas lavouras. As tribos que selavam o tratado de paz com os portugueses, eram convencidas a praticar o descimento, isto é, sair do interior para se estabelecer em áreas próximas aos povoados lusitanos. Desta forma, era garantido o braço gentio para o trabalho.

Os nativos convertidos ficavam sob a tutela dos missionários, para receber as noções de cristianização. Houve uma divergência de interesses entre os membros da Companhia de Jesus e os europeus que habitavam a região. Os Jesuítas eram contrários à escravização dos nativos, ao passo que os lusitanos enxergavam os gentios da terra como mão de obra extremamente acessível e de baixo custo. As diferenças resultaram

na primeira expulsão dos membros da Companhia de Jesus deste território lusitano, ocorrida no ano de 1589⁶¹.

Todavia, não podemos pensar nos Soldados de Cristo desempenhando papel semelhante ao desempenhado pelos atuais defensores dos direitos humanos. Ao passo que impediam os demais membros da sociedade colonial paraibana de fazerem dos nativos escravos, usurpavam para si o uso exclusivo de tal mão de obra. Mesmo que não adotassem o termo escravidão, é notório o uso dos nativos pelos Jesuítas, que avolumam bens em todo o território nacional. Como consta no livro *Guerras e Açúcares*

“A hostilidade dos colonos em relação aos jesuítas, para além das questões éticas voltava-se também *para aspectos materiais que diziam respeito à riqueza da Companhia de Jesus* (...) os religiosos eram estimulados a dedicar-se, em nome da Companhia, às atividades produtivas, como agricultura e pecuária (...). O seu sucesso econômico – a ordem amealhou uma riqueza substancial na colônia -, acusavam os colonos, derivava do fato de que os religiosos, ao *controlarem a administração dos aldeamentos, podiam explorar os índios em proveito próprio.*” (2007, p. 119 grifos nossos)

Na literatura escolar, os conflitos são dirimidos, como se desaparecessem “magicamente”. As estratégias de resistência, a guerra que se prolonga, especialmente no território paraibano, não são sequer mencionadas. Aos alunos é oportunizado uma visão que aponta o papel empreendido pelos nativos, no processo de ocupação, marcado por políticas de alianças e estratégias de sobrevivência.

Revelar personagens, especialmente das nações indígenas, proporciona a superação da imagem do índio passivo e exclusivamente vítima da colonização, colocando-os como protagonistas na ocupação do território e na resistência à dominação europeia, um processo sociopolítico que se prolonga por muitos séculos⁶², chegando aos

⁶¹ A Paraíba possui uma história bastante singular no relacionamento firmado com os membros da Companhia de Jesus. Tal como falado nas linhas acima, os jesuítas foram expulsos do território no ano de 1589, devido as divergências em relação ao tratamento dado aos nativos. Os padres retornam a região no século XVIII, se tornando responsáveis pela educação. Durante a segunda permanência, foi edificado o primeiro colégio da capitania, onde atualmente se encontram o Palácio da Redenção e a Faculdade de Direito. Entretanto, eles são novamente expulsos, no contexto das Reformas Pombalinas. Desta vez, a saída foi em caráter definitivo. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/2475/1932>. Data de acesso: 11/06/2023.

⁶² No texto de Frei Vicente Salvador, *História do Brasil*, podemos encontrar relatos de conflitos que ultrapassam o ano de 1585, considerado marco no início da ocupação da Paraíba. A cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves foi fundada, mas não implicou no fim das guerras, que se arrastaram pelo Litoral Sul, pela Serra do Copaoba (atual Serra da Raíz) e por todo extenso território brasileiro.

dias atuais. Tribos localizadas no Litoral Sul, próximas ao Rio Camaratuba⁶³, ainda lutam para não sucumbir aos interesses mercadológicos na região. Elucidar os interesses sociais e econômicos envolvidos – dos nativos, religiosos e portugueses –, principalmente os conflitantes, oferece um vislumbre mais plausível de como o passado colonial repercute no presente.

Tomando como exemplo a coleção de livros didáticos que utilizamos no Colégio da Polícia Militar, “*História: Sociedade e Cidadania*”, de Alfredo Boulos Júnior podemos endossar as constatações apresentadas acima. Em todos os exemplares produzidos para o Ensino Fundamental, seria possível uma abordagem que apresentasse, mesmo que sumariamente, a História Local. Entretanto, até mesmo nos conteúdos programáticos em que há uma maior possibilidade de inserção, pouco é apresentado. Os grupos nativos são representados em aspectos gerais, como se falar de uma tribo ou uma aldeia, significasse apontar a realidade coletiva; no processo de implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, não há sequer a preocupação de apresentar a Paraíba como resultado de desmembramento da capitania de Itamaracá.

Todo esse apagamento contribui, sobremaneira, para a posição alheia dos estudantes, diante da História Local e da diversidade e realidade dos povos indígenas. Estabelecer conexões entre os eventos passados e o tempo presente, é o caminho proposto para a implantação de uma nova visão do passado pessoense. Para tanto, pensemos, a partir do próximo tópico, nas relações entre patrimônio e História Local.

3.2.2. Encontro 02 – Patrimônio dialogando com processo de ensino aprendizagem

Exaurida a discussão em torno do que foi apresentado aos estudantes na primeira reunião de preparo para aula de campo, falemos a respeito do que denomino de encontro nº 2. Após relacionar a História Local com o início do processo de ocupação do atual território brasileiro e com os papéis empreendidos pelos nativos, portugueses e

⁶³ A mesma luta pela terra e por sobrevivência acontece no Litoral Norte, onde vivem os descendentes do Tabajara, grupo indígena que selou acordo com os portugueses para assegurar sua permanência no território. Certamente, a amizade entre nativos e europeus não foi respeitada.

membros das ordens religiosas, chegou o momento de inserir a educação patrimonial como uma metodologia do processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, foi necessária a busca de um texto-base para abordar a conceituação e categorização de patrimônio, uma vez que, o livro didático adotado para toda rede estadual da Paraíba, *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos, não apresenta nenhum capítulo que traga tal discussão. Após realizar uma longa busca em várias páginas da internet, fiz uma montagem adequada ao nível cognitivo das turmas, com linguagem clara, direta e acessível. As fontes escolhidas foram os sites *todamateria.com.br*⁶⁴ e o endereço eletrônico do Iphan, *portaliphan.gov.br*.⁶⁵

Ciente de possíveis questionamentos acerca da mesclagem de informações – uma vez que o site do Iphan contém todas as informações sobre Patrimônio, já adianto que a escolha se deveu principalmente pelo desconhecimento dos estudantes sobre qualquer discussão em torno do patrimônio histórico. A página selecionada (*todamateria.com.br*) apresentava as informações com linguagem didática e sucinta, ideal para fomentar os primeiros debates. Outra justificativa, talvez menos direta, se relaciona com a ideia de apresentar aos discentes várias abordagens sobre uma mesma temática, o que possibilita a construção de conceitos próprios, resultado de debates e reflexões.

A priorização de um texto *online* se deu pela facilidade de acesso, especialmente para os estudantes, caso perdessem a cópia que foi entregue em sala de aula (disponível em anexo), ao fato de que todos os alunos envolvidos na pesquisa são nativos digitais, e, portanto, estarem familiarizados com as informações provenientes da rede de computadores e, ao mesmo tempo, serviu para demonstrar o caminho percorrido na realização de uma pesquisa em sites confiáveis.

⁶⁴ Trata-se de um site brasileiro criado em 2011 para oferecer conteúdo de várias disciplinas aos professores e estudantes do Ensino Básico. Os textos são elaborados por profissionais com formação nas áreas em que escrevem, garantindo uma qualidade ao material apresentado. Há uma preocupação em apresentar imagens relacionadas aos temas abordados, que também corroboram para compreensão do que está sendo estudado. Além do material escrito, a página disponibiliza exercícios de fixação, voltados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

⁶⁵ O site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reúne todas as informações relacionadas aos patrimônios existentes no Brasil, além das políticas patrimonialistas desenvolvidas pelo Estado e os conceitos de patrimônio que foram sendo adotados ao longo dos anos no país. Para montagem do material, foram extraídos alguns conceitos presentes nas páginas, como os de Patrimônios Imaterial, Material e Cultural.

Para dar continuidade as discussões iniciadas em sala de aula na semana anterior (Encontro Um), foi utilizada uma pergunta geradora do debate. Indaguei aos estudantes: “para vocês, o que é patrimônio?” Fazendo uso da metodologia conhecida como *tempestade de ideias*, montamos um conceito que se aproximava do que foi adotado para o texto de fundamentação entregue. Embora não tenha realizado nenhum registro documental deste momento, foi possível constatar a falta de conhecimento dos estudantes em relação ao conceito de patrimônio. A grande maioria deles associou a palavra apenas aos bens materiais e pessoais de uma família. Portanto, o primeiro passo rumo à conceituação foi a diferenciação entre *patrimônio pessoal* e *patrimônio cultural*, que trata dos bens pertencentes a um grupo ou sociedade.

Neste momento, foi importante apresentar uma explicação da ampliação do conceito de Patrimônio. Conversei com as turmas a respeito do contexto histórico vivido pela França durante o processo revolucionário (Revolução Francesa), ressaltando as perdas materiais enfrentadas pelo país, sua posterior preocupação com as implicações que elas trariam para a identidade e memória coletiva daquela sociedade e que a solução apresentada foi a criação de um órgão responsável pela catalogação, proteção e preservação dos bens. De acordo com Mariana Brito:

“Os ecos da Revolução Francesa contribuíram decisivamente para a elaboração de um modelo jurídico que se reproduziu e se perpetuou nos países ocidentais. A partir dela iniciou-se o inventário, preservação e proteção de artefatos caros à nação, seja por seu valor econômico, interesse inicial, seja por seu valor simbólico” (CHOAY, 2006 *apud* BRITO, 2018, p. 91)⁶⁶.

É óbvio que, mesmo após a criação de instituições responsáveis pela preservação do patrimônio no país, ocorria uma seleção entre o que deveria ou não ser salvaguardado. O processo seletivo era perpassado pelos interesses sociais, políticos e econômicos, de forma que, os bens a serem preservados atendiam os interesses da burguesia que passou a governar a França.

Desta forma, as turmas ficaram cientes de que a “invenção” do que atualmente denominamos de Patrimônio Histórico foi fruto das discussões ocorridas na França após

⁶⁶ No capítulo 01, sinalizamos que a professora Sandra Pelegrini, no livro *Patrimônio Cultural: consciência e preservação* (2009) realiza uma discussão com o mesmo tema, as políticas patrimonialistas surgidas na França.

a iminente ameaça de destruição de bens que, embora pertencessem às classes dominantes, passaram a ter significado para nação, seja ele de caráter simbólico, econômico ou social. Os itens arrolados no inventário faziam parte da produção cultural material do país e, por isso, foram categorizados como *patrimônio cultural material*.

Aproveitando a linha de raciocínio, demos prosseguimento à explanação, começando a falar a respeito da natureza destes bens que foram alvo de proteção estatal, os bens materiais. A esta altura, eles já eram capazes de compreender que bens eram estes, por isso, solicitei alguns exemplos, que foram fornecidos com prontidão. Entretanto, o patrimônio apresentado por eles – como o Cristo Redentor, estava muito mais próximo da sua identidade nacional do que da identidade de membro da localidade.

Depois de ouvir seus exemplos, comecei a apresentar meus exemplos: Festas Juninas, Festa das Neves, Festa do Bode Rei, Artesanato Local, entre outros. Quando terminei de elencar minha lista, os estudantes já me olhavam novamente com ar de intrigados. Expliquei que o patrimônio material não era o único que compunha o grupo de bens de um povo, que havia tradições, rituais, crenças, modos de fazer e costumes que também eram igualmente preciosos para uma sociedade, o qual denominamos de *patrimônio cultural imaterial*.

A fim de ampliar a compreensão a respeito do novo conceito, usei como exemplo os rituais militares que fazem parte do seu cotidiano escolar, como a apresentação de turma aos professores que chegam em sala de aula; a organização no pátio, que obedece aos critérios de altura e série, chamada de ordem unida; do uso de um uniforme específico, que se aproxima do fardamento militar e que todas aquelas características tão singulares formavam o patrimônio cultural da instituição que eles eram alunos.

Concluído este momento, os estudantes detinham a conceituação de patrimônio cultural e sua classificação em patrimônio material e imaterial. Tratava-se de informações novas, que precisavam ser reforçadas, por isso, ocupei o tempo restante da aula com uma atividade que envolvia imagens de diferentes patrimônios culturais para que eles os classificassem. Foram escolhidas imagens de festas juninas, das festividades carnavalescas, comidas típicas do Nordeste, prédios e objetos históricos. As turmas responderam oralmente. Com a imagem da Pedra do Ingá, comentei a respeito do

conceito de Patrimônio Arqueológico. Com a maioria dos estudantes conseguindo classificar os bens pertencentes ao patrimônio histórico, encerramos o encontro dois.

3.2.3. Encontro 03 – Patrimônio paraibano e suas problemáticas

Encerrado o que considero “conceituação teórica” da preparação prévia, chegamos ao momento que, a meu ver, era o mais importante para que as turmas estivessem aptas para realização do estudo do meio: a apropriação dos conceitos e categorização dos grupos históricos apresentados, para que os estudantes estivessem aptos a se observar e refletir sobre a construção do espaço sócio-histórico geográfico pessoense. Como afirma Jean Noel Luc,

A aproximação histórica ao meio define essencialmente “um processo de observação”, um “estado de ânimo”, um “modo de investigação do real”, e não um meio particular. “O importante está em tua observação, não na coisa a ser observada”. Se se aceita uma definição ampla da noção dos vestígios do passado e das fontes históricas, todos os meios são virtualmente utilizáveis. Sempre encerram documentos aproveitáveis, mesmo sobre um tema particular” (1981, p. 02 grifos).

Dependia deste derradeiro momento a preparação das turmas para a saída a campo. Neste encontro, além de unificar todas as discussões que foram realizadas nas aulas anteriores, era preciso sensibilizar o olhar dos estudantes, prepará-los para tratar aquela vivência como uma oportunidade de conhecerem a história da nossa cidade. Todos precisavam estar preparados para observar, analisar e criticar o espaço previamente selecionado, que iriam investigar.

Ao mesmo tempo, era preciso superar entre eles uma sensação comum, que surge quando são retirados da escola, de que “o estudo do meio torna-se sinônimo de excursão, de passeio, sem representar efetivamente um “estudo de campo”” (Bittencourt, 2018, p. 227). Naquela aula, todos precisavam estar cientes de que nossa ida ao Centro Histórico, muito mais que um momento de entretenimento, carecia de interesse, atenção e foco para galgar os resultados desejados, tanto para o projeto em desenvolvimento quanto para crescimento intelectual de cada membro do grupo.

Imaginei que o ponto de partida ideal não seria o passado, sim o tempo presente. Estabelecer comparativos entre os dias atuais e o período colonial – perceber os processos de mudanças e permanências – responder as perguntas partindo das inquietações de agora proporcionaria uma percepção adequada dos problemas, mas especialmente, aprimoraria a noção de todas as questões inerentes ao ofício do historiador, imbuindo o grupo de um espírito investigativo presente nas operações historiográficas.

Selecionei dois pontos para serem discutidos em sala de aula, um deles foi a questão do fornecimento e abastecimento de água da cidade, nos tempos antigos e nos dias atuais; outro diz respeito a um grupo de pessoas que hoje habita as margens do rio Sanhauá (um dos afluentes do rio Paraíba), onde teve início o processo de ocupação do município, a Comunidade do Porto do Capim. Para complementar as discussões orais, foram escolhidos vídeos documentais disponíveis na plataforma Youtube, dos quais falaremos mais adiante.

Atualmente, grande parcela da população dispõe, em suas residências, dos recursos necessários para sua manutenção. Sem contar com as regalias proporcionadas pelos avanços da tecnologia, podemos afirmar que temos água e iluminação, tão essenciais para nossa subsistência, a poucos metros de distância. A fim de provocar inquietação nos grupos, foi necessário iniciar a roda de conversa com mais uma pergunta, talvez um tanto esdrúxula: “quando precisa de água, o que você faz?”. Massivamente, responderam que se dirigiam até torneira, bebedouro ou geladeira mais próxima.

Foi pertinente ressaltar que, nos primórdios do processo de ocupação da cidade, e até o início do século XX, não havia nenhuma companhia ou empresa responsável pelo abastecimento de água, nem mesmo um sistema de encanamentos capaz de transportar este bem natural até a residência da população. Como afirmou André Honor, em seu trabalho monográfico: “a principal forma de abastecimento de água na cidade de João Pessoa se dava através das fontes públicas”. (2006, p. 40).

A respeito da origem dessas fontes de água, citamos o texto de Magno Erasto Araújo e Larissa Fernandes Lavor. Segundo os autores,

“Dentre as formas de obtenção de água, a dos chafarizes ou das fontes públicas constituía a maneira oficial de abastecimento. (...) As demais formas

constituíam ações de iniciativa particular ou uma consequência da fisiologia do meio natura, através do afloramento do lençol freático. É importante ressaltar que, em grande parte, as fontes naturais com maior potencial hídrico eram comumente aproveitadas para construção de chafarizes.” (ARAÚJO e LAVOR, 2019, p. 237)

Embora existissem outras formas de obtenção de águas, como as cacimbas ou bicas que pertenciam a particulares, as fontes públicas, de responsabilidade do Estado e/ou presentes em espaços pertencentes a ordens religiosas, eram a maneira mais viável de abastecer as residências. As áreas com maior potencial de distribuição de águas eram transformadas em chafarizes, também conhecidos como fontes.

Todas as vezes que o recurso era necessário, os moradores, seus empregados e, especialmente, os escravizados deveriam se dirigir a algum tanque ou fonte para obtê-la. Ainda no texto de André Honor, as fontes foram apontadas como espaços prioritariamente dos escravizados. Apenas os habitantes livres pobres da capitania, que não detinham recursos suficientes para aquisição de um escravo, se ocupavam de tal tarefa.

O transporte das águas era, certamente, uma das atividades cotidianas mais cansativas para se realizar. Andava-se muitos metros, desde a residência até à fonte mais próxima. A depender da quantidade de membros pertencentes ao grupo familiar, podemos presumir que havia a necessidade muitas viagens cumprindo o itinerário poço-casa. Entretanto, o historiador supracitado arrisca que não era das piores tarefas, pois

“A ida até as fontes d’água era uma oportunidade para sair do ambiente interno das casas, e encontrar outros escravos que realizavam a mesma tarefa. Lá eles podiam conversar e interagir longe dos olhos de seus donos, mexericando tranquilamente sobre a vida deles, e sobre as suas próprias. Nas fontes, a vida doméstica ultrapassava as paredes das casas e dos sobrados, tomando dimensões sociais, e o agente maior de tal interação era o elemento negro, o escravo.” (Honor, 2006, p. 40)

O desgaste físico ocasionado pela busca de água era compensado pelas vantagens proporcionadas. O encontro com seus pares, o momento de socialização vivenciado pelos escravizados, sem supervisão de seus proprietários, sem o risco de censura ou de punições, as conversas sobre o que acontecia ao longo dos dias, os possíveis planos para driblar as imposições sociais e religiosas, tudo isto era vivido neste espaço de “liberdade”.

Descoberto o fato de que não existia água encanada até bem pouco tempo, expliquei para os estudantes que atualmente ainda existem fontes remanescentes das que garantiam o abastecimento da antiga cidade de Nossa Senhora das Neves. Delas, três foram escolhidas para que fossem conhecidas pelas turmas: a Bica dos Milagres e as Fontes Santo Antônio e Tambiá. Os critérios seletivos se deram pela relativa facilidade de acesso e pelo estado de conservação das mesmas. Embora não estejam nas condições que, como historiadora, pretensamente desejaria, suas existências físicas, por piores que sejam, evidenciam páginas do nosso passado. Analisá-las permite que pensemos a respeito do cotidiano da antiga sociedade pessoense.

A Fonte Santo Antônio está situada nas dependências do atual Centro Cultural São Francisco, no bairro do Centro, que foi entre os séculos XVI e XIX propriedade dos frades franciscanos. A área destinada à edificação deste ponto de abastecimento de água foi o jardim, que se encontra abaixo do terreno onde foi edificada a Igreja e o Convento de Santo Antônio. Na obra *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*, o Cônego Florentino Barbosa reforça a localização: “*descendo-se uma encosta* que fica quase ao poente do convento, com *distância de duzentos metros*, encontra-se uma fonte que tem o nome de Santo Antônio, desde o tempo de sua descoberta.” (1994, p. 57 *grifos nossos*). Na época de seu processo de encanamento e construção da fonte calcária de onde a água jorra, que é concluída no ano de 1717, o manancial era de uso exclusivo dos padres da ordem franciscana, “*excetuando-se em anos calamitosos, quando foram instalados hospitais de emergência, no convento*” (Rodriguez, 1994, p. 111).

A Bica dos Milagres encontra-se próxima à Rua da Areia, no bairro do Varadouro. Assim como a Fonte de Santo Antônio, está em uma região baixa, propícia ao aparecimento de olhos de água. As primeiras notícias que se tem a respeito de tal ponto de abastecimento remontam o século XVI, quando foi doada, por autoridades locais, aos padres beneditinos, no ano de 1599 (Rodriguez, 1994, p. 109).

Todavia, a doação não tornou a fonte uma propriedade exclusiva dos religiosos. Ela permaneceu sendo utilizada pela população local (Honor, 2006). A área de abastecimento recebe a nomenclatura de *Bica dos Milagres* apenas no ano de 1801. Sendo restaurada no ano de 1849, recebeu duas torneiras de bronze e um brasão imperial, situado no centro da moldura que ornamentava a fonte. O símbolo do Império é retirado quando ocorre a Proclamação da República.

Por se tratar de um ponto de provimento de água, tal edificação, como descrito anteriormente, também era tida como um espaço de sociabilidade. Por isso, foi palco de um dos crimes eternizados do Período Colonial. O frei José de Jesus de Maria Lopes, membro da ordem franciscana, atraiu e assassinou sua amante, a mestiça Teresa, em frente ao local. O ocorrido foi testemunhado pela filha da mulher, que escapou e forneceu as informações sobre o ocorrido para a polícia⁶⁷.

A origem do manancial Tambiá é explicada por uma lenda indígena. Tambiá era um bravo guerreiro Cariri, capturado durante um dos conflitos entre sua tribo e um grupo Potiguara. Levado como prisioneiro para uma das aldeias, recebeu como esposa da morte a índia Aipré, filha do cacique local⁶⁸. Após o ritual de sacrifício do guerreiro, comum entre os grupos indígenas,

“Aipré chorou sobre a tumba do amado durante cinquenta luas, tendo suas lágrimas originado uma fonte que, desde então, tomou o nome do seu amante, o valente Tambiá (...) E assim aquela vertente foi servindo ao povo até que uma ordem emanada da Provedoria da Fazenda, datada de 02 de março de 1782 autorizou a edificação da Fonte Tambiá, à custa de donativos e contribuições do povo.” (Rodriguez, 1994, p. 113).

Conforme o relato, as águas jorraram do choro de perda da nativa potiguara Aipré. Como também nos informa o texto presente na obra *Roteiro Sentimental de uma cidade*, a bica em questão era utilizada para abastecimento das casas situadas nas regiões circunvizinhas, incentivando o encanamento e construção da fonte, nos confins do século XVIII. A região onde a fonte foi edificada passou a pertencer ao Estado, que idealizou e construiu já no século XX o parque zoobotânico, denominado Parque Arruda Câmara, localizado no bairro do Baixo Roger.

O primeiro grupo de vídeos (ao todo, três), relacionado ao abastecimento de águas da cidade de Nossa Senhora das Neves, foi captado do canal chamado *Paraíba no*

⁶⁷ Disponível em: <http://culturapopular2.blogspot.com/2010/07/o-crime-do-frade-ciumento.html> e <https://www.contandohistorias-historiador.blogspot.com/2012/12/o-crime-do-frade.html?m=1>. Acesso em: 11/06/2023. A história também está registrada na monografia de André Cabral Honor, *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial* (2006). e no livro de Wellington Aguiar “*A cidade de João Pessoa: a memória do tempo*” (1992).

⁶⁸ A lenda da Fonte Tambiá é descrita em outras versões, encontradas em páginas como <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5793.html> e <https://portal-dos-mitos.blogspot.com/2022/10/fonte-do-tambia.html>. Acesso em: 11/06/2023.

*Passado*⁶⁹. Em atividade desde o ano de 2014, a página tem por objetivo apresentar espaços geográficos, monumentos e objetos que fizeram parte da construção da sociedade paraibana, especialmente durante o processo de colonização empreendida pelos portugueses.

Há uma especial preocupação, por parte de seus idealizadores, em apresentar as edificações que se encontram em estado de ruínas, seja em caráter de denúncia do descaso com os bens patrimoniais e/ou numa tentativa de registrar o patrimônio material, antes que as intempéries os tornem inacessíveis (conforme constatamos ao assistir os vídeos postados no canal).

Os pequenos documentários escolhidos mostram imagens e relatos baseados em textos pertencentes à historiografia local. A partir do recurso imagético, pudemos pensar sobre quais as políticas de preservação existentes no Brasil e em suas aplicações práticas – retomando as discussões sobre o Patrimônio Cultural tema abordado no encontro nº 2 e sensibilizando as turmas no que diz respeito à escolha do que é, de fato, contemplado pelos recursos destinados a proteção e restauro dos bens patrimoniais.

Os três mananciais de água receberam tombamento, passando a ser considerados Patrimônio Cultural Material do Estado, entretanto, fica evidente que a Fonte de Santo Antônio é a que apresenta atualmente o melhor estado de conservação, tendo sido restaurada com recursos do Governo do Estado, junto com todo o conjunto arquitetônico da Ordem Franciscana durante a década de 1980 (Aguiar e Otávio, 1985, p. 66). Os que já visitaram ou frequentam a popularmente conhecida Bica (devido ao abastecimento do manancial de águas Tambiá), já devem ter visto que a Fonte Tambiá está isolada e com sinalizações que indicam o processo de restauração paralisado há anos. Das três, a Bica dos Milagres está em situação mais degradante. Descaracterizada e emparedada em um muro de residência, passa despercebido pelos transeuntes locais.

A diferença de tratamento dado a cada uma das edificações revela a importância atribuída pelo poder público aos monumentos associados à população. A Fonte Tambiá,

Trata-se de um canal disponível na página do Youtube, que também conta com um perfil em uma rede social, o Instagram. Existente desde o ano de 2014, ele fornece aos espectadores vídeos com monumentos espalhados por todo território paraibano. A partir das produções, todas autorais, os idealizadores do canal visam iluminar o passado do estado da Paraíba. A seguir, o link dos vídeos https://www.youtube.com/watch?v=u_-pvWHOEfM (sobre a Bica dos Milagres); <https://www.youtube.com/watch?v=ZHUUiV4EzDI&t=5s> (Fonte Tambiá); <https://www.youtube.com/watch?v=kTj0CtChNtg&t=46s> (Fonte Santo Antônio). Acesso em 12/06/2023.

por estar localizada em um ambiente aberto ao grande público, após muito tempo, recebeu uma atenção especial dos órgãos competentes de preservação. Porém, permanece com sua reforma inconclusa. Enquanto a Fonte Santo Antônio, pertencente a uma das maiores ordens religiosas radicadas no Brasil e hoje componente de um Centro Cultural compartilhado entre a Arquidiocese da Paraíba e o Governo Estadual, passou por um processo de restauro, a Bica dos Milagres, a mais antiga da cidade, que servia ao abastecimento de populares, foi abandonada e esquecida. Em outras palavras, os processos de preservação e esquecimentos são permeados pelo interesse de perpetuação do passado e das narrativas das elites.

Não é possível discorrer sobre a Comunidade do Porto do Capim sem falar a respeito do que é o porto, sua importância histórico econômica e sobre seu processo de ocupação. Como já vimos antes, a fundação do território paraibano teve início às margens do rio Sanhauá. Ao seu redor, criou-se toda uma estrutura em torno de um porto que funcionava para recebimento e envio de mercadorias, abandonado pela edificação, do século XX, pela construção do Porto de Cabedelo. Tal processo significou uma nova dinâmica de ocupação da outrora região portuária.

Enquanto os detentores dos recursos necessários ao funcionamento do processo produtivo migraram para as proximidades do Porto de Cabedelo, os trabalhadores braçais não possuíam as mesmas condições de deslocamento. Sem os recursos para manter suas famílias, antigos estivadores iniciam o processo de ocupação das áreas de armazéns, passando a sobreviver, exclusivamente, das atividades relacionadas ao rio, como pesca e coleta de moluscos, já praticadas no local desde o período colonial. Habitantes das ilhas ribeirinhas acompanham o processo. Entretanto, a população das regiões circunvizinhas não foram as únicas a participar do processo de ocupação do local. “Muitas delas vinham de processos de deslocamento forçados de seus ambientes anteriores (...) a partir da venda das terras que há décadas viviam, pelos “donos do local” (Assad, 2017, p. 32). A união desses grupos humanos ocasionou a criação de uma comunidade conhecida como *Comunidade do Porto do Capim*.

A comunidade é dividida, atualmente, em quatro zonas de ocupação: Frei Vidal, Quinze de Novembro, Porto do Capim e Vila Nassau. Conforme Patrícia Assad, podemos acrescentar uma quinta área de ocupação: “O Cortume (...) antigamente no local havia uma fábrica de beneficiamento de couro (...) é um terreno localizado na área

do Porto do Capim que passou a ser ocupado por habitantes locais (...) a partir do final de 2013, após a morte do seu proprietário” (2017, p. 33). É perceptível que o espaço vai paulatinamente assumindo novos contornos, tornando-se uma área habitada por um conjunto de pessoas que tinham em comum a intensa vivência com o rio Sanhauá, fonte de sustento de seus núcleos familiares. Todavia, a nova dinâmica local não é reconhecida:

“Verificamos que nunca há um abandono pleno de tais bairros antigos e sim um processo dinâmico de desocupação e reocupação constante. Entretanto, o poder público, nos níveis local, estadual e federal, normalmente, não vê com bons olhos esta dinâmica. Por isso, costuma aplicar os termos “abandono” e “degradação” para justificar novos usos desses espaços.” (Braga e Moraes, 2016, p. 27)

Os espaços de ocupação, conforme os autores, são fruto das dinâmicas econômicas que resultam nos processos de abandono-reocupação. Os responsáveis pelos poderes públicos não identificam os processos de ocupação como válidos – preferindo denominar a saída das atividades de cunho econômico de abandono, ocasionando circunstâncias extremamente danosas para os novos ocupantes: a falta de investimento em recursos básicos à sobrevivência e dignidade humana, além das tentativas de realocação das comunidades.

No caso analisado, as discussões sobre a retirada dos habitantes da Comunidade do Porto do Capim tiveram início no ano de 1987, quando foi firmado um convênio entre Brasil e Espanha, no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Iberoamérica, cujo objetivo principal era o resgate histórico e preservação de espaços que fizeram parte da trajetória de formação do estado da Paraíba durante a vigência da União Ibérica (1580-1640).

Em 1997, uma comissão composta por vários órgãos relacionados ao poder público recebeu o *Projeto de Revitalização do Porto do Capim*, que previa, dentre outras ações, a retirada de parte da comunidade (Porto do Capim e Vila Nassau), substituída por um espaço de vivência, que proporcionaria à sociedade paraibana o reencontro com o rio Sanhauá. A grande questão é: a que sociedade o projeto se refere? Como vimos acima, o espaço que compreendia ao Porto do Capim foi alvo de um processo de reapropriação, resultado de mudanças no contexto econômico estadual. Os

moradores da comunidade são, sem dúvidas, membros da sociedade paraibana e foram reconhecidos como população tradicional ribeirinha⁷⁰. Então, qual o objetivo do Estado?

O que ocorre é a marginalização dos membros da comunidade, materializada pela negação de recursos provenientes do dinheiro público, como sistema de esgotamento sanitário. Mais ainda: busca-se o apagamento destas minorias não apenas das narrativas, mas do próprio espaço geográfico que conta a história do estado. Historicamente, o espaço em que eles estão é alegado como pertencente às elites, que mesmo residindo em localidades distantes, reivindicam para si o direito e acesso ao rio. É o chamado processo de *gentrificação*, que consiste no “deslocamento de residentes e usuários com menor poder econômico de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local, em contrapartida da entrada de residentes e usuários com maior poder econômico” (Braga e Moraes, p. 22-23).

Para que esta gentrificação ocorresse, foram idealizados os projetos de intervenção e requalificação dos Centros Históricos. A primeira versão do projeto de *revitalização* (que visava à elitização da região) do Centro de João Pessoa foi abandonada, devido ao fim do convênio firmado entre Brasil e Espanha. Contudo, o interesse na “retomada” da área permaneceu latente, até que em 2010 as proposituras ressurgiram, com a previsão de financiamento de obras pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pertencente ao governo federal. O novo projeto previa a total derrubada de casas e edificações, para que o espaço fosse transformado em um grande calçamento e estacionamento, atraindo o “grande público” ao turismo na região. A nova ambientação punha em risco, inclusive, todo o equilíbrio ambiental que garante a conservação da mata nativa e dos mangues no entorno do rio.

No novo projeto, foram extraídos todos os aspectos benéficos à comunidade. Neste momento, houve uma articulação dos moradores com membros da sociedade civil e até mesmo do próprio Iphan, que passaram a reconhecer a comunidade como parte do patrimônio cultural da região (Braga e Moraes, 2016). Como fruto dessa união surgiu a *Associação de Mulheres do Porto do Capim*, que passou a promover eventos articular ações voltadas para dar visibilidade e sensibilizar o poder público e a sociedade para a existência dos problemas enfrentados pela comunidade. Também buscaram dar visibilidade da própria comunidade no lugar (não apenas como um “problema social”),

⁷⁰ Disponível em: <https://www.carlosromero.com.br/2022/06/porto-do-capim.html>. Acesso: 12/06/2023.

a partir do reconhecimento e valorização de seu próprio patrimônio cultural, ligado às expressões da cultura ribeirinha tradicional.

Esse é, certamente, um dos principais direcionamentos dados em sala de aula, para articular as noções de História Local e Preservação do Patrimônio Cultural. Apresentando o exemplo do ocorrido com as fontes de abastecimento de água da cidade e as tentativas de exclusão da Comunidade do Porto do Capim de seu espaço original, surge a grande questão: o que é patrimônio? Quem são, de fato, os responsáveis pela preservação dos espaços tidos como patrimônio? No caso das fontes são relegadas ao esquecimento por não servirem mais aos usos originais. Mais ainda, são abandonadas porque não são necessárias aos moradores. Em relação ao Porto do Capim, o que garante a integridade ambiental da região?

A resposta para esses questionamentos é simples, são as pessoas. Uma edificação, em si, por mais expressiva que seja, é apenas uma construção, um fruto do trabalho humano. Qualquer medida adotada, em relação aos processos de restauração, requalificação ou revitalização, se não há a inserção efetivas de grupos humanos, eles tentem ao fracasso. Transformar o Porto do Capim em um polo turístico que atende exclusivamente aos interesses elitistas, que em nada se comprometem com a proteção da área do rio ou com a sua preservação. Esvaziar o espaço da presença humana e comunitária, compromete seu uso e conservação das suas características naturais. Pensar em um estudo do meio no Centro é pensar na população do Centro e na Comunidade do Porto do Capim, guardiões do rio Sanhauá e de parte da memória da nossa cidade.

3.3. Selecionando os lugares a serem visitados na cidade

Talvez, em um texto dissertativo, seja esperado um relato perfeito da pesquisa desenvolvidas e das ações realizadas. Porém, o trabalho em questão é, antes de uma dissertação, o resultado de ações desenvolvidas em ambiente escolar, e, portanto, sofreu intervenções não apenas desta autora, mas especialmente, das condições concretas para viabilidade da atividade.

Como é perceptível e como versam os autores selecionados para fundamentar o conceito de estudo do meio, a exemplo de Circe Bittencourt, Ricardo Aguiar e Jean

Noel Luc, estávamos preparando as turmas do 9ºAno do Ensino Fundamental para realização da aula de campo, que é considerado o segundo passo rumo ao nosso objetivo final. Munidos de uma mínima fundamentação teórica, os estudantes estavam preparados para estudar no Centro Histórico de João Pessoa.

Preparadas as turmas, era preciso analisar as condições para que a aula de campo fosse realizada, e que dependiam da minha capacidade de planejamento e da articulação dos demais agentes escolares envolvidos. Neste intuito, o primeiro passo dado foi o recrutamento de professores de outras disciplinas. Como fala Bittencourt “a possibilidade de concretizar estudos interdisciplinares por intermédio de estudo do meio é indiscutível. Embora História e Geografia sejam consideradas as disciplinas privilegiadas para realização de atividades como essa, todas as demais podem-se integrar no estudo (...)” (2018, p.226). Felizmente, os meus colegas de trabalho, desde as primeiras discussões, apresentaram interesse em contribuir com a ação.

Os docentes das disciplinas de Língua Portuguesa (Riquelson Mangueira), Arte (Magalli Soares), Geografia (Wanderlan Lira), Ciências (Scheilla Diniz) foram os que se envolveram em todo o processo de planejamento e execução da aula de campo. Ao longo da atividade prática, trouxeram ricas contribuições para as discussões realizadas, relacionando o conhecimento proporcionado pelo ambiente aos conteúdos estudados em sala de aula. Devido à quantidade de professores disponíveis no quadro da escola, os colegas tiveram que se revezar no acompanhamento do estudo do meio. Caso fossem todos juntos, seria impossível manter as demais turmas em sala de aula. Adiante, em um quadro demonstrativo, cujo objetivo é resumir todos os conteúdos abordados por disciplina, perceberemos quais estiveram presentes em cada uma das aulas. Além do envolvimento de parte do corpo docente, o Corpo de Alunos (citado no capítulo 2) designou um militar para acompanhar a visita.

A professora de Arte discutiu as características arquitetônicas dos prédios visitados e sobre a exposição de Arte Popular que se localiza no piso superior do Centro Cultural São Francisco; o professor de Português conversou com os alunos acerca das escolas literárias que se relacionam com as produções artísticas e culturais de cada período, especialmente o Barroco, que está presente na arquitetura de muitas edificações pessoenses; a professora de Ciências apontou como os agentes naturais atuam no desgaste das construções, o que é perceptível na mudança de coloração dos prédios e na

corrosão dos monumentos; o professor de Geografia falou sobre as características do rio Sanhauá, da população residente no Centro da capital e da Praça dos Três Poderes.

O segundo passo que deveria ser dado para que a saída do ambiente escolar fosse possível, era pleitear um transporte para os estudantes. Como supracitado, a escola onde se desenvolveu a pesquisa é administrada pela Polícia Militar da Paraíba. Desta forma, temos a comodidade de obter um ônibus em um tempo relativamente rápido, se comparado com outras instituições da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, que dependem do transporte oferecido pela Secretaria de Educação. O veículo que geralmente é utilizado pela escola é o mesmo utilizado pela Polícia Militar, em ocasiões em que um grande efetivo é empenhado. Para fazermos uso, é feito um requerimento e encaminhado para direção do Centro de Ensino Militar. Se o transporte não for necessário para os militares no dia solicitado, um motorista (também militar) é escalado para ficar à disposição do Colégio da Polícia Militar.

A data escolhida foi deliberada em reunião com a Coordenação Escolar e demais colegas envolvidos. Alguns fatores foram levados em consideração, especialmente as alterações sofridas pelo calendário escolar 2022, onde houve uma pequena diminuição dos dias letivos e a dinâmica vivida pelos professores e funcionários militares durante outubro, mês que aconteceu o pleito eleitoral. A derradeira semana do mês de setembro foi vista como a ideal para a realização das aulas extraclasse. Os dias 20/09 e 22/09 foram eleitos como os mais viáveis. Também era preciso atentar para o calendário do programa de pós-graduação, que possui períodos letivos que diferem, inclusive, do próprio calendário da Graduação na universidade. Se o estudo ocorresse no término do ano de 2023 (conforme previsto no calendário do ProfHistoria), o trabalho de coleta, análise de dados e escrita acadêmica teria que ser realizado em uma margem curta de tempo.

Devido à quantidade de estudantes matriculados nas duas turmas, ficou acordado que elas iriam em dias distintos (no primeiro dia foram 24 alunos da turma B e no segundo dia foram 23 alunos da turma A). Demarcadas as datas, foi confeccionado o ofício para a obtenção do transporte, junto ao Centro de Ensino da Polícia Militar, que, conforme já foi falado no capítulo anterior, é o espaço onde foi edificada a escola. A escolha pelo ônibus fornecido pela Polícia Militar se deve, sobretudo, a agilidade em consegui-lo. Pleitear este mesmo meio de deslocamento junto à Secretaria de Educação

implicaria em meses de espera. Com o deferimento, era necessário o cumprimento de mais duas etapas: a escolha do horário e traçar o percurso que seria realizado durante o roteiro.

A pretensão inicial é que a aula fosse realizada em dois turnos. Os alunos permaneceriam no Centro da cidade, teríamos uma pausa para o almoço em algum restaurante pré-definido e retomariamos o percurso. A proposta foi apresentada ao gestor escolar, que explicou que, como escola pública, não poderíamos cobrar nenhuma taxa dos estudantes, mesmo que para realização da refeição; também explanou sobre as dificuldades de conseguir o transporte em período integral, uma vez que não se tratava de um ônibus pertencente à escola, sim à Polícia Militar⁷¹. Ao fim da conversa, ficou evidente que a atividade deveria ser desenvolvida apenas no turno da tarde, horário de aula das turmas.

Para definir o percurso, era necessário fazer uma visita prévia aos pontos que melhor se adequavam aos objetivos da aula e da pesquisa. Mediante a restrição do tempo, decidi que o trajeto, na maior parte do percurso, seria em torno do bairro Varadouro, região que, conforme os relatos de diversos estudiosos, é apontada como uma das primeiras a ser ocupada na outrora chamada cidade de Nossa Senhora das Neves, e que apresentava maiores possibilidades para estacionamento e circulação de carros de grande porte (no nosso caso, o ônibus escolar). A primeira parada seria a Basílica de Nossa Senhora das Neves, local em que foi erguida a primeira capela do núcleo de povoamento. Em seguida, nos voltariamos para a Avenida General Osório. Conhecida como *Rua Nova*, foi nela que foram edificados o primeiro açougue, cadeia e Câmara. (Aguiar, 1992, p. 18-19).

Nas duas visitas feitas para a montagem do roteiro, percebi que as duas igrejas não estavam abertas no turno da tarde, em que seria realizada a aula extraclasse, por isso, o tempo de permanência nos dois locais seria mais curto, suficiente para apresentar aos grupos a importância histórica das construções, observar o estado de conservação, compreender os múltiplos usos a que se destinou ao longo do tempo e problematizar a dinâmica de ocupação da região. Logo em seguida, rumei em direção à Igreja e Convento e Igreja Santo Antônio. Ao contrário das igrejas anteriormente citadas, o

⁷¹ No final do ano de 2023, a escola recebeu da Secretaria de Educação um ônibus escolar, que facilitará, significativamente, a realização de novas atividades que envolvam o deslocamento dos estudantes.

prédio que outrora pertenceu a Ordem dos Franciscanos permanece aberto a visitas, transformado em um Centro Cultural com exposições artísticas e sacras permanentes. Além das peças, o local conta com grupo de monitores oriundos da Universidade Federal da Paraíba – estudantes de cursos como Arquitetura e Turismo, e no seu jardim está situada a Fonte Santo Antônio⁷², que servia ao abastecimento do convento e em ocasiões especiais, a toda população. Além disso, ao longo dos anos de existência da edificação, percebemos os múltiplos usos do local: templo religioso, bateria militar, sede administrativa da Arquidiocese, escola naval, barca e sua atual função, centro cultural, demonstrativo de como as construções adquirem os moldes do contexto vivenciado pela população.

Diante das grandes proporções do complexo, bem como a maior flexibilidade de horário e toda a estrutura disponível (com exposições fixas, inclusive, de Arte Popular, abordada pela professora da disciplina de Arte), conversei com a coordenadora do Centro Cultural sobre a possibilidade de visita às dependências. Ficou acordado que a escola enviaria um ofício, para solicitar a isenção da taxa de entrada. Terminado os acordos, tive consciência que aquela seria a segunda parada da aula, o Convento Santo Antônio, com um tempo maior de permanência, que proporcionaria aos alunos a análise do edifício e observação das exposições.

Ao lado da igreja, encontramos a ladeira São Francisco, que conforme alguns historiadores, seria primeira rua edificada na cidade⁷³. Era através dela que se ligavam a Cidade Baixa aos fundos da Igreja de Nossa Senhora das Neves (Aguilar, 1992, p. 18). Descendo a ladeira, encontramos a última Casa da Pólvora a ser construída, detalhadamente descrita pelo Cônego Florentino Barbosa em seu livro *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. Conforme o autor, a construção do prédio, imprescindível para a defesa territorial, foi ordenada no início do século XVIII e concluída no ano de 1710. Com o advento da república, o prédio passou para as mãos de particulares, até que em 1923, mediante ameaça de demolição, votou a ser posse do governo municipal. Atualmente é utilizada com espaço de exposições sazonais e um

⁷² A Fonte Santo Antônio não se encontra aberta à visita. Os responsáveis pelo local apresentaram a possibilidade de uma visita privativa para os professores, em momento posterior.

⁷³ No tocante a primeira rua aberta em nossa cidade, encontramos alguns estudiosos favoráveis a ideia de que a Ladeira São Francisco foi a primeira delas; já outros, como José Menezes, citado anteriormente no texto, acreditam que a Rua da Direita, atual Duque de Caxias, foi a primeira rua da cidade, ligando a igreja franciscana à igreja dos jesuítas.

excelente ponto para observação do pôr do sol – em tempos anteriores, quando se destinava à sua função inicial, auxiliava a percepção da chegada de grupos invasores.

Seguimos descendo a ladeira. Adiante, na Rua Augusto Simões (ou Travessa dos Milagres), em frente a um depósito de madeiras, quase que imperceptível aos olhos, eis que encontramos a Bica dos Milagres. Emparedada em um muro residencial, uma das primeiras fontes de abastecimento de água da cidade está esquecida. Descaracterizada, sem placa indicativa, sem nenhuma previsão de restauro ou política de conservação, não há vestígios de torneiras, nem brasões ou qualquer elemento que a compunha. O que resiste ao tempo é apenas sua moldura.

Logo em seguida, nos deparamos, do lado esquerdo, com a Praça Antenor Navarro, que desde o acordo firmado entre os governos espanhol e brasileiro, no ano de 1987, passou por um processo de revitalização, cujo objetivo era criar uma área de valorização cultural. Entretanto, a perspectiva do que seria cultura atende muito mais aos interesses mercadológicos do que propriamente ao reconhecimento dos saberes e fazeres, sobretudo da população situada no entorno da região, contígua ao Porto do Capim. A coloração alegre dada aos casarões é um desses indicativos. Conforme Braga e Moraes:

“O processo iniciado nos anos 1980 e intensificado nos anos 1990 teve como principal escopo a instituição de um espaço para a cultura do Estado da Paraíba, num discurso que propunha a identificação direta entre “cultura popular”, “tradição” e “monumentos históricos”. Nesta experiência, talentos musicais, traçado urbano e arquitetura são alguns dos símbolos do local. João Pessoa, em busca de uma “nova” identidade, apropriou-se dos significados de que foi conferida em seu processo de revitalização. (...). Seus slogans propagandísticos, “a segunda cidade mais verde do mundo” e “terceira cidade mais antiga do Brasil”. A negação da “cidade antiga” (colonial) e adoção da imagem da cidade remodelada, cujos sobrados assumem fachadas ecléticas (emblemas de modernidade na primeira metade do século XX) é a grande “cartada” da estratégia de marketing urbano em João Pessoa – a reinvenção do lugar.” (2016, p.42)

A Praça Antenor Navarro⁷⁴ foi apenas o primeiro passo dado em direção a um processo de apresentação de um “novo centro histórico”, voltado para inserção de

⁷⁴ Situada na malha urbana do antigo Varadouro, essa Praça e seus arredores foram alvo de diversas obras de modernização urbana feitas no começo do século XX. A partir do ano 1933, ganhou o nome de Antenor Navarro, em função de homenagem ao Interventor da Paraíba, Antenor de França Navarro (1899-1932), que governou o Estado entre 1930 e 1932, quando faleceu, vítima de um desastre aéreo.

grupos locais e turísticos detentores de recursos para consumir os atrativos culturais apresentados no local. Nesse sentido, a cultura torna-se refém de interesses econômicos e políticos. Observe-se que apesar de se situar em plena malha urbana do que foi a cidade colonial, os remanescentes arquitetônicos da dita Praça são do início do século XX, época de certa pujança das atividades portuárias na região e quando se verificaram obras de demolição, reurbanização e reedificação naquela área.

O próximo passo dessa pretenda revitalização do Centro “Histórico” as sucessivas tentativas de “reapropriação” do Porto do Capim, onde, desde a construção do Porto de Cabedelo, houve um processo de ocupação por famílias ribeirinhas e de antigos estivadores, que se agregaram à população que já vivia no local.

As paradas na Fonte dos Milagres e na Praça Antenor Navarro seriam imprescindíveis. A finalidade seria discutir as marcas das temporalidades diversas presentes no espaço (testemunhos coloniais, imperiais e do início do século XX, além das manifestações atuais), os interesses implícitos no processo de preservação e até mesmo na seleção do que faz parte da memória da cidade, do que é digno de ser conservado e lembrado pelas gerações futuras. Por que abandonar a fonte de abastecimento de água? Por que preservar os casarões? E o que falar das manifestações imateriais presentes no dito espaço? Perguntas necessárias para que os estudantes tirem suas próprias conclusões.

Adiante, a Rua Padre Antônio Pereira, onde fica um conjunto de edificações testemunhas de temporalidades diversas, cujo destaque são a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e o Hotel Globo. A igreja foi edificada em cima de uma antiga construção, que remonta os primeiros anos da cidade. No início dos anos 2000, em seu processo de restauração, foram encontrados os vestígios arqueológicos. A este respeito, a professora Carla Mary de Oliveira escreveu um interessante texto, *A questão da verdade na História e a Muralha do Varadouro*⁷⁵. Ela associou as evidências a Muralha do Varadouro, que não se tinha notícias de sua localização exata. Ao mesmo tempo, teceu críticas sobre como a mídia se responsabilizou pela divulgação da notícia, apresentando e ocultando o que lhe era conveniente.

⁷⁵ Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/outros_servicos/muralha.html. Acesso em: 12/11/2022.

O Hotel Globo foi construído no século XX, juntamente com os prédios que compõem o entorno da Praça Antenor Navarro, frutos das reformas urbanas e renovação arquitetônica naquele espaço. Durante anos, acolheu visitantes ilustres, mas, devido ao processo de ocupação acelerada da Orla Marítima, passou um processo de esvaziamento de sua função. Atualmente, encontra-se aberto à visitação e foi escolhido como uma área de parada, para que os estudantes pudessem descansar e se alimentar.

Próximos a esta ladeira, temos a Antiga Casa da Moeda, o Antigo Prédio da Alfândega e a casa que pertenceu aos familiares de Amaro Gomes Coutinho, um dos líderes da Revolução de 1817 na Paraíba. Todos os pontos citados foram seriam apontados durante a aula, mas sem delongas, devido ao pouco tempo disponível e principalmente, porque o enfoque principal na região era a visita à Comunidade de Porto do Capim.

Também era necessário falar das pessoas que ocupam o Centro de João Pessoa. No bairro do Varadouro, região chave da aula de campo, predomina o uso das edificações para fins comerciais, entremeadas de construções mais modestas, moradia de pessoas trabalhadoras. Diariamente, pessoas se deslocam para trabalhar em madeireiras, lojas de peças de carro, oficinas, vidraçarias ou para ocupar as ruas da capital com o comércio informal, de comidas, bebidas, adornos para celulares etc. É possível encontrar indivíduos à margem dos processos produtivo e econômico, vagando nas ruas em busca de ajuda para sobreviver. Ao findar do dia, os trabalhadores e vagantes residentes em outros espaços da cidade, voltam aos seus bairros de origem. À noite e em uma parte da manhã, há um esvaziamento da região, salvo a presença dos verdadeiros responsáveis pelo processo de vitalização do bairro, os trabalhadores residentes nas imediações e a Comunidade do Porto do Capim.

Na Rua Porto do Capim, principal da comunidade, busquei pela organização das Garças do Sanhauá, com a qual estabeleci contato através das redes sociais. Trata-se de um grupo de adolescentes e jovens residentes no Porto, que articuladas com a Associação de Mulheres do Porto do Capim, idealiza e organiza apresentações culturais da comunidade para os grupos visitantes. Fui recebida por uma das meninas do grupo, que me conduziu até o *Ponto de Cultura Comunitária Porto do Capim*, casa onde acontecem os ensaios, onde são guardados os materiais utilizados nas apresentações e que possui alguns computadores para uso coletivo. Devido à data escolhida, ela me

falou que seria inviável uma apresentação. Nos dias escolhidos, parte do grupo estaria viajando. Além da saída das jovens, dias depois aconteceria uma grande plenária, que contaria com a presença de membros de várias entidades, para deliberar acerca das ações que deveriam ser realizadas no ano vindouro.

Após a conversa, mesmo que desanimadora, a moça me conduziu até as margens do rio Sanhauá, até a pequena ponte artesanal construída pelo senhor Pedro, pescador que vive na comunidade há mais de quarenta anos. Na ocasião, pude conhecê-lo e entrar em uma casinha que serve de ponto de apoio para venda dos crustáceos e peixes extraídos por eles do rio. Fui autorizada a comparecer com os estudantes, mas ciente de que não teríamos a oportunidade de participar da vivência promovida pela comunidade.

Concluído este percurso, foram selecionados para compor o roteiro as Igrejas de Nossa Senhora das Neves, São Bento, São Francisco e São Frei Pedro Gonçalves; a Casa da Pólvora⁷⁶; o Hotel Globo; a Bica dos Milagres; A Praça Antenor Navarro; Antiga Casa da Moeda, Antiga Alfândega e Casa de Amaro Gomes; Comunidade Porto do Capim e Rio Sanhauá. A Praça Presidente João Pessoa (ou Praça dos Três Poderes) seria a última parada da aula de campo, mas diante da questão de tempo, o deslocamento até lá dependeria do transporte ofertado pela escola.

A respeito deste último espaço, podemos perceber, assim como o atual Centro Cultural São Francisco, seus múltiplos usos e modificações ao longo do tempo. Desde sua construção (1879) até o ano de 1930, a praça recebia o nome de Comendador Felizardo Leite⁷⁷. Com a morte do então presidente do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque⁷⁸, foi rebatizada de Praça João Pessoa. É popularmente conhecida como

⁷⁶ Diante do público envolvido, estudantes de um Colégio Militar, filhos de policiais, julgo que os espaços utilizados para fins militares atraíam especial atenção, como Casa da Pólvora e Mosteiro de São Bento.

⁷⁷ Felizardo Toscano Leite Ferreira foi médico e um importante político no cenário local, exercendo diversas vezes a função de deputado estadual e tornando-se o presidente da Assembleia Legislativa. Seu nome também esteve associado às oligarquias no estado da Paraíba. Informações disponíveis em: <https://www.tribunadosertao.com.br/noticia/1658/felizardo-toscano-leite-ferreira-1848-1930>. Acesso em: 15/07/2023.

⁷⁸ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi advogado e político paraibano. Eleito presidente da província da Parahyba no ano de 1928, propôs reformas econômicas e a construção de importantes obras, como a Avenida Presidente Epitácio Pessoa e o Porto de Cabedelo. Concorreu, ao lado de Getúlio Dornelles Vargas, ao cargo de vice-presidente da república. Sua morte, ligada à questões políticas locais, desencadeou a Revolução de 30, onde se iniciou a Era Vargas. Disponível em: https://www.ebiografia.com/joao_pessoa/. Acesso em: 23/07/2023.

a Praça dos Três Poderes, pois em seu entorno temos prédios onde funcionam instituições ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado.

Do lado direito da Praça João Pessoa, avistamos órgãos que outrora pertenceram ao complexo jesuítico na cidade. No Palácio da Redenção, sede do Executivo Paraibano, funcionava o antigo Convento Jesuíta. Ao lado, temos o Mausoléu construído em homenagem a João Pessoa, que anteriormente abrigou a antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição⁷⁹. Seguindo, encontramos a Faculdade de Direito⁸⁰, antigos Colégio e Seminário São Gonçalo.

Aos fundos da Praça dos Três Poderes está o prédio da Assembleia Legislativa da Paraíba, sede do Legislativo Estadual. A construção é datada do ano de 1972, com características arquitetônicas modernas. Antes da assembleia, existia em seu lugar a sede do Jornal A União, demolida para ceder o terreno ao novo edifício. Em frente está situado o Tribunal de Justiça da Paraíba, representante do Judiciário estadual. Precedeu ao seu atual uso a Escola Normal, que funcionou no local até o ano de 1939, quando o prédio passou por reformas e deu lugar ao tribunal.

O maior desafio apresentado ao se realizar um estudo de tal natureza, é de evidenciar aos envolvidos o que não está mais presente. A escolha dos monumentos serve não para evidenciar a imponência de uma cidade que teve em seus primórdios no período colonial e sofreu modificações diversas em seu traçado, construções, sociabilidade e funcionalidades ao longo de séculos. Ao contrário, a cidade existe porque foi edificada pelas e para pessoas. Os vestígios das grandes famílias, ocupantes das casas construídas de tijolos e telhas estão presentes até a contemporaneidade. Documentos e monumentos atestam sua presença. É preciso um exercício de alteridade, para se refletir sobre quem construiu tais obras, como viviam, quais espaços eram tidos

⁷⁹ Antes de ser denominada Nossa Senhora da Conceição, a igreja era chamada de Igreja São Gonçalo. Foi a segunda igreja construída na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, com o objetivo de catequizar a população nativa. Tratava-se de uma pequena capela, e ao lado, contava com uma casa de apoio para os missionários. Em 1745 foi colocada a pedra fundamental para a edificação do seminário da Companhia de Jesus, que incluía a igreja como parte do conjunto arquitetônico. Em 1929, durante o governo de João Pessoa, a igreja foi derrubada, para ampliação do Palácio da Redenção. Informações disponíveis no livro *“Progresso de Destruição na cidade da Parahyba: Cidade dos Jardins”*, de José Flávio Silva.

⁸⁰ O prédio, desde que passou a pertencer a Coroa Portuguesa, abrigou a Assembleia Provincial, Secretaria Militar, Lyceu Paraibano, Tribunal de Justiça e Gabinete do governador Castro Pinto. Informações disponíveis em: <https://www.ipatrimonio.org/joao-pessoa-faculdade-de-direito/#!/map=38329&loc=-7.121282367959206,-34.884435770669086,17>. Acesso em: 15/07/2023.

como de sociabilidade. Por outro lado, as habitações modestas ainda presentes por lá, as pequenas pistas nos mesmos documentos, uns pequenos detalhes em fotografias do começo do século XX mostram essa presença quase imperceptível das pessoas por trás dos monumentos.

Nas páginas anteriores, mesmo que não de forma contundente, procurei apontar a existência de alguns personagens que são raramente documentados e quase nunca vistos, mas sempre existiram e que deixam traços furtivos na história. Membros de tribos indígenas, citados como trabalhadores, habitantes e soldados; negros escravizados, andantes da cidade, em busca de água; estivadores e marisqueiros, residentes às margens do Sanhauá; filhos e netos de retirantes, habitantes de um bairro subestimado, visto como um local de abandono e uma possível favela, mas que se tornou um dos maiores centros comerciais do município. São estes que devem “aparecer”, caso contrário, o passado dos grandes nomes se repete. Como diria Pessoa: “O presente é História, as pessoas são Patrimônio” (2019, p. 31)

3.4. Os estudantes investigando sua cidade

A partir deste momento, discorrerei sobre as aulas de campo realizadas nos dias 20 e 22 de setembro de 2022, enfatizando as impressões apresentadas pelos estudantes, obtidas através da aplicação de um questionário semiestruturado (presente nos anexos), composto de doze questões, sendo quatro delas de caráter subjetivo e nove objetivas. Ao longo do percurso realizado durante o estudo, os estudantes fizeram registros imagéticos em seus aparelhos telefônicos, reunidos, socializado entre eles e que endossam os resultados apreendidos através do meio escrito. Em momento oportuno, as questões e as imagens serão apresentadas aos leitores.

Como já informado, no dia 20/09/22, a turma do 9ºAno B saiu da escola em direção ao Centro de João Pessoa. No turno da manhã, o motorista responsável pelo transporte da turma esteve envolvido em outro evento, de forma que, a saída prevista para 13h ocorreu quase uma hora depois. Com o atraso, tivemos que abdicar da visita à Avenida General Osório, onde ficam a Catedral e Nossa Senhora das Neves e o

Mosteiro de São Bento e nos dirigimos para o Centro Cultural São Francisco, que só estaria aberto até às 15h. Na área externa do prédio, apresentei aos estudantes informações referentes às características arquitetônicas gerais e à estrutura do complexo. Na parte interna, fomos recebidos por uma estagiária, que conduziu a turma e explanou a respeito dos detalhes presentes em cada parte da igreja que tivemos acesso. Parte das informações fornecidas pela acompanhante já haviam sido apresentadas por mim, na parte externa. No piso superior, onde funcionava o convento, a professora de Arte conversou com os alunos a respeito da exposição presente no local, enfatizando o conceito de arte e cultura popular.

As imagens a seguir foram obtidas durante este primeiro momento da atividade. A primeira delas, na parte externa, revela toda disciplina militar presente na escola da qual fazem parte. Os estudantes ouvem as explicações em forma, como lhes é ensinado pelos professores e funcionários militares, em ambiente escolar. É notória a presença do membro do Corpo de Alunos, devidamente fardado e garantindo o “cumprimento das regras”. Na segunda imagem, a cadeia de comando é interrompida, e eles sobem, em direção ao piso superior. Neste momento, o comportamento do grupo é semelhante ao de qualquer outra turma que porventura visite este espaço. Os membros da pesquisa tramitam, constantemente, entre o que é esperado de adolescentes e o que é exigido enquanto membro de uma escola onde a presença militar é constante. Percebam: é isso que faz deste estudo do meio algo único, a análise de um trabalho desta natureza com um grupo envolto de regras.

Figura 19 – Estudantes do 9ºB em frente ao Centro Cultural São Francisco



Foto: Thayenny Raphaelly. 2022.

Figura 20 – Estudante do 9º B, parte interior do Centro Cultural São Francisco



Foto: Thayenny Raphaelly, 2022.

Ainda em relação à segunda imagem, é possível perceber parte dos estudantes observando a parte superior de uma das naves laterais da igreja. Constatamos que alguns membros do grupo seguem exatamente o que foi apontado, anteriormente, no trecho escrito por Jean Noel Luc: “não é o objeto que é observado, mas a forma que se observa”. Os olhares atentos aos detalhes do que lhes é apresentado, revelam que estão buscando integrar as informações obtidas durante o período de preparação prévia e na explicação realizada na parte externa, minutos antes da nossa entrada.

No pavimento superior, que se destinava ao convento dos religiosos, além da exposição de Cultura Popular, há pequenas exposições da estrutura dos quartos onde viviam os membros da ordem e saletas com os ex-votos, que atraíram a atenção de muitos estudantes, alheios ao que seria esta manifestação de fé. Na próxima figura, vemos dois deles no espaço, ouvindo as explicações acerca do que se tratava e como manifestações estavam presentes no cotidiano da população e em festas bastante conhecida por eles, como a Festa das Neves e a Procissão de Nossa Senhora da Penha.

Figura 21 – Estudantes recebendo explicações sobre os Ex-votos



Foto: Thayenny Raphaelly, 2022.

Sáimos do Centro Cultural São Francisco em direção à Ladeira São Francisco, que nos levaria aos próximos destinos. Na Casa da Pólvora, discutimos o histórico da

construção e serventia do local. Para os estudantes, foi um momento interessante: parte deles, como filhos de policiais militares, sentem-se naturalmente atraídos por espaços voltados à armamentos e defesa territorial. Na área externa, que apresenta uma visão privilegiada do Cidade Baixa, também começamos as discussões, com ajuda do professor de Geografia (Wanderlan Lira), sobre as margens do rio Sanhauá e possíveis políticas de preservação dele, sempre alinhadas com a necessidade de envolvimento com a população local, detentora de saberes e técnicas que poderiam garantir um desenvolvimento sustentável⁸¹.

Seguimos para a Bica dos Milagres, lembrando o crime cometido contra a parda Tereza⁸² e os múltiplos e subjetivos usos de uma das fontes ainda (r)existentes. É notório o interesse dos estudantes nos enredos do cotidiano. Mal chegamos ao destino e os estudantes já mencionaram o crime cometido naquele espaço, durante o período colonial. Também pensamos como a chegada da água nas residências era garantida pelo papel que os escravizados desempenhavam como transportadores, e em como aquele espaço de sociabilidade permitia que eles transgredissem as ordens que lhes eram impostas, para vivenciar momentos de “liberdade”. Reflexões importantes em um mesmo espaço, marcado por contínuo processo de abandono.

No Largo de São Pedro Gonçalves, discutimos sobre os vestígios encontrados no solo da igreja, que levam os estudiosos a crerem, como a historiadora Carla Mary Oliveira – cuja explicações estão presentes no capítulo dois, que se trata o local onde foi construído o primeiro forte da cidade. O Hotel Globo, serviu de ponto para descanso. Foi nesse espaço que os participantes da atividade se alimentaram, descansaram, brincaram e puderam, mais uma vez, observar os rios Sanhauá e Paraíba. Aproveitaram

⁸¹ Da Casa da Pólvora, é possível se ter uma ampla visão do rio Sanhauá e das várzeas açucareiras que o seguem. Observando atentamente as margens do rio, numa espécie de visão aérea, pudemos constatar a importância da comunidade para preservação do manguezal e da mata nativa, essencial para impedir o avanço do assoreamento.

⁸² No livro *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*, cujo autor é Welligton Aguiar, encontramos um relato relacionado a um chocante crime cometido contra uma figura feminina (embora seja um conceito anacrônico, mas podemos afirmar que se tratou de um feminicídio). Conforme o autor, um padre da ordem franciscana, José de Jesus Maria Lopes, mantinha um relacionamento com uma mulher, da qual só se conhece o primeiro nome, Tereza. O casal marcou um encontro à noite, para tomar banho na Bica dos Milagres. O religioso, com ajuda de comparsas, empalou sua amante. O crime foi assistido pela filha de Tereza, que mesmo com pouca idade, testemunhou contra os criminosos, que foram encarcerados e cumpriram longo período de pena (AGUIAR, 1992, p. 59-60). É possível encontrar textos sobre o ocorrido com facilidade em alguns sites, a exemplo de: <https://www.contandohistorias-historiador.blogspot.com/2012/12/o-crime-do-frade.html?m=1>. Acesso em: 12/02/2024.

para “olhar para baixo”, percebendo os prédios situados nas ruas que antecedem a comunidade do Porto do Capim, a exemplo da Casa da Moeda e Antiga Alfândega, abaixo da antiga hospedagem. A observância permitiu que retomássemos questões relacionadas à seleção dos espaços passíveis de preservação e, portanto, da memória local, comprovado pela situação em que se encontravam os prédios, ressaltando, inclusive, como este processo está vinculado à questões de caráter político econômico, desencadeada, sobretudo, pela edificação de um novo porto, situado no município de Cabedelo. Também foi reforçada a importância de políticas de preservação para as margens do rio Sanhauá e políticas públicas para a população que vive em seu entorno, a Comunidade Porto do Capim, desassistida de serviços essenciais para o bem-estar da comunidade, como esgotamento sanitário.

Na figura que segue, vemos o grupo de estudantes na parte interior do Hotel Globo. No centro, vou conversando com eles a respeito dos processos de abandono espacial por parte do poder público e da população outrora ocupante daquele espaço, resultado do deslocamento do eixo econômico e do crescente processo de urbanização de espaços próximos à orla marítima. Aliás, abandono da elite, uma vez que a ocupação da população ribeirinha sempre se fez presente no local. Parte dos membros da pesquisa encontra-se sentada, outros em pé, mas todos atentos às reflexões que estavam sendo realizadas. Um pouco mais atrás, o professor de Geografia, que estabeleceu parceria desde o processo de planejamento até a realização da atividade.

Figura 22 – Instruções no Hotel Globo**Foto: Thayenny Raphaelly, 2022**

Paramos para observar a situação da Casa da Moeda. Muitos estudantes queriam adentrar o prédio arruinado, mas não permitimos, para evitar possíveis acidentes. É provável que não se contentassem em ver e quisessem tocar nas paredes e nas precárias vigas que ainda sustentam partes do prédio. Em seguida, rumamos para o Trapiche, uma das partes que compõe o Porto do Capim. Mesmo tendo sido avisados da visita, a presença dos estudantes causou um evidente estranhamento nos moradores, que saíam na porta de suas casas para observar a movimentação. Para os habitantes do local, a visitação do local não é incomum; o espanto residiu na forma em que os estudantes estavam organizados, em filas, compondo uma cadeia de comando e acompanhados por um membro da polícia. Para os expectadores, poderia soar como uma “invasão” do seu espaço.

Na próxima imagem, percebi o registro e fiz uma “pose”. Obviamente, neste não é o ponto essencial da atividade. Podemos ver alguns elementos para fazermos uma reflexão. O primeiro deles é a organização dos estudantes. Não é algo espontâneo; trata-se de uma ordem aprendida em ambiente escolar, de deslocamento em pequenos espaços, onde não podem se organizar em cinco fileiras. No fundo, vemos duas estudantes posando para foto acompanhadas da professora de Arte (Magali Soares), numa naturalidade de quem está acostumado com essa disposição. Mas ao lado, há uma

criança, que observa, certamente com muito espanto, todo aquele movimento. Ela foi captada devido a sua espontaneidade, de se dirigir até o local onde está ocorrendo um evento atípico. Os adultos observam de longe.

Figura 23 – Estudantes “marcham” na comunidade do Porto



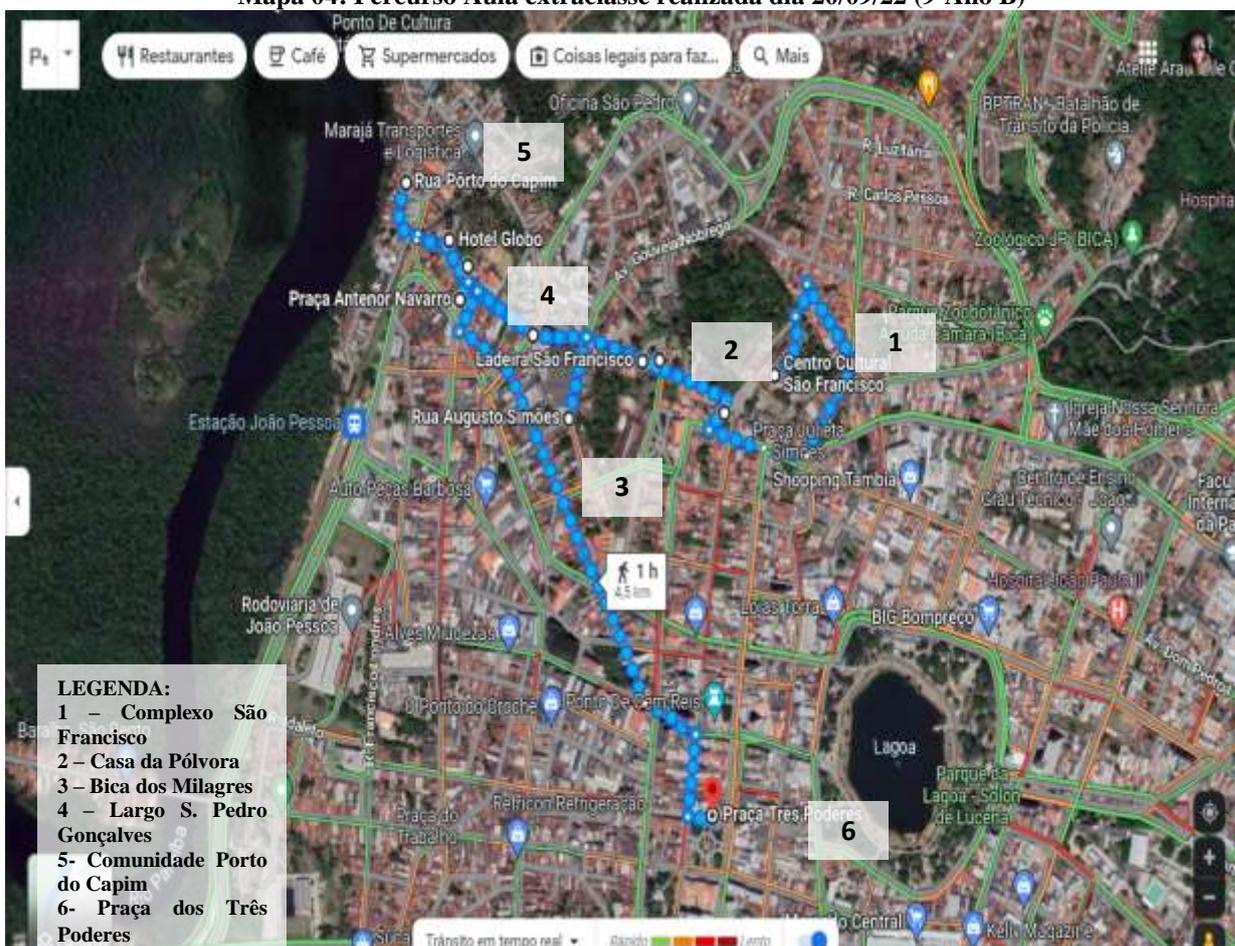
Foto: Thayenny Rphaelly, 2022

Nas margens do rio, os estudantes tiveram uma aula sobre as características do Mangue, limites territoriais estabelecidos por fronteiras naturais e sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, promovida pelo professor de Geografia. Adiante, na Estação de Trem, o ônibus nos aguardava. Fomos direto para Praça dos Três Poderes. Infelizmente, não pudemos entrar no Palácio da Redenção, pois no momento da nossa chegada, já tinha encerrado suas atividades diárias. Porém, conversamos a respeito de sua construção e seus usos ao longo do tempo. Também compreenderam que a presença das casas dos três poderes garante o fluxo de pessoas na região, imprescindível para manter a área ocupada e preservada. O contrário também é verdadeiro, como constatado no esvaziamento da área de entorno do rio Sanhauá. Voltamos para escola e chegamos antes das 18h, conforme acordado com a direção.

Nesta e numa página adiante, seguem dois mapas, denominados *mapa 04* e *mapa 05*. Eles contêm os percursos realizados durante as aulas de campo. Alguns

pontos, como a Praça Antenor Navarro, citados no texto, foram apontados aos estudantes, mas não faziam parte do roteiro principal. Como já foi mencionado no capítulo, devido questões de horário (o mencionado atraso do motorista, envolvido em outra atividade) e intercorrências envolvendo um dos responsáveis pelos estudantes e o motorista do transporte (se desentendem por causa da relutância do motorista em aguardar no local), as rotas realizadas diferem, por isso, a necessidade de utilização de dois mapas distintos. Para desenhar o traçado do percurso, foi usada uma das ferramentas do Google, o chamado *Google Maps*.

Mapa 04: Percurso Aula extraclasse realizada dia 20/09/22 (9ºAno B)



Disponível no *Google Maps*. Rota traçada em: 12/03/2023.

Após os mapas, encontramos dois quadros (Quadros 5 e 6), onde são apresentados os pontos visitados nos roteiros e as disciplinas, separadas por cores, indicando os temas abordados por cada um dos professores participantes. Vale novamente a ressalva de que os professores se revezaram, diante da demanda das demais turmas que permaneceram na escola.

QUADRO 1 – Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas

LUGAR VISITADO/HORARIO	CONTEÚDOS ABORDADOS	DISCIPLINAS
1. Convento Franciscano de Santo Antônio [14h.]	<ul style="list-style-type: none"> ● Colonização do Brasil e da Paraíba. ● Povos indígenas (Potiguara e Tabajara). ● Catequese missionária. ● Arte barroca. ● Arte popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Arte
3. Casa da Pólvora [15h]	<ul style="list-style-type: none"> ● Proteção territorial; ● Fornecimento de Armamento durante Período Colonial 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
2. Bica dos Milagres [15h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Abastecimento de água. ● Cotidiano da cidade colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
3. Largo São Pedro Gonçalves e Hotel Globo [15h50]	<ul style="list-style-type: none"> ● Vestígios de antigos usos do solo: Igreja São Pedro Gonçalves ● Intervalo 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
4. Alfândega e Casa da Moeda [16h15]	<ul style="list-style-type: none"> ● Alfândega ● Casa da Moeda 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
5. Porto do Capim [16h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Comunidade ● Produção cultural ● Características Geográficas da região 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Arte ● Geografia
6. Praça dos Três Poderes [17h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Praça João Pessoa 	<ul style="list-style-type: none"> ● Geografia

	<ul style="list-style-type: none"> ●Palácio da Redenção ●Mausoléu de João Pessoa ●Assembleia Legislativa ●Tribunal de Justiça ●Arte e Arquitetura das edificações 	<ul style="list-style-type: none"> ●Arte
--	--	---

A segunda aula de campo ocorreu no dia 22/09/22, com a turma do 9ºAno A. Como não houve nenhum atraso do motorista, saímos mais cedo da escola, chegando ao Centro da cidade por volta das 13:30h. Descemos do ônibus em frente ao Cruzeiro da Igreja São Francisco – num espaço que é reservado para transporte de turistas – e fomos andando até à Basílica de Nossa Senhora das Neves (já nos deparamos, aqui, com a primeira diferença entre os roteiros: o primeiro grupo não pôde ir à Avenida General Osório). Nela, mostramos aos estudantes como a diferença de relevo foi aproveitada para dividir a organização político administrativa e econômica da nascente cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, nas áreas de Cidades Alta e Baixa.

Seguimos para o Mosteiro de São Bento, onde conversamos sobre o processo de sua construção e em como, durante as invasões holandesas, o então inconcluso prédio foi utilizado como uma barricada pelos invasores. Os professores de Ciências e Língua Portuguesa discutiram, respectivamente, os impactos dos fenômenos naturais na degradação da edificação e as características do Barroco Tropical⁸³. Na imagem que segue, a turma participante deste segundo momento de atividade encontra-se sentada na porta do mosteiro, escutando atentamente as explicações dos professores. A imagem registra a explanação realizada pelo professor de português, Riquelson Manguiera. Assim como ocorreu com a primeira turma, os estudantes saem do ordenamento militar,

⁸³ O Barroco é um estilo surgido no século XVI que influenciou várias manifestações artísticas, como Literatura, Pinturas, Esculturas e Edificações. Surgido no contexto da Reforma Protestante e Contrarreforma, é uma escola artística fortemente ligada às manifestações religiosas, mas que busca aguçar os sentidos, apresentando um conflito entre o atendimento dos desejos mundanos e o encontro com o sagrado. No atual território do Brasil, tem em Gregório de Matos seu principal representante. No campo da arquitetura, aparece nos adornos dos templos Católicos, agregando aos traços europeus, elementos presentes na fauna e flora de nosso território, sendo denominado de Barroco Tropical. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/o-barroco.htm#Barroco+no+Brasil>. Acesso em: 12/06/2023.

ficando à vontade para ouvir, e principalmente, aprender de maneira confortável sobre sua cidade.

Figura 24 – Estudantes 9º A assistindo aula de Língua Portuguesa



Foto: Maria do Socorro Félix P. de França, acervo pessoal, 2022.

Retornamos para havíamos estacionado o ônibus, o Complexo Cultural São Francisco. Na porta, nos aguardava a coordenadora do centro, que se chateou quando percebeu que iniciamos o roteiro pela Av. General Osório, e não pelo complexo franciscano. Como espécie de “punição” pelo “atraso”, tivemos nossa permanência encurtada no local. A explanação sobre as características arquitetônicas foi diminuída, e a visita ao pavimento superior, que abriga a exposição de Arte Popular, muito rápida. Ao contrário do que ocorreu com a primeira turma, não houve tempo para contemplação nem fotografias. Acredito que, para ela, visitar o espaço que coordena seja mais importante do que a aprendizagem nas ruas. Assim que saímos do local, esbarramos com um grupo de jovens, com faixa etária semelhante à dos envolvidos na pesquisa, ensaiando passos de dança em frente o convento franciscano. Houve interesse os estudantes de se aproximar, mas foram impedidos pelo militar que nos acompanhou, preocupado com a “segurança” da turma.

Descemos a Ladeira São Francisco e rumamos para Casa da Pólvora, onde desenvolvemos a mesma dinâmica aplicada com os alunos que realizaram a aula na terça-feira, ressaltando sua importância para defesa do território e, a partir da visão panorâmica, fizemos as primeiras conversas sobre as margens do rio Sanhauá, os personagens que ali vivem e seu papel na preservação da área. Este foi um dos poucos pontos em comum em relação ao andamento das atividades externas.

Seguimos para a Bica dos Milagres. Desta vez, tivemos dois grupos para assistir a aula, os estudantes e os trabalhadores da madeireira, situada em frente à antiga bica. Em pouco tempo, os grupos se tornaram um, atentos a explanação. Recordamos as utilizações e problematizamos a dinâmica de preservação e esquecimento. Pelos olhares e atenção dos novos participantes da aula, é possível que não soubesse que aquele “muro” se tratava da fonte mais antiga de água da qual temos notícia. A provável ignorância dos funcionários da madeireira comprova o fato de que as pessoas pouco conhecem a cidade em que vivem. Caso fosse um local relacionado a um grande nome político do estado, certamente haveria um monumento, uma placa ou sinais de preservação, para que o espaço não fosse esquecido; mas, como se trata de um espaço que caiu em desuso e rememorador dos trabalhadores braçais, está emparedado e esquecido nas narrativas e memória dos pessoenses. Dissemos no primeiro capítulo, e retomamos o trecho de Jacques Le Goff, quando o autor afirma que a memória coletiva é acompanhada pela disputa das forças sociais pelo poder (2013, p. 426). No caso da nossa cidade, infelizmente, temos os mesmos grupos dominando o poder, e por conseguinte, selecionando os espaços de memória e o que se julga digno de ser lembrado. Na imagem a seguir, a turma está assistindo a aula. Infelizmente, a única “evidência” da presença dos trabalhadores é o caminhão onde os estudantes estão apoiados. Era descarregando esse transporte que eles se ocupavam quando chegamos ao local.

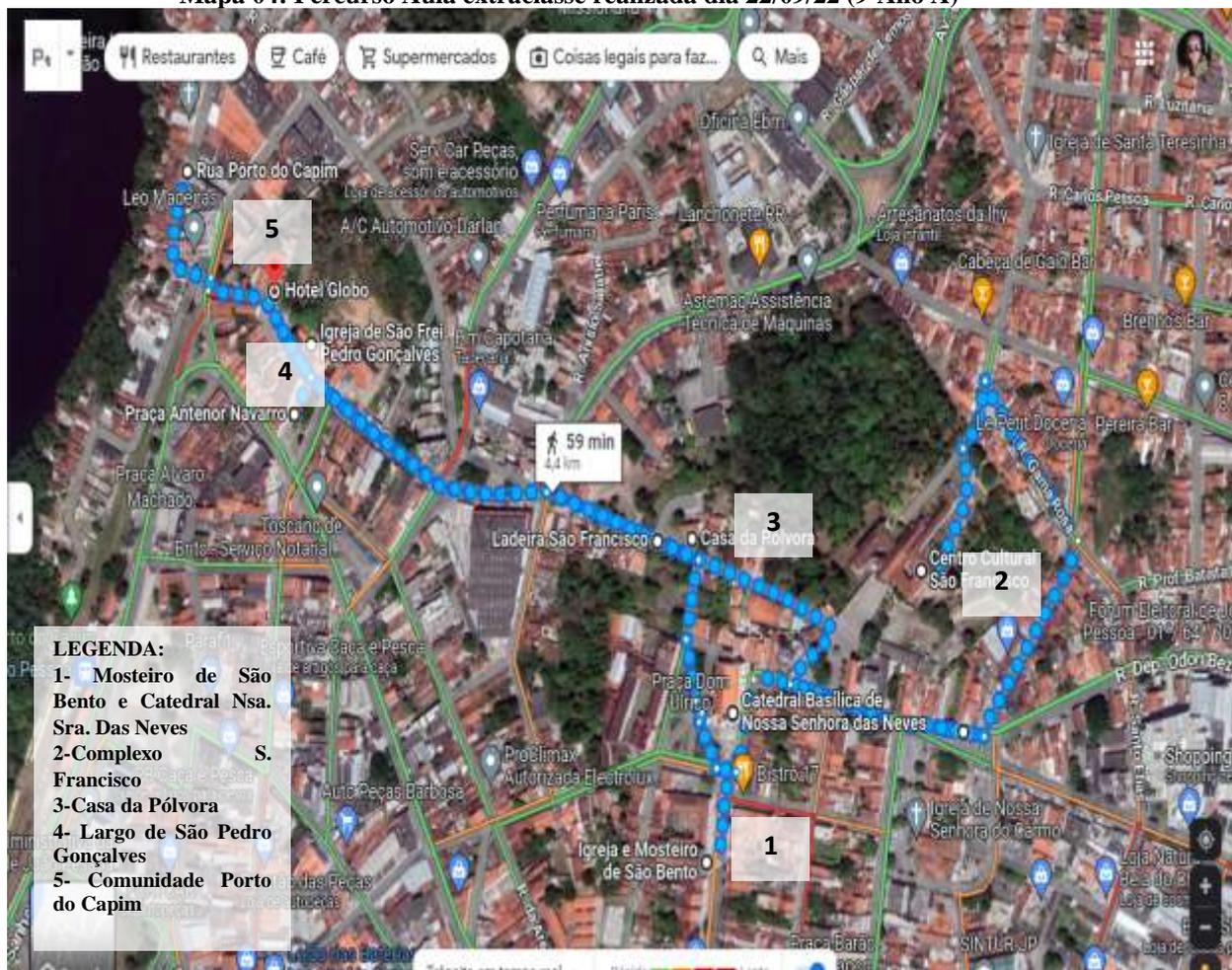
Figura 25 – Estudantes observando a Bica dos Milagres**Foto: Thayenny Raphaelly, 2022**

Passamos, mais uma vez, na Praça Antenor Navarro e paramos no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Reforçamos com estes alunos as reflexões que são suscitadas pelo texto da professora Carla Mary de Oliveira. Adotamos o mesmo roteiro utilizado no dia anterior. Mais uma vez, os roteiros se encontraram. No Hotel Globo, fizemos a parada para que os estudantes pudessem se alimentar e descansar um pouco.

Assim como ocorreu na primeira parte da atividade, com os estudantes do 9º Ano B, fizemos o percurso rumo ao rio Sanhauá, passando pela área da comunidade do Porto do Capim denominada Trapiche. Neste momento da aula, tivemos algumas situações que alteraram drasticamente a dinâmica da atividade. O motorista escalado para aula não era o mesmo. Quando entramos em contato com ele, nos informou que só retornaria para buscar a turma. Não fazíamos ideia do paradeiro do transporte, o que nos colocava numa situação de incerteza, em relação ao deslocamento até a Praça dos Três Poderes. Diante da situação, um dos professores militares que acompanhou a atividade discutiu com o condutor do veículo, ainda por telefone. O motorista retornou, mas se recusou a nos levar para qualquer outro lugar que não fosse à escola. Fatalmente, não conseguimos ir ao último ponto previsto, a antiga praça Comendador Felizardo Leite.

Mais uma vez, percebemos a cultura escolar interferindo no andamento da atividade. O motorista retorna, mesmo que a contragosto, por possuir uma patente inferior à do professor que reivindicou sua volta. Como se não bastasse, o mesmo professor militar que discutiu com o motorista nos acompanhou até a Casa da Moeda. Diante da desconfiança apresentada pela comunidade na aula ocorrida anteriormente, com os estudantes do 9ºB, pedi que ele permanecesse fora do percurso do Trapiche, a fim de evitar constrangimento aos moradores do local, afinal fomos nós que adentramos no seu espaço. Enquanto estávamos na Comunidade do Porto do Capim, ele acionou uma viatura para que, na nossa saída, ela fizesse uma vistoria local. Diante tantas problemáticas, voltamos para escola mais cedo, com uma profunda sensação de impotência e constrangimento, além do roteiro inconcluso. O professor militar, acreditava que, de fato, estava fazendo “o melhor”, sem se atentar para o fato de que fomos nós quem decidimos inserir a área no estudo. O militarismo não deveria ter nada a ver com isso. Mas teve.

Mapa 04: Percurso Aula extraclasse realizada dia 22/09/22 (9ºAno A)



Disponível no *Google Maps*. Rota traçada em: 12/03/2023.

Assim como o roteiro realizado no dia anterior, com a turma do 9ºAno B também montamos um quadro demonstrativo para aula do 9ºAno A, contendo as disciplinas participantes da atividade e os temas abordados.

QUADRO 2– Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas

LUGAR VISITADO/HORARIO	CONTEÚDOS ABORDADOS	DISCIPLINAS
1. Mosteiro de São Bento e Basílica de Nossa Senhora das Neves [13h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Usos do solo ao longo do tempo – Mosteiro de São Bento ● Colonização do Brasil e da Paraíba. ● Características Arquitetônicas ● Agentes naturais e humanos – processo de desgaste dos prédios e monumentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Língua Portuguesa ● Ciências
2. Centro Cultural São Francisco [14h]	<ul style="list-style-type: none"> ● Povos indígenas (Potiguara e Tabajara). ● Catequese missionária. ● Barroco Tropical. ● Arte popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Língua Portuguesa
3. Casa da Pólvora [14h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Proteção territorial; ● Fornecimento de Armamento durante Período Colonial 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
2. Bica dos Milagres [15h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Abastecimento de água. ● Cotidiano da cidade colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Ciências
3. Largo São Pedro Gonçalves e Hotel Globo [15h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Vestígios de antigos usos do solo: Igreja São Pedro Gonçalves ● Intervalo 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
4. Alfândega e Casa da Moeda [16h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Alfândega ● Casa da Moeda 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
5. Porto do Capim [16h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ● História

	<ul style="list-style-type: none"> ● Produção cultural ● Características Geográficas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ciências
--	--	--

3.5. Os resultados esperados e obtidos

Numa versão piloto do texto, este tópico tinha início com discussões relacionadas aos discentes envolvidos no estudo do meio. Mas, à medida em que fui realizando leituras, reflexões pessoais e discussões com o professor orientador, nada mais justo do que pensar os resultados a partir dos aspectos suscetíveis de melhoras. Como já citado anteriormente, é interessante a propositura de oficinas, para melhorar ainda mais o preparo para aula de campo; em relação aos horários, buscar sair da escola o mais cedo possível, a fim de evitar a correria na realização do roteiro e uma discrepância entre o roteiro idealizado x o roteiro real; em ambientes com guia, atuar como mediadora das discussões, para garantir que as informações fornecidas estejam em harmonia com a propositura do projeto de pesquisa; no que diz respeito às intervenções militares, como colocação dos estudantes em forma, em espaços públicos ou discussões ligadas às patentes, assumir um papel ativo, a fim de evitar constrangimentos para os alunos e comunidade. De qualquer forma, trata-se de uma atividade de pesquisa realizada com pessoas, e, portanto, passível de situações que fujam do controle do professor orientador. Dito isto, falemos dos resultados obtidos.

Mesmo com aspectos a serem repensados, não se pode ignorar uma atividade desta natureza. Leciono na instituição desde o ano de 2015, totalizando nove anos de atuação. Neste tempo, nunca detectei, em nenhum dos turnos, nenhuma atividade cujo objetivo seria o ensino de História Local, exceto as que eu mesma realizei. Após a realização deste estudo do meio, houve uma mudança de comportamento entre os professores da escola: no ano de 2023, enquanto este texto estava sendo redigido, o professor de História do Ensino Médio (Márcio Lima) promoveu uma atividade com as turmas de 3º Ano, semelhante ao que fiz no ano anterior. As turmas do Ensino Médio também se inscreveram no Primeiro Desafio de História da Paraíba⁸⁴, promovido pelo

⁸⁴ As inscrições foram abertas apenas aos estudantes de Ensino Médio, me impedindo de participar, uma vez que sou professora do Ensino Fundamental. Mesmo sem equipes, vi meu trabalho gerar frutos concretos.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB). Grupos compostos por alunos do 1º Ano, que tinham passado pelo estudo do meio, receberam medalha de ouro. Houve uma aprendizagem significativa, que gerou frutos aos alunos e à escola. Acredito que a realização da primeira experiência sistematizada inspirou os membros do corpo docente a dar o primeiro passo.

Como já mencionado anteriormente, tivemos a importante adesão dos membros do corpo docente, coordenação pedagógica e direção escolar. Os diretores nos proporcionaram o transporte dos estudantes; a coordenação nos auxiliou com a escolha mais adequada para as datas de realização da saída do ambiente escolar, confecção das autorizações e distribuição dos professores – que, devido a quantidade de turmas que permaneceram nas dependências da escola, não poderiam ir todos. Os docentes contribuíram significativamente durante o percurso, integrando os conhecimentos das suas respectivas áreas de ensino ao tema central, o Ensino de História Local através do estudo do meio. Conforme mencionado ao longo do texto, através do texto de Circe Bittencourt, esta é uma característica imprescindível do estudo do meio, a interdisciplinaridade.

Em relação aos participantes do projeto de pesquisa, tivemos a participação de quarenta e sete (47) estudantes. Se compararmos à quantidade de alunos matriculados nas turmas – sessenta e sete (67) ao todo, tivemos a adesão da maioria dos estudantes. As ausências são explicáveis pelos mais diversos motivos: Alguns não participaram por estarem cotidianamente infrequentes (uma estudante, que tem faltado bastante, no dia da aula de campo de sua turma, chegou na escola com material para assistir aulas, ou seja, não fazia a menor ideia do que estava acontecendo. Por isso, preferiu retornar para casa) ou por motivos pessoais (outra estudante estava no sétimo mês de gestação, sendo um percurso longo e cansativo). Também não podemos ignorar o fato de que, na rede estadual de ensino da Paraíba, devido ao contexto pandêmico, a presença obrigatória nas aulas presenciais teve início no mês de abril. Antes disso, aos estudantes era facultada a participação, podendo optar pelo modelo híbrido ou remoto. Mesmo com a obrigatoriedade, muitos permaneceram com frequência incipiente e com baixo interesse nas atividades escolares.

O questionário⁸⁵ proposto era de caráter semiestruturado, foi criado através da ferramenta do Google, o *Google Forms* e foi aplicado após a aula de campo. Ao todo, foram apresentadas doze (12) questões, sendo quatro dessas subjetivas e as demais objetivas. Tínhamos dois objetivos, a criação de um perfil socioeconômico dos estudantes e coleta de informações ligadas ao Ensino de História e as aulas de campo. Das questões abertas, apenas a que solicitava o bairro onde cada estudante mora era obrigatória; as questões que identificavam o aluno, como nome e-mail, poderiam ser deixadas em branco, permitindo que expressassem livremente suas impressões a respeito da atividade, sem a possibilidade de serem identificados; a última das perguntas pessoais deixava o espaço aberto para sugestões, comentários ou críticas, mas também era de caráter optativo. As perguntas podem ser agrupadas em três blocos distintos: o bloco 01, de identificação pessoal, bloco 02, sobre o Ensino de História da Paraíba e bloco 03, sobre o Estudo do Meio.

As demais questões perguntavam a faixa etária de cada estudante, variando entre 12/13 até 15/16 anos; o sexo, com a opção outro, caso houvesse algum caso transgênero; se já haviam estudado sobre a História da Paraíba e, caso tenham estudado, qual(is) as fontes da informação; a frequência com que se dirigem ao Centro da cidade, variando entre nunca vou, raramente, poucas vezes, muitas vezes e sempre; avaliação da aula, que poderia ser classificada desde ruim até excelente; quais aspectos mais atraíram a atenção – grupos humanos, características arquitetônicas, estado de conservação ou paisagem geográfica natural; e qual dos pontos visitados mais atraiu a atenção. Nesta questão, foram elencados apenas os pontos visitados pelas duas turmas, sendo excluídos a Praça dos Três Poderes, a Catedral de Nossa Senhora das Neves e a Rua General Osório.

Do grupo participante da atividade de campo – composto por quarenta e sete (47) estudantes, trinta e sete (37) responderam ao questionário criado para aferição dos dados, representando 78,73% dos envolvidos. Destes, vinte (20) pessoas são do sexo feminino (54,055%) e dezessete (17) do sexo masculino (45,945%), e nenhum se identificou como pertencente a outro; no tocante a faixa etária, as idades variaram entre treze (13) e dezesseis (16) anos, sendo dez (10) deles entre 15 e 16 anos (27,028%), vinte e seis (26) entre 14 e 15 anos (70,28%) e um (01) entre 13 e 14 anos (3,7%).

⁸⁵ O questionário está presente no final do texto, em anexos.

Os estudantes, de maneira geral, são moradores da Zona Sul do município de João Pessoa, residindo em bairros como Mangabeira (14 alunos), Valentina (06 alunos), Geisel (4 alunos), José Américo (1 aluno), Cidade Verde (2 alunos), Cristo Redentor (1 aluno) e Bancários e Cidade Universitária (5 alunos). Três deles residem em zonas habitacionais diferentes, Funcionários I, Muçumagro, João Paulo II e um deles no município do Conde, bairro de Jacumã.

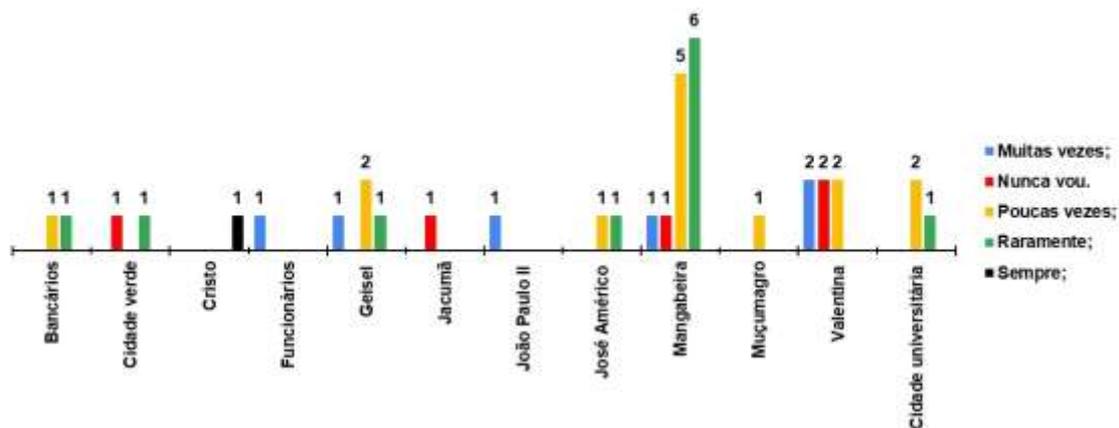
Foi perguntado aos alunos se eles costumavam frequentar o Centro de João Pessoa. Como resposta, tivemos cinco deles (14,52%) afirmando *nunca ir* à região central; onze (29,73%) dizendo que se dirigem ao Centro *raramente*; quatorze (40,83%) vão *poucas vezes* ao Centro; seis (16,21%) andam *muitas vezes* na área central da capital e apenas um (3,7%) afirma frequentar o Centro *sempre*. Se somarmos os grupos que nunca frequentam, que frequentam raramente e frequentam poucas vezes, teremos um total de trinta e um estudantes (83,79%) que tem pouco ou nenhum contato com o Centro, contra apenas sete (16,21%) que tem contato constante com a região.

Isto significa que, até a realização do planejamento – etapa preparatória para aula de campo, a maioria esmagadora dos discentes não conhecia ou conhecia pouco o Centro de João Pessoa. O desconhecimento gera uma espécie de ignorância. Quando o indivíduo não vivencia, não tem contato com um determinado espaço, não reconhece sua importância histórica política e social. Desta forma, não encara a região como parte constitutiva de sua trajetória nem de sua identidade como cidadão. Iniciativas e estudos como este são capazes de expandir os horizontes de conhecimento dos alunos, fortalecendo seus vínculos com a cidade de onde mora, com o passado local, comum a todos os nascidos naquela localidade e/ou imigrantes de outros municípios (como são a maioria dos moradores do bairro Mangabeira) e, conseqüentemente, encarando o Centro como parte significativa de sua identidade e digno de ser lembrado, preservado e perpetuado entre as próximas gerações.

Obviamente, não podemos atribuir a responsabilidade do desconhecimento aos educandos. São cidadãos menores de idade, pertencente a bairros distantes da região do Centro e sob a tutela de adultos que não estabeleceram vínculos efetivos com a área, nem enxergam a zona central como espaço de visitaçao e conhecimento. Desta forma, o ambiente escolar se torna baluarte para oportunizar e viabilizar a aquisição deste conhecimento e fortalecimento de vínculos com a cidade.

Podemos, ainda, estabelecer uma relação entre a estrutura disponível nos bairros e as visitas ao Centro. O gráfico abaixo relaciona duas perguntas existentes no questionário, o bairro onde cada estudante mora e a frequência com que se dirigem aos bairros centrais. Vejamos:

Gráfico 01: Relação Bairro onde mora x Idas ao Centro
Bairro onde mora x Frequência que vai ao centro



Produção autoral, 2023.

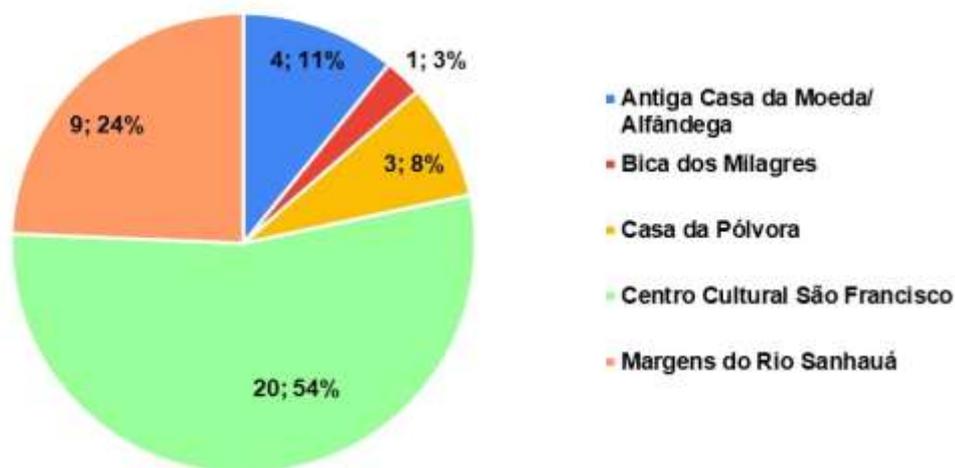
Podemos observar que os indivíduos que moram nos bairros da Zona Sul da capital fazem parte do grupo de estudantes que *não vai* ou vai *poucas vezes* ao Centro. Bairros como Mangabeira e Bancários (podemos incluir Jardim Cidade Universitária) possuem uma estrutura vasta de prestação de serviços, dispendo de bancos, unidades de atendimento de empresas fornecedoras de água e energia elétrica e extensa região comercial, além de diversos espaços de lazer (Praças, Shopping Center, etc.) diminuindo a necessidade dos moradores de se dirigir ao Centro. O mesmo movimento não é observado nos dos Funcionários I e João Paulo II, uma vez que os dois estudantes residentes nestes bairros costumam frequentar o Centro. A falta de estrutura no setor de prestação de serviços ou a proximidade podem ser apontadas como possíveis explicações da maior frequência dos sujeitos.

Com as informações até agora analisadas, podemos traçar um perfil dos discentes envolvidos neste estudo do meio, primeiro objetivo do questionário semiestruturado. Trata-se de adolescentes, em sua maioria com idades entre 14 e 15 anos de idade, moradores de bairros geograficamente distantes do Centro de João Pessoa e que normalmente, não costumam frequentar o Centro de João Pessoa.

Avançando na análise dos dados, faremos a observação dos dados diretamente relacionados à aula realizada, segundo objetivo do instrumento de pesquisa (questionário). Na questão que pedia para os participantes da pesquisa classificassem a atividade realizada, tivemos os seguintes dados: Oito estudantes (21,622%) consideraram a aula extraclasse como *Muito Boa*; um aluno (3,7%) considerou *Boa* e vinte e oito alunos (75,676%) classificaram a aula como *Excelente*. Nenhum dos sujeitos da pesquisa apontou a atividade como *regular ou ruim*, o que reforça a importância de iniciativas dessa natureza.

Quando perguntados quais os pontos que mais chamaram a atenção, nove deles (24,33%) apontou a Comunidade do Porto do Capim e as Margens do Rio Sanhauá como os mais atrativos; vinte deles (54,55%) citou o Centro Cultural São Francisco; três (8,1%) lembraram da Casa da Pólvora; quatro (11,82%) recordaram da Casa da Moeda, Alfândega e Casa de Amaro Gomes Coutinho; apenas um estudante (3,7%) citou a Bica dos Milagres.

Gráfico 02: Pontos do Roteiro que mais atraíram atenção dos estudantes
Qual dos pontos visitados mais chamou sua atenção?



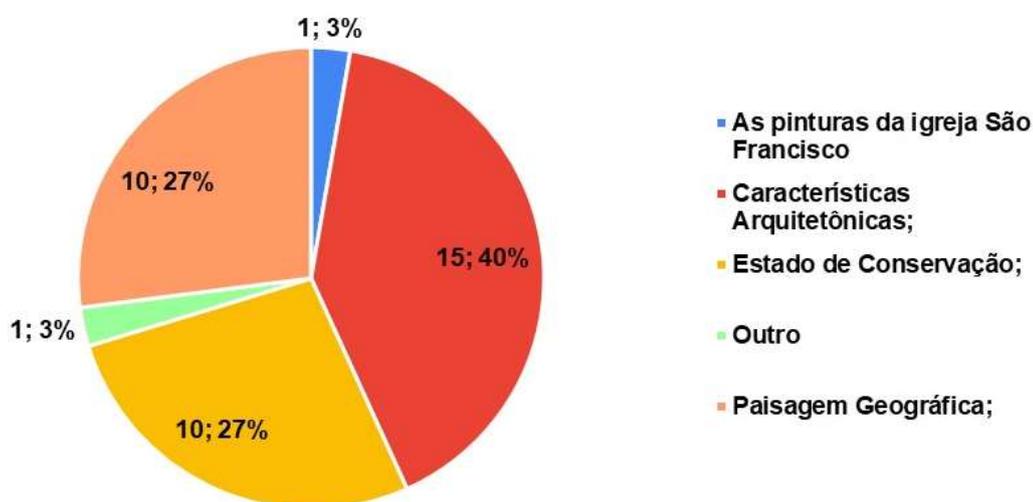
Produção autoral, 2023.

A maioria dos discentes elegeram o Centro Cultural São Francisco como o ponto que mais atraiu sua atenção. A escolha é justificável quando percebemos que o

complexo foi o ponto onde houve visitação das áreas interna e externa e no qual mais nos detivemos. Na igreja da Ordem Franciscana eles tiveram um guia e exposições artísticas e sacra. As demais igrejas – que não foram vistas por todos, foram visitadas apenas na fachada, e talvez por isso, menos atrativas. Apenas um estudante lembrou da Bica dos Milagres, evidenciando o estado de deterioração em que se encontra. Os dados fornecidos acima podem se relacionar com outra pergunta, que indagava os indivíduos participantes da pesquisa acerca de quais aspectos tinham atraído mais a sua atenção.

Gráfico 03: Quais aspectos do itinerário mais chamaram a atenção do alunado

Qual dos aspectos dos pontos visitados/e ou itinerário mais chamou sua atenção?



Produção autoral, 2023.

Nesta pergunta, existia espaço para que os sujeitos apresentassem uma outra opção, além das elencadas no questionário. Um dos participantes (3,7%) da pesquisa apontou as pinturas encontradas no Centro Cultural São Francisco como um aspecto relevante; outro marcou a opção outro, mas não identificou que aspecto seria (3,7%). O item *grupos humanos (pessoas)*, apresentado como alternativa, não foi marcado por nenhum dos membros do grupo, um indicativo de que, neste sentido, o estudo do meio precisa ser aperfeiçoado. O pouco contato com os membros da Comunidade do Capim pode ser um dos motivos para o desuso do item. Mesmo a interação com os trabalhadores da madeira, na visita à bica dos Milagres, não foi mencionada. Conforme percebemos, as características arquitetônicas e o estado de preservação foram

os mais escolhidos, totalizando 25 marcações (67,57%). Ambas opções se relacionam com as preferências pelos monumentos, apresentada na questão anterior. Nela, 28 indivíduos (75,68%) optaram pelas construções de pedra e cal.

Vinte e sete dos sujeitos da pesquisa (71,98%) afirmaram que já tinham ouvido falar da História da Paraíba, sendo que nove deles (24,33%) viram o tema através *do livro didático*; três (8,11%) durante *as aulas de História*; nove (24,33%) viram em alguma *rede social*; oito (21,62%) através de *filmes, vídeos ou documentários*; seis (16,22%) em *encontros ou palestras* e um deles (3,7%) afirmar *não lembrar*. Tal pergunta está ligada ao segundo objetivo das questões, acerca do ensino de História Local.

Dez (37%) é o número de estudantes que disse não ter tido nenhum contato anterior com a História de João Pessoa. Mesmo sem ter conhecimento da temática, responderam a questão referente às fontes de onde obtiveram informações. Neste caso, há uma probabilidade dos estudantes não terem compreendido o que foi solicitado ou não estarem atentos durante a resolução das questões. Na próxima intervenção, certamente é um aspecto a ser considerado.

Das perguntas subjetivas, a mais relevante para pesquisa deixa um espaço para sugestões ou críticas, com intuito de aprimoramento da atividade desenvolvida. Nesta pergunta, treze estudantes não se manifestaram (35,14%). Dentre os motivos imagináveis para tal silêncio podem estar um alto nível de satisfação, um baixo interesse em contribuir com a pesquisa (ou até mesmo pela atividade realizada) ou a pouca reflexão a respeito da História do município. Seja qual for a motivação, serve de alerta para o aprimoramento da segunda intervenção. No entanto, alguns dois vinte e quatro depoimentos restantes (64,86%) não podem nem devem ser ignorados. Em níveis distintos e utilizando uma linguagem condizente com o nível cognitivo das turmas, os sujeitos da pesquisa refletiram sobre as políticas de preservação, o papel do poder público e sobre a importância da História da Paraíba.

A estudante I.V., 15 anos, declarou sobre a Casa da Pólvora: “a Casa da Pólvora me chamou muita atenção, de como um local histórico pode estar tão acabado e o governo não fazer nada.” Em seu depoimento, é perceptível que a aluna tem consciência que as ações de preservação dos monumentos históricos, especialmente os que receberam tombamento, ficam à cargo do poder público. Também fica evidente que

o Estado tem o poder de selecionar o que (e até mesmo como) é alvo de políticas de preservação e especialmente, de ser incorporado como patrimônio pertencente à memória da sociedade.

Outro depoimento, da aluna L.S., 14 anos, reforça a ideia de que os indivíduos participantes do estudo do meio têm pouco ou nenhum contato com o Centro de João Pessoa:

“Gostei muito da aula de campo, chamou bastante atenção o ambiente visitado *eu não tinha conhecido ainda*, além de que todos os lugares que passamos estavam muito conservados e bem bonitos, *Eu não conhecia essa parte de João Pessoa então foi ótimo ter a oportunidade de conhecer.*” (grifos nossos).

Como destacado, a estudante nunca teve contato com o Centro Histórico de João Pessoa, desconhecendo a região e, obviamente, a História e as narrativas criadas a partir do patrimônio cultural da cidade.

O último depoimento selecionado pertence ao estudante R.L., de 15 anos. Em seu relato, ele consegue sintetizar os resultados alcançados a partir dos objetivos traçados para o trabalho de campo. Nas suas palavras:

“Gostei, pelo fato de que pude entender como a história da capital da Paraíba pode ser tão grande e recheada de momentos bons e ruins. Sobre o passeio, todos os momentos foram ótimos, desde a Igreja de São Francisco até a finalização na Praça dos 3 Poderes. O passeio conseguiu passar sua mensagem da história da capital Paraíba - que é grande e complicada - mostrando que sua função foi concluída com êxito. Enfim, só tenho elogios ao passeio pelo centro histórico de João Pessoa!”

Sua fala revela a compreensão de que toda História é produzida a partir de uma complexa trama, que envolve sujeitos históricos, às vezes em papéis antagônicos, e até mesmo aspectos geográficos. Os eventos ocorridos assumem contornos distintos, a depender da perspectiva de quem está narrando os acontecimentos. Tudo isso se reflete na construção de um passado que, conforme o estudante, pode ser visto como bom ou ruim. Independente do sentimento proporcionado pelos eventos anteriores, uma coisa também é certa: nossa história é grande e complicada! Por isso, é preciso traçar estratégias para que os estudantes possam conhecê-la e compreendê-la. Desta forma, como produto, criaremos um manual de estudos, relacionado à realidade dos estudantes

membros da pesquisa, a Zona Sul de João Pessoa, com uma linguagem e abordagem que se torne atrativo aos mais diversos segmentos escolares.

Certamente, esse produto não será o resultado necessário do conjunto do que foi pretendido ou visto, mas do saldo da experiência realizada, de tal forma a realizar um balanço do que foi obtido e a estabelecer critérios de produção de um material que atenda aos objetivos de um subsídio para estudos do meio qualificados e que aprimorem a percepção histórica dos participantes. Assim, desde o deslumbramento de vários alunos com a riqueza artística do Convento Franciscano até à retaliação da guia pelo estrito descumprimento do roteiro interno prescrito, ou, ainda, a interação com os trabalhadores da madeireira ou o desconforto entre o professor policial e os moradores do Porto do Capim são elementos de aprendizado para as nossas reflexões.

3.6. Relembrando o Estudo do Meio

A qualificação trouxe apontamentos que suscitaram bastantes reflexões acerca do que foi feito até aquele momento (Agosto de 2023). Sentimos a necessidade, meu orientador (Ângelo Pessoa) de inserção de uma nova atividade – ou melhor dizendo, de uma atividade desdobrada – com os estudantes participantes da pesquisa, que no ano de 2023, encontravam-se matriculados no 1º Ano do Ensino Médio. O intuito seria, sobretudo, reforçar o processo de ensino-aprendizagem de História, relacionado diretamente com a atividade realizada. Ao mesmo tempo, proporcionar aos alunos um momento de socialização do que foi produzido: uma exposição de imagens e um vídeo com os depoimentos deles e de alguns envolvidos no processo, a exemplo da estagiária do Complexo São Francisco, que nos auxiliou na condução da turma nas dependências do local.

Mais uma vez, a atuação da direção e coordenação foram imprescindíveis, especialmente para intermediar o encontro entre os alunos e eu – eles assistem aulas, na maioria dos dias, apenas no turno da manhã, enquanto eu leciono para as turmas vespertinas. Com o aval e orientação da diretora, foi agendado um grande encontro no auditório escolar, espaço capaz de comportar todos os estudantes dos antigos 9º Anos A e B. Após a escolha da data, dia 04/10/2023, a coordenadora do Ensino Médio (Clícia

Sobral) passou uma lista entre as quatro turmas de 1º Ano, que só deveria ser assinada pelos estudantes participantes da atividade no ano anterior. Captados os membros da pesquisa, foi planejada a atividade de exposição das fotos e vídeos produzidos por eles mesmos em 2022. Para que não houvesse gastos excessivos, as imagens foram apresentadas em um telão, em formato digital. Também foi elaborado um novo questionário, composto por doze questões, sendo seis objetivas e as demais, subjetivas. Questões abertas nos proporcionariam respostas mais abrangentes, nas quais poderíamos nos debruçar e perceber parâmetros de aprendizagem. Assim como foi feito com o instrumento avaliativo anterior, iremos analisar, logo em seguida, as respostas obtidas. Por hora, nos voltaremos ao nosso “segundo encontro pós estudo do meio”.

Quando todos os estudantes já tinham se dirigido ao local de encontro, iniciamos nossas atividades. Como mencionado inúmeras vezes, a cultura escolar militarista se fez presente, com a apresentação da turma em forma (a imagem deste momento encontra-se no capítulo 2, figura 5). Após o “ritual” corriqueiro, foi explicado aos presentes quais os objetivos daquele momento. À medida em que as imagens e depoimentos foram sendo projetados, os estudantes tiveram a oportunidade de rememorar os momentos vividos no ano anterior, o que para eles é um processo extremamente prazeroso, especialmente quando se veem nas imagens, pois percebem as mudanças proporcionadas pelo tempo, como aumento de estatura, mudanças no tom de voz, na cor e corte de cabelos. Houve, inclusive, a busca de localizar os responsáveis por captar cada uma das imagens socializadas. Eles também conseguiram perceber algo que em imagens e falas é imperceptível, o amadurecimento.

Outra dimensão também é revelada, a da saudade. Os colegas envolvidos na atividade e que foram estudar em outras instituições de ensino; a antiga formação das turmas, agora divididas em quatro salas – 1º Ano A, B, C e D – compostas por eles, veteranos, e por um grupo de estudantes novatos; e bastante saudosismo em relação ao Ensino Fundamental, no qual passaram maior parte de sua vida escolar, e que tinha uma dinâmica que se difere da enfrentada pelos estudantes do Ensino Médio Técnico, com dobro de disciplinas, maior carga horária e número de avaliações, e a responsabilidade de preparação para os exames admissionais para o Ensino Superior, em especial, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

As imagens projetadas aos estudantes foram captadas por uma ex-aluna da instituição, que atualmente atua como fotógrafa e mencionada algumas vezes nas referências das imagens, Thayenny Raphaelly. Além destas “imagens oficiais”, foram selecionados registros imagéticos produzidos pelos estudantes participantes do projeto de pesquisa. Estas figuras são o produto mais caro deste momento de saída do espaço escolar. O fato de não terem recebido nenhum treinamento de registro imagético, como um mini-curso, faz delas ainda mais significativa, pois, como disse Ricardo Aguiar de Pacheco: “(...) uma vez que o ângulo e a composição das imagens *foram escolhas deles*. Podemos dizer que exibem a *visão desses jovens* sobre os prédios históricos, demonstrando *como e o que percebem* dessas edificações (2017, p. 94 *grifos nossos*).

A liberdade que tiveram ao realizar os registros, permite que pensemos a respeito do que viram, sentiram e captaram daquele processo de análise e estudo do espaço. Ao todo, tivemos 117 registros transmitidos para nosso banco de dados, podendo ser divididos em quatro áreas temáticas: natureza, monumentos, objetos e pessoas. A seguir, buscaremos fazer uma observação das fotografias doadas.

Da natureza, sobressai-se a quantidade de registros feitos do rio Sanhauá, tanto às suas margens como ao longo do percurso que leva até ele. O cenário do Hotel Globo, local de descanso dos estudantes, também foi bastante retratado, assim como o jardim do Complexo São Francisco. Temos uma tendência óbvia, que é o maior número de registros dos espaços de maior permanência. A figura a seguir retrata duas destas três subcategorias de imagens da natureza:

Figura 26 – Jardim São Francisco e rio Sanhauá

Aluno M.C. 20/09/2022

No primeiro plano, temos o registro dos jardins do Complexo São Francisco, provavelmente a partir de uma de suas janelas ou varandas laterais. Devido à altura, foi captada apenas a parte superior das plantas locais. Ao fundo, o protagonista da foto, o rio Sanhauá e a vegetação do seu entorno. No “meio do caminho” é possível observar a Cidade Baixa (Varadouro), sinalizando o aproveitamento da divisão natural do espaço, ocorrido desde os primórdios do processo de ocupação. A resolução do aparelho utilizado para o registro dá uma iluminação interessante ao registro, passando a sensação de aquartelamento das plantas e do céu.

Na categoria monumentos, houve um destaque ao prédio franciscano. Todavia, também encontramos imagens que captam outros monumentos, como a Praça Antenor Navarro, Casa da Pólvora, Praça João Pessoa e Palácio do Governador. Na categoria objetos, há uma quantitativo relevante de imagens ligadas à Arte Sacra, a exemplo das indumentárias usadas por religiosos e elementos da sacristia, como também de itens presentes na exposição de arte popular, explorada pela professora de Arte, Magali Soares.

A imagem que segue ilustra um dos aspectos explorados da exposição, que transcende a mostra de quadros. No centro, observamos uma escultura entalhada em madeira, produzida no estado de Pernambuco e batizada de “A barca”⁸⁶. Detalhes de uma embarcação real aparecem no trabalho, como o leme, o convés, as hélices – que servem de força motriz – e a tripulação, destacando-se os marujos empunhando armas. Certamente, o intuito do artista era representar o momento antecessor de um conflito direto. Na parede, vemos quadro feitos com material e identidade visual semelhantes aos encontrados no barco, ambos de autoria de Adriano Jordão de Souza.

Na última classificação, onde aparecem as pessoas, temos um quantitativo menor de registros, o que se deve ao fato de só terem me enviado o que consideravam “importante” para a pesquisa, as fotos em que eu aparecia. Além de mim, tivemos o registro de pessoas circulando nas ruas, nos espaços em que fizemos reflexões.

⁸⁶ O escultor da obra, Adriano Jordão de Souza, nasceu no ano de 1957, no estado de Pernambuco. Quando adulto, passou a trabalhar numa galeria de arte, denominada Nega Fulô, na condição de faxineiro. E tem contato com as obras de Nhô Caboclo, que se tornou sua inspiração para confecção de suas obras. Especialista em entalhe de madeiras, os navios africanos tornam-se principais temas produzidos. A navio presente neste texto é uma releitura do navio negreiro, onde os africanos aparecem no convés do transporte, liderando a viagem. Informações obtidas em: <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Adriano%20Jord%C3%A3o%20de%20Souza/>. Acesso em: 01/05/2024.

Figura 27 – A Barca, de Adriano Jordão de Souza**K. E. 22/09/2022**

Para reforçar o momento de aprendizagem, memórias e afetos vivido, e envolvê-los numa atmosfera de participação ativa, os estudantes foram convidados a conduzir o processo, falando, eles mesmos, dos espaços que estavam sendo socializados e dos momentos partilhados. Na imagem a seguir, foi captado um momento em que um dos alunos se voluntariou para responder as perguntas que estavam sendo apresentadas no “slide motivador”. Nesta lâmina do slide, que compõe o fundo da fotografia, tinha a imagem da antiga Casa da Moeda, acompanhada de perguntas que serviriam de eixo para condução do seu relato. O objetivo das perguntas não era mecanizar, ao contrário: seria o ponto início para emergir a recordação do que foi vivido, como as tentativas de entrar naquele espaço, das pessoas do entorno e das sensações vivenciadas graças à atividade.

Figura 28– Estudante relembrando o Estudo do Meio**Foto: Thayenny Raphaelly, 2023**

Após as falas dos voluntários, teve início a segunda parte do reencontro, a aplicação do novo questionário. Neste novo instrumento de pesquisa, não nos importavam as questões relacionadas ao perfil social dos estudantes, afinal, nós já tínhamos coletado estas informações anteriormente. Nosso foco, conforme já foi dito, era compreender como a atividade corroborou com a aprendizagem da História. Para tanto, criamos questões voltadas a alguns conceitos inerentes ao conhecimento histórico, como mudanças x permanências, Patrimônio, ensino de História, aprendizagem significativa e a relação entre livro didático e História Local. Na imagem que segue, vemos a imagem de um grupo de estudantes respondendo às questões que lhes foram apresentadas. Inclusive, se percebe a mudança da indumentária: durante o Fundamental, era utilizado o fardamento “aliviado”; nas últimas séries, o uniforme “social”, semelhante ao fardamento militar, passa a fazer parte do cotidiano do alunado.

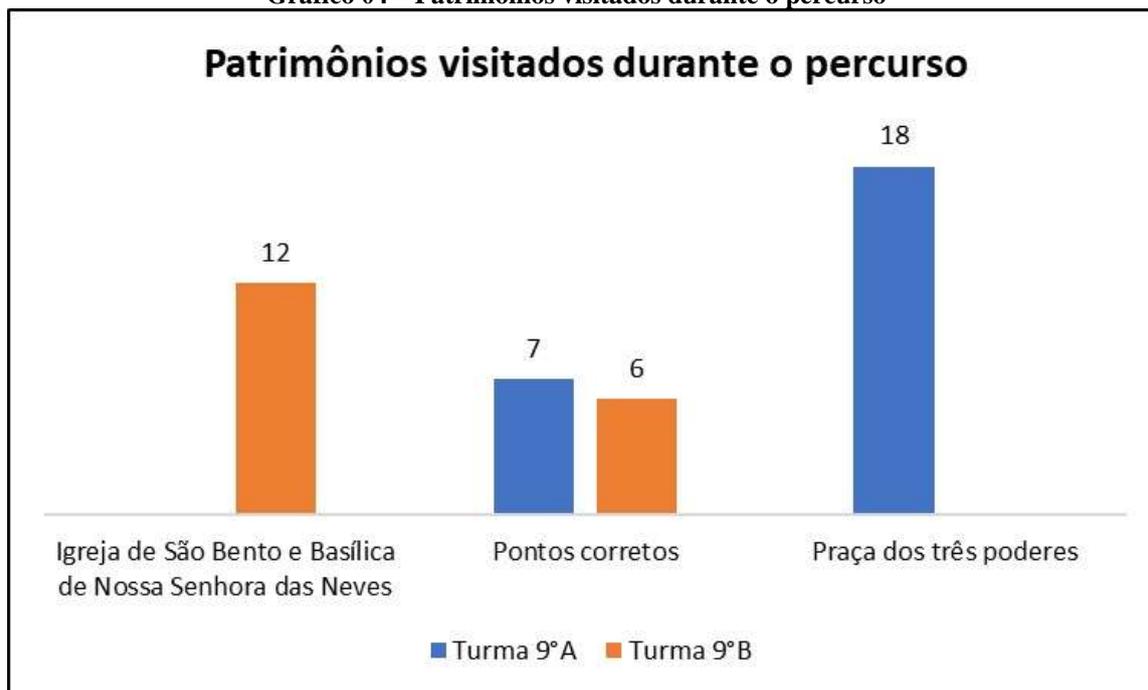
Desta vez, contamos com a resolução de 43 questionários, que implica num aumento da quantidade de respostas obtidas - ressaltando que no ano anterior, tivemos o número de 37 resoluções. Durante a atividade, houve a participação de 47 estudantes.

Isto significa que neste segundo instrumento, tivemos 91,18% de participação. A primeira pergunta questiona a que turma pertencia os entrevistados, a fim de estabelecer uma distinção entre as turmas. Tivemos respostas de 19 estudantes do antigo 9º Ano B (40,28%) e 25 estudantes do antigo 9º Ano A (59,72%). Para facilitar a tabulação dos dados, adotamos este mesmo parâmetro, a divisão da análise das respostas denominando as salas como **turma A (9ºAno A)** e **turma B (9º Ano B)**.

Na questão de número 03, foram apresentados aos estudantes os pontos visitados durante as atividades de campo. Questão semelhante foi aplicada no questionário anterior, da qual conseguimos criar um dos gráficos presentes no texto dissertativo. Conforme falado em um dos tópicos acima, os roteiros se diferiram, de forma que, ao responder as questões, os estudantes deveriam estar atentos ao que, de fato, foi visitado por sua turma. Na **turma B**, Doze pessoas (25,44%) marcaram a Igreja de São Bento e a Basílica de Nossa Senhora das Neves como ponto visitado, porém, não fizeram parte do itinerário deles. Seis pessoas (12,72%) assinalaram corretamente os pontos visitados e apenas um indivíduo (2,12%) apontou como única alternativa o Centro Cultural São Francisco. Na **turma A**, Dezoito alunos (38,16%) apresentaram comportamento semelhante, apontando a Praça dos Três Poderes como parte de seu roteiro de visitação. Sete estudantes (14,84%) marcaram corretamente os espaços que compuseram seu percurso. Desta primeira análise, podemos concluir que a minoria dos participantes do projeto de pesquisa – onze membros (20,84%) recordou, de fato e de maneira mais sistemática, das aulas realizadas no ano de 2022.

A imagem a seguir (Gráfico 04) traz a organização imagética dos dados supracitados. Em azul, estão os dados relacionados a **Turma A (9º Ano A)**; em laranja, os dados da **Turma B (9º Ano B)**. Através dele, é possível perceber que a maioria dos estudantes participantes do projeto de pesquisa se equivocaram, ao apontar o percurso realizado por sua turma – 30 pessoas, ao total. As colunas centrais apresentam os alunos que marcaram corretamente os espaços visitados, totalizando onze indivíduos.

Gráfico 04 – Patrimônios visitados durante o percurso



Produção autoral, 2024.

A questão quatro, também objetiva, pergunta se o estudo do passado da cidade pode contribuir com o Ensino de História. As opções possíveis para resposta eram: a) Não sei opinar; b) Sim; c) Não; d) Depende de como é estudado. Neste bloco, obtivemos as seguintes informações: Na **turma B**, dezesseis (33,92%) indivíduos responderam que sim, dois (4,24%) disseram que depende de como era estudado e uma pessoa (2,12%) esqueceu de opinar. Na **turma A**, vinte e um (44,52%) participantes disseram sim, dois (4,24%) acreditam que depende de como era estudando e um (2,12%) afirmou que não sabia opinar. Somando os membros das duas turmas, a esmagadora maioria (37 estudantes – 78,44%), acredita que o estudo do passado local contribui para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História, enquanto quatro (8,48%) acreditam que depende da forma como se estuda o passado.

A assertiva poderia ser um bom indicativo, mas é preciso validar a opinião da minoria. Neste texto, desde as primeiras páginas, se discute como a estruturação da disciplina de História, atendente do sistema político e econômico, cria narrativas que excluem grupos e espaços. Também foi constatado, através da análise do livro didático utilizado por eles, que embora tenhamos avançado, a essência curricular mantém-se ao longo do tempo. Desta forma, estudar o passado local não significa, necessariamente,

uma contribuição para o Ensino de História. É, sobretudo, um rompimento com antigas práticas e barreiras impostas.

As próximas questões, de números cinco e seis, são um desdobramento da questão anterior. Trata-se de questões subjetivas, onde os estudantes são indagados sobre: 5) as visões que eles tinham a respeito da História, antes e depois do estudo do meio e 6) como eles relacionam os locais visitados com o presente da cidade. Diante da natureza das questões, onde cada indivíduo tem a oportunidade de escrever o que se pensa, houve uma seleção das respostas que seriam socializadas no texto. Iniciaremos as reflexões com as respostas obtidas na questão de número cinco. Em seguida, faremos o debate levando em consideração o material obtido através da questão 6. Na **turma B**, temos duas falas bastante interessantes. Na primeira delas, o indivíduo escreveu que **antes** “*nunca tinha ido nesses lugares e não conhecia bem a história de João Pessoa*” e **depois** “*conheci a cultura da cidade e reconheci como é importante ter consciência do nosso passado*”. A meu ver, esta resposta traz muito mais do que uma mera resolução de um questionário. É um retorno de todo objetivo traçado por esta pesquisa. Muito foi questionado sobre os vínculos existentes entre os estudantes e o Centro da nossa cidade, e que o ideal, para um estudo do meio, seria uma atividade voltada ao espaço em que vivem. Ao longo desta dissertação, amparada por autores como Jacques Le Goff e Joel Candau, fui demonstrando que as identidades são múltiplas e, principalmente, socialmente construídas. O contato com a região central da cidade, pode proporcionar um despertar para a criação ou até mesmo o fortalecimento da identidade dos estudantes com a cidade em que vivem. Certamente, não haveria o abandono da vinculação com seus bairros, seria, antes, agregada uma nova informação ao que ele é enquanto indivíduo social. Além dessas, encontramos inúmeros outros relatos de mesma natureza, reforçando a importância da atividade realizada.

O segundo selecionado da turma falou que **antes** “*Não era muito “fã” de História*” e **depois** “*mas depois disso eu comecei a “dispertar” interesse, e com isso, fui aumentando minhas notas na matéria*”. Esta, certamente, é uma resposta bastante coerente. O estudo do meio serviu de mola propulsora para despertar o interesse em estudar a disciplina de História, e acabou se revertendo em um aumento de suas notas. Mesmo que o estudante não tivesse aprendido nada do que lhe foi apresentado ao longo do processo (o que seria pouco provável), seu envolvimento com a disciplina já é suficiente para a experiência ter sido válida.

Assim como foi feito com a turma B, selecionamos duas respostas compartilhadas por antigos membros da **turma A**. Começamos por esta, que aborda pontos até então não discutidos. Nela, o autor diz que **antes** “*era uma visão mais diferente, mais artificial e menos emocionante*” e **depois** “*podendo conhecer de perto, pude entrar na história dos nossos patrimônios, gerar empatia e revolta pelos patrimônios que não foram preservados, gerando um espírito de casa e pertencimento*”. O primeiro aspecto que atrai a atenção são as palavras artificial e emocionante. Ao longo da vida escolar – como vimos através das discussões sobre os currículos e os livros didáticos, presentes nos dois primeiros capítulos – os estudantes são imersos em um conhecimento histórico mecânico e distante, que dificulta a identificação com a disciplina. Fatalmente, um conhecimento artificial, e por isso, não gera nenhuma mobilização (emoção). O contato com a História Local, através do patrimônio cultural conseguiu romper esta barreira para o estudante, que adota as palavras empatia, revolta, casa e pertencimento para expressar a criação do vínculo estabelecido com a cidade em que vivem.

A segunda devolutiva fala que **antes** “*eu não me interessava tanto pela história da cidade*” e **depois** “*comecei a pesquisar sobre João Pessoa*”. Aqui, percebemos que a atividade despertou o desejo de pesquisa sobre o assunto, um indicativo de que, no mínimo, o indivíduo sentiu-se mobilizado pela atividade realizada. Esta e as outras falas acima, endossam o alcance dos objetivos propostos pela atividade, o contato com a História Local, por intermédio do patrimônio, e criação de vínculos com o lugar onde se vive.

Na questão de número seis, traremos duas falas, uma de cada turma. Da **turma B**, o estudante aponta que “*a Igreja São Francisco era usada para cultos. “Houveram”⁸⁷algumas mudanças, e agora é um museu*”. Utilizando um exemplo específico, o membro da pesquisa demonstrou a compreensão de dois conceitos ligados ao Ensino de História. O primeiro deles é a noção de mudanças x permanências. O templo físico permanece, mas seu uso foi modificado ao longo do tempo; o segundo é a ideia de contexto histórico: no contexto anterior, era uma igreja, agora, tornou-se um museu. Em alguma medida, o estudo do meio reiterou o que foi aprendido durante sua trajetória escolar.

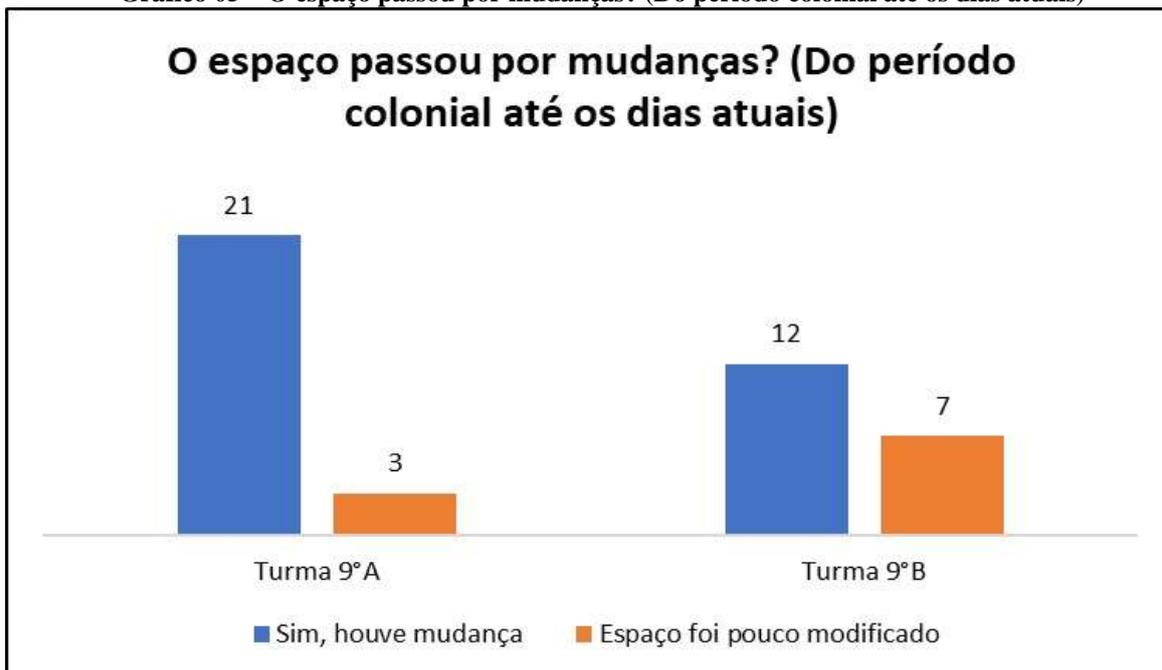
⁸⁷ Preservei a escrita original, por isso, algumas palavras encontram-se entre aspas, para sinalizar seus erros gráficos.

Da **turma A**, temos que “*São pontos turísticos pouco conhecidos por seus moradores*”. Ao contrário da resposta acima, o aluno não conseguiu compreender quais os usos de cada um dos pontos visitados, colocando todos numa categoria de ponto turístico. Todavia, o segundo período de sua frase é passível de reflexão: os habitantes da cidade não conhecem o Centro, ao menos não na perspectiva histórica. Como falado na introdução, eles atravessam a cidade, veem o patrimônio, mas não fazem ideia de seu significado histórico e da sua inserção atualmente.

As questões sete e oito se complementam. A primeira delas, de múltipla escolha, pergunta se o espaço passou por mudanças. A seguinte pede uma justificativa para a marcação da alternativa. Na questão objetiva, a **turma A**, em sua grande maioria (21 pessoas, 44,52%) marcou a propositiva que dizia ter havido modificações no espaço; apenas três estudantes (6,36%) divergiram dos demais, assinalando a alternativa que indicava que o espaço foi pouco modificado; na **turma B**, tivemos um comportamento distinto, com doze indivíduos (25,44%) optando pela alternativa que diz ter havido modificações espaciais e sete (14,84%) apontando como resposta a opção de que houve poucas modificações. Ademais, não houve a marcação de nenhuma outra opção.

No gráfico abaixo, foram organizadas as respostas referentes à sétima questão. Embora a pergunta tivesse cinco respostas, que variam desde *sim, houve mudanças*, passando por *o espaço foi pouco modificado* até *não pensei a respeito*, todos os componentes da pesquisa se dividiram entre a ideia de que houve mudanças ou que o espaço foi pouco modificado. Ao todo, 33 pessoas acreditam que houve mudanças, enquanto 10 indivíduos afirmam que o espaço sofreu poucas modificações. À medida que observarmos as justificativas das respostas, contidas na questão 8, compreenderemos o posicionamento de cada um dos grupos.

Gráfico 05 – O espaço passou por mudanças? (Do período colonial até os dias atuais)



Produção autoral, 2024

Dos três indivíduos da **turma A** que disseram ter tido poucas transformações, observaremos as seguintes respostas: “*Teve alguns espaços que foram valorizados (modificados), e outros já não foram*”. Neste retorno, o estudante associou os processos de mudanças à valorização. Espaços valorizados foram modificados, enquanto os desvalorizados não foram. Baseado nas discussões ocorridas no momento de preparação do estudo, bem como as reflexões na observação *in loco*, sua resposta revela-se coerente. Por exemplo, a Bica dos Milagres caiu em desuso, por isso, temos a desvalorização e abandono do espaço. O segundo divergente disse que “*Fizeram pequenas mudanças, tentando preservar o máximo possível*”. Neste caso, o estudante vislumbrou a preservação dos monumentos, não o Centro como um todo. Grande parte dos monumentos visitados foram preservados. São respostas que nos fornecem margem para interpretações subjetivas.

Ainda em relação à **turma A**, temos três respostas muito pertinentes. A primeira delas, o autor diz que “*a população e a natureza ocasionam mudanças*”. São apontados os principais atores das modificações espaciais, pessoas e agentes naturais. É inegável a ação destes dois elementos, seja no Centro ou em qualquer espaço de ocupação humana. A segunda diz “*Tanto a construção de novos prédios, quanto antigos monumentos obtiveram mudanças*”. Neste caso, a observância foi em relação ao espaço

como um todo, se percebendo as novas construções no entorno dos monumentos, sinalizando as temporalidades históricas. A terceira diz que *“Algumas, como a Casa da Moeda estão deteriorando, porém o Centro Cultural se tornou ponto turístico”*. O aluno percebeu o resultado da ação do tempo, em um ponto que foi economicamente abandonado. Como falado no início do capítulo, foi discutido com os estudantes as consequências da construção do Porto de Cabedelo para a região do antigo porto. A ideia de transformação em ponto turístico indica a percepção do total esvaziamento da importância daquele local.

Na **turma B** foram selecionadas duas devolutivas dos que assinalaram a opção de que houve poucas modificações. Uma delas diz que *“Antes eram monumentos com todas as estruturas inteiras, hoje são apenas resquícios”*. A outra nos informa que *“foi pouco modificado por ser algo histórico”*. Em ambas, o foco foram os monumentos, no bairro como todo. A segunda, em especial, retoma as discussões ligadas ao processo de preservação do que é considerado patrimônio histórico, numa espécie de dedução lógica. Se é histórico, logo não pode ser mudado.

Os que opinaram pela alternativa das modificações, temos uma resposta que difere das que foram analisadas até o presente momento, na **turma A**. É para ela que olhamos. O participante da pesquisa diz *“Houve mudanças, porém ainda existem restos da época da colonização, mantendo a essência”*. Este estudante compreendeu que a dinâmica socioeconômica interfere diretamente nos processos de transformações de uma cidade. Ao mesmo tempo, conseguiu perceber os monumentos e espaços visitados como uma herança do processo de colonização, que se integra a nova realidade vivida no nosso espaço urbano.

A próxima pergunta, também subjetiva, busca saber se os estudantes conseguiram relacionar o passado da cidade com os temas abordados em ambiente escolar (livro didático e sala de aula). Embora não façamos a análise de todas as respostas obtidas, torna-se válida a ressalva de os 43 estudantes que responderam ao questionário, afirmou perceber a relação entre os conteúdos ministrados e o passado de nossa cidade. Isto significa que, em maior ou menor grau, a partir do estudo do meio, temas como escravidão, povos indígenas e processo de colonização foram percebidos no passado da cidade em que vivem. A fim de comprovar o exposto, olhemos as respostas.

Tivemos como principais respostas da **turma A**: “*Sim, como por exemplo, quando estudamos a história de João Pessoa e João Dantas.*”. O membro da pesquisa conseguiu estabelecer conexão entre a Revolução de 30 (presente no manual escolar) e como as questões políticas locais interferiram para deflagração deste processo – algo abordado em sala de aula, com uso, inclusive, de uma história em quadrinhos (citada no tópico referente à análise do livro didático); na seguinte é, bem na verdade, uma sugestão, onde o estudante diz que “*seria uma boa ideia incluir a história da cidade de João Pessoa em livros didáticos*”.

Da **turma B**, temos que “*Sim, dá pra relacionar com os indígenas e o trabalho escravo*”. No decorrer da atividade realizada, foi apresentado aos estudantes, especialmente no momento de preparação para saída em campo, as tribos indígenas que viviam no território que compreende ao atual município de João Pessoa e adjacências, bem como o papel desempenhado pelas ordens religiosas no processo de “amansamento” dos nativos (discussões presentes no início deste capítulo). Ao longo das andanças em campo, foi ressaltado o uso de mão de obra escravizada para edificação dos monumentos históricos. Como resultado das discussões, temos a associação dos “nativos paraibanos” com os grupos indígenas apresentados no livro didático.

Realizando um balanço das respostas obtidas na aplicação do segundo questionário, conseguimos observar o processo de aprendizagem ocorrido por intermédio do estudo do meio. Os estudantes constataram, *in loco*, os processos de mudança espacial ocorridos ao longo do tempo, ressaltando os processos de mudanças e permanências; na sua grande maioria, criaram associações detalhadas entre o que foi estudado no ambiente escolar e o passado da nossa cidade, citando, inclusive, exemplos concretos, como a morte do presidente João Pessoa e o processo denominado Revolução de 30; até mesmo em respostas aparentemente “equivocadas”, como a ideia de pouca modificação do espaço, estavam se referindo a um dos aspectos norteadores do projeto de pesquisa, o patrimônio cultural. Mais importante ainda é a constatação de que, após a participação nesta atividade, houve um despertar dos estudantes para o estudo da História Local. Em mais de cinco questionários, encontramos relatos em que os alunos dizem ter sido despertados para a História de João Pessoa e da Paraíba. Mesmo que não haja, imediatamente, a criação de uma identidade que se relacione ao lugar, foi plantada uma semente que os transformou em pesquisadores do tema. Sobretudo, há relatos que

já utilizam a palavra identidade. Diante das possíveis críticas, a emergência espontânea deste vocábulo fez da atividade uma experiência válida na vida escolar dos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de uma análise dos resultados esperados e obtidos, considero pertinente falar um pouco a respeito da realização de um trabalho desta natureza em ambiente escolar. Embora, como já falado anteriormente, tivéssemos experimentado momentos anteriores, a produção de um trabalho dissertativo atrai atenções e iniciativas. Ao longo dos dois anos, foi perceptível a mudança no comportamento dos docentes, que passam a ser mobilizar para feitura de atividades da mesma natureza, ou que envolvam a História Local. Para mim, isso já é uma grande conquista.

No tocante aos resultados, obtidos principalmente através das coletas de dado dos questionários semiestruturados, podemos afirmar que houve um efetivo conhecimento, por parte dos estudantes, do que é o Centro Histórico do município em que vivem, sendo contabilizado como saldo extremamente positivo, uma vez que a grande maioria, de fato, não o conhecia. Ou, se conhecia, era um espaço encarado com pouca significância. A identificação é corroborada no segundo questionário aplicado, um ano após a atividade inicial.

Em relação ao conhecimento da História Local, por intermédio do patrimônio, tivemos respostas bastante interessantes. Cientes de que qualquer atividade realizada não terá cem por cento de aproveitamento, as devolutivas tornam-se satisfatórias. Contudo, não podemos afirmar que a identidade de pessoense agregou-se às demais características identitárias dos indivíduos. Talvez esse seja o ponto mais passível de reflexões. Por mais que queiramos, não podemos aferir, por meio de perguntas, o que a experiência pôde agregar a todos os envolvidos.

Também é preciso, no caso de novas aplicações de roteiro, pensar a respeito do percurso a ser realizado e até mesmo da quantidade de tempo destinada a tal finalidade. É preciso criar ferramentas para registro dos passos dados ao longo do processo. Os cadernos ofertados ficaram sob posse dos estudantes. No ano seguinte, não pude tê-los em mãos. Oficinas sobre técnicas de fotografia e até mesmo de cartografia podem se somar ao momento, instrumentalizando o alunado para novas formas de registro.

Sobre a escola, temos nestas páginas um dos primeiros registros sistemáticos de sua fundação, sua relação com os colégios militares originais e suas especificidades

militares. Acredito que servirá de base para estudos vindouros, para mim e outros pesquisadores da área.

Por último, não ignoremos a importância de uma atividade coletiva após um longo processo pandêmico. Por dois anos, as turmas viveram em mundos isolados, perdendo toda socialização proporcionada pelo ambiente escolar. O resgate do contato, das conversas e das vivências não pode, sob hipótese alguma ser ignorado. É um verdadeiro florescer para os jovens. E o que é a educação, senão uma permissão de ser florescer no e para o mundo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. *Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36. São Paulo, 1998;
- AGUIAR, Wellington; MELO, José Otávio. *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. Editora Grafset, Campina Grande-PB, 1985;
- AGUIAR, Wellington. *Cidade de João Pessoa: Memória no tempo*. Gráfica e Editora Persona, João Pessoa-PB, 1992;
- ANÔNIMO. *História de Conquista da Paraíba*. Conselho Editorial. Brasília – Senado Federal. 2º Reimpressão, 2010;
- ARAÚJO, Jéssica Hellen dos Santos. “*Por uma História que atinja maior parte da população*”: a produção didática do Projeto Regaste da História Local dos municípios paraibanos. Universidade de Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação UFPB/CCHLA, 2022;
- ARAÚJO, Magno Evaristo; LAVOR, Larissa Fernandes de. *As fontes de água e o chafariz de Gravatá na Parahyba, atual cidade de João Pessoa*. In: Paraíba 3: Pluralidades e representações geográficas. EDUFCG. Campina Grande- PB, 2019;
- ASSAD, Patrícia. *Povo de ilha: dinâmica territorial, identidade e tradição de conhecimento no Porto do Capim-PB*. Dissertação UFPB/CCHLA, João Pessoa-PB, 2017;
- ASSIS, Tauã Carvalho; PINTO, Suely Lima de Assis. *O Ensino de História Local como estratégia pedagógica*. Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação. Vol. 15, número 01, 2019;
- ASSIS, Tauã Carvalho; PINTO, Suely Lima de Assis; REIS, Márcia Santos. *História Local: a cidade na tessitura da pesquisa acadêmica*. CRV, Curitiba-PR, 2019;
- ASSUNÇÃO, Jéssica Soares Rabelo. *Civitas et Urbs: o projeto Neoclássico da cidade da Parahyba (1858-1889)*. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa – PB, 2022
- BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. Editora A União, João Pessoa -PB, 2ªedição, 1994;
- BEZERRA, Holien Gonçalves. *Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos*. IN: KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Contexto – São Paulo, 6ª edição, 2020;
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. Cortez Editora, São Paulo-SP, 5ª edição, 2018;
- _____, *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: Bittencourt, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. Editora Contexto, São Paulo – SP, 9ª edição, 2004;
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa na Historiografia*. Tradução: Nilo Odalia. Editora Unesp, 2ª Edição. São Paulo – SP, 2010;
- BRAGA, Emanuel Oliveira; MORAIS, Carla Gisele Macedo. *Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no Centro Histórico de João Pessoa-pb*. Revista Nanduty, p.20-52, 2016;

- BRASIL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. IPHAN, Governo Federal, 2014;
- BRITO, Mariana Vieira de. *A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente*. Revista CPC, vol. 15, N. 25, p. 86-111, jan-set 2018;
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo, Contexto, 2021;
- CIVALE, Leonardo; MARTINS, Walkiria de Freitas. *Patrimônio e Cidadania: reflexões sobre o patrimônio cultural tomado em Viçosa (MG) e suas relação com a Educação Básica municipal*. IN: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (org). Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória. Editora do CCTA, João Pessoa-PB, 2022;
- DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local*. Almeida Gráfica e Editora, João Pessoa – PB, 1996;
- FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARI, João Luiz. *A influência do Positivismo na educação e no ensino de História*. Acta Scientiarum, 23(1):157-166, Maringá – PR, 2001.
- FRONZA, Marcelo. *A memória histórica como evidência: a relação entre cultura história e a cultura escolar na Educação Patrimonial mobilizada nas aulas de História*. IN: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (org). Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória. Editora do CCTA, João Pessoa-PB, 2022
- FUNARI, Pedro Paulo; PEREGRINI, Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ, 2009;
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. Cortez Editora, São Paulo-SP, 5ª edição, 2015;
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. IN: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Editora Mauad X: FAPERJ, 2007;
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba – 1585-1630*. Edusc, Bauru-SP, 2007;
- GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz; LAVIERI, João; RABAY, Glória. *A questão urbana na Paraíba*. Editora Universitária UFPB, João Pessoa- PB, 1999;
- GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as capitanias do Norte e sua dinâmica interna (1654-1760)*. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022;
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências no Tempo*. Autêntica Editora, Belo Horizonte –MG, 2013;

- HERCKMAN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo V, nº 31, p. 239-288, Recife-PE, 1886;
- HOBBSAWN, Eric; RANGES, Terence (organizadores). *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 2021;
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queirós. *Guia Prático de Educação Patrimonial*. IPHAN, Governo Federal, 1999;
- HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2006;
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2013;
- Lopes, C. S., & Pontuschka, N. N. (2009). *Estudo do meio: teoria e prática*. GEOGRAFIA (Londrina), 18(2), 173–191. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2009v18n2p173>;
- LOURENÇO, Eliane. *História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 385-406 – 2008;
- LUC, Jean Noel. *La enseñanza de La Historia del Medio*. Editora Cincel, Encertos Adaptados – SME, Campinas-SP, 1981;
- MAIA, Doralice Sátyro. *Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos*. Scripta Nova, Vol. XII. P. 1/270(134)-20. Barcelona, 2008;
- MARTINS, Daisy Lucku. *A paisagem antiga da Paraíba através dos mapas*. in: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica - Passado presente nos antigos mapas: conhecimento e poder. Paraty – RJ, 10-13/05/2011;
- MARTINS, Ismênia de Lima. *História e Ensino de História: memória e identidades sociais*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Editora Mauad X: FAPERJ, 2007;
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica*. In: História Unisinos. Janeiro-Abril 2011, p. 40-49;
- MELO, Vilma de Lourdes Barbosa e. *História Local: contribuições para fazer, pensar e ensinar*. Editora UFPB, João Pessoa – PB, 2015;
- MENEZES, José Luiz Mota. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Editora Pool, Recife-PE, 1985;
- MONTEIRO, Ana Maria. *Narrativa e narradores no ensino de História*. IN: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Editora Mauad X: FAPERJ, 2007;

- NORA, Pierre. *Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, 10/12/1993;
- NUNES, Anselmo de Oliveira. *Memórias e Histórias dos moradores da comunidade Mangabeira*. In: VIII Congresso Internacional de História. Maringá-PR, 2017;
- OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (organizadores). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. EDFUFRN, Natal – RN, 2008;
- OLIVEIRA, Almir. *Educação Patrimonial*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de Oliveira. *Dicionário de Ensino de História*. FGV Editora, 2019;
- OTÁVIO, José. *História da Paraíba*. Editora Universitária, João Pessoa-PB, 6ª edição, 2000;
- PACHECO, Ricardo Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente*. Editora Paco, Jundiaí – SP, 2017;
- PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2009;
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história*. In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife – PE, 2019;
- REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Editora Autêntica. Belo Horizonte – MG. 2004;
- RETUMBA, Francisco Soares da Silva. *Relatório que o engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba dirigiu ao senhor Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira*. Tipografia de Jornal de Recife. Pernambuco, 1886;
- REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN*. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6;
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. *Passeio Com(ver)tido: Breve reflexão sobre a memória e a espacialidade do Centro Histórico Pessoaense*. Cadernos do Logepa. Vol. 1, N.1, p. 3-10. João Pessoa –PB, Janeiro-Junho 2002;
- RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro Sentimental de uma cidade*. Editora A União, João Pessoa-PB, 2ª edição, 1994;
- ROHAN, Henrique Beaurepaire. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte*. Tipografia de José Rodrigues da Costa. Parahyba do Norte, 1858;
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Bahia, 1627;

SAMUEL, Raphael. *Documentação: História Local e História Oral*. In: Revista Brasileira de História. Tradução: Zena Eisenberg. São Paulo-SP. V. 9, Nº19, set.89/fev.90;

SANTOS, Amilton Gonçalves. *A cultura escolar no Colégio da Polícia Militar Alfredo Vianna – Juazeiro-BA*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. PPGESA. Campus III. 2018;

SANTOS, Edson Joaquim dos; SCNEIDER NETO, Júlio. *O estudo do meio como prática pedagógica regular*. IN: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (org). Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória. Editora do CCTA, João Pessoa-PB, 2022

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica*. IN: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Editora Mauad X: FAPERJ, 2007;

SILVA, Cristiani Bereta da. *Conhecimento Histórico Escolar*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de Oliveira. Dicionário de Ensino de História. FGV Editora, 2019;

SILVA, José Flávio. *Progresso e destruição na cidade da Parahyba: Cidade dos Jardins*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa –PB, 2009;

SILVA, Antônio Willamys Fernandes da. *Transformações Urbanísticas em um bairro planejado: o caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa-PB*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. CT. João Pessoa-PB, 2005;

SILVA, Beatriz Boclin Marques do. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro –RJ, 2009;

SQUINELO, Ana Paula; ANTONELLO, Roberta Siqueira de Sousa. *Uma proposta de aula-oficina para abordagem da história do município de Guarantã do Norte (MT): O caso do sítio arqueológico São João*. IN: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (org). Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória. Editora do CCTA, João Pessoa-PB, 2022

TINEM, Nelci; CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Moraes de; MARTINS, Carla Gisele Macedo Santos. *Para além da dicotomia Cidade Alta e Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB)*. IN: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional – ANPUR. Salvador –BA, 2005;

VIANA, José Ítalo Bezerra. *História Local*. INTA- Instituto Superior de Tecnologia Aplicada. Sobral-CE, 2016

ANEXOS:**Anexo 01: Questionário: “Impressões sobre estudo do meio no Centro Histórico de João Pessoa”⁸⁸**

E-mail

Sua resposta

1) A que turma você pertence?*

9ºAno A

9º Ano B

2) Nome (se quiser, você pode substituir por um nome fictício ou apelido). Caso não se sinta confortável, você pode responder sem se identificar:

Sua resposta

3) Qual bairro você mora?*

Sua resposta

4) Qual o seu sexo?*

Masculino

Feminino

Outro

5) Qual a sua faixa etária?*

12-13 anos;

13-14 anos;

14-15 anos;

15-16 anos.

6) Como você avalia a Visita ao Centro Histórico de João Pessoa?*

⁸⁸ Perguntas retiradas do formulário aplicado entre os estudantes participantes do estudo do meio. Mantive a estrutura, sem numeração, com as caixas de respostas e com os asteriscos para que o leitor pudesse perceber que: 1) algumas perguntas, mesmo objetivas, tinham abertura para outras possibilidades de respostas; 2) as perguntas pessoais, como identificação, não eram obrigatórias. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1zX_3TEgd7L_QP_fhEHLw8E0Pqi2bTH-1ERkbQM8ufZw/edit.

Excelente
 Muito Bom
 Bom
 Regular
 Ruim

7) Qual destes pontos visitados mais chamou sua atenção?*

Centro Cultural São Francisco
 Bica dos Milagres
 Casa da Pólvora
 Antiga Casa da Moeda/ Alfândega
 Margens do Rio Sanhauá

8) Você costuma ir ao Centro de João Pessoa?*

Sempre;
 Muitas vezes;
 Poucas vezes;
 Raramente;
 Nunca vou.

9) Antes da Aula Extra Classe, você já tinha ouvido falar sobre a História do município de João Pessoa, ou da História da Paraíba?*

Sim
 Não

10) Caso já tenha estudado sobre a História de João Pessoa/Paraíba, qual(is) foi(ram) sua(s) fonte(s) de informação(ões)?*

Livro didático;
 Redes sociais;
 Encontros/Palestras;
 Filme/Vídeo/Documentário;
 Outro:

11) Qual dos aspectos dos pontos visitados/e ou itinerário mais chamou sua atenção?

Características Arquitetônicas;
 Estado de Conservação;
 Paisagem Geográfica;
 Grupos humanos (pessoas);
 Outro:

12) Espaço aberto, para falar um pouco do que você mais gostou/chamou sua atenção e/ou sugestões e críticas para que possamos aperfeiçoar a atividade desenvolvida.

Anexo 02: material de apoio com conceitos relacionados ao Patrimônio Cultural



COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR ESTUDANTE REBECA CRISTINA
ALVES SIMÕES
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

DISCIPLINA: HISTÓRIA PROFESSOR(A): Maria do Socorro França

SÉRIE: 9ºAno TURMA: _____

PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio histórico representa os **bens materiais ou naturais que possuem importância na história** de determinada sociedade ou comunidade.

Pode ser prédios, ruínas, estátuas, esculturas, templos, igrejas, praças, ou até mesmo parte de uma cidade, por exemplo, o centro histórico.

Importância do patrimônio histórico

Esses bens foram ao longo do tempo construídos ou desenvolvidos pelas sociedades. Estão intimamente relacionados com a identidade do local e representam uma importante fonte de pesquisa atual.

Através do patrimônio histórico podemos, portanto, conhecer a história e tudo que a envolve. Por exemplo, a arte, as tradições, os saberes e a cultura de determinado povo. Por esse motivo, existem atualmente diversos órgãos que objetivam a conservação e preservação desses bens.

Sendo assim, o patrimônio histórico reúne o conjunto de manifestações que foram desenvolvidas ao longo do tempo e que carrega aspectos simbólicos.

Segundo o Decreto Lei n.º 25 de 1937:

“Art. 1.º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural

Aliado ao conceito de patrimônio histórico está o de patrimônio cultural. Segundo o artigo 216.º da Constituição, o patrimônio cultural representa os bens:

“(…) *de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*”.

Sendo assim, o patrimônio cultural pode ser dividido em:

- **Patrimônio Cultural Material:** como o próprio nome indica, representa os bens culturais materiais, por exemplo, museus, bibliotecas, universidades, etc.

- **Patrimônio Cultural Imaterial:** também chamado de “patrimônio intangível”, ele reúne diversas expressões culturais, por exemplo, os saberes, os costumes, as festas, as danças, as lendas, as músicas, etc.

Patrimônio Histórico Brasileiro

No Brasil, o patrimônio histórico é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o qual está vinculado com o Ministério da Cultura. Ele foi criado em 1937 pela Lei n.º 378 no governo de Getúlio Vargas.

Essa entidade tem como objetivo proteger e preservar os bens históricos e culturais do nosso país, assegurando assim sua permanência.

O Brasil é um país de dimensões continentais e, portanto, abriga diversos bens históricos e culturais.

Tombamento de Bens Patrimoniais

Quando os bens são *tombados* pelo órgão responsável, isso significa que possuem estimado valor histórico e cultural. Essa intervenção tem como objetivo preservar o patrimônio, uma vez que depois do tombamento eles não podem ser demolidos ou reformados.

Entretanto, os bens tombados podem estar sujeitos a um processo de restauração e/ou manutenção sem que as características originais desapareçam.

Segundo a Constituição Brasileira:

“O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/patrimonio-historico> e <http://portal.iphan.gov.br/>.
Acesso em 07/09/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA



Relembrando o Estudo do Meio

Olá, queridos! As questões que seguem são voltadas ao estudo realizado no ano de 2022, no Centro da cidade de João Pessoa e serão utilizadas para finalização da dissertação **O ensino de História da Paraíba através do Patrimônio Cultural: um estudo do meio no Centro de João Pessoa**, sendo a pesquisadora responsável a docente Maria do Socorro Félix Pereira de França. O trabalho está vinculado ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, promovido pela Universidade Federal da Paraíba. O desenvolvimento das atividades ligadas ao projeto foi permitido e viabilizado pela direção do **Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões**. Responda conforme for recordando o ocorrido, ou a partir de suas experiências e vivências em ambiente escolar:

Qual a sua turma, no ano de 2022?

a) 9ºAno A

b) 9ºAno B

1) Assinale a(s) alternativas que contém o(s) patrimônio(s) visto(s) pela sua turma durante a atividade realizada:

- a) Igreja de São Bento e Basílica de Nossa Senhora das Neves
- b) Bica dos Milagres.
- c) Centro Cultural São Francisco.
- d) Hotel Globo.
- e) Comunidade Porto do Capim (rio Sanhauá).
- f) Praça dos Três Poderes
- g) Antiga Alfândega e Casa da Moeda.
- h) Não participei da atividade realizada.

2) Lembrando das paisagens visitadas, você conseguiu perceber que o espaço passou por mudanças?

- a) Sim, houve mudanças;
- b) Não houve alterações;
- c) O espaço foi totalmente modificado;
- d) O espaço foi pouco modificado;
- e) Não pensei a respeito.

3) Justifique a resposta anterior:

4) Você consegue relacionar o passado da sua cidade com os temas abordados em ambiente escolar (Sala de aula e livro didático)? Explique.

5) Pensando na perspectiva do que é Patrimônio, os locais visitados e as pessoas envolvidas, a seu ver, podem ser considerados...

a) Patrimônio Imaterial b) Patrimônio Material c) Patrimônio Cultural

6) Você acredita que conhecer sobre a sua cidade pode contribuir para a aprendizagem da disciplina de História ?

- a) Depende de como é estudado.
- b) Sim.
- c) Não.
- d) Não sei opinar.

7) Conhecer os patrimônios da sua cidade contribuiu para fortalecer seu sentimento de pertencimento à cidade de João Pessoa?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não sei opinar.

8) Se você acredita que conhecer o patrimônio local lhe ajuda a se sentir parte da sua cidade? Explique o seu ponto de vista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
MARIA DO SOCORRO FÉLIX PEREIRA DE FRANÇA



Maio/2024

APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA CIDADE

No Centro de João Pessoa encontramos os espaços e edificações que deram origem à cidade. Mesmo com o passar do tempo, algumas partes da antiga cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves⁸⁹ persistem as intempéries do tempo, levando consigo a passagem do tempo e os múltiplos usos que podem ser dados ao mesmo espaço. Isto se deve, sobretudo ao fato da área do Centro Histórico ser protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conhecido como Iphan. Conforme a instituição, a cidade surge:

“A cidade de João Pessoa originou-se na foz do Rio Sanhauá pela posição e condições estratégicas que o estuário representava em relação à defesa da capitania hereditária de Itamaracá. *O motivo determinante do surgimento da Paraíba foi político-militar.* A necessidade de defesa e controle da região, somada às condições geográficas favoráveis, *levaram os colonizadores a estabelecerem um vínculo mais forte na cidade, construindo um porto fluvial que posteriormente serviu para o escoamento da produção açucareira.* Na fixação dos colonizadores o relevo definiu os espaços urbanos: a cidade alta, concentrando as atividades administrativas, culturais e religiosas; e a cidade baixa, voltada para o comércio, desenvolvida a partir do Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá.” (Iphan, 2002, p. 101, grifos nossos)

O **rio Sanhauá** é sinalizado como ponto de partida para o processo de colonização e consolidação da presença portuguesa na região, alvo de ataques de outras nações europeias, interessadas em fazer parte do processo exploratório da América, franceses e holandeses. Em torno do rio, criou-se todo sistema produtivo para atender à produção canavieira, área que foi chamada de Cidade Baixa. Na parte superior da cidade, em uma região menos suscetível aos ataques, foram edificadas casas e os órgãos administrativos, denominada de Cidade Alta. Além do elemento europeu, havia um outro grupo que ameaçava os lusitanos, os nativos da terra, Potiguara, que concretizava sua presença na região. Sentindo-se ameaçados pela chegada dos invasores, os indígenas passaram realizar uma proteção efetiva ao território, confrontando os portugueses em diversas situações. Antes de prosseguir, observemos as margens do nosso “rio-mãe”, o Sanhauá:

⁸⁹ Você sabia? Além de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, nossa cidade já teve outros nomes: Frederica e Parahyba do Norte. Somente em 1930 passou a se chamar João Pessoa.



Margens do rio Sanhauá. Maria do Socorro França, acervo pessoal, 2022

Uma das formas de se ter acesso às margens do rio é através da comunidade que vive ao seu redor, conhecida como Comunidade do Porto do Capim. Neste território ribeirinho existe um grupo que promove uma forma diferente de turismo, o turismo comunitário, promovido pelos habitantes do local. Eles oferecem aos visitantes vivências ligadas ao espaço, culinária, dança e cultura popular.

Voltando aos nativos, é atribuído a um dos ataques indígenas o início da ocupação do que se tornaria a Paraíba, conhecida como Massacre de Tracunhaém⁹⁰. O autor José Otávio de Arruda Melo descreve:

“(...) deu-se que, por ali, em 1574, transitaram dois guerreiros potiguaras, provenientes de Olinda, onde, por determinação do governador geral Antônio Salema, *recapturaram jovem indígena* de quinze anos, filha do cacique Iniguaçu, e que foi *arrebatada por um mameluco* das aldeias de Serra do Copaoba. A beleza da índia, todavia, *tanto fascinou o proprietário* Diogo Dias que este decidiu *ficar com a moça*. O rapto *irritou os indígenas* que, insuflados pelos franceses, caíram sobre o engenho de Dias.” (2000, p. 26 *grifos nossos*)

O proprietário do Engenho Tracunhaém, Diogo Dias, ofereceu abrigo aos Potiguara viajantes. Durante a estadia em sua propriedade, o pior aconteceu: um dos

⁹⁰ Você sabia? Há outras explicações para o início da ocupação do território da Paraíba, sendo o Massacre de Tracunhaém apenas um de suas versões.

membros da comitiva, filha de um chefe indígena, desapareceu. Em represália, houve um ataque ao engenho. Após o incidente, a coroa de Portugal decidiu ocupar a região, contando com a ajuda de uma nação indígena inimiga, os Tabajara. Entre as batalhas para permanência portuguesa no território, que duraram quase um século, foi se construindo a cidade.

PATRIMÔNIOS DO CENTRO HISTÓRICO

Remanescente dos Períodos Colonial e Imperial, os pontos a partir de agora elencados compõem o Centro Histórico e fazem parte de percursos que podem ser realizados em um curto período de tempo, permitindo o aprofundamento do estudo dos primórdios da cidade em que vivemos, a começar pela já citada, **Comunidade Porto do Capim**. Simbolizando todos os múltiplos usos a que pode se destinar um espaço, ao longo do tempo, a população luta para permanecer vivendo neste marco histórico, como mostra a imagem:



Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em: 01/05/2024.

Nos cartazes, sendo afixados pelos membros da comunidade, em uma das áreas de disputa, podemos ler: “#OcupeOPorto”; “Conhece o turismo comunitário? Aqui tem”; “Somos comunidade tradicional e ribeirinha” e “Atracamos vida a esse porto

abandonado”. As frases de efeito são a síntese da luta e principalmente, da maneira que encontraram para ressignificar toda a pressão pela desapropriação, o turismo que vem do povo, conhecido como turismo comunitário.

Após conhecer o rio Sanhauá e a comunidade que surgiu ao seu redor, é possível continuar caminhando, em busca de novos pontos para serem estudados. Adiante, está o **Hotel Globo**. Considerado um dos primeiros hotéis de luxo da cidade, foi construído próximo a então área de maior circulação de pessoas e mercadorias, chegando a abrigar celebridades, como a atriz Tônia Carreiro, e políticos, como O ex-presidente Ernesto Geisel. Com a construção do Porto de Cabedelo, mais viável do ponto de vista do escoamento de mercadorias, bem como o processo de ocupação da área praiana, sofreu processo de esvaziamento. Contudo, não deixa de ser uma excelente visita para descanso, contemplação do pôr do sol e análise de suas características arquitetônicas ecléticas, ligadas ao seu período de construção, os primórdios do século XX.



Parte interior do Hotel Globo. Maria do Socorro França, 2022.

A imagem nos revela a parte interna do antigo hotel, com uma bela vegetação e bancos voltados para uma varanda, onde é possível observar a vegetação protetora das margens do rio, a comunidade, crescida em seu entorno e as águas do Sanhauá, que correm em direção ao rio Paraíba⁹¹.

Falando de porto, lembramos de água, o que nos leva ao próximo ponto de análise, um dos primeiros pontos de abastecimento de água⁹² da nossa cidade, a **Bica dos Milagres**, cuja conclusão é datada do ano de 1599. Local de utilidade imprescindível, era frequentado, corriqueiramente, por escravizados e desafortunados. Por vezes, local de encontros secretos. Um deles tornou-se famoso, por ter desfecho inesperado. No livro *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*, cujo autor é Welligton Aguiar, encontramos um relato relacionado ao ocorrido. Um padre da ordem franciscana, José de Jesus Maria Lopes, mantinha um relacionamento com uma mulher, da qual só se conhece o primeiro nome, Tereza. O casal marcou um encontro à noite, para tomar banho na Bica dos Milagres. O religioso, com ajuda de comparsas, empalou sua amante. O crime foi assistido por Ana, filha de Tereza, que mesmo com pouca idade, testemunhou contra os criminosos, que foram encarcerados e cumpriram longo período de pena (AGUIAR, 1992, p. 59-60).

O processo de modernização vividos pelas cidades levou ao surgimento da água encanada, resultando no abandono desses antigos pontos de abastecimento. Atualmente, a Bica dos Milagre faz parte do muro de uma residência, quase imperceptível aos olhos desatentos.

⁹¹ O nome Paraíba é de origem tupi. Formado de duas palavras, Para – rio e Aiba – rio difícil, significa rio de águas ruins ou de difícil navegação. Informações obtidas em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-92.html>. Acesso: 01/05/2024

⁹² Você sabia? Nem sempre houve água encanada. Antes da criação da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, era necessário buscar água fontes, bicas e cacimbas. A primeira delas foi a Bica dos Milagres.



Bica dos Milagres. Maria do Socorro França. Acervo pessoal, 2022.

Próximo à bica, temos uma ladeira, conhecida como Ladeira de São Francisco. De acordo com alguns historiadores, é uma das ruas mais antigas da cidade. percorrendo-a, vemos um cenário onde prevalecem residências, até encontramos a **Casa da Pólvora**. Como o nome bem sugere, este local era utilizado para guardar munições e armamentos da antiga cidade. Ela foi detalhadamente descrita pelo Cônego Florentino Barbosa em seu livro *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. A construção do prédio, imprescindível para a defesa territorial, foi ordenada nos primórdios do século XVIII e concluída no ano de 1710. Com o advento da república, o prédio passou para as mãos de particulares, até que em 1923, mediante ameaça de demolição, votou a ser posse do governo municipal. Atualmente é utilizada com espaço de exposições sazonais e um excelente ponto para observação do pôr do sol. Segue uma imagem de seu interior, no momento de visitação dos estudantes do Colégio de Polícia Militar da Paraíba:



Interior da Casa da Pólvora. Thayenny Raphaela, 2022.

No topo da rua, um dos maiores monumentos religiosos da cidade, o **Convento Santo Antônio**, atualmente chamado de **Centro Cultural São Francisco**. Assim como na rua, o local também detém uma das antigas fontes de água, concluída sua construção em 1717 e para atender aos padres moradores do local. Seu uso era flexibilizado em momentos de extrema necessidade. O pouco acesso do período colonial se reflete, de forma irônica, nos dias atuais, sendo proibida sua visitação.

A igreja é um excelente ponto para pensarmos a respeito dos vários usos que podem ser dados ao mesmo espaço. Durante o período de ocupação holandesa⁹³, serviu de quartel general para os neerlandeses presentes no que atualmente compreende o nosso estado. Deste período, temos um precioso relato de como seria a cidade durante o período colonial. Foi escrito pelo governante designado pela Holanda para região, Elias Herckmans. No texto, está escrito que:

⁹³ Entre os anos de 1630-1654, os holandeses estabeleceram domínio sobre o território que, conforme o Tratado de Tordesilhas, compreendia à América Portuguesa. Além de ocupar Pernambuco, sede administrativa dos neerlandeses, eles chegam à Paraíba, ocupando parte da antiga cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves e batizando-a de Frederica, em homenagem ao seu governante, Frederico.

“(…) A cidade de Frederica está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica de frente da baía do Varadouro. Contam-se nela seis igrejas e conventos, que são os seguintes. O Convento de São Francisco é o maior e mais belo; está cercado de um muro, e por dentro foi construído mui regularmente. No ano de 1636, o frade e particularmente o guardião, frei Manoel de Santa Maria, tendo se metido a escrever cartas a Mathias de Albuquerque, governador do rei, aos quais caíram em poder dos neerlandeses, expeliu-se o guardião da terra; (...) os padres de São Francisco foram colocados fora do convento, em virtude da decisão tomada pelos conselheiros políticos, e o convento foi fortificado para servir de asilo ou refúgio aos neerlandeses em ocasiões de necessidade. Fez-se, pois, uma trincheira em torno dele com uma bateria, que se colocou adiante da igreja para dominar a entrada e a avenida (...) Segue-se o Convento dos Carmelitas, cujos frades se tem conservado nele até o presente. O convento não está ainda de todo acabado, porque somente há poucos anos que este lugar é cidade, e em grande parte lhe faltaram meios. O mesmo se dá com o Convento de São Bento. Quando os neerlandeses lhe ocuparam, estavam levantadas as suas paredes, mas não lhe tinha coberta, e muito menos se achava interiormente construído. Eles o teriam construído convenientemente, mas por ocasião do cerco, achou-se que este lugar estava muito bem situado para servir de fortificação diante da cidade, levantou-se uma trincheira diante do convento. Conservou-se essa trincheira até o ano de 1636, em que se dispôs o Convento de São Francisco para servir de fortificação; demoliu-se então a trincheira e entregou-se aos padres as paredes do convento, como estavam. (...) Além desses três conventos, há nesta cidade três igrejas, a principal das quais é a Matriz. E é uma obra que promete ser grandiosa, mas até o presente não foi acabada, e assim continua- arruinando-se cada vez mais de dia em dia. (...) Segue a Igreja da Misericórdia. Está quase acabada; os portugueses servem-se dela em lugar da Matriz. (...) A sexta e última igreja, que assinala o limite extremo da cidade, e é uma igrejainha, ou, por melhor dizer, uma simples capela com denominação São Gonçalo. Daí estende-se a cidade para o oriente até o Convento de São Francisco com o comprimento de quase um quarto de hora de viagem, mas escassamente edificada e com muito terreno desocupado. Desse ponto segue-se caminho através do bosque, prolongando-se geralmente ao sul e depois ao ocidente para Tibiry (...) Pouco mais ou menos no meio da cidade (...) e do lado fica a Casa do Conselheiro com a Praça do Mercado; aí está o Pelourinho, que assinala o lugar das execuções da cidade (...).” (HERCKMANS, 1886, p. 244-246)

Neste momento, a cidade estava restrita aos bairros do Varadouro e Centro. Seus pontos de referência eram as igrejas e conventos, maior parte delas em fase de construção. Os maiores conventos – São Francisco e São Bento – foram ocupados pelos holandeses, que além de se apropriar dos espaços, lhes atribuíram novos usos, de natureza militar, erguendo trincheiras no seu entorno, o que certamente gerou modificações no uso do espaço e para o cotidiano da população, que tinha as principais vias de circulação interrompidas. As instituições católicas também foram assinaladas, pelo autor, por representar os limites da nascente cidade, formando o traçado de uma cruz, o que sinalizava a forte influência a Igreja Católica no empreendimento de colonização portuguesa. A disposição destes prédios religiosos também revelava a

dinâmica de ordenamento espacial da cidadela em quadras e lotes, seguindo a tendência das cidades renascentistas que era adotada pelos portugueses

Durante o período imperial, o prédio passou a pertencer ao governo, sendo instalados uma Escola de Aprendizes Marinheiros e um Hospital Militar. Na república, a Arquidiocese da Paraíba assume as responsabilidades pelo local, que serviu de espaço para formação de sacerdotes. Atualmente, como Centro Cultural, abriga exposições permanentes, de Arte Popular e objetos religiosos. Na mostra de artes, são encontradas peças interessantes e relevantes, a exemplo da escultura de madeira, chamada de “A Barca”, que segue na próxima imagem:



“A barca”, de Adriano Jordão de Souza. K. E. 22/09/2022

O artista⁹⁴ da obra é um pernambucano, nascido no ano de 1957. De origem humilde, trabalhou de faxineiro em uma galeria de arte, a Nega Fulô, onde teve contato com obras que lhes serviram de referência. Em seus trabalhos, a temática africana é sempre apresentada. No caso acima, houve uma releitura do navio negreiro: os escravizados assumem o convés, se tornando os comandantes e navegantes do seu próprio rumo.

Sua obra nos remete a outro ponto a ser pensado, quando se estudam os patrimônios materiais da cidade: quem os construiu. No período de conclusão do Convento Santo Antônio, no ano de 1788, predominava na cidade o uso de mão de obra escravizada. Na tese de doutorado de Matheus Silveira Guimarães (2022, p. 118-122), encontramos interessantes estimativas acerca da chegada deste segmento da população colonial, que atravessa o Atlântico forçadamente e se estabelece neste território. Conforme a pesquisa, entre os anos de 1714 e 1729 – século XVIII, chegaram ao solo paraibano cerca de 3.430 escravizados. Tais números não estão inseridos no contingente populacional da época, mas precisam ser pensado quando apresentamos o cotidiano citadino. Os escravizados eram empregados nas mais diversas ocupações, como empregados domésticos, vendedores de mercadorias (escravos de ganho), agricultores (cultivo da cana de açúcar), carregadores, e certamente, foram essenciais para a edificação dos prédios que perduraram até nossos dias.

O emprego de mão de obra escravizada deve ter ocorrido na construção de outras ordens religiosas, como o **Mosteiro de São Bento**, localizado bem próximo ao antigo convento dos franciscanos. Com obra iniciada em 1590 - em um terreno cedido para a ordem dos beneditinos - além do uso de escravizados africanos, certamente contou com mão de obra nativa. As guerras de conquista foram fatais para os antigos moradores da região, que passaram a ser utilizados para os mais diversos fins.

Sobre a função desempenhada pelos nativos, na sociedade colonial, deve se destacar as concepções presentes na obra *Guerra e Açúcares*, da historiadora Regina

⁹⁴ As informações apresentadas estão no site: <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Adriano%E3o%20de%20Souza/>, mas há outras páginas falando do trabalho do mesmo artista.

Célia Gonçalves. Conforme a historiadora, os grupos indígenas deveriam ser “amansados”, pois seu papel no processo de construção da capitania era muito mais abrangente que de meros coadjuvantes. Nas suas palavras

“Este índio, como afirma o cronista, é, a um só tempo, o *sangue* (soldado nas guerras de conquista e defesa) e a *substância de se povoar* (é povoador, substrato demográfico) e de *se sustentar* (é produtor de riqueza, trabalhador, mão de obra) a terra (GONÇALVES, 2007, p. 106).”

Os nativos, sobretudo os pertencentes aos Tabajara, deveriam servir de soldados para engrossar as fileiras das tropas portuguesas, uma vez que não havia homens brancos o suficiente para combater os Potiguara e os demais europeus que ameaçavam a soberania lusitana da recém fundada capitania. Contudo, seu trabalho não se restringia apenas às atividades militares. Pelo contrário, a mão de obra nativa era adotada para realização de todas as atividades econômicas empreendidas na capitania, como cultivo da terra, construções e atividades domésticas. Quem seria responsável pela água que abastecia as residências? Quem garantiria o alimento consumido? A mão de obra nativa era imprescindível para o funcionamento cotidiano da vida dos portugueses.

O último espaço que poderíamos visitar, percebe-se, assim como o atual Centro Cultural São Francisco, seus múltiplos usos e modificações ao longo do tempo. Desde sua construção (1879) até o ano de 1930, a praça recebia o nome de Comendador Felizardo Leite⁹⁵. Com a morte do então presidente do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque⁹⁶, foi rebatizada de Praça João Pessoa. É popularmente conhecida como a **Praça dos Três Poderes**, pois em seu entorno temos prédios onde funcionam instituições ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado.

⁹⁵ Felizardo Toscano Leite Ferreira foi médico e um importante político no cenário local, exercendo diversas vezes a função de deputado estadual e tornando-se o presidente da Assembleia Legislativa. Seu nome também esteve associado às oligarquias no estado da Paraíba. Informações disponíveis em: <https://www.atribunadosertao.com.br/noticia/1658/felizardo-toscano-leite-ferreira-1848-1930>. Acesso em: 15/07/2023.

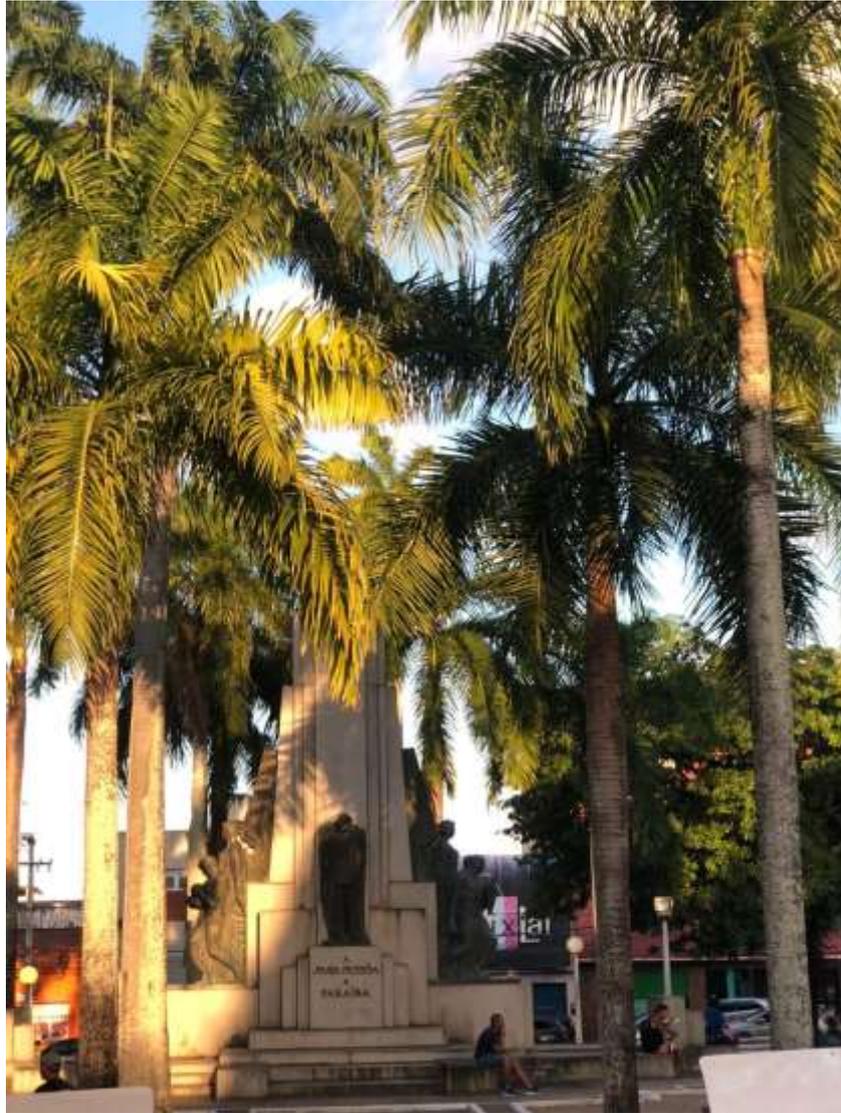
⁹⁶ Você sabia? João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi advogado e político paraibano. Eleito presidente da província da Parahyba no ano de 1928, propôs reformas econômicas e a construção de importantes obras, como a Avenida Presidente Epitácio Pessoa e o Porto de Cabedelo. Concorreu, ao lado de Getúlio Dornelles Vargas, ao cargo de vice-presidente da república. Sua morte, ligada à questões políticas locais, desencadeou a Revolução de 30, onde se iniciou a Era Vargas. Disponível em: https://www.ebiografia.com/joao_pessoa/. Acesso em: 23/07/2023.

Do lado direito da Praça João Pessoa, avistamos órgãos que outrora pertenceram ao complexo jesuítico na cidade. No Palácio da Redenção, sede do Executivo Paraibano, funcionava o antigo Convento Jesuíta. Ao lado, temos o Mausoléu construído em homenagem a João Pessoa, que anteriormente abrigou a antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição⁹⁷. Seguindo, encontramos a Faculdade de Direito⁹⁸, antigos Colégio e Seminário São Gonçalo.

Aos fundos da Praça dos Três Poderes está o prédio da Assembleia Legislativa da Paraíba, sede do Legislativo Estadual. A construção é datada do ano de 1972, com características arquitetônicas modernas. Antes da assembleia, existia em seu lugar a sede do Jornal A União, demolida para ceder o terreno ao novo edifício. Em frente está situado o Tribunal de Justiça da Paraíba, representante do Judiciário estadual. Precedeu ao seu atual uso a Escola Normal, que funcionou no local até o ano de 1939, quando o prédio passou por reformas e deu lugar ao tribunal. No centro da praça, este o monumento em homenagem ao ex-presidente João Pessoa. Na imagem que segue, vemos o seu nome no monumento.

⁹⁷ Antes de ser denominada Nossa Senhora da Conceição, a igreja era chamada de Igreja São Gonçalo. Foi a segunda igreja construída na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, com o objetivo de catequizar a população nativa. Tratava-se de uma pequena capela, e ao lado, contava com uma casa de apoio para os missionários. Em 1745 foi colocada a pedra fundamental para a edificação do seminário da Companhia de Jesus, que incluía a igreja como parte do conjunto arquitetônico. Em 1929, durante o governo de João Pessoa, a igreja foi derrubada, para ampliação do Palácio da Redenção. Informações disponíveis no livro *“Progresso de Destruição na cidade da Parahyba: Cidade dos Jardins”*, de José Flávio Silva.

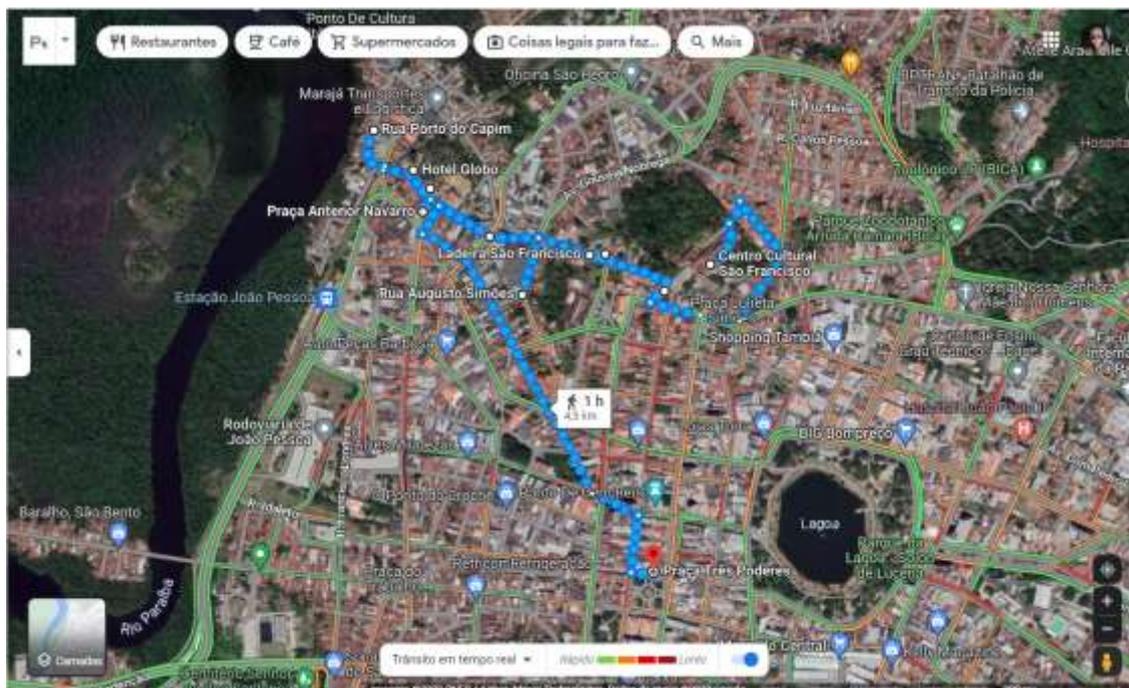
⁹⁸ O prédio, desde que passou a pertencer a Coroa Portuguesa, abrigou a Assembleia Provincial, Secretaria Militar, Lyceu Paraibano, Tribunal de Justiça e Gabinete do governador Castro Pinto. Informações disponíveis em: <https://www.ipatrimonio.org/joao-pessoa-faculdade-de-direito/#!/map=38329&loc=-7.121282367959206,-34.884435770669086,17>. Acesso em: 15/07/2023.



Praça dos Três Poderes. Maria do Socorro França, 2022.

MAPA DO PERCURSO E DISCIPLINAS INCLUSAS

O trajeto apresentado neste breve roteiro pode ser realizado em uma única tarde, especialmente se tivermos a disposição um transporte, garantindo o deslocamento até a Praça dos Três Poderes, ponto mais distante das margens do rio Sanhauá. O mapa a seguir indica o percurso e o tempo despendido, caso fosse todo realizado “à pé”.



Mapa com possibilidade de percurso a ser realizado. Google Maps, 2022.

O roteiro pode e deve ser executado através de meios interdisciplinares, reunindo, para seu melhor aproveitamento, disciplinas dos mais variados campos do saber. Neste sentido, seguem dois quadros, onde há sugestão de como cada matéria pode se envolver na execução do projeto. Os quadros são chamados de Quadros A e B, e estão divididos por cores. Cada cor corresponde a uma disciplina.

QUADRO A– Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas

LUGAR VISITADO/HORARIO	CONTEÚDOS ABORDADOS	DISCIPLINAS
1. Convento Franciscano de Santo Antônio [14h.]	<ul style="list-style-type: none"> ● Colonização do Brasil e da Paraíba. ● Povos indígenas (Potiguara e Tabajara). ● Catequese missionária. ● Arte barroca. ● Arte popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Arte
3. Casa da Pólvora [15h]	<ul style="list-style-type: none"> ● Proteção territorial; ● Fornecimento de Armamento durante Período Colonial 	<ul style="list-style-type: none"> ● História

2. Bica dos Milagres [15h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Abastecimento de água. ● Cotidiano da cidade colonial. 	● História
3. Largo São Pedro Gonçalves e Hotel Globo [15h50]	<ul style="list-style-type: none"> ● Vestígios de antigos usos do solo: Igreja São Pedro Gonçalves ● Intervalo 	● História
4. Alfândega e Casa da Moeda [16h15]	<ul style="list-style-type: none"> ● Alfândega ● Casa da Moeda 	● História
5. Porto do Capim [16h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Comunidade ● Produção cultural ● Características Geográficas da região 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Arte ● Geografia
6. Praça dos Três Poderes [17h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Praça João Pessoa ● Palácio da Redenção ● Mausoléu de João Pessoa ● Assembleia Legislativa ● Tribunal de Justiça ● Arte e Arquitetura das edificações 	<ul style="list-style-type: none"> ● Geografia ● Arte

O quadro A contém as disciplinas de História, Geografia e Arte, que podem abordar vários aspectos de cada área visitada, por exemplo, na região do Porto do Capim, onde se encontram as antigas Casa da Moeda e o antigo prédio da Alfândega, pode ser falar a respeito do processo de abandono de parte do Centro, resultado da construção de um novo porto e do processo de expansão da cidade. As características arquitetônicas podem ser debatidas, além da onerosidade da restauração dos pontos, de responsabilidade do poder público e seus órgãos de preservação.

QUADRO B– Seleção dos lugares visitados e conteúdos/disciplinas abordadas

LUGAR VISITADO/HORARIO	CONTEÚDOS ABORDADOS	DISCIPLINAS
1. Mosteiro de São Bento e Basílica de Nossa Senhora das Neves [13h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Usos do solo ao longo do tempo – Mosteiro de São Bento ● Colonização do Brasil e da Paraíba. ● Características Arquitetônicas ● Agentes naturais e humanos – processo de desgaste dos prédios e monumentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Língua Portuguesa ● Ciências
2. Centro Cultural São Francisco [14h]	<ul style="list-style-type: none"> ● Povos indígenas (Potiguara e Tabajara). ● Catequese missionária. ● Barroco Tropical. ● Arte popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Língua Portuguesa
3. Casa da Pólvora [14h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Proteção territorial; ● Fornecimento de Armamento durante Período Colonial 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
2. Bica dos Milagres [15h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Abastecimento de água. ● Cotidiano da cidade colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Ciências
3. Largo São Pedro Gonçalves e Hotel Globo [15h40]	<ul style="list-style-type: none"> ● Vestígios de antigos usos do solo: Igreja São Pedro Gonçalves ● Intervalo 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
4. Alfândega e Casa da Moeda [16h10]	<ul style="list-style-type: none"> ● Alfândega ● Casa da Moeda 	<ul style="list-style-type: none"> ● História
5. Porto do Capim [16h30]	<ul style="list-style-type: none"> ● Comunidade ● Produção cultural ● Características Geográficas 	<ul style="list-style-type: none"> ● História ● Ciências

No Quadro B, além da disciplina de História, encontramos as disciplinas de Língua Portuguesa e Ciências, com as quais também é possível estabelecer interessantes relações entre o presente o passado colonial, que permanece na cidade. Com as Ciências, entendemos o processo natural de degradação dos espaços públicos, relacionados aos agentes da natureza. No campo da Literatura, podemos estabelecer relação entre o Barroco e o estilo arquitetônico presente nas igrejas coloniais. Caso seja possível, o ideal é a mobilização massiva de toda escola, para se agregar o maior número de campos de conhecimento.

A experiência permite que ultrapassemos os muros da escola, promovendo um aprendizado efetivo das conexões existentes entre a cidade em que vivemos e os vestígios do passado, que perduram até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. *Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36. São Paulo, 1998;
- AGUIAR, Wellington; MELO, José Otávio. *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. Editora Grafset, Campina Grande-PB, 1985;
- AGUIAR, Wellington. *Cidade de João Pessoa: Memória no tempo*. Gráfica e Editora Persona, João Pessoa-PB, 1992;
- ANÔNIMO. *História de Conquista da Paraíba*. Conselho Editorial. Brasília – Senado Federal. 2º Reimpressão, 2010;
- ARAÚJO, Magno Evaristo; LAVOR, Larissa Fernandes de. *As fontes de água e o chafariz de Gravatá na Parahyba, atual cidade de João Pessoa*. In: Paraíba 3: Pluralidades e representações geográficas. EDUFCG. Campina Grande- PB, 2019;
- ASSAD, Patrícia. *Povo de ilha: dinâmica territorial, identidade e tradição de conhecimento no Porto do Capim-PB*. Dissertação UFPB/CCHLA, João Pessoa-PB, 2017;
- ASSIS, Tauã Carvalho; PINTO, Suely Lima de Assis. *O Ensino de História Local como estratégia pedagógica*. Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação. Vol. 15, número 01, 2019;
- ASSIS, Tauã Carvalho; PINTO, Suely Lima de Assis; REIS, Márcia Santos. *História Local: a cidade na tessitura da pesquisa acadêmica*. CRV, Curitiba-PR, 2019;
- BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. Editora A União, João Pessoa -PB, 2ª edição, 1994;
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. Cortez Editora, São Paulo-SP, 5ª edição, 2018;
- _____, *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: Bittencourt, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. Editora Contexto, São Paulo – SP, 9ª edição, 2004;
- BRAGA, Emanuel Oliveira; MORAIS, Carla Gisele Macedo. *Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no Centro Histórico de João Pessoa-pb*. Revista Nanduty, p.20-52, 2016;
- BRASIL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. IPHAN, Governo Federal, 2014;
- DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local*. Almeida Gráfica e Editora, João Pessoa – PB, 1996;
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba – 1585-1630*. Edusc, Bauru-SP, 2007;
- GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as capitanias do Norte e sua dinâmica interna (1654-1760)*. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022;

HERCKMAN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tomo V, nº 31, p. 239-288, Recife-PE, 1886;

HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2006;

Lopes, C. S., & Pontuschka, N. N. (2009). *Estudo do meio: teoria e prática*. GEOGRAFIA (Londrina), 18(2), 173–191. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2009v18n2p173>;

MAIA, Doralice Sátyro. *Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos*. Scripta Nova, Vol. XII. P. 1/270(134)-20. Barcelona, 2008;

MARTINS, Daisy Lucku. *A paisagem antiga da Paraíba através dos mapas*.in: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica - Passado presente nos antigos mapas: conhecimento e poder. Paraty – RJ, 10-13/05/2011;

MELO, Vilma de Lourdes Barbosa e. *História Local: contribuições para fazer, pensar e ensinar*. Editora UFPB, João Pessoa – PB, 2015;

MENEZES, José Luiz Mota. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Editora Pool, Recife-PE, 1985;

OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (organizadores). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. EDFUFRN, Natal – RN, 2008;

OLIVEIRA, Almir. *Educação Patrimonial*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de Oliveira. *Dicionário de Ensino de História*. FGV Editora, 2019;

OTÁVIO, José. *História da Paraíba*. Editora Universitária, João Pessoa-PB, 6ª edição, 2000;

PACHECO, Ricardo Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente*. Editora Paco, Jundiá – SP, 2017;

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história*. In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife – PE, 2019;

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN*. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6;

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. *Passeio Com(ver)tido: Breve reflexão sobre a memória e a espacialidade do Centro Histórico Pessoaense*. Cadernos do Logepa. Vol. 1, N.1, p. 3-10. João Pessoa –PB, Janeiro-Junho 2002;

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro Sentimental de uma cidade*. Editora A União, João Pessoa-PB, 2ª edição, 1994;

SANTOS. Edson Joaquim dos; SCNEIDER NETO, Júlio. *O estudo do meio como prática pedagógica regular*. IN: MAIOR, Paulo Souto; PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; SALLES, André Mendes (org). *Saberes Históricos, Patrimônio e Espaços de Memória*. Editora do CCTA, João Pessoa-PB, 2022

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica*. IN: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (organizadores). *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Editora Mauad X: FAPERJ, 2007;

SILVA, José Flávio. *Progresso e destruição na cidade da Parahyba: Cidade dos Jardins*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa –PB, 2009;